

Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz



Fotos extraídas do site da CMRM

Fase 3 | Discussão Pública

Volume VI - Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
2. ENQUADRAMENTO	17
2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	17
2.2. ENQUADRAMENTO NOS IGT E INSTRUMENTOS DE ESTRATÉGIA.....	18
3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E CLIMA	27
3.1. NOTA METODOLÓGICA	27
3.2. GEOLOGIA	27
3.3. HIDROGEOLOGIA	28
3.4. CLIMA.....	29
3.5. RECURSOS HÍDRICOS	32
3.6. SÍNTESE.....	36
4. USO DO SOLO, PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA	37
4.1. NOTA METODOLÓGICA	37
4.2. ANÁLISE FISIAGRÁFICA.....	37
4.2.1. Hipsometria	37
4.2.2. Declives	38
4.2.3. Exposição das vertentes	39
4.3. USO DO SOLO	40
4.4. PAISAGEM.....	42
4.4.1. Metodologia	42
4.4.2. Estruturas do Território.....	42
4.4.3. Macro Unidades de Paisagem.....	45
4.4.4. Unidades de Paisagem	48
4.5. ESTRUTURA ECOLÓGICA	57
4.5.1. Introdução.....	57
4.5.2. PROF ALT - Corredores ecológicos e áreas sensíveis.....	57
4.5.3. PROT - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental.....	61
4.5.4. A proposta de Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Reguengos de Monsaraz.....	63
4.6. SÍNTESE.....	63
5. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	66
5.1. NOTA METODOLÓGICA	66

5.1.1.	Flora e Vegetação.....	66
5.1.2.	Fauna	66
5.2.	RESULTADOS	68
5.2.1.	Flora e Vegetação.....	68
5.2.2.	Fauna	78
5.3.	SÍNTESE.....	90
6.	QUALIDADE AMBIENTAL	94
6.1.	NOTA METODOLÓGICA	94
6.2.	QUALIDADE DO AR	94
6.3.	QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA	95
6.4.	QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	97
6.5.	GESTÃO DE RESÍDUOS	98
6.6.	SÍNTESE.....	99
7.	RISCOS	101
7.1.	NOTA METODOLÓGICA	101
7.2.	RISCOS NATURAIS	104
7.2.1.	Meteorologia adversa.....	104
7.2.2.	Cheias e Inundações.....	105
7.2.3.	Sismos.....	106
7.2.4.	Movimentos de Massa em Vertentes.....	106
7.3.	RISCOS MISTOS.....	107
7.3.1.	Degradação do solo - Erosão hídrica.....	107
7.3.2.	Incêndios Florestais	108
7.4.	RISCOS TECNOLÓGICOS	108
7.4.1.	Acidentes graves de transportes.....	108
7.4.2.	Incêndios Urbanos	111
7.4.3.	Colapso de Pontes.....	111
7.4.4.	Rutura de barragens	111
7.4.5.	Acidentes industriais	112
7.4.6.	Acidentes em locais com elevada concentração populacional	112
7.5.	SÍNTESE.....	112
8.	ESTRUTURA DEMOGRÁFICA.....	115
8.1.	NOTA METODOLÓGICA	115



8.2. POPULAÇÃO RESIDENTE E EVOLUÇÃO INTERCENSITÁRIA	115
8.3. COMPONENTES DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	118
8.4. ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO	119
8.5. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS	122
8.6. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS	123
8.6.1. Nota Metodológica	123
8.6.2. 3ª Fase Projeção dos Movimentos Migratórios	134
8.6.3. Definição de cenários tendo em conta os movimentos migratórios.....	135
8.7. SÍNTESE.....	147
9. QUADRO SOCIAL	150
9.1. NOTA METODOLÓGICA	150
9.2. NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO.....	150
9.3. POPULAÇÃO ATIVA E EMPREGO.....	152
9.4. ESTRUTURA DO EMPREGO	155
9.5. PODER DE COMPRA	156
9.6. SÍNTESE.....	157
10. ATIVIDADES ECONÓMICAS	159
10.1. NOTA METODOLÓGICA	159
10.2. ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	159
10.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	161
10.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL	170
10.5. ATIVIDADE TURÍSTICA	174
10.5.1. Introdução.....	174
10.5.2. Orientações do PROT	174
10.5.3. Orientações do POAAP.....	176
10.5.4. A concretização das propostas do PROT e do POAAP no município de Reguengos de Monsaraz.....	178
10.5.5. Oferta.....	180
10.6. SÍNTESE.....	183
11. PATRIMÓNIO CULTURAL	187
11.1. NOTA METODOLÓGICA	187
11.2. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	188

11.2.1.	Considerações gerais.....	188
11.2.2.	Geologia, geomorfologia e o rio Guadiana.....	189
11.2.3.	Fronteiras e território.....	189
11.2.4.	O Paleolítico da margem direita do Guadiana.....	197
11.2.5.	As antigas sociedades camponesas de Reguengos de Monsaraz.....	200
11.2.6.	A arte rupestre do vale do Guadiana.....	203
11.2.7.	A Proto-história.....	204
11.2.8.	Reguengos no período romano e medieval.....	206
11.2.9.	Os moinhos e outros patrimónios ligados à economia de subsistência.....	209
11.3.	SÍNTESE.....	212
12.	EQUIPAMENTOS COLETIVOS.....	215
12.1.	NOTA METODOLÓGICA.....	215
12.2.	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO.....	216
12.3.	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	220
12.4.	EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL.....	221
12.5.	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	222
12.6.	EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER.....	223
12.7.	EQUIPAMENTOS DE DESPORTO.....	224
12.8.	OUTROS EQUIPAMENTOS.....	226
12.9.	SÍNTESE.....	228
13.	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES.....	230
13.1.	NOTA METODOLÓGICA.....	230
13.2.	REDE RODOVIÁRIA.....	230
13.3.	REDE FERROVIÁRIA.....	232
13.4.	TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS.....	233
13.5.	TRANSPORTE ESCOLAR.....	234
13.6.	PADRÕES DE MOBILIDADE.....	235
13.7.	SÍNTESE.....	239
14.	INFRAESTRUTURAS.....	241
14.1.	NOTA METODOLÓGICA.....	241
14.2.	ABASTECIMENTO E SANEAMENTO.....	241
14.3.	SÍNTESE.....	242



15. SISTEMA URBANO E POVOAMENTO	245
15.1. NOTA METODOLÓGICA	245
15.2. ANÁLISE DO SISTEMA URBANO	245
15.2.1. Enquadramento Teórico: Rede Urbana versus Sistema Urbano	245
15.2.2. Considerações gerais sobre o povoamento do concelho de Reguengos de Monsaraz	246
15.2.3. Metodologia utilizada	248
15.2.4. Análise do sistema urbano	249
15.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE HABITACIONAL	254
15.3.1. Introdução	254
15.3.2. Evolução do edificado – número, estado de conservação e tipologia	254
15.3.3. Evolução dos alojamentos – número, tipologia e forma de ocupação	256
15.3.4. Carências quantitativas e condições de habitabilidade dos alojamentos	259
15.4. CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA URBANÍSTICA E CONSTRUTIVA	261
15.4.1. Dinâmica urbanística	261
15.4.2. Dinâmica construtiva	263
15.5. IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS ANTIGOS DE REGUENGOS	268
15.6. NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR	273
15.7. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	290
15.8. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA	299
15.9. OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES NA CARACTERIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS	304
15.10. SÍNTESE	305
16. DIAGNÓSTICO	307
16.1. NOTA METODOLÓGICA	307
16.2. DIAGNÓSTICO SETORIAL (ANÁLISE SWOT)	308
16.3. QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO	313
16.4. MODELO TERRITORIAL	317
17. BIBLIOGRAFIA	319

FIGURAS

Figura 2.1 Enquadramento das freguesias do concelho em 2012	17
Figura 3.1 Geologia do concelho de Reguengos de Monsaraz	28
Figura 3.2 Classificação climática de Koppen	30
Figura 3.3 Precipitação acumulada na rede hidrográfica	33

Figura 3.4 Rede Hidrográfica do Rio Guadiana.....	34
Figura 3.5 Rede Hidrográfica do concelho de Reguengos de Monsaraz	35
Figura 4.1 Hipsometria	38
Figura 4.2 Mapa de declives.....	39
Figura 4.3 Exposição Solar das vertentes.....	40
Figura 4.4 Ocupação do Solo	41
Figura 4.5 Exemplos milenares de oliveiras existentes no Olival da Pêga, a noroeste de Monsaraz	43
Figura 4.6 Albufeira do Alqueva vista a partir do castelo de Monsaraz e na zona da travessia da EN255.....	44
Figura 4.7 Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental	45
Figura 4.8 Unidades de Paisagem.....	46
Figura 4.9 Unidades de Paisagem no concelho de Reguengos de Monsaraz.....	50
Figura 4.10 Estrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no município de Reguengos de Monsaraz.....	59
Figura 4.11 ERPVA do PROT no município de Reguengos de Monsaraz	62
Figura 5.1 Áreas Classificadas e IBAs na área do concelho de Reguengos de Monsaraz	67
Figura 5.2 Distribuição de <i>Digitalis mariana</i> subsp. <i>heywoodii</i> , segundo <i>Anthos. Sistema de información sobre las plantas de España</i> (quadrícula UTM 10x10km, a rosa).....	76
Figura 5.3 Ocorrências de <i>Digitalis mariana</i> subsp. <i>heywoodii</i> , sobre os limites da principal área de afloramento de granodioritos do maciço eruptivo de Reguengos dentro do concelho	77
Figura 5.4 Abrigos de morcegos de acordo com a informação disponibilizada pelo ICNF.....	80
Figura 5.5 Localização da colónia de garças de Reguengos	87
Figura 6.1 Pontos de recolha de resíduos.....	99
Figura 7.1 Articulação dos conceitos fundamentais	102
Figura 10.1 Bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz (EMFA)	170
Figura 10.2 PMOT aprovados (turísticos)	180
Figura 11.1 Capa da obra “Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal” foi editada no ano de 1951, pelo Instituto de Alta Cultura.....	190
Figura 11.2 As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, numa adaptação dos dados provenientes de Leisner e Leisner, 1951	191
Figura 11.3 Placa de xisto do III milénio BC. Fonte:Reguengos de Monsaraz e o Megalitismo..	193
Figura 11.4 Menir da Bulhoa, pormenor da decoração.....	194
Figura 11.5 Povoado Xarez 12. Fonte: EDIA, Relatório da Campanha 4, 2001	199
Figura 11.6 Complexidade estrutural da área central dos Perdigões. Fonte: Valera, 2018, p. 28	202
Figura 11.7 Atalaia de S. Gens. Fonte: Silva, 1998, p. 184	208
Figura 11.8 Levantamento das Azenhas de Cerieiros, entre as duas azenhas existia um pesqueiro. Fonte: Silva, 1998, p. 214.....	210
Figura 11.9 Moinho das Piteiras. Fonte: Silva, 1998, p. 197.....	210
Figura 11.10 Pesqueira no açude do Moinho do Gato. Fonte: Silva, 1998, p. 18.....	211
Figura 11.11 Pesqueira no açude do Moinho do Gato. Fonte: Silva, 1998, p. 194.....	211
Figura 13.1 Extrato do Plano Rodoviário Nacional - pormenor do concelho de Reguengos de Monsaraz.....	231
Figura 13.2 Extrato da Carta de Enquadramento do EIA da Ligação ferroviária Évora – Caia ...	233
Figura 15.1 Distribuição dos lugares censitários (população).....	248
Figura 15.2 Ocorrência das funções centrais no concelho	251



Figura 15.3 Ocorrência das funções centrais por lugar censitário	252
Figura 15.4 Núcleos Urbanos Antigos de Reguengos – extratos da Carta Corográfica do Reino de 1875 e dos Ortofotomapas de 2015.....	269
Figura 15.5 Relação Expansão/Diminuição do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz	295
Figura 15.6 Quadro de apoio à figura anterior	296
Figura 15.7 Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz	297
Figura 15.8 Delimitação da ARU de Reguengos de Monsaraz	301
Figura 15.9 Delimitação da ARU de S. Pedro de Corval	302
Figura 15.10 Delimitação da ARU de Campinho	303
Figura 15.11 Delimitação da ARU de São Marcos do Campo	304
Figura 16.1 Esquema Global do Diagnóstico Integrado.....	308
Figura 16.2 Modelo Territorial.....	317

QUADROS

Quadro 4.1 Unidades de Paisagem	51
Quadro 4.2 EEM do PDM de Reguengos de Monsaraz - composição.....	63
Quadro 5.1 Correspondência entre as formações vegetais cartografadas e os Habitats da Rede Natura 2000	72
Quadro 5.2 Espécies de flora de ocorrência potencial	75
Quadro 5.3 Lista das espécies de mamíferos de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral <i>et al.</i> , 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem.....	78
Quadro 5.4 Lista das espécies de aves de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral <i>et al.</i> , 2005), regime legal de proteção, estatuto fenológico na área de estudo e biótopos onde ocorrem	81
Quadro 5.5 Lista das espécies de répteis e anfíbios de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral <i>et al.</i> , 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem.	89
Quadro 6.1 Emissões atmosféricas anuais por setor	94
Quadro 6.2 Caracterização das massas de água do concelho de Reguengos de Monsaraz	96
Quadro 6.3 Qualidade das águas seguras para consumo.....	97
Quadro 6.4 Recolha de resíduos, em 2011 e 2014	98
Quadro 6.5 Recolha seletiva de resíduos, em 2011 e 2014	98
Quadro 7.1 Identificação de riscos no concelho de Reguengos de Monsaraz	103
Quadro 7.2 Área ardida, 2007-2017	108
Quadro 7.3 Acidentes de viação com vítimas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2007-2016	109
Quadro 8.1 Evolução da população residente, 1950-2011	116
Quadro 8.2 Indicadores do movimento da população do concelho de Reguengos de Monsaraz e da sub-região do Alentejo Central, 2001 a 2011	118
Quadro 8.3 Movimento natural e migratório da população, 2001 a 2011	119
Quadro 8.4 Estrutura etária da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz e na região do Alentejo Central, 2001 e 2011.....	120

Quadro 8.5 Estrutura etária da população residente por freguesia do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011	121
Quadro 8.6 Famílias clássicas segundo a dimensão, 2011	122
Quadro 8.7 Evolução do número de famílias clássicas, 1991, 2001 e 2011	123
Quadro 8.8 População residente em 2011,	
Quadro 8.9 Número médio de óbitos entre 2011, por sexo e grupo etário, no concelho de 2013 e 2013, por sexo e grupo etário, no concelho de Reguengos de Monsaraz de Reguengos de Monsaraz	126
Quadro 8.10 Tábuas de Mortalidade calculadas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, em 2011, por sexo e por grupos etários quinquenais -.....	127
Quadro 8.11 Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, no horizonte da Projeção Demográfica (‰)	130
Quadro 8.12 Cenário Natural para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias	131
Quadro 8.13 Projeções Demográficas (Cenário Natural) para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos	132
Quadro 8.14 Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Baixa Atração	136
Quadro 8.15 Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Atração Moderada	136
Quadro 8.16 Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Atração Constante	137
Quadro 8.17 Estrutura-tipo dos Movimentos Migratório (ONU).....	137
Quadro 8.18 Cenário de Baixa Atração para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias	138
Quadro 8.19 Projeções Demográficas (Cenário de Baixa Atração) para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos	139
Quadro 8.20 Cenário de Atração Moderada para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias	141
Quadro 8.21 Projeções Demográficas (Cenário de Atração Moderada) para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos.....	142
Quadro 8.22 Cenário de Atração Constante para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias	144
Quadro 8.23 Projeções Demográficas (Cenário de Atração Constante) para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos.....	144
Quadro 8.24 Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2020-2040, por freguesia	149
Quadro 9.1 Nível de qualificação académica da população residente, 2011	152
Quadro 9.2 População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2011.....	153
Quadro 9.3 Taxas de atividade e desemprego por freguesia do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011	154
Quadro 9.4 Desemprego Registrado por Concelho segundo o Género, no final de janeiro de cada ano entre 2004 e 2021	154
Quadro 9.5 População empregada por sector de atividade, 2001 e 2011.....	155
Quadro 10.1 Taxa de sobrevivência das empresas, 2011	160
Quadro 10.2 Estrutura empresarial, 2017	161
Quadro 10.3 Natureza jurídica dos produtores agrícolas no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009.....	163



Quadro 10.4 Evolução das empresas de indústria transformadora e pessoal ao serviço, 2001 a 2011	170
Quadro 10.5 Empresas de Indústria Transformadora, 2011	171
Quadro 10.6 Empresas de Indústria no parque industrial de Reguengos de Monsaraz, 2012....	173
Quadro 10.7 PMOT aprovados, enquadramento do POAAP e no PROT, n-º de camas e situação	179
Quadro 10.8 Oferta de alojamento turístico (2019)	181
Quadro 12.1 Equipamentos do Domínio Educação.....	218
Quadro 12.2 Equipamentos do Domínio Saúde	220
Quadro 12.3 Equipamentos do Domínio Solidariedade e Segurança Social e respetiva capacidade/utentes	221
Quadro 12.4 Equipamentos do Domínio Cultura e Lazer	223
Quadro 12.5 Associações Culturais e Recreativas.....	224
Quadro 12.6 Equipamentos do Domínio Desporto	225
Quadro 12.7 Associações Desportivas	226
Quadro 12.8 Outros Equipamentos	227
Quadro 13.1 Síntese das carreiras de transporte público que servem o concelho de Reguengos de Monsaraz – Rodoviária do Alentejo	233
Quadro 13.2 Plano de transportes escolares 2017-2018.....	235
Quadro 13.3 População residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda no concelho de residência e noutro concelho – total e principais destinos, 2011	236
Quadro 13.4 População residente nas freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda no concelho de residência e noutro concelho, e principais destinos*, 2011 ...	237
Quadro 13.5 Origem da população residente em Portugal que trabalha ou estuda no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011	238
Quadro 13.6 População residente em Portugal que trabalha em Reguengos de Monsaraz por atividade económica, 2011	239
Quadro 15.1 Lugares censitários no município de Reguengos (população em 2001 e 2011 e respetiva variação).....	247
Quadro 15.2 Proporção da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, por perímetro urbano, em 2001 e 2011	249
Quadro 15.3 Ligações diretas entre os aglomerados urbanos.....	250
Quadro 15.4 Prestação dos aglomerados urbanos	253
Quadro 15.5 Hierarquia urbana existente no concelho.....	253
Quadro 15.6 Evolução do número de edifícios, 2001 e 2011	255
Quadro 15.7 Edifícios, segundo a época de construção, 2011	256
Quadro 15.8 Edifícios, segundo a utilização, 2011.....	256
Quadro 15.9 Número de alojamentos, residentes e famílias, e variação, 2001 e 2011	257
Quadro 15.10 Relação entre alojamentos familiares e edifícios, 2001 e 2011	258
Quadro 15.11 Regime de propriedade dos alojamentos de residência habitual, 2011	258
Quadro 15.12 Formas de ocupação dos alojamentos, 2001 e 2011	259
Quadro 15.13 Carências quantitativas de habitação, 2011	260
Quadro 15.14 Evolução recente da oferta de habitação social, 2009-2015	260
Quadro 15.15 Nível de infraestruturação dos alojamentos familiares de residência habitual, 2001 e 2011.....	261
Quadro 15.16 Necessidades de infraestruturação dos alojamentos, 2011.....	261

Quadro 15.17 Alvarás de loteamento emitidos entre 1995 e 2019*	262
Quadro 15.18 N.º de edifícios licenciados, por tipo de obra, entre 1995-2017	265
Quadro 15.19 Perímetros urbanos e categorias de espaço	273
Quadro 15.20 Cidade de Reguengos de Monsaraz - Solos afetos ao uso habitacional	274
Quadro 15.21 Nível de concretização dos perímetros urbanos em vigor	275
Quadro 15.22 Outros elementos relevantes na caracterização dos perímetros urbanos	305
Quadro 16.1 Análise SWOT - Domínio Biofísico e Ambiental	309
Quadro 16.2 Análise SWOT - Domínio Socioeconómico	310
Quadro 16.3 Análise SWOT - Domínio Cultural	311
Quadro 16.4 Análise SWOT - Domínio Equipamentos, Infraestruturas e Acessibilidades	312
Quadro 16.5 Análise SWOT - Domínio Urbano	313

GRÁFICOS

Gráfico 3.1 Temperaturas em Reguengos de Monsaraz	31
Gráfico 3.2 Temperaturas médias mensais e precipitação em Reguengos de Monsaraz	32
Gráfico 7.1 Índice de gravidade, 2007-2016	109
Gráfico 8.1 Evolução da população residente por freguesia, 1950-2011	117
Gráfico 8.2 Índice de envelhecimento 1991 a 2011	120
Gráfico 8.3 Pirâmide etária da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011	122
Gráfico 8.4 Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	125
Gráfico 8.5 Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral (‰)	129
Gráfico 8.6 Regressão Linear das Taxas Brutas de Fecundidade entre 1922 e 2017 (‰)	130
Gráfico 8.7 Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz Cenário Natural	133
Gráfico 8.8 Evolução do Saldo Migratório (N.º), no concelho de Reguengos de Monsaraz, entre 1991 e 2017	134
Gráfico 8.9 População residente em Reguengos de Monsaraz segundo a origem de proveniência (N.º)	135
Gráfico 8.10 Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz Cenário de Baixa Atração	140
Gráfico 8.11 Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz Cenário de Atração Moderada	143
Gráfico 8.12 Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz Cenário de Atração Constante	145
Gráfico 8.13 Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2020-2040, para o concelho de Reguengos de Monsaraz	147
Gráfico 9.1 Taxa de analfabetismo, 2001 e 2011	150
Gráfico 9.2 Taxa de analfabetismo por freguesia, 2001 e 2011	151
Gráfico 9.3 Taxa de abandono escolar, 2001 e 2011	151
Gráfico 9.4 Taxa de atividade, 2001 e 2011	153
Gráfico 9.5 População empregada por sector de atividade, 2001 e 2011	156
Gráfico 9.6 Poder de Compra per Capita, 2015	157
Gráfico 9.7 Evolução do poder de comprar <i>per capita</i> entre 2005 e 2015	157
Gráfico 10.1 Evolução do número de empresas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2004-2017	159
Gráfico 10.2 Superfície agrícola utilizada no concelho de Reguengos de Monsaraz	162



Gráfico 10.3 Natureza jurídica das explorações agrícolas presentes nas freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2009.....	164
Gráfico 10.4 Formas de exploração agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2009...	165
Gráfico 10.5 Tipologia da mão-de-obra agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009	166
Gráfico 10.6 Classe de idades da mão-de-obra agrícola não familiar no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central	166
Gráfico 10.7 Composição da SAU no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009.....	167
Gráfico 10.8 Produção de vinho declarado (hl) no concelho de Reguengos de Monsaraz	168
Gráfico 10.9 Proporção de espécies produzidas no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central	169
Gráfico 10.10 Distribuição por freguesia do número de empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local do concelho de Reguengos de Monsaraz (2019)	182
Gráfico 12.1 N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Reguengos de Monsaraz, entre 1999/2000 e 2016/2017	219
Gráfico 15.1 Evolução do total de edifícios licenciados em obras de edificação, 1995-2017.....	264
Gráfico 15.2 Distribuição dos edifícios licenciados por freguesia (N.º), 1995-2017	265
Gráfico 15.3 Distribuição por tipo de obra dos edifícios licenciados entre 1995 e 2017	266
Gráfico 15.4 Evolução dos fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, 1995-2017	267
Gráfico 15.5 Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar no concelho, entre 1995-2017.....	268
Gráfico 15.6 Distribuição dos fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesia, 1995-2017	268

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
Referência do Projeto	P032
Descrição do Documento	Volume I - Relatório
Fase	Fase 3
Versão	Discussão Pública
Referência do Ficheiro	P032_PDM_F1_VOL_I_RE_b.docx
N.º de Páginas	324
Autores	Equipa do PDM, RR Planning, Arquipelago Arquitetos, Mãe de Água, Nélia Domingos e Carla Fernandes
Outras Contribuições	
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	4 março 2021 Editado com a Proposta de Plano em 22 de julho de 2024 e posteriormente a 21 de fevereiro de 2025 e a 10 de julho de 2025 e a 15 de janeiro de 2026

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição
Preliminar	1	27 dezembro 2018	
a)	1	23 outubro 2019	
b)	1	4 março 2021	Correção ao QRE, inclusão da componente cultural e atualização de outros temas



1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/95, de 16 de outubro.

A Câmara Municipal deliberou em 14 de janeiro de 2014 aprovar o Relatório de Avaliação de Execução do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, bem como a elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, através do Aviso n.º 2805/2014, de 20 de fevereiro. Complementarmente foi designada a Comissão de Acompanhamento do Plano através do Aviso n.º 5260/2014, de 22 de abril. Os trabalhos de revisão do PDM de Reguengos de Monsaraz não tiveram seguimento.

Entretanto o enquadramento legal foi alterado com a publicação:

- Da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (adiante designado de LBGPPSOTU) Lei n.º 31/2014, de 30 de maio;
- Do novo Regime jurídico de instrumentos de gestão territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
- Do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - Classificação do solo que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;
- Da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro que determina a constituição e funcionamento da Comissão Consultiva, que vem substituir as anteriores Comissões de Acompanhamento dos Planos.

Face ao exposto, foi publicada uma nova deliberação, com vista a retomar os trabalhos da Revisão do PDM, tendo como base uma atualização do Relatório de Avaliação da Execução do PDM e vigor desenvolvida que procedeu a uma Avaliação dos níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município; à identificação dos fatores de mudança da estrutura do território e à definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar.

Concluiu o Relatório de Avaliação do PDM em Vigor que decorridos cerca de vinte e três anos desde a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, se verifica a necessidade imperiosa da sua revisão. Essa necessidade decorre:

- Da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração (estabelecida no conteúdo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do RJIGT);
- Ao novo quadro legal, acima mencionado;
- Da desatualização da cartografia que serviu de base à elaboração do PDM;
- Da entrada em vigor de um conjunto de planos e programas estratégicos com incidência no território municipal.

Face ao exposto, o presente Relatório corresponde aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico (ECD) da Revisão do PDM de Reguengos de Monsaraz.

Os ECD iniciados pelo capítulo 1, onde se apresenta o enquadramento territorial do concelho bem como a apresentação dos instrumentos de gestão territorial e de estratégia incidentes no concelho sendo seguidos pelos capítulos 3 a 15 onde a caracterização e diagnóstico é agrupada em cinco domínios de análise:

- Domínio Biofísico e Ambiental: geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos; análise fisiográfica, uso do solo, paisagem e estrutura ecológica; Conservação da Natureza; qualidade ambiental e riscos;
- Domínio Socioeconómico: análise da dinâmica demográfica e socioeconómica da população, projeções demográficas e atividades económica;
- Domínio Cultural: Património Arqueológico, património Imóvel Classificado, Património Etnográfico.
- Domínio Equipamentos, Infraestruturas e Acessibilidades: caracterização dos Equipamentos Coletivos, das Acessibilidades e Transportes e das Infraestruturas;
- Domínio Urbano: sistema urbano e povoamento.

Por fim, no capítulo 16, é apresentado o Diagnóstico.



2. ENQUADRAMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Reguengos de Monsaraz localiza-se na região Sudeste de Portugal continental, pertence à divisão administrativa de Nível 1 do distrito de Évora, e em termos estatísticos à Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos III (NUTS III) do Alentejo Central. Encontra-se limitado a Norte pelos concelhos do Redondo e Alandroal, a Este pelo concelho de Mourão, a Sul pelos concelhos de Moura (que pertence á NUT III do Baixo Alentejo) e Portel, e a Oeste pelo concelho de Évora.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz era composto, até 2012, por 5 freguesias, sendo estas, Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz. Em 2012, fruto da reorganização administrativa imposta pelo Decreto-lei n.º 22/2012 de 30 de maio, do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, efetivou-se a fusão das freguesias do Campinho e do Campo, resultando dessa fusão a União de Freguesias do Campo e Campinho. O concelho passou a ser constituído assim por 4 freguesias, Corval, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz e União de Freguesias do Campo e Campinho.

LOCALIZAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

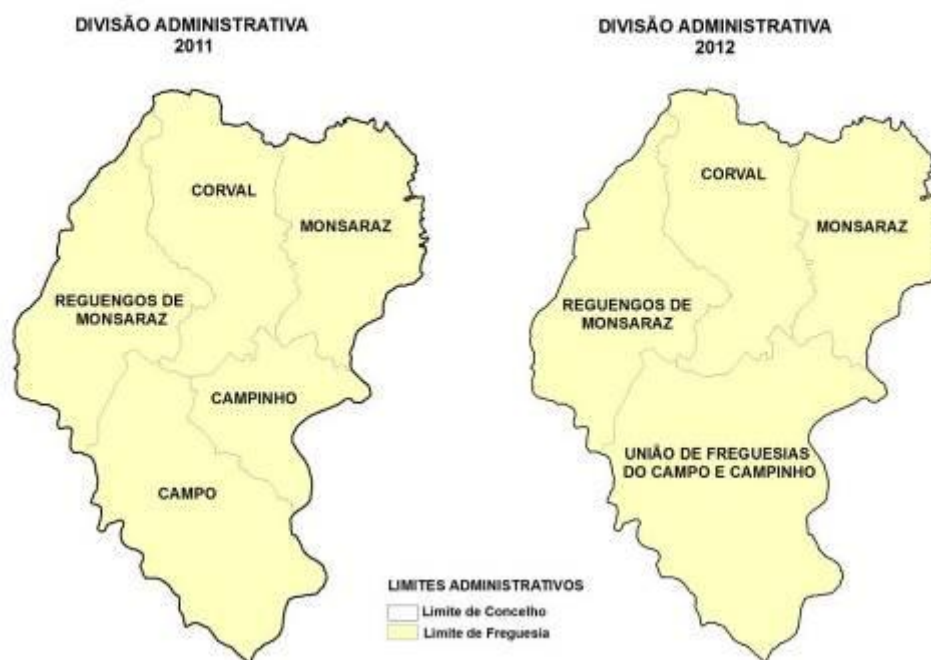


Figura 2.1 | Enquadramento das freguesias do concelho em 2012

O Concelho tem uma área 461,22 km², uma população de 10.828 habitantes (2011) e uma densidade populacional de 23,47 hab/km². O concelho acompanha esta tendência regional de decréscimo da população, tendo perdido 4 223 habitantes nos últimos 50 anos, correspondendo a 28% da população residente no início da década de 50, aproximadamente 1/3 da população total. A maior perda populacional no concelho de Reguengos de Monsaraz verificou-se, à semelhança da

região do Alentejo, na década de 60, perda essa correspondente a 24% e 22,8% da população residente, respetivamente. Porém, na década seguinte, assinala-se já uma maior diferenciação da evolução demográfica do concelho de Reguengos de Monsaraz, que se apresenta como sendo positiva (1,5%) face à Região (-1,5%), que mantém a perda demográfica. Verifica-se, no concelho, uma breve recuperação do decréscimo populacional, tão significativo na década anterior, contrastando com as perdas a nível regional, ainda que seja uma recuperação temporária, tendo em conta que nas décadas seguintes, e até à década de 2001/11 - na qual existe um aumento significativo da população (5,1%) - o concelho apresenta perdas.

2.2. ENQUADRAMENTO NOS IGT E INSTRUMENTOS DE ESTRATÉGIA

Desde a publicação do PDM, e especialmente nos últimos anos, assistiu-se a uma importante alteração no enquadramento legislativo do Ordenamento do Território e à aprovação de novos instrumentos de gestão territorial. Esta dinâmica é acompanhada por uma revolução no contexto estratégico que serve de enquadramento aos mesmos instrumentos de gestão territorial, e que se traduz na aprovação de um conjunto de planos e programas de natureza diversa.

Os Planos e Programas considerados são listados no quadro seguinte, com referência ao diploma legal que procede à sua aprovação/publicação, sendo organizado em Instrumentos de Gestão Territorial e Planos e Programas Estratégicos, de âmbito supramunicipal ou municipal.

Quadro 2.1 | Planos e Programas que constituem o Quadro Estratégico Global de Intervenção

Instrumentos de Gestão Territorial*	Legislação
Âmbito Supramunicipal	
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto
Plano Nacional da Água (PNA)	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro 2016
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (PGRH)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro
Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP) - Revisão	Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, de 4 de agosto
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT) - Revisão	Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)**	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN)	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto
Âmbito Municipal	
Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz (PURM)	Aviso n.º 2058/2009, de 22 de janeiro Aviso n.º 10958/2020, de 28 de julho - suspensão parcial
Plano de Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz (PIERCNM)	Regulamento n.º 565/2008, de 3 de novembro



Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal (PPHB)	Aviso n.º 26834/2010, de 21 de dezembro
Plano de Pormenor das Herdades de Gagos e Xerez (PPHGX)	Aviso n.º 18253/2010, de 15 de setembro
Plano de Pormenor do Parque de Alqueva (PPPA)	Regulamento n.º 317-B/2007, de 26 de novembro
Planos e Programas Estratégicos	
Âmbito Supramunicipal	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)	Despacho Conjunto do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, N.º 8277/2007, de 9 de maio de 2007
PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais	Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril
Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de março
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos + (PERSU 2020+)	Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho
Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6.B/2015, de 4 de fevereiro
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio
Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto
Programa de Ação Nacional para Combate à Desertificação (PANCD)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho 2014
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central (PIAAC – AC)	2018
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho
Estratégia Regional – Alentejo 2030	2020
Plano de Ação Transfronteiriça do Lago Alqueva 2014-2020 (ATLA)	2014
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho
Âmbito Municipal	

Biografia da Paisagem - Proposta de Percursos Pedestres para o Concelho de Reguengos de Monsaraz	-
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU): ARU de Reguengos de Monsaraz	Aviso n.º 3853/2018, de 22 de março
ARU de Campinho ARU de São Marcos do Campo ARU de São Pedro do Corval	Aviso n.º 851/2017, de 19 de janeiro
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Reguengos de Monsaraz	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	Edital n.º 417/2020, de 19 de março.
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	2012

* São Identificados como Instrumentos de Gestão Territorial os que se encontram listados no Sistema Nacional de Gestão Territorial (SNIT), consultado em http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/igt_em_vigor__snit_/acesso_simples/

** A ZPE de Reguengos, designada em 2008, não integra o PSRN 2000.

De acordo com o RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o sistema de gestão territorial organiza-se, num quadro de interação coordenada, em quatro âmbitos, para os quais são aqui identificados os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que incidem no município de Reguengos de Monsaraz¹:

- O âmbito nacional e regional – é concretizado através do programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais e os programas especiais. A área de intervenção é abrangida, portanto, pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), o Plano Nacional da Água (PNA), o Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT) e o Plano Rodoviário Nacional (PRN).
- O âmbito intermunicipal – é concretizado através de programas intermunicipais, plano diretor intermunicipal, planos de urbanização intermunicipais, e dos planos de pormenor intermunicipais. Contudo, o âmbito intermunicipal não se encontra representado na área de intervenção.
- O âmbito municipal – é concretizado através do plano diretor municipal, planos de urbanização e planos de pormenor. No caso do município de Reguengos de Monsaraz, o PDM, o PURM - Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz, o PPPA - Plano de Pormenor do Parque Alqueva, o PPHB - Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal e o PPHGX - Plano de Pormenor das Herdades do Gagos e Xerez.

A descrição destes Planos consta do Relatório de Definição de Âmbito, apresentando-se de seguida apenas as orientações principais decorrentes do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

Perante a estratégia delineada no PROT, destaca-se o posicionamento de Reguengos de Monsaraz atribuído no modelo territorial definido no PROT. Com efeito, Reguengos de Monsaraz encontra-se classificado como Centro Urbano Estruturante (CUE);

¹ Os Instrumentos de Gestão Territorial são identificados de acordo com o constante no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) da Direção Geral do Território (DGT) (Quadro 15.2).



De acordo com o PROT, os CUE desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas e devem assumir esta função regional.

No seu contributo para o policentrismo, os CUE devem:

- *“Afirmar -se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;*
- *Desenvolver redes de forte articulação com os CUR e os centros urbanos complementares, consolidando subsistemas urbanos;*
- *Desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;*
- *Cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e ou sócio-cultural;*
- *Afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;*
- *Fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.”* (PROT Alentejo pp 3002).

Acresce ainda de acordo com o PROT (no que se refere às normas específicas associadas à estruturação do sistema urbano) o objetivo de consolidação de um sistema urbano policêntrico suportado em subsistemas urbanos regionais e em eixos de relacionamento de proximidade (Norma 127, pp 3021). Sendo objetivo para o Alentejo Central “Fortalecer os níveis de especialização e o carácter inovador do subsistema urbano do Alentejo Central, de forma a: (...) “iv) Afirmar Reguengos de Monsaraz, Mourão, Portel e Moura (do subsistema do Baixo Alentejo), enquanto principais centralidades urbanas do Alqueva”.

No domínio do turismo destaque para as referências que este Plano encerra para a Zona do Empreendimento de Alqueva no ponto “*pólos de desenvolvimento turístico de relevante importância nacional*”, a saber:

“(...) 101 — O pólo turístico de Alqueva, estabelecido no PENT, abrange os concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz. A sua constituição pressupõe a promoção turística da albufeira de Alqueva e envolvente na sua dimensão paisagística e ambiental, o aproveitamento na perspetiva turística da proximidade de Évora na sua dimensão patrimonial e cultural e a exploração da natureza transfronteiriça da área de influência de Alqueva estabelecendo o mercado interno e o mercado espanhol como mercados prioritários de desenvolvimento deste pólo turístico nacional.

No que respeita aos **Planos e Programas Estratégicos**, também listados no Quadro 2.1, de acordo com o seu âmbito supramunicipal e municipal, sintetizam-se de seguida as principais alterações no contexto estratégico e do ordenamento do território tendo por referência os temas principais identificados. A análise dos mesmos, e das suas implicações/diretivas relativamente à Revisão do PDM, é apresentada no Relatório de Definição de Âmbito que acompanha este Fase.

Sustentabilidade e Conservação da Natureza

A nível nacional, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que data já de 2007, determina uma estratégia transversal para o desenvolvimento sustentável, atendendo aos domínios económico, social, ambiental e de responsabilidade social.

A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que visa a conservação da natureza e da diversidade biológica, promovendo uma utilização sustentável desses recursos, foi revista em 2018. Nesta estratégia destaca-se, entre outras, a opção pela constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, que é constituída pelas áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Domínio Público Hídrico (DPH), além do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, que no município de Reguengos de Monsaraz se encontra representado pela ZPE de Monsaraz (incluída na Rede Natura 2000).

Floresta

As orientações para o setor florestal datam também já de 2006, tendo a Estratégia Nacional para as Florestas sido atualizada em 2015. A vertente de prevenção do risco de incêndio é representada pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2006), que seria em 2017 apoiado pelo primeiro Programa Nacional de Fogo Controlado.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios determina a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no âmbito dos quais é desenvolvida a cartografia de perigosidade de incêndio florestal. No caso de Reguengos de Monsaraz o PMDFCI de 3ª geração foi aprovado em 2020.

Destaca-se ainda, entre os IGT, a presença de um plano orientado para a gestão e ordenamento florestal, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo, que foi revisto em 2019.

Riscos e Alterações Climáticas

Os riscos têm vindo a ganhar protagonismo no Ordenamento do Território, assinalando-se a nível municipal (para além do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios), o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, que identifica os riscos naturais e tecnológicos presentes no município e define as responsabilidades e modo de atuação das operações de proteção civil.

A nível nacional, assinalam-se vários Planos e Programas referentes a riscos específicos: Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; e o Programa de Ação Nacional para Combate à Desertificação, que visa prevenir e reverter a desertificação/degradação das terras.

Intimamente associado aos riscos, assinala-se a afirmação da importância das Alterações Climáticas, que atualmente se traduz no Plano Nacional Energia e Clima 2030 e Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. Estes apoiam a continuidade da implementação da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas, sendo complementado pelo Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.

O concelho de Reguengos de Monsaraz não integrou o grupo de municípios beneficiário projeto ClimAdapt.Local, no âmbito do qual foram elaboradas 26 Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas. No entanto está incluído no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIMAC.



Recursos Hídricos

No âmbito dos Recursos Hídricos, assinala-se que a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais data de 2007, visando a definição de soluções ambientalmente sustentáveis para a eliminação das situações de poluição causadas pela descarga de efluentes não tratados nas linhas de água e solo.

As primeiras versões do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e da estratégia de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais são ainda anteriores a 2007, mas dispõem de atualizações, designadamente: o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2014-2020, que tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos; e o PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, que visa a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços.

Entre os IGT são identificados dois importantes instrumentos de gestão dos recursos hídricos, a nível nacional o Plano Nacional da Água, e a nível regional o PGRH do Guadiana, ambos revistos em 2016.

Resíduos

À semelhança dos temas anteriores, relacionado com a proteção do ambiente, diferencia-se o tema dos Resíduos, representado a nível nacional, por: o Plano Nacional de Gestão de Resíduos, que visa a prevenção e gestão dos resíduos; e o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos +, que incide particularmente sobre os resíduos urbanos.

Turismo

O Turismo é orientado pela Estratégia para o Turismo 2027, que identifica linhas de atuação prioritárias que devem nortear as decisões de política pública e as opções de investimento para o Turismo na próxima década. Destacam-se, pela sua relação com o Ordenamento do Território, as linhas de atuação prioritária referentes ao eixo estratégico “Valorizar o Território”, que visam a valorização, preservação e promoção do património histórico-cultural, da orla costeira e economia do mar, das áreas protegidas e das cidades e regiões (através da regeneração urbana).

Por outro lado, o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) constitui uma estratégia de promoção do turismo de natureza, ou seja incidindo particularmente sobre as áreas classificadas, como as da Rede Natura 2000.

Acresce ainda nesta matéria, o novo recurso da região - a Água - quando combinado com as potencialidades endógenas do território como seja o sol e o espaço, proporciona uma nova paisagem, uma nova realidade, que fazem do concelho de Reguengos de Monsaraz, uma excelente localização de investimento em diversas fileiras económicas, nomeadamente: turismo; agricultura/agroindústrias; artesanato; inovação; energias renováveis; ambiente; e inovação e tecnologia.

Transportes

No âmbito dos transportes é identificado, entre os IGT, o Plano Rodoviário Nacional - PRN2000, que define a rede rodoviária nacional que desempenha funções de interesse nacional ou internacional, sendo constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) estabelece os princípios orientadores da atuação setorial e promove a implementação de um vasto programa de reformas estruturais a concretizar no sector das infraestruturas e transportes.

Território

Ao nível do território, assinala-se a existência de dois planos que definem a nível nacional e regional as diretrizes para o Ordenamento do Território – o Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

Merece destaque a afirmação de uma estratégia para a reabilitação urbana, representada a nível municipal, pela aprovação da delimitação de quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no município de Reguengos de Monsaraz, respeitando o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, segundo o qual a reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana é promovida pelos municípios, através da apresentação de uma estratégia de reabilitação urbana ou de um programa estratégico de reabilitação urbana a aprovar através de instrumento próprio ou de plano de pormenor de reabilitação urbana.

Assinala-se ainda a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, aprovada em 2015, visa potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do País, também ao nível local, propondo um conjunto de medidas de Medidas de estratégia e coordenação, Medidas legislativas e de regulação e Medidas de informação, sensibilização e educação.

Operacional

Por fim, destaque para a existência de um Plano de Ação Transfronteiriça do Lago Alqueva 2014-2020, e para o contributo regional para o futuro período de programação comunitária, ou seja a Estratégia Regional – Alentejo 2020.



PARTE I – DOMÍNIO BIOFÍSICO E AMBIENTAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



3. GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E CLIMA

3.1. NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo é elaborada uma apresentação analítica da geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos, elementos base territoriais fulcrais para posterior proposta de plano. Assim, foram consultados o LNEG (1989) e o sítio do SNIRH, para a base geológica e hidrogeológica, respetivamente, bem como o sítio do IPMA e respetivas normais climáticas, e a metodologia de Köppen, constante em Kottek, M., 2006. Ainda foi utilizada informação disponibilizada pela APA e pelo Sniamb, relativas a recursos hídricos.

3.2. GEOLOGIA

O concelho de Reguengos de Monsaraz inclui-se, do ponto de vista geomorfológico, na peneplanície alentejana, sendo que, geologicamente, se tornam visíveis 6 formações distintas (unidades geológicas da coluna litostratigráfica) e que de seguida se descrevem, segundo definição do LNEG (Laboratório Nacional da Energia e Geologia):

- Formação de Ossa: Xistos e Grauvaques (COS): A formação de Ossa pertence à zona de Ossa-Morena, uma das unidades geológicas e geotectónicas em que se subdivide o Maciço ibérico. Formada por uma sucessão xisto-psamítica que se torna mais grauvacóide à medida que se aproxima do topo (d'Almeida, 2000). Esta formação aflora tanto a Norte e Nordeste do território municipal, englobando a vila de Monsaraz e suas elevações topográficas, como a Sul e Sudoeste, sendo que é uma macroformação que se estende por uma larga área do Sul de Portugal e Espanha;
- Formação de Ossa: Vulcanitos Básicos (COSVB4): Na base desta mesma formação e em áreas menos profundos, apresentam-se, essencialmente, afloramentos de vulcanitos básicos, como basaltos alcalinos (d'Almeida, 2000). A formação que aqui se descreve, contínua da anterior, está presente essencialmente em território submerso pela albufeira do Alqueva, como pode ser visível posteriormente;
- Granodioritos e Tonalitos (g_delta1);
- Granitos (g1);
- Formação de Barrancos (OBA): A Formação de Barrancos é constituída por xistos roxos, mais frequentes na parte inferior, e xistos cinzento-esverdeados, micáceos. Mantém, portanto, uma presença xistosa à semelhança de parte da formação de Ossa, demonstrando a sua continuidade geomorfológica, como refere Araújo et al. (2006);
- Vulcanitos básicos e raros ácidos de São Marcos do Campo (OBAVB5): O complexo vulcânico de São Marcos do Campo aflora na parte inferior da já referida formação de Barrancos e é constituído predominantemente por rochas máficas, mas com passagens de vulcanitos ácidos (Araújo, 1989), que apresentam assinatura geoquímica do tipo orogénico (Mata et al, 1993).

Observa-se que, no território concelhio, são os granitoides que predominam, bem como as restantes rochas metamórficas e plutónicas, o que confere ao mesmo, características distintas do território envolvente.

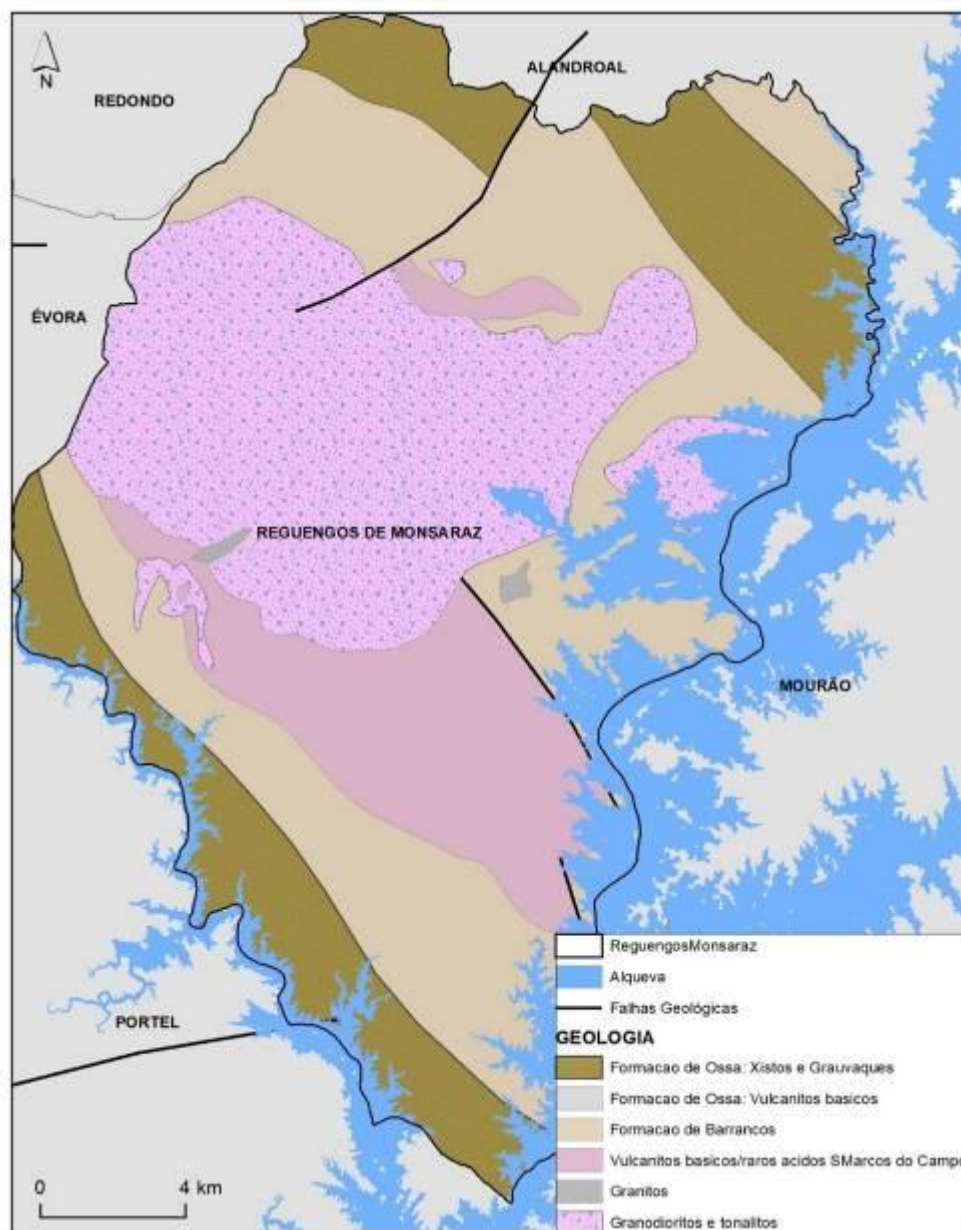


Figura 3.1 | Geologia do concelho de Reguengos de Monsaraz

Fonte: LNEG, 1990

3.3. HIDROGEOLOGIA

O concelho de Reguengos de Monsaraz é quase na totalidade caracterizado por um relevo pouco acentuado, excetuando uma breve série de cristas de orientação hercínica, a norte, que constituem as únicas linhas de relevo de importância em todo o concelho, como se verá na análise da Hipsometria.

Graças a fatores tectónicos e topográficos, algumas pequenas nascentes surgem nas vertentes destes relevos, com pouco interesse hidrológico dados os pequenos caudais que apresentam.



O facto de não se conhecerem nascentes importantes não significa que estas formações sejam improdutivas, podendo ser apenas devido ao fraco relevo resultante da peneplanização da região. Estas rochas fornecem na maioria das vezes caudais importantes.

As manchas graníticas e xistosas, que ocupam no concelho uma grande extensão, têm-se revelado como aquíferos de fracas possibilidades e muito sensíveis à variação de pluviosidade, com quebras acentuadas de caudal em estiagens. Este comportamento hidrológico está diretamente relacionado com a sua fraca alteração no caso dos granitos e pela natureza argilosa dos minerais resultantes da meteorização quando se trata de xistos. Além disso estas rochas apresentam uma pequena capacidade de armazenamento o que origina diminuição progressiva de produtividade à medida que a extração se prolonga.

3.4. CLIMA

De forma a proceder a uma proposta de ordenamento territorial, ainda que à escala municipal, o conhecimento do clima dominante é fulcral, tendo em conta que este, à semelhança de outras temáticas, é uma condicionante para a ação humana e respetiva implantação territorial. Apesar da reduzida dimensão territorial de Portugal, existe diversidade climática de Norte a Sul, essencialmente devido à extensão latitudinal do território Nacional.

O concelho de Reguengos de Monsaraz é alvo da intervenção de um clima mediterrâneo de influência continental, o que o insere na classe Csa (clima temperado com inverno chuvoso e verão quente e seco; clima com temperatura no mês mais frio abaixo de 18°C; nos três meses mais frios maiores que -3°C; no mês mais quente maior ou igual a 22°C) (Kottek, M. et al., 2006) (Kottek, M.; Grieser, J.; Beck, C.; Rudolf, B.; Rube, F. (2006). "World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated». Meteorologische Zeitschrift. 15 (3): 259–263) da classificação climática de Köppen, conforme poderá ser verificado na figura seguinte.

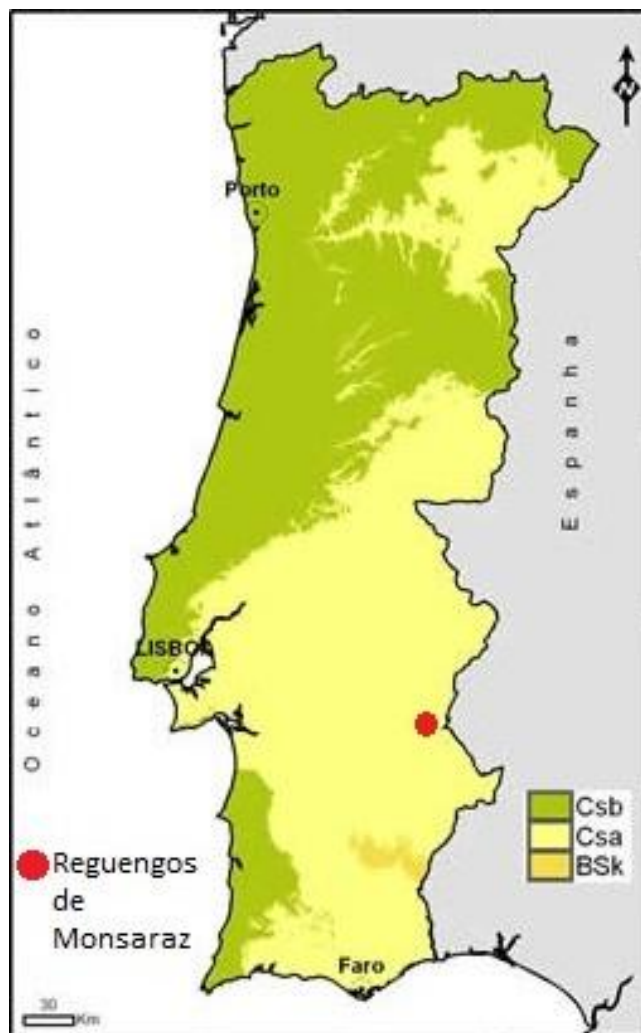


Figura 3.2 | Classificação climática de Koppen

Adaptado de: IPMA, 2018

Esta metodologia de classificação caracteriza-se por considerar, na sua génese e essencialmente, valores médios anuais e mensais de temperatura do ar e precipitação mas também aspetos fitossociológicos. Assim, tornou-se necessária, de forma a complementar esta classificação inicial, a recolha de informação relevante para a área municipal, como a precipitação e a temperatura anuais, mensais e médias, como havia sido referido anteriormente.

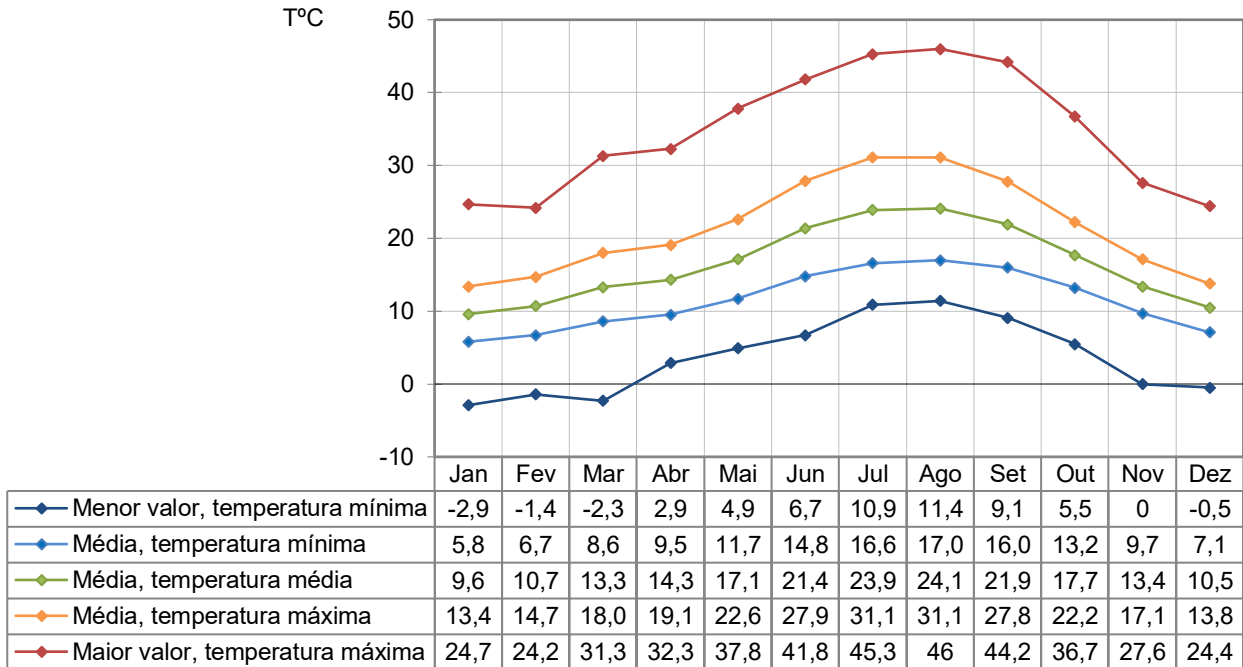
No entanto, face à inexistência de uma estação climática na vila de Reguengos de Monsaraz ou nas suas proximidades, optou-se por efetuar um estudo com base na estação mais próxima, a de Évora, tendo sido utilizados os valores de precipitação e temperatura das normais climatológicas de 1981-2010 para esta mesma estação.

É possível entender o carácter mediterrânico que envolve o clima do concelho em estudo, como foi referido acima. A época estival, em que se registam temperaturas médias mensais acima dos 20°C, estende-se de junho a setembro. Nos meses de Inverno, de dezembro a fevereiro, registam-se temperaturas médias próximas ou abaixo dos 10°C.



A temperatura mais alta verifica-se no mês de agosto, com o maior valor de temperatura máxima a rondar os 46°C. A temperatura mais baixa regista-se no mês de janeiro, com um valor a rondar os 2,9°C negativos (Gráfico seguinte).

Gráfico 3.1 | Temperaturas em Reguengos de Monsaraz



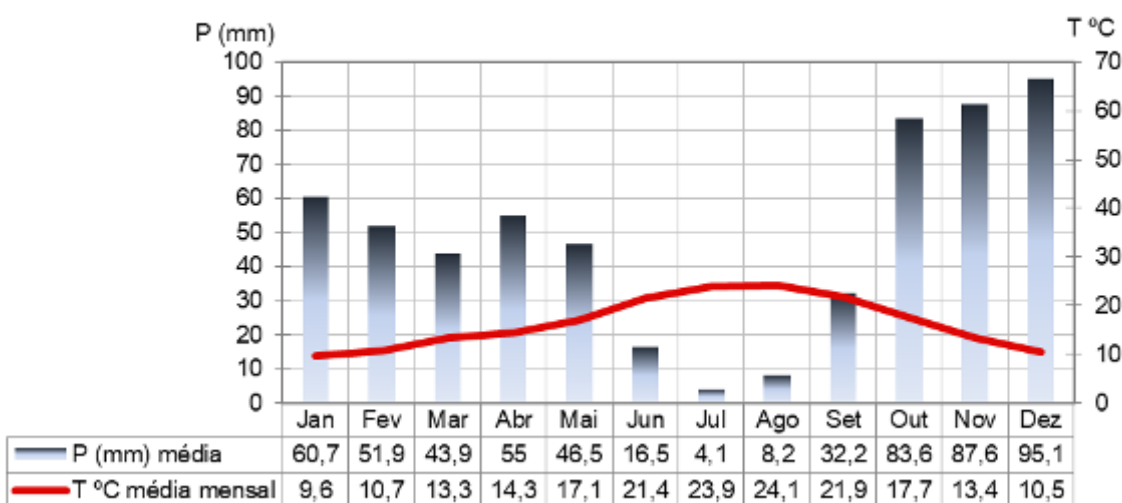
Fonte: IPMA, 2018

As amplitudes térmicas (diferença entre o valor médio do mês mais quente e o valor médio do mês mais frio) são significativas nesta área, chegando a verificar-se uma amplitude térmica anual que atinge 14,5°C. O posicionamento continental do concelho de Reguengos de Monsaraz é determinante no registo dos valores de temperatura, uma vez que o afastamento ao mar acentua o calor nos meses mais quentes e o frio nos meses mais frios, fazendo-se sentir o efeito extremo da continentalidade.

O gráfico que se segue representa valores médios mensais de temperatura e precipitação onde são facilmente identificáveis três meses extremamente secos, sendo os mesmos, os meses estivais: de junho, julho e agosto, sendo que estes meses possuem valores de precipitação inferiores aos da temperatura e registando os meses de julho e agosto valores de precipitação inferiores aos 10mm. Os meses mais chuvosos coincidem com os meses de Outono e atingindo valores mensais de precipitação bastante mais elevados que o restante dos meses. São eles os meses de outubro, novembro e dezembro, sendo o último, o mês mais chuvoso chegando a registar valores superiores a 95 mm de precipitação.

As principais causas deste comportamento relacionam-se com a influência do Anticiclone dos Açores durante o Verão e com a passagem de perturbações frontais na estação mais fria, que induzem respetivamente, menores e maiores precipitações. Os valores pluviométricos são ainda influenciados pela chegada de ar continental oriundo do interior da Península Ibérica e que, devido à menor humidade, constitui um fator limitante à ocorrência de precipitações abundantes.

Gráfico 3.2 | Temperaturas médias mensais e precipitação em Reguengos de Monsaraz



Fonte: IPMA, 2018

3.5. RECURSOS HÍDRICOS

No que respeita à distribuição dos recursos hídricos superficiais de Portugal, podem ser observados contrastes bastante relevantes, consequentes da desigual repartição da precipitação, dos contrastes térmicos e de evapotranspiração patentes em território nacional continental. Para além de uma desigualdade espacial, a irregularidade temporal também é uma característica hidrológica marcante no território português (Figura seguinte). De facto, em Portugal, grande parte da precipitação e consequente escoamento, concentra-se no semestre húmido, de outubro a março, enquanto o semestre seco estende-se de abril a setembro e é marcado por uma diminuição da precipitação e do escoamento superficial, como é visível nas tabelas e gráficos do subcapítulo anterior. O contraste norte-sul também é bastante evidente, verificando-se balanços hídricos positivos nas bacias hidrográficas do norte e negativos nas bacias hidrográficas do sul, sendo a cordilheira central o limite geográfico entre as duas regiões. Na figura seguinte pode identificar-se a posição que o concelho de Reguengos de Monsaraz ocupa face aos valores médios anuais de escoamento para o território continental.

Em Portugal, as bacias hidrográficas com maior excesso de água são as do Cávado e Lima, situadas na região noroeste, sendo as de maior escassez as do rio Guadiana e Sado a Sudoeste e Sudeste.



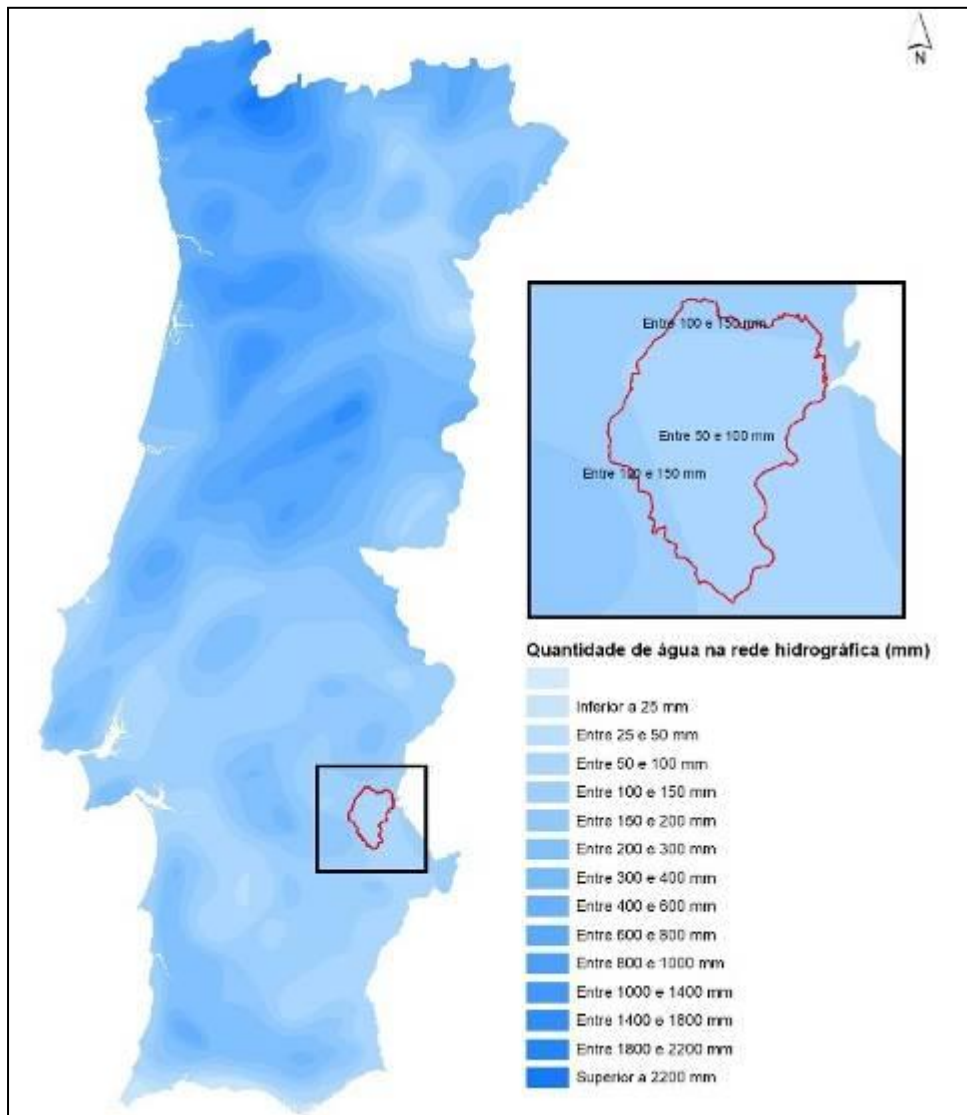


Figura 3.3 | Precipitação acumulada na rede hidrográfica

Fonte: Adaptado de: SNIRH, 2018

O concelho de Reguengos de Monsaraz está inserido na bacia hidrográfica do Guadiana que abrange uma superfície total de 66 999 km², dos quais 54 464 (82,78%) em Espanha e 11 534 (17,22%) em Portugal. A Região Hidrográfica do Guadiana – RH 7, abrange 32 concelhos como se pode verificar na figura seguinte, dos quais 10 estão totalmente inseridos na RH (caso de Reguengos de Monsaraz) e 22 estão parcialmente abrangidos.

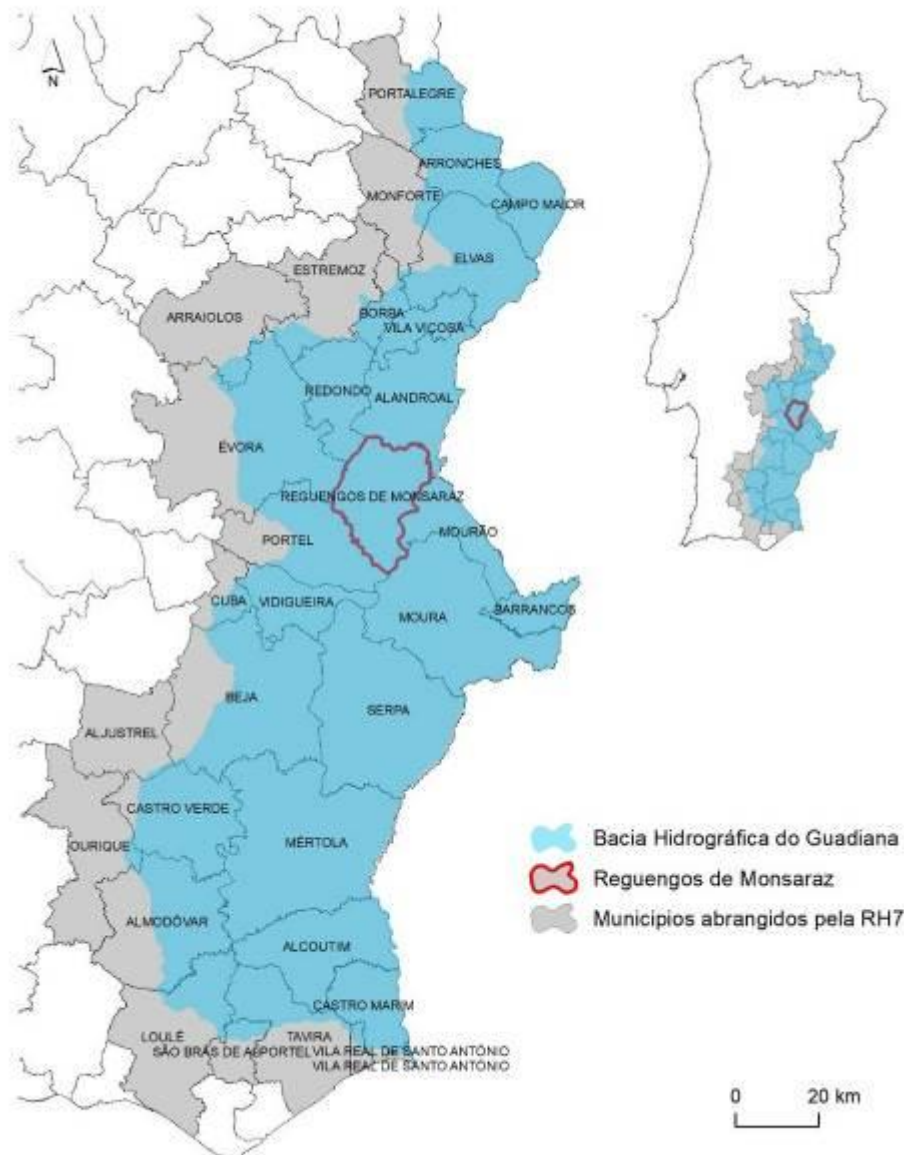


Figura 3.4 | Rede Hidrográfica do Rio Guadiana

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Os recursos hídricos superficiais no concelho correspondem a um conjunto de linhas de água e de drenagem natural dos quais importa realçar o Rio Guadiana e a Albufeira do Alqueva, sendo estes os principais rios e plano de água, respetivamente, na área e que tangem com o território municipal. Para além destes, o Rio Degebe tem especial interesse por ser um dos principais afluentes do Guadiana, desaguar na Albufeira do Alqueva e fazer fronteira com o concelho de Portel.



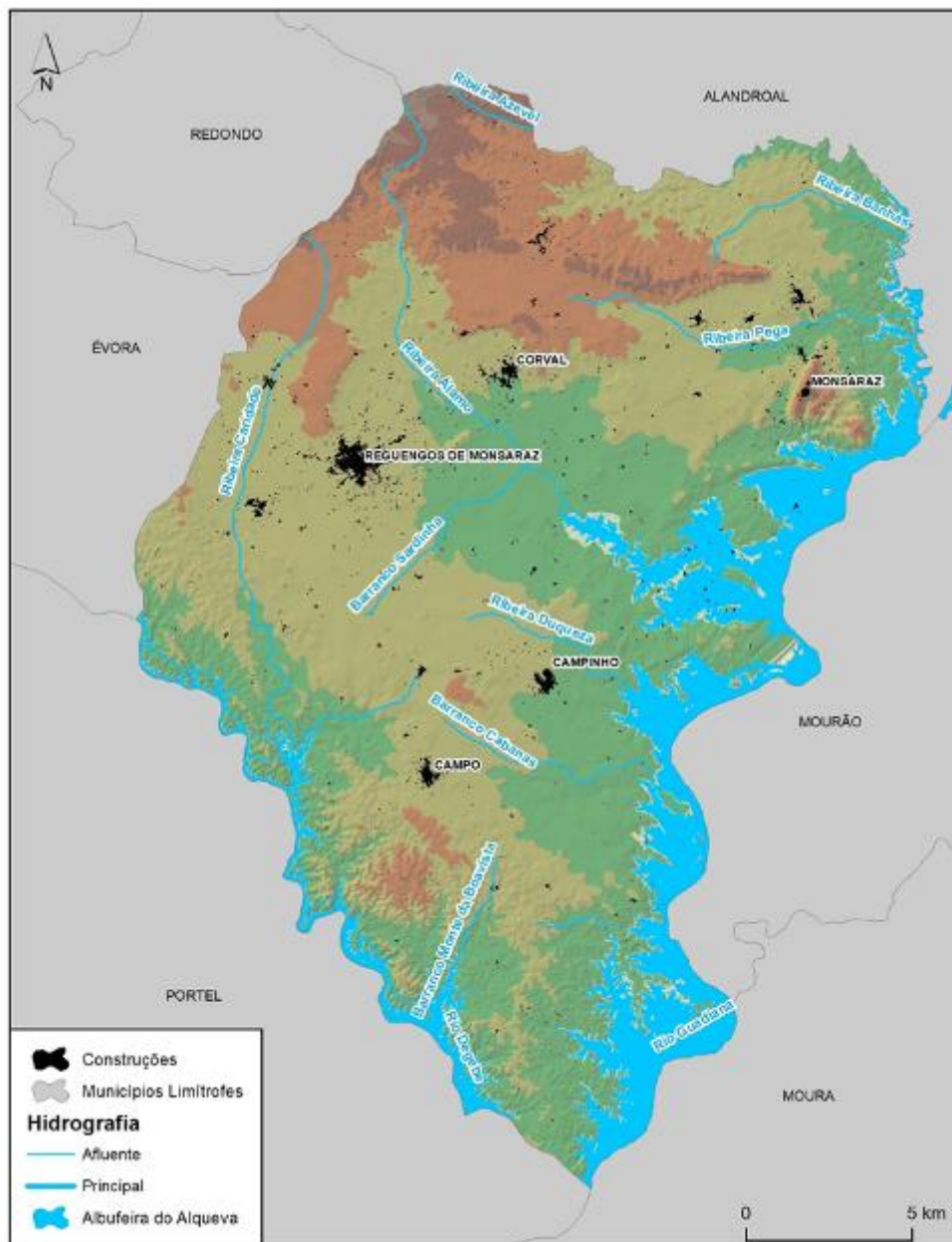


Figura 3.5 | Rede Hidrográfica do concelho de Reguengos de Monsaraz

Fonte: SNIAMB

No restante território existe um conjunto significativo de barrancos e ribeiras que, pela sua dimensão e localização, não se apresentam como sendo fulcrais, até porque, em caso de seca, as mesmas também secam. Desta feita, são essenciais de referência em questões meramente agrícolas.

3.6. SÍNTESE

- O concelho de Reguengos de Monsaraz inclui-se, do ponto de vista geomorfológico, na peneplanície alentejana, sendo que, geologicamente, se tornam visíveis 6 formações distintas (unidades geológicas da coluna litostratigráfica):
 - Formação de Ossa;
 - Formação de Ossa;
 - Granodioritos e Tonalitos (g_delta1);
 - Granitos (g1);
 - Formação de Barrancos (OBA);
 - Vulcanitos básicos e raros ácidos de São Marcos do Campo (OBAVB5).
- O concelho de Reguengos de Monsaraz é alvo da intervenção de um clima mediterrâneo de influência continental,
- A temperatura mais alta verifica-se no mês de agosto, com o maior valor de temperatura máxima a rondar os 46°C. A temperatura mais baixa regista-se no mês de janeiro, com um valor a rondar os 2,9°C negativos (Gráfico seguinte).
- As amplitudes térmicas são significativas nesta área, chegando a verificar-se uma amplitude térmica anual que atinge 14,5°C.
- O concelho de Reguengos de Monsaraz está inserido na bacia hidrográfica do Guadiana que abrange uma superfície total de 66 999 km², dos quais 54 464 (82,78%) em Espanha e 11 534 (17,22%) em Portugal.
- Os recursos hídricos superficiais no concelho correspondem a um conjunto de linhas de água e de drenagem natural dos quais importa realçar o Rio Guadiana e a Albufeira do Alqueva, sendo estes os principais rios e plano de água, respetivamente, na área e que tangem com o território municipal. Para além destes, o Rio Degebe tem especial interesse por ser um dos principais afluentes do Guadiana, desaguar na Albufeira do Alqueva e fazer fronteira com o concelho de Portel.



4. USO DO SOLO, PAISAGEM E ESTRUTURA ECOLÓGICA

4.1. NOTA METODOLÓGICA

A morfologia do território nacional apresenta contrastes e variações muito significativas, de Norte para Sul e do litoral para o interior. O concelho de Reguengos de Monsaraz encontra-se no sul continental, o que significa que apresenta, dentro de si, diferenças pouco significativas, tendo em conta que o mesmo tem diferenças menores ao nível hipsométrico, estando, como referido anteriormente, numa peneplanície.

No subcapítulo Análise Fisiográfica pretende descrever as características topográficas do território de Reguengos de Monsaraz, paralelamente é feita a análise do Uso do Solo com base na Carta de Ocupação do Solo de 2017, bem como a descrição das Unidades de Paisagem e proposta preliminar de Estrutura Ecológica.

4.2. ANÁLISE FISIOGRÁFICA

4.2.1. Hipsometria

No território do concelho de Reguengos de Monsaraz, não existe uma variação hipsométrica demasiado significativa, sendo que varia entre os 80 e os 385 metros de altitude, ainda que os valores mais reduzidos sejam relevantes apenas em espelho de água. Desta forma, e considerando apenas as variações hipsométricas em terra, existe uma variação de cerca de 229 metros, entre os 385m e os 156m.

Duas divisões podem ser atribuídas ao território: toda a área a Norte de Reguengos de Monsaraz e, paralelamente, toda a área a Sul e Sudeste. A primeira é característica pelas cotas mais elevadas, essencialmente junto à fronteira municipal onde, se alcançam os 424 metros de altitude face ao nível médio das águas do mar. Mais distante desta continuidade de elevação mais relevante, apresentam-se as serras de Monsaraz e adjacentes.

A Sul e Sudeste de Reguengos de Monsaraz, o concelho apresenta cotas bastante inferiores, coincidentes com a Albufeira do Alqueva e respetivas margens.

Os pontos mais elevados do concelho coincidem com o Castelo de Monsaraz e as Serras a Norte, na freguesia do Corval.

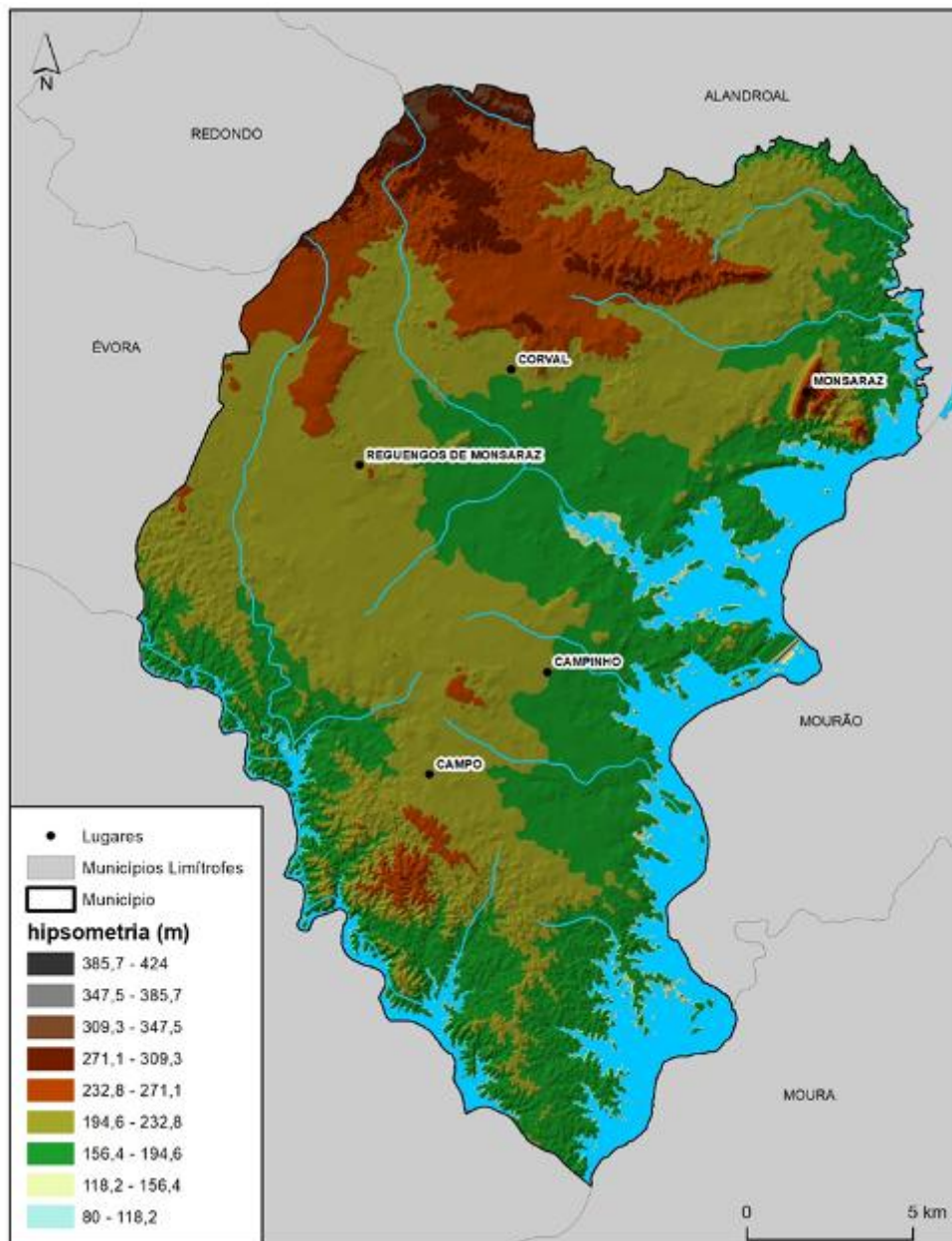


Figura 4.1 | Hipsometria

Fonte: CM Reguengos de Monsaraz, PMDFCI

4.2.2. Declives

Como já foi referido anteriormente, o relevo no concelho de Reguengos de Monsaraz é pouco acidentado, com exceção da área correspondente à área Norte do mesmo. Como se pode perceber na figura seguinte, nesse setor setentrional os declives chegam a ser superiores a 20%, sendo, no entanto, a serra de Monsaraz a que agrupa maior concentração de declives bastante elevados. A maior parte do restante território concelhio compreende declives entre os 0 e os 5 e os 5 e 10%. Ainda assim é visível que, apesar da reduzida altitude, as margens da Albufeira do Alqueva, em especial no setor Sudoeste do concelho, apresentam declives elevados que podem ser superiores a 20%.



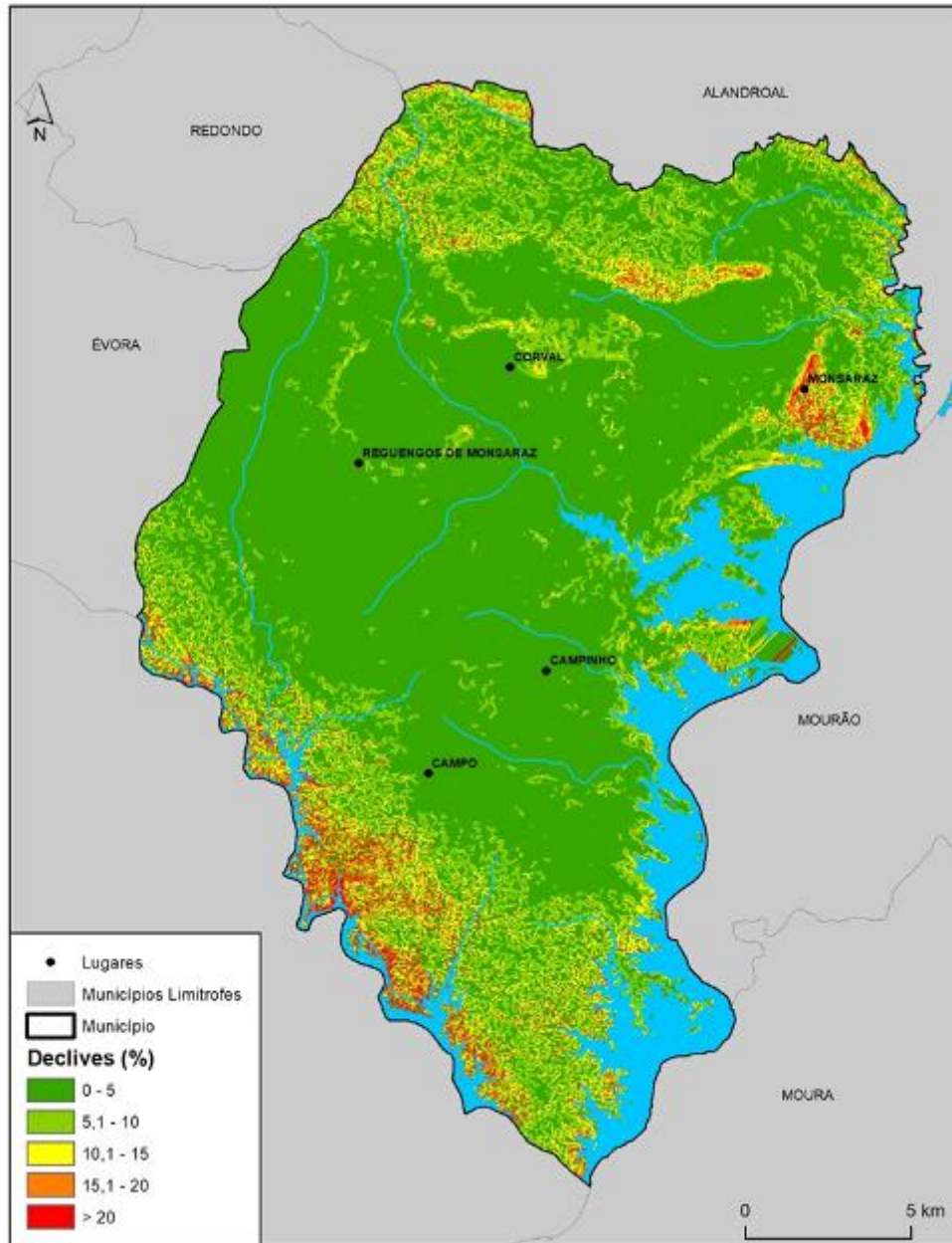


Figura 4.2 | Mapa de declives

Fonte: CM Reguengos de Monsaraz

4.2.3. Exposição das vertentes

Quanto às exposições solares, equivalentes à orientação das vertentes, denota-se a predominância das orientações Sul, Sudeste e Sudoeste, o que significa uma maior influência da luminosidade solar e, por conseguinte, exposição à mesma, característica essa que potencia o uso do solo agrícola ou a atração turística.

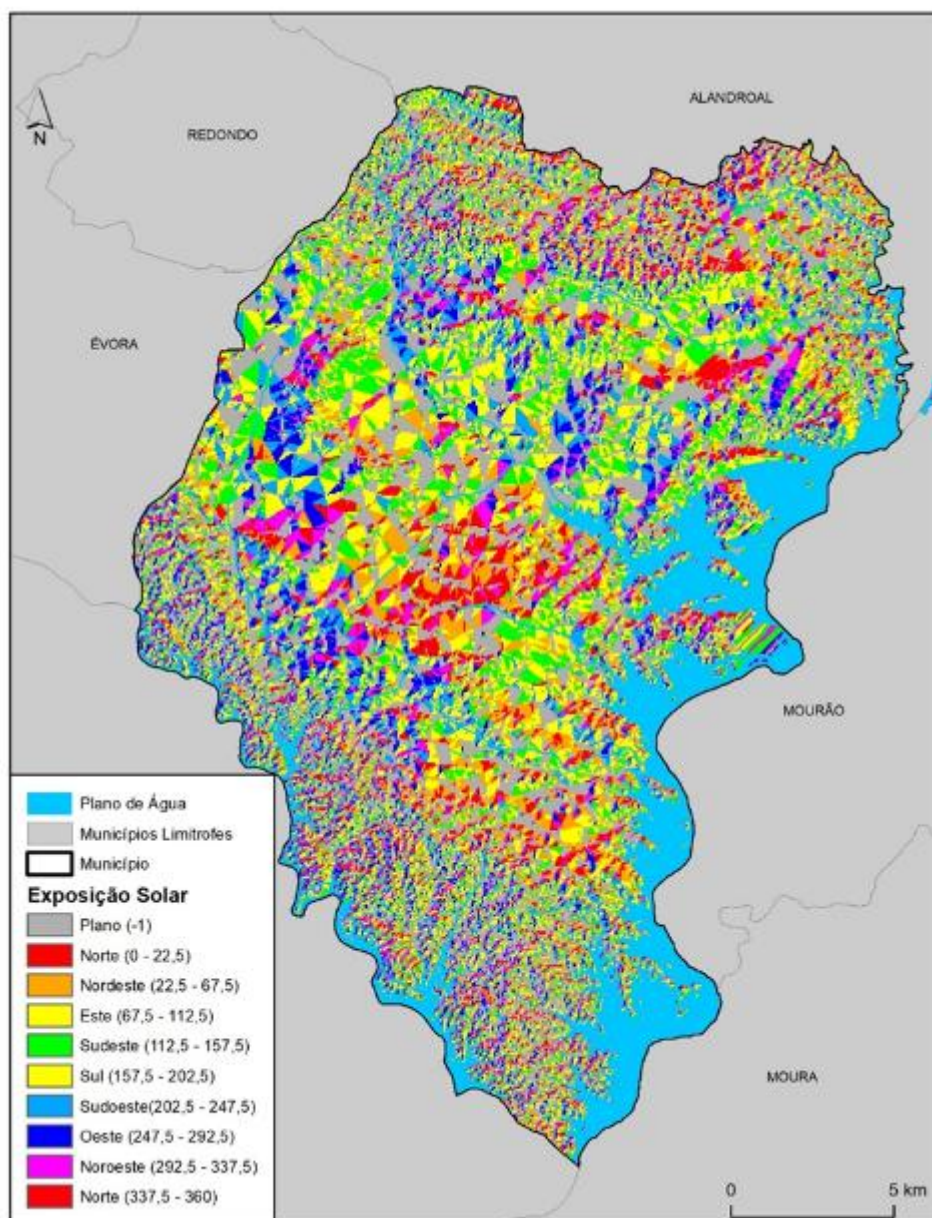


Figura 4.3 | Exposição Solar das vertentes

Fonte: CM Reguengos de Monsaraz

4.3. USO DO SOLO

O uso do solo em Reguengos de Monsaraz é dividido, segundo a Mega Classe da COS 2017, por 8 grandes grupos de ocupação do Solo: Agricultura (15 851ha), Corpos de Água (5 474 ha), Espaços descobertos ou com vegetação esparsa (0,16 ha), Florestas (6 642 ha), Matos (996 ha), Pastagens (3 923 ha), Sistemas Agroflorestais (12 764 ha) e Territórios Artificializados (747 ha), totalizando os 46 399 ha da área do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Esta abordagem demonstra que Reguengos de Monsaraz é um concelho eminentemente agrícola e agroflorestal, com mais de metade da sua área a ser ocupada por este tipo de atividades. Não



obstante e, como será referido posteriormente, o concelho apresenta particularidades que devem ser referidas, como o peso da área de vinha, que lhe assegura o título de capital dos vinhos de Portugal. Assim, a contabilização da área ocupada por vinha, face ao total da área agrícola concelhia demonstra-se como fulcral para explicar o peso da área agrícola e representar a especificidade da vinha. Estas áreas vitivinícolas ocupam 4 075 ha, aproximadamente 26% do total da área agrícola.

Relativamente à localização destas áreas, a quase totalidade encontra-se em torno da sede de concelho, Reguengos de Monsaraz, demonstrando a existência de área preferencial de implementação deste tipo de culturas.

Também a presença de sobreiro é relevante, com 1 507 ha, ainda que não tenha o mesmo peso que a primeira cultura referida, estando esta, distribuída de forma mais equitativa pelo território.

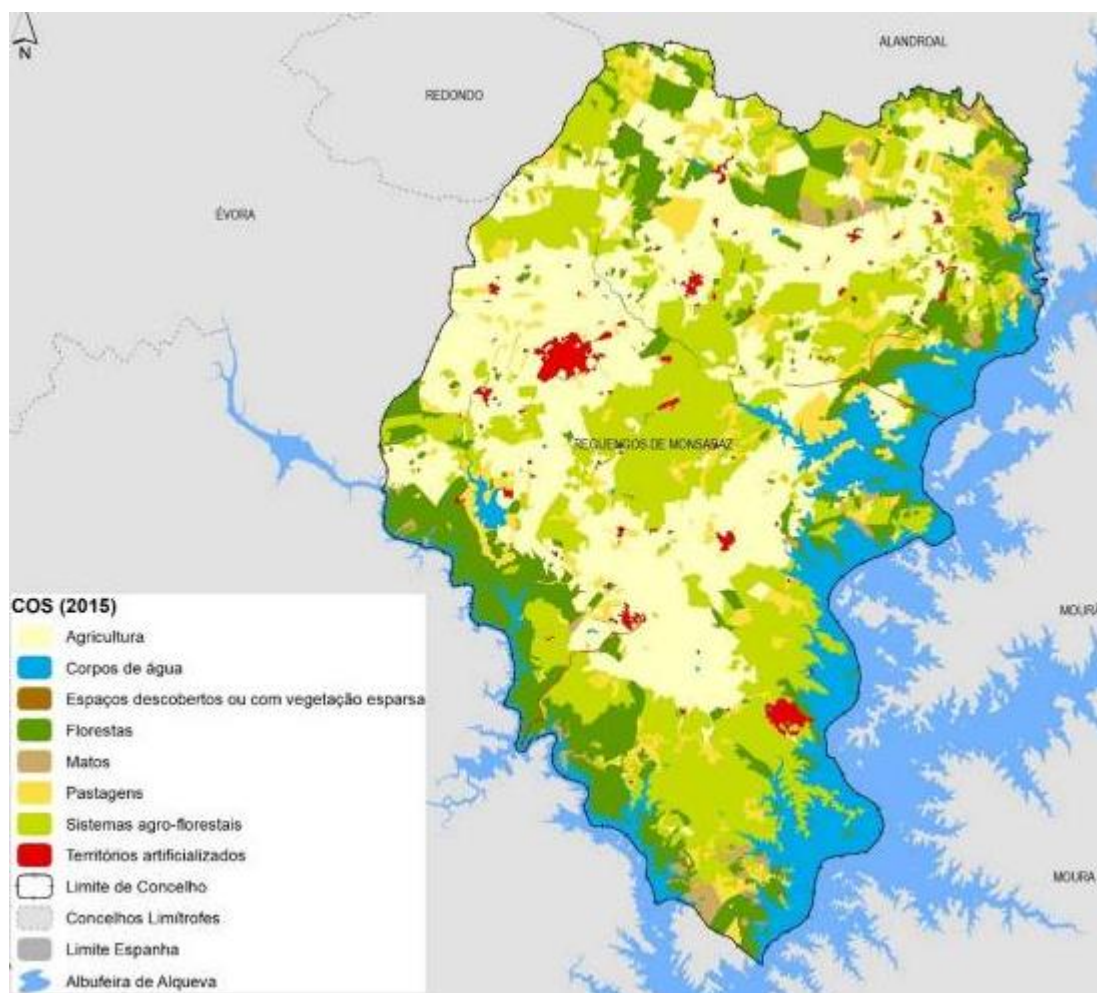


Figura 4.4 | Ocupação do Solo

Fonte: COS, 2017

4.4. PAISAGEM

4.4.1. Metodologia

Neste capítulo pretende-se caracterizar a paisagem do concelho de Reguengos de Monsaraz tendo em conta o objetivo final do plano que consiste na apresentação de propostas concretas no que se refere ao regime de uso e ocupação do solo, bem como no que se refere a eventuais medidas de gestão.

De acordo com as orientações da Direção-Geral do Território (ex-DGOTDU, 2011) para a incorporação do estudo da paisagem na Revisão do PDM, o mesmo deverá obedecer a três etapas principais: Análise/ Diagnóstico, Proposta e Gestão da Paisagem. A identificação e caracterização das unidades de paisagem constitui, assim, o elemento central do estudo da paisagem na Fase 1 da Revisão do PDM (Estudos de Caracterização e Diagnóstico).

Nesta fase os principais aspetos analisados prendem-se com fatores de ordem funcional, estrutural e visual. O fator paisagem é analisado em duas vertentes complementares:

- Componentes da paisagem/ estruturas do território: estruturas morfológicas, estruturas antrópicas e ocupação do território;
- Unidades de paisagem: compreende a definição e caracterização das unidades de paisagem.

Procurou-se que a análise da paisagem não constituísse um simples somatório das diferentes componentes da mesma, mas tivesse como base uma perspetiva integrada dos diferentes fatores.

4.4.2. Estruturas do Território

4.4.2.1. Estruturas Morfológicas e Uso do Solo

O concelho de Reguengos de Monsaraz surge como parte integrante da região natural do Alentejo, da bacia hidrográfica do rio Guadiana e da denominada Zona da Ossa Morena. Numa caracterização mais abrangente apresenta-se enquadrado por importantes linhas estruturantes da paisagem: o rio Guadiana, a este, a serra de Monfurado, a oeste, a serra de Portel, a sudoeste os relevos proeminentes associados à serra de Ossa e à plataforma Estremoz - Vila Viçosa, a norte.

Em oposição à monotonia associada ao relevo alentejano, este é um território marcado pela diversidade morfológica. A peneplanície neste local apresenta-se muito irregular: áreas aplanadas a suavemente onduladas intercalam com zonas de relevo mais vigoroso associadas ao maior encaixe das linhas de água ou à maior proeminência das linhas de fecho. Esta diversidade é promovida pela variedade do substrato litológico sobre o qual o território assenta. A alternância entre as formações dominantes, graníticas e de xisto, reflete-se na presença de tipologias de paisagem diferenciadas.

O granito materializa amplas peneplanícies na envolvente de Reguengos de Monsaraz, caracterizadas por vales largos e elevações suaves pouco proeminentes, onde os solos mais férteis e profundos propiciam uma ocupação predominantemente agrícola.

O xisto, pelas características menos favoráveis que determina - relevo mais vigoroso, solos delgados, inférteis e com reduzida capacidade de retenção de água - apresenta um tecido partilhado entre montados e áreas agrícolas de sequeiro. As zonas mais acidentadas manifestam-se revestidas por bosques de sobre e azinho com subcoberto de mato, no qual domina a esteva.



Estas considerações estão patentes no âmbito de uma análise mais detalhada efetuada anteriormente nos Capítulos 3.2, 4.2 e 4.3, relativos à geologia, às principais estruturas morfológicas e à descrição das diferentes tipologias de uso do solo presentes no território concelhio.

4.4.2.2. Estruturas Antrópicas

As estruturas antrópicas compõem-se de elementos que resultam da ação do homem sobre o meio e influenciam, de uma forma positiva ou negativa, a estrutura da paisagem.

Relacionam-se aqui elementos do passado e da atualidade, materializando-se em elementos edificados (caso da barragem do Alqueva e das infraestruturas viárias, entre outras), elementos patrimoniais, aglomerados populacionais tradicionais (centros históricos e/ou quintas) e elementos agrícolas (culturas com características específicas).

Relativamente a estes últimos, refere-se que a agricultura constituiu uma atividade fulcral na sobrevivência e no desenvolvimento da região do Alentejo.

Pelo simbolismo e importância socioeconómica que representam para esta região, bem como pela expressão que assumem na paisagem, a cultura do olival e, principalmente, a da vinha desempenham um importante papel na estruturação da ocupação do território, sendo os olivais tradicionais de sequeiro com árvores de maior porte elementos de valorização da paisagem (caso dos exemplares existentes ao longo do Caminho Real, no Olival da Pega).



Figura 4.5 | Exemplares milenares de oliveiras existentes no Olival da Pêga, a noroeste de Monsaraz

“Para além da forte variação cromática ao nível da superfície do solo (os verdes frescos ao longo do inverno e primavera, os ocreos no verão, os castanhos da terra lavrada no Outono), tem particular interesse o ciclo anual nas parcelas de vinha, mantendo o verde da folhagem durante todo o verão, passando depois a vermelhos e castanhos no Outono e desaparecendo durante o inverno para renascer luminosamente na primavera. A conjugação destas variações no mosaico apertado das parcelas agrícolas, as alterações da luz ao longo do ano e do dia, dá aqui origem a interessantes composições cromáticas. (Cancela d’Abreu et al., 2004).

A paisagem do concelho é também marcada pela presença de inúmeros elementos patrimoniais, uns mais monumentais do que outros, uns mais visíveis do que outros, dadas as suas características específicas e adaptação às condicionantes físicas locais.

No que se refere aos elementos patrimoniais mais representativos da identidade e cultura da paisagem, os mesmos constituem-se como elementos de valorização visual da mesma, podendo também funcionar como elementos estruturantes/ marcantes do território, caso do castelo de Monsaraz, cuja presença é fundamental na definição da identidade desta zona.

Ao nível do património arquitetónico interessa referir a presença dos típicos montes alentejanos, centro de uma grande propriedade, constituídos usualmente por várias componentes: instalações de trabalhadores permanentes ou sazonais, a casa principal, os armazéns, os celeiros, as oficinas e os estábulos. Por vezes, nos mais ricos, uma capela, uma obra hidráulica e cercas com dimensão.

Também os pequenos montes, com os mais antigos construídos em pedra com alçados de xisto e blocos de quartzo, com duas ou três divisões e contrafortes nos cantos ou ao longo das paredes, são presença constante na paisagem do concelho. Associado a estes montes destaca-se a presença do poço, imprescindível como reserva de água para a lida da casa, bem como fonte de captação de água para a agricultura aqui praticada. Nestes casos é comum a presença do curral e por vezes ainda o forno, normalmente adossado ao monte.

Interessa realçar que o concelho de Reguengos de Monsaraz, à semelhança da região Alentejo, é fortemente marcado pela presença de numerosos elementos de património arqueológico, destacando-se, entre outros, os espaços sepulcrais e os marcos simbólicos e sagrados que definem a paisagem: monumentos megalíticos (antas ou dólmenes e menires) e gravuras rupestres, manifestações materiais de um processo de demarcação simbólica da paisagem.

Ao nível das estruturas antrópicas com um impacte visual negativo para a paisagem refere-se que não existem infraestruturas com presença marcante na paisagem do concelho, apenas havendo a referir as linhas elétricas aéreas de alta e média tensão, suportadas por postes de betão e/ou metálicos de médias/grandes dimensões, que atravessam o território, constituindo importantes elementos de intrusão visual, sobretudo em paisagens de menor capacidade de absorção visual.

Por último, mas não menos importante, destaque para a Albufeira do Alqueva, como um dos elementos antrópicos com maior força estruturante nesta paisagem, com uma presença visual bastante marcante devido ao imenso plano de água que foi introduzido na paisagem alentejana, por norma árida.



Figura 4.6 | Albufeira do Alqueva vista a partir do castelo de Monsaraz e na zona da travessia da EN255

De facto, a construção da barragem do Alqueva deu origem ao maior lago artificial da Europa, um enorme reservatório hídrico criado com o objetivo do regadio como elemento primordial no desenvolvimento da região do Alentejo. A esta vasta albufeira corresponde uma extensa envolvente



que, em virtude da nova disponibilidade hídrica, tem apresentado alterações na paisagem em termos de uso do solo assentes sobretudo na irrigação e no turismo.

4.4.3. Macro Unidades de Paisagem

A paisagem do concelho de Reguengos de Monsaraz integra-se num vasto grupo de unidades de paisagem designados como “R – Alentejo Central” (ver Figura 4.7), o “Alentejo Central” corresponde a uma *“Extensa planície ondulada onde surgem alguns acidentes que aqui sobressaem devido ao contraste com a horizontalidade dominante – é o caso das pequenas “serras” de Ossa, de Portel, de Monfurado ou de Viana. Os vales, no geral, distinguem-se mais pela vegetação ripícola que acompanha as linhas de água do que pela fisiografia, exceção feita aos vales encaixados do Guadiana e dos seus principais afluentes.”* (Cancela d’Abreu et al., 2004)

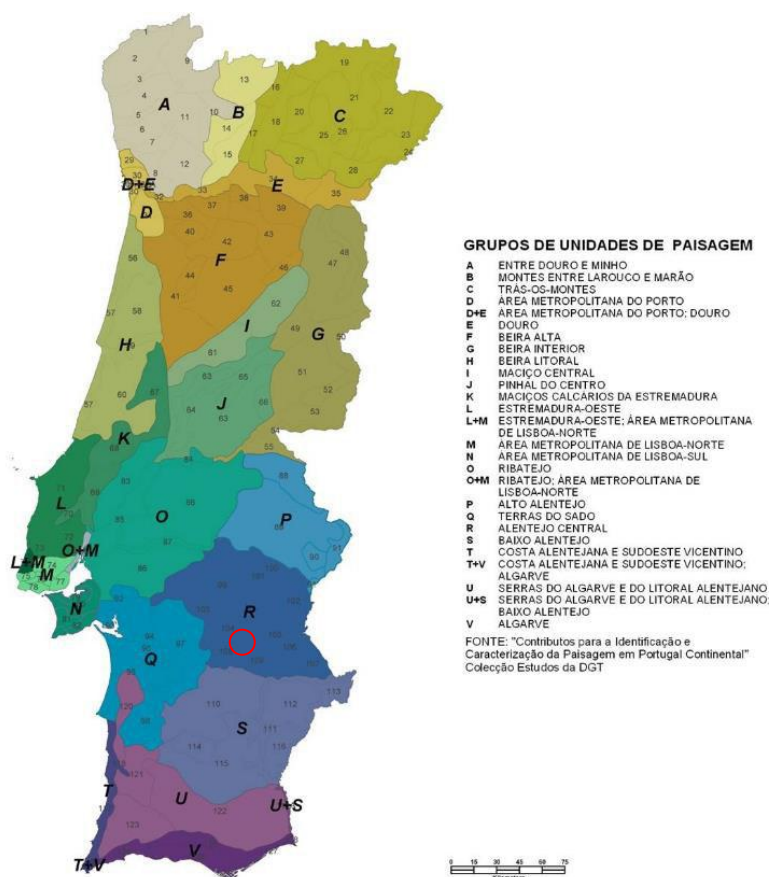
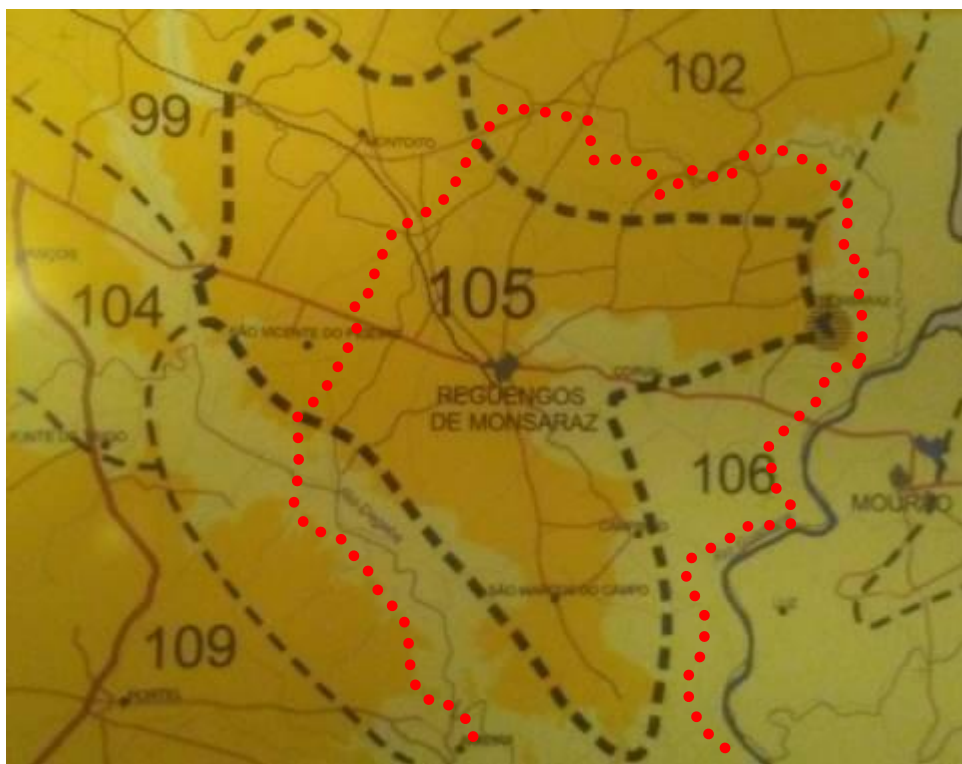


Figura 4.7 | Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental

Fonte: Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Cancela d’Abreu et al., 2004.

O território concelhio insere-se nas unidades de paisagem referidas de seguida e apresentadas na Figura 4.8 (Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Cancela d’Abreu et al., 2004).



102 – TERRAS DE ALANDROAL E TERENA / 105 – CAMPOS DE REGUENGOS DE MONSARAZ / 106 – ALBUFEIRA DO ALQUEVA E ENVOLVENTES

Figura 4.8 | Unidades de Paisagem

Fonte: *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* – Cancela d’Abreu et al., 2004.

Procede-se de seguida a uma breve descrição de cada uma das unidades presentes no concelho de Reguengos de Monsaraz, com base na caracterização constante da publicação referida anteriormente.

“102 – Terras de Alandroal e Terena

Paisagens erodidas de xistos, com diferentes utilizações do solo, povoamento escasso e em que é perceptível o isolamento característico das áreas interiores fronteiriças. Esta sensação é reforçada pela presença de importantes povoamentos de eucalipto (sobretudo no prolongamento da serra de Ossa) e de extensas áreas degradadas e abandonadas em que domina a esteva. Surgem também áreas de montados, pastagens e culturas arvenses de sequeiro.

Esta unidade de paisagem tem uma identidade média, representando o tipo de paisagem característico das áreas de interior e fronteiriças do Alentejo Central (...) também não se pode considerar uma unidade com paisagens raras, já que nelas se combinam sem particularidade especial elementos muito comuns a todo o Alentejo.”

No território do concelho de Reguengos de Monsaraz as “Terras de Alandroal e Terena” correspondem à Unidade de Paisagem (UP) designada como UP A – Vales e Interflúvios da Ribeira de Azevél, conforme se pode observar na Figura 4.9 – Unidades de Paisagem, e conforme caracterização apresentada no Quadro 4.1.



“105 – Campos de Reguengos de Monsaraz

Extensa planície mais ou menos ondulada que acolhe uma relativa diversidade de sistemas agrícolas, de que se destaca a vinha e o olival. Na envolvente de Reguengos de Monsaraz, correspondente aproximadamente à zona central da unidade, é bem visível a fertilidade do solo, que se apresenta escuro e fundo.

Ao contrário de muitas outras zonas do Alentejo, sente-se nesta unidade de paisagem uma relativa pujança económica, associada em grande parte à vitivinicultura.

Embora sem uma clara legibilidade na paisagem, é já bem conhecida a presença excepcional nesta unidade de vestígios arqueológicos e de monumentos megalíticos.

Nas áreas periféricas da unidade, a paisagem é dominada pela presença dos xistos, surgindo como mais seca, com um relevo mais variado, com zonas mais suaves e outras francamente acidentadas, em que os sistemas arvenses de sequeiro que se estendem sobre colinas sucessivas são por vezes pontuados por azinheiras e sobreiros muito dispersos. Em situações mais condicionadas, por corresponderem a encostas acidentadas e pedregosas, surgem ainda montados, em parte abandonados dando lugar a azinhais mais ou menos densos.”

No território do concelho de Reguengos de Monsaraz esta unidade foi dividida em quatro, em função, sobretudo, do uso do solo, da geomorfologia do território e das suas características cénicas:

UP B – Mosaico Agrícola de Reguengos de Monsaraz

UP C – Monsaraz e São Gens

UP D – Campos Abertos de Reguengos de Monsaraz

UP E – Montado de Azinho e Sobre

“106 - Albufeira do Alqueva e envolventes”

Importa referir que à data da elaboração do estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Cancela d’Abreu et al., 2004” a Albufeira do Alqueva ainda não existia realmente, dado que tinha começado a encher em fevereiro de 2002, pelo que se tratava ainda de uma paisagem virtual. No entanto, foi possível antever os seus traços gerais, conforme descrito na referida publicação.

A unidade inclui toda a área do regolfo da albufeira, bem como as encostas envolventes, onde se fará sentir fortemente, tanto ao nível visual como biofísico, a presença do plano de água.

O carácter da paisagem será muito condicionado por dois factores:

- Nível das águas na albufeira
- Qualidade da água armazenada

Quanto ao primeiro, sendo previsível a ocorrência de oscilações significativas do nível da água ao longo do ano e de variações interanuais também muito grandes, a paisagem apresentar-se-á em constante mudança com amplitudes compreendidas entre dois extremos – o enchimento completo e o nível mínimo, sendo evidente que em grande parte do tempo o que existirá é uma situação intermédia entre tais extremos.

Na situação de NPA, será impressionante a visão de um plano de água a perder de vista ao longo do vale principal (muito diferente nos vales secundários, mais estreitos e sinuosos), com centenas de ilhas e penínsulas, encostas no geral muito inclinadas em que dominam matos e matagais mediterrânicos até à água. Esta visão corresponderá certamente a uma sensação ao mesmo tempo agradável (de amenidade, de uma luminosidade muito particular, de frescura, de imensidão) e estranha (sobretudo em períodos secos do ano) devido ao contraste com a secura dominante nas suas envolventes.

Na situação oposta, correspondente ao nível mínimo de água na albufeira, será drástica a alteração do carácter da paisagem, uma vez que ela surgirá com enormes faixas sem vegetação, por vezes e em parte lamacentas (correspondentes à zona inter-níveis) e com um estreito fio de água no fundo (nos vales secundários muito provavelmente não existirá sequer esse fio de água ou reduzidas charcas). As faixas inter-níveis, terão características bem variáveis consoante a natureza do solo, a presença de afloramentos rochosos e o declive das encostas; qualquer que seja o aspecto e o desenvolvimento destas faixas inter-níveis terão sempre uma feição desagradável, pelo menos em termos comparativos com a margem estabilizadas de um rio ou plano de água (...)

Esta unidade tem correspondência na íntegra com a unidade do território concelhio que utiliza idêntica designação (UP F – Albufeira do Alqueva e envolventes), conforme se pode observar na Figura 4.9 – Unidades de Paisagem, e conforme caracterização apresentada no Quadro 4.1.

4.4.4. Unidades de Paisagem

As unidades de paisagem “são áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes” (Cancela de Abreu et al., 2004). A sua delimitação pode depender da “morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo (...) ou da combinação equilibrada de vários fatores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior”.

Com vista a facilitar o conhecimento e análise do território de Reguengos de Monsaraz, procedeu-se a uma divisão espacial das macrounidades de paisagem referidas anteriormente em unidades paisagísticas, segundo critérios de homogeneidade, atendendo a componentes básicos que compõem e estruturam a paisagem, designadamente fisiográficos e de ocupação do solo, bem como outras características potencialmente diferenciadoras como os valores socioculturais e atributos visuais.

Ressalve-se, no entanto, que esta homogeneidade é relativa, uma vez que foi definida em função do detalhe pretendido e da escala de trabalho utilizada.

As unidades de paisagem foram entendidas como áreas relativamente homogéneas, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por terem um padrão específico que diferencia a unidade em causa das suas envolventes. Cada unidade de paisagem será assim o resultado da interação de um conjunto de fatores naturais e culturais, de onde resulta uma certa coerência que poderá facilitar a compreensão da paisagem.

Nesta abordagem é fundamental ter em conta que a diferenciação de unidades de paisagem muito raramente se faz através de um limite objetivamente definido, mas sim através de zonas de transição, em que as características de duas ou mais unidades de paisagem se combinam, sendo difícil distinguir onde começa uma e acaba outra.

Neste contexto, procedeu-se à delimitação das Unidades de Paisagem (UP) para o território em análise, tendo-se individualizado as seguintes seis UP – A a F (Figura 4.9):



- 102 – Terras de Alandroal e Terrena
 - UP A – Vales e Interflúvios da Ribeira de Azevél
- 105 – Campos de Reguengos de Monsaraz
 - UP B – Mosaico Agrícola de Reguengos de Monsaraz
 - UP C – Monsaraz e São Gens
 - UP D – Campos Abertos de Reguengos de Monsaraz
 - UP E – Montado de Azinho e Sobro
- 106 – Albufeira do Alqueva e envolventes
 - UP F – Albufeira do Alqueva e envolventes

As principais características das UP definidas para a área em estudo constam do Quadro seguinte.

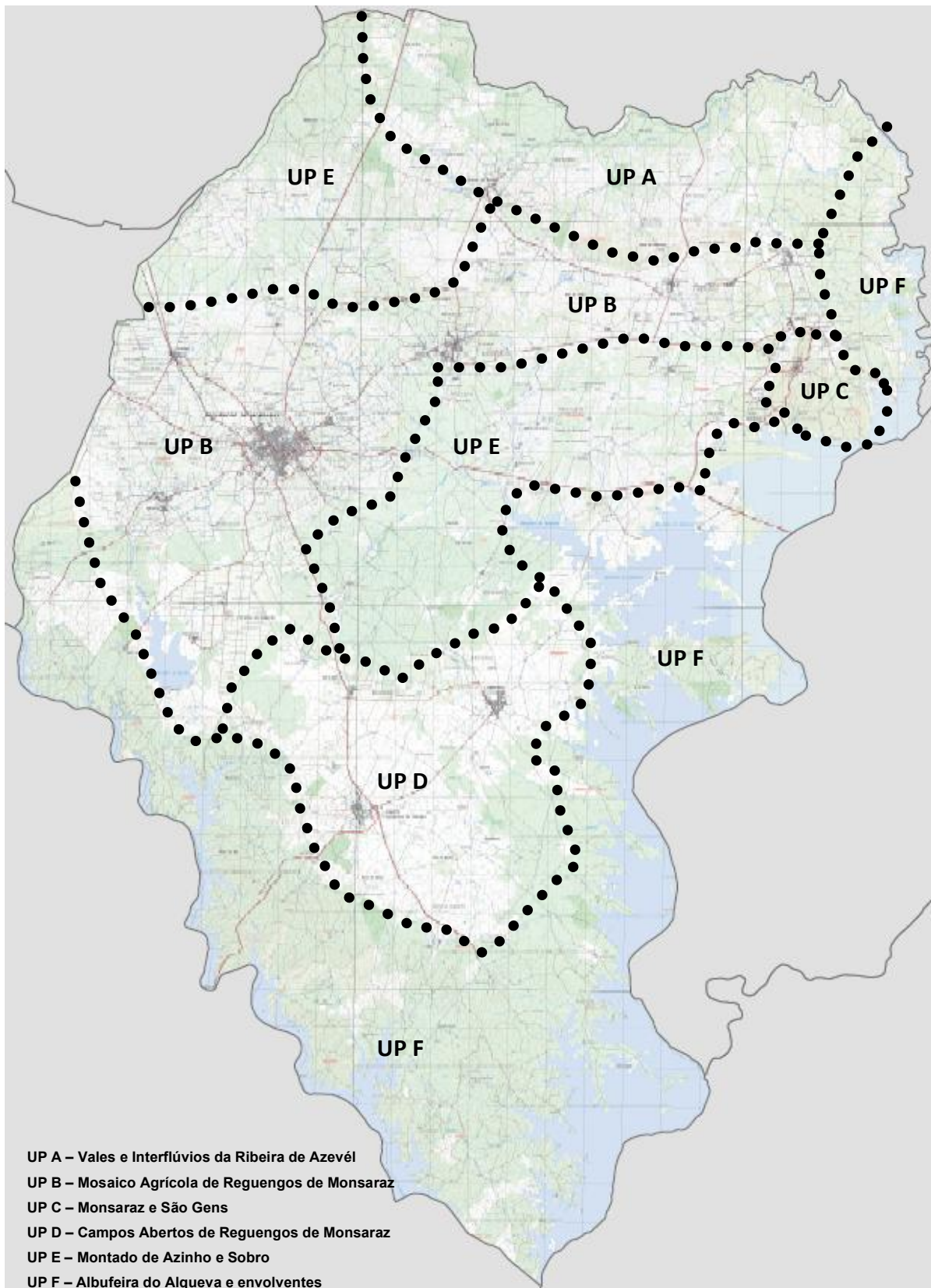


Figura 4.9 | Unidades de Paisagem no concelho de Reguengos de Monsaraz



Quadro 4.1 | Unidades de Paisagem

Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP A – Vales e Interflúvios da Ribeira de Azevél</p>	<p>O vale da ribeira de Azevél corresponde ao elemento estruturador central, de desenvolvimento aproximado poente-nascente, definindo um vale com expressão mais ou menos significativa, em termos morfológicos e visuais. No concelho de Reguengos de Monsaraz esta UP compreende apenas o território a sul desta linha de água, já que o território a norte da mesma pertence ao concelho de Alandroal.</p> <p>Da rede hidrográfica constituída pelos afluentes do rio Guadiana, no território em estudo apenas a ribeira de Azevél sobressai como elemento estruturante da paisagem. As restantes linhas de água, sobretudo de regime torrencial, manifestam-se pouco pronunciadas e com galerias ripícolas muito descontínuas. Apresenta como principais afluentes da margem direita, ou seja no território deste concelho, o ribeiro de Besteiros, ribeiro do Medronhal e ribeiro de Banhas.</p> <p>A separação entre a sua hemi-bacia hidrográfica correspondente à margem direita e a bacia que drena para a ribeira da Pêga, a sul, é composta, na zona mais a nascente, por fecho muito nítido, de alinhamento praticamente paralelo, que liga a Serra da Barrada, Serra de Motrinos e Serra das Pedras. Para poente esta separação efetua-se no concelho de Alandroal, a norte.</p> <p>Apresenta alguns troços do vale onde as encostas apresentam declives mais acentuados, caso da zona dos Cabeços da Rainha, sendo que, no geral, esta UP é caracterizada pelo seu aspeto irregular e inóspito, função da presença do substrato de xisto, que se traduz numa maior ondulação do terreno e num acentuamento dos declives, relativamente às UP localizadas a sul.</p> <p>Estas vertentes mais acentuadas coincidem na sua maioria com os relevos mais proeminentes que resultam da maior dureza dos xistos siliciosos à erosão. Destaca-se o alinhamento de serras Pedras, Motrinos e Barrada, no limite sul da UP.</p> <p>Assiste-se nesta UP a um povoamento diminuto que acentua o seu carácter de isolamento. Além dos típicos montes alentejanos, não existem outras formas de povoamento, com exceção da povoação de Stº António de Baldio. Os principais acessos correspondem à ER255 e CM1114, que atravessam transversalmente esta UP nos seus limites noroeste e nordeste, respetivamente.</p> <p>As condições desfavoráveis, relevo ondulado e solos delgados, incipientes e com fraca capacidade de retenção de água, refletem-se numa ocupação extensiva do território dominada pelos sistemas agroflorestais – montado. Nas zonas mais suaves o extrato arbóreo dispersa-se dando origem a algumas parcelas agrícolas de sequeiro e pastagens. Apenas na envolvente da povoação de Santo António de Baldio a ocupação extensiva do território desvanece-se, dando origem a um mosaico agrícola mais compartimentado e diversificado.</p>	 <p>Serra de Motrinos e Serra da Barrada vistas a partir de Monsaraz</p>  <p>Limite sudeste da UP</p>

Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP B – Mosaico Agrícola de Reguengos de Monsaraz</p>	<p>Esta UP é constituída maioritariamente por áreas agrícolas com domínio das culturas permanentes, essencialmente olivais e vinhas, e algumas parcelas de pastagens e culturas temporárias de sequeiro. No entanto, a vinha representa a maior parte da ocupação do solo nesta unidade de paisagem.</p> <p>A relativa homogeneidade física consiste sobretudo num relevo pouco acidentado em que dominam amplas zonas aplanadas.</p> <p>Nesta UP coexistem grandes propriedades (de que constitui um dos exemplos mais representativos a Herdade do Esporão), que por norma são objeto de grandes investimentos, nomeadamente na produção intensiva com recurso à rega das culturas presentes, com zonas de pequenas/ médias parcelas (sobretudo ao redor da sede de concelho onde dominam as designadas quintas).</p> <p>Os olivais regados de exploração intensiva imprimem à paisagem uma maior homogeneidade e simetria, não apresentando acentuadas variações cromáticas ao longo do ano comparativamente com outras tipologias do uso do solo. As parcelas de vinha contrastam com o referido anteriormente pelo facto do seu ciclo anual apresentar uma forte variação cromática.</p> <p>Verifica-se uma acentuada geometrização da paisagem através da introdução de elementos lineares (estruturas associadas à vinha e compasso de plantação do olival) o que induz a uma maior homogeneidade, acentuada pelo relevo plano a ondulado presente nesta UP.</p> <p>A continuidade e o alinhamento das oliveiras, assim como das vinhas, confere uma particular textura à paisagem, que se nota ser resultante de plantações com diferentes idades de instalação nas várias parcelas de terreno.</p> <p>O povoamento presente é concentrado em aglomerados de pequena/ média dimensão referindo-se Caridade, Gafanhoeiras, Perolivas, Casas Novas, S. Pedro do Corval, Motino, Barrada, Outeiro e Stº António do Baldio, além da cidade de Reguengos de Monsaraz. Referência também para as numerosas quintas em redor da sede de concelhos, ou as designadas Hortas e ainda os típicos montes alentejanos.</p> <p>A ribeira do Álamo e ribeira da Caridade são as únicas linhas de água com expressão nesta UP, quer pela dimensão da sua bacia hidrográfica, quer pela presença de galeria ripícola.</p>	 <p>Relevo plano ou ondulado</p>  <p>Domínio da vinha</p>



Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP C – Monsaraz e São Gens</p>	<p>O elemento de maior importância na identidade desta UP é, sem dúvida, o conjunto da vila e castelo de Monsaraz, que lhe confere uma identidade classificada como elevada.</p> <p>A qualidade paisagística da vila de Monsaraz resulta do seu valor histórico-cultural aliado à implantação num ponto dominante da paisagem. A elevação onde se localiza a vila decorreu da conjugação de vários processos geomorfológicos, ao longo do tempo, imprimindo-lhe deste modo características únicas na região. O castelo de Monsaraz desempenhou ao longo dos séculos o papel de sentinela do Guadiana, vigiando a fronteira com Castela.</p> <p>O relevo onde se implanta a vila, reforçado pelas muralhas do castelo, destaca-se na paisagem envolvente e reveste-se de particular importância para as UP mais próximas, especialmente para o Alqueva.</p> <p><i>Identidade forte, tanto pela singularidade de Monsaraz e dos seus reguengos, como pela paisagem no geral equilibrada que associa um carácter de uma humanização muito antiga a uma dinâmica atual.</i></p> <p>Além do marco histórico-cultural que constitui o castelo e cerca urbana/ fortaleza, a presença de vários elementos patrimoniais de cariz arqueológico contribui para a elevada importância patrimonial desta UP.</p> <p><i>A vila de Monsaraz surge numa posição proeminente, sobre uma colina que se destaca das terras planas sulcadas pelo Guadiana, colina coberta por denso matagal onde se incluía a azinheira e o sobreiro, bem como uma diversidade de arbustos como o carrasco, o medronheiro, o alecrim, o rosmarinho, a urze mas, sobretudo, a esteva (...)</i></p> <p><i>A sua localização geográfica faz com que este elemento singular se aviste de longe e, em simultâneo, proporcione vistas amplas e grandiosas quer sobre a planície a poente, como sobre o vale do Guadiana e a raia de Espanha a nascente.</i></p> <p>Nesta unidade são frequentes os elementos que testemunham a forte presença de outras civilizações, e uma excecional concentração de monumentos megalíticos.</p>	 <p>Vista de Monsaraz a partir do castelo</p>  <p>São Gens visto a partir de Monsaraz</p>

Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP D – Campos Abertos de Reguengos de Monsaraz</p>	<p>O domínio da pequena propriedade no território em torno da sede de concelho transforma-se claramente em direção para sul/ sudeste tornando-se evidente o domínio das propriedades de grandes dimensões, das plataformas aplanadas e menos complexas, da terra limpa com culturas cerealíferas ou pastagens.</p> <p>São paisagens de campos vastos e abertos, com significativas variações cromáticas ao longo do ano e sobre as quais incide uma forte luminosidade. As variações sazonais são reforçadas pelas distintas texturas de uma parte do coberto vegetal.</p> <p>Os horizontes são baixos e pouco recortados, conferindo praticamente apenas ao céu um horizonte em constante mutação.</p> <p><i>As sensações dominantes serão essencialmente de grande tranquilidade e de largueza, embora com horizontes baixos e ondulados, paisagens iluminadas com uma luz intensa e crua. Alguns observadores poderão sentir estas paisagens como um pouco monótonas, ou até desoladas, devido à extensão dos seus campos abertos e à escassez da presença humana.</i></p> <p><i>A malha da paisagem é, no geral, muito larga, historicamente assente na organização agrária romana, onde a grande propriedade suportou a cultura dos cereais.</i></p> <p>Área essencialmente agrícola, predominando o cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo. As pastagens são aproveitadas para a pecuária de bovinos ou ovinos. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso com cereal ou pastagens no sob coberto. Trata-se de uma área identificada como importante para a conservação das aves estepárias, e como tal classificada no âmbito da Rede Natura 2000 como Zona de Proteção Especial para as Aves (PTZPE0056 – Reguengos).</p>	 <p>Vista da UP na proximidade de Campo</p>  <p>Relevo plano e domínio das culturas arvenses de sequeiro na UP</p>



Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP E – Montado de Azinho e Sobro</p>	<p>As azinheiras e os sobreiros são árvores características da paisagem portuguesa assumindo particular preponderância no Alentejo onde surgem associadas às imagens das extensas paisagens. Também no concelho de Reguengos de Monsaraz estas árvores se destacam, em montados mais ou menos densos, ocupando zonas de relevo plano a ondulado (a nascente da sede de concelho) a acidentado (a norte da cidade).</p> <p>Os montados constituem uma estrutura de vegetação artificial que resultou da degradação dos azinhais e sobreirais climácicos por intervenção humana, designadamente por diminuição da densidade e remoção do subcoberto arbustivo, e incrementação de pastagens com origem e persistência associada à pastorícia extensiva por ovinos.</p> <p>É de referir que as áreas de montado marcam também presença noutras UP (caso da UP A – Vales e Interflúvios da Ribeira de Azevél e da UP F – Albufeira do Alqueva e Envolvertes).</p> <p>A paisagem do montado caracteriza-se pela sobreposição de estruturas vegetais distintas, em composições de densidade variável, permitindo grande riqueza faunística e sendo considerados habitats classificados.</p> <p>Na área deste concelho verifica-se que a vegetação de subcoberto das azinheiras e dos sobreiros é pobre em elementos arbustivos, resumindo-se a espécies herbáceas de curto ciclo de vida, típicas das áreas de prados ou de pastagens.</p> <p>A maior parte dos montados existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz têm associado um conjunto diversificado de utilizações do subcoberto – cereais, pastagens ou leguminosas. Trata-se de zonas mais fechadas em relação às áreas com culturas anuais (onde as azinheiras e os sobreiros ocorrem muito dispersos), que contrastam com a paisagem envolvente de campos abertos (UP D), e transmitem frequentemente sensações de calma e tranquilidade acentuadas pela presença frequente de rebanhos de ovinos e bovinos.</p>	 <p>O montado visto a partir de Monsaraz</p>  <p>Vista do interior da UP na zona para nascente da EN255, a sul de Reguengos</p>

Unidade de Paisagem	Características Principais	Aspeto Geral da Unidade de Paisagem
<p>UP F – Albufeira do Alqueva e envolventes</p>	<p>Corresponde à albufeira de Alqueva propriamente dita e às encostas envolventes. A delimitação desta unidade é feita não só pelas linhas de fecho que definem as margens muito recortadas, mas também pela tipologia de uso do solo presente, características do relevo e substrato geológico presente.</p> <p>O plano de água do 'Grande Lago' domina e caracteriza todo o espaço a este, sudeste, sul e sudoeste do concelho definindo uma paisagem marcada pela complexidade das encostas através da justaposição do plano horizontal, com as formas de morfologia hídrica, muito recortadas, da envolvente imediata.</p> <p>A albufeira, na sua dimensão potencial máxima, define um plano de água de uma enorme continuidade, pontuado por um conjunto muito diversificado de ilhas e penínsulas, sendo a envolvente imediata e próxima "<i>dominada por montados de azinho, azinhais e matos sobre um relevo com diferenças de altitude significativas (no geral entre os 100 e os 200 metros)</i>".</p> <p>Apesar de serem frequentes outras ocupações, para além do montado de azinho que domina, considera-se que o carácter determinante fundamental, dado pela presença do plano de água, é bastamente unificador para que não sejam consideradas subunidades de paisagem.</p> <p>O 'Grande Lago' apresenta, naturalmente, uma imensa abertura visual e contrasta drasticamente com a secura predominante e característica dos espaços envolventes.</p> <p>Em função da disponibilidade hídrica do grande reservatório de água, para além da agricultura intensiva que se tem vindo a incrementar noutras UP (caso da UP B), verificam-se também atividades de recreio (centro náutico e praia fluvial de Monsaraz), o aproveitamento da navegabilidade e do enquadramento cénico do lago do Alqueva, o que se reflete no surgimento de marinas (Alqueva Cruzeiros – Monsaraz) e de empreendimentos turísticos.</p>	 <p>Alqueva (vista para travessia da EN255)</p>  <p>Alqueva (vista para oeste a partir da Serra do Estremo)</p>



Pode afirmar-se que o território do concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta, genericamente, características bastante heterogéneas no que se refere a elementos tão diversos como o relevo, a principal ocupação do solo, o dinamismo e as atividades económicas predominantes, a concentração da população, ou, ainda, as características cénicas.

A conjugação de fatores como a qualidade visual, sustentabilidade ecológica e a identidade, reflete-se nas paisagens de maior qualidade, constituindo, simultaneamente, os sistemas mais sensíveis a alterações decorrentes das atividades humanas.

Assim, interessa desde já destacar Monsaraz, S. Gens e envolventes (UP C) de grande beleza estética, e a albufeira do Alqueva e envolvente (UP F), ambas com forte impacto visual pela sua morfologia e contraste com as UP envolventes, ou a UP D com um uso do solo muito particular, correspondente maioritariamente ao cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo e pastagens, facto que lhe confere elevado valor ecológico.

Além da ribeira de Azevél, destaque também para as principais linhas de água, nomeadamente para as ribeiras do Álamo e da Caridade, com interesse devido ao seu carácter linear e dinâmico e pelo contraste que estabelecem com o uso do solo envolvente.

Realce ainda para os principais pontos e linhas panorâmicas criados pela morfologia da paisagem, sobretudo no interior da UP C, pela grande qualidade cénica que revelam permitindo vistas de maior amplitude visual sobre a paisagem envolvente.

4.5. ESTRUTURA ECOLÓGICA

4.5.1. Introdução

A análise da Estrutura Ecológica Municipal do município de Reguengos de Monsaraz resulta da transposição da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), cujas orientações se encontram definidas no PROT Alentejo, sendo igualmente completada pela análise dos corredores ecológicos estabelecidos no PROF ALT,

A Estrutura Ecológica Municipal consiste, no município de Reguengos de Monsaraz, nas áreas fundamentais para o desempenho de um conjunto de funções ecológicas, de entre as quais se destacam a conservação e recuperação da biodiversidade e da paisagem, o sequestro de carbono, a conservação dos solos e do regime hidrológico em função das práticas agrícolas ou silvícolas e a recarga de aquíferos.

4.5.2. PROF ALT - Corredores ecológicos e áreas sensíveis

De acordo com o PROF os “(...) *corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, (...)*”

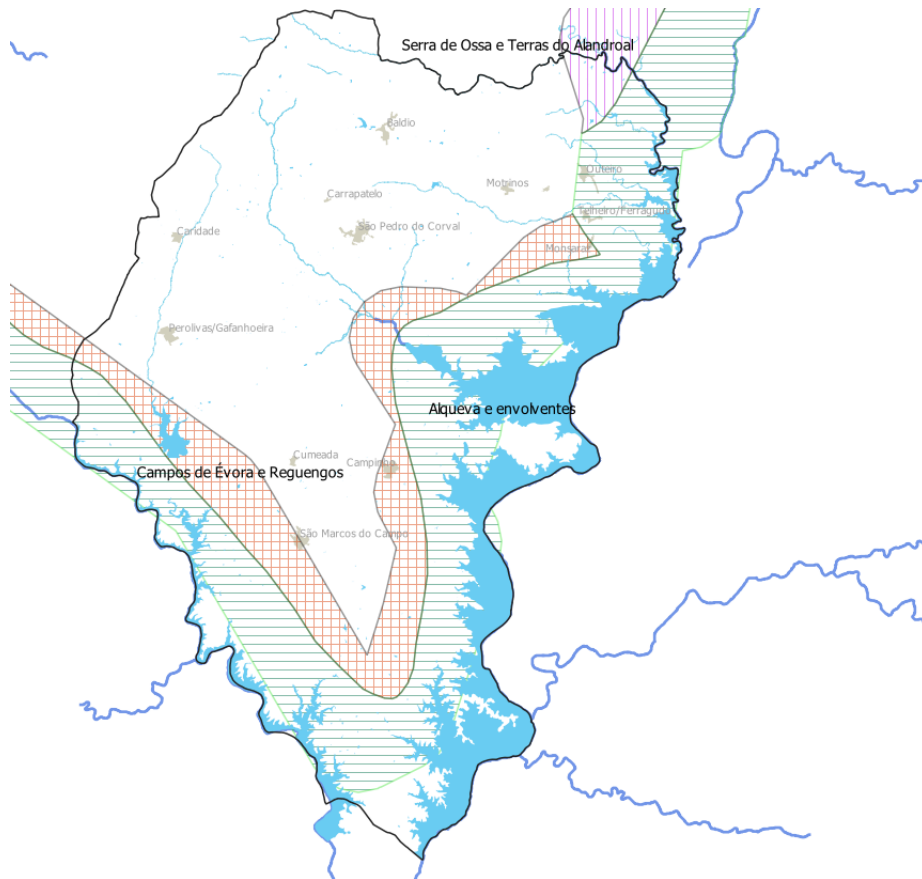
As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas nos documentos do PROF

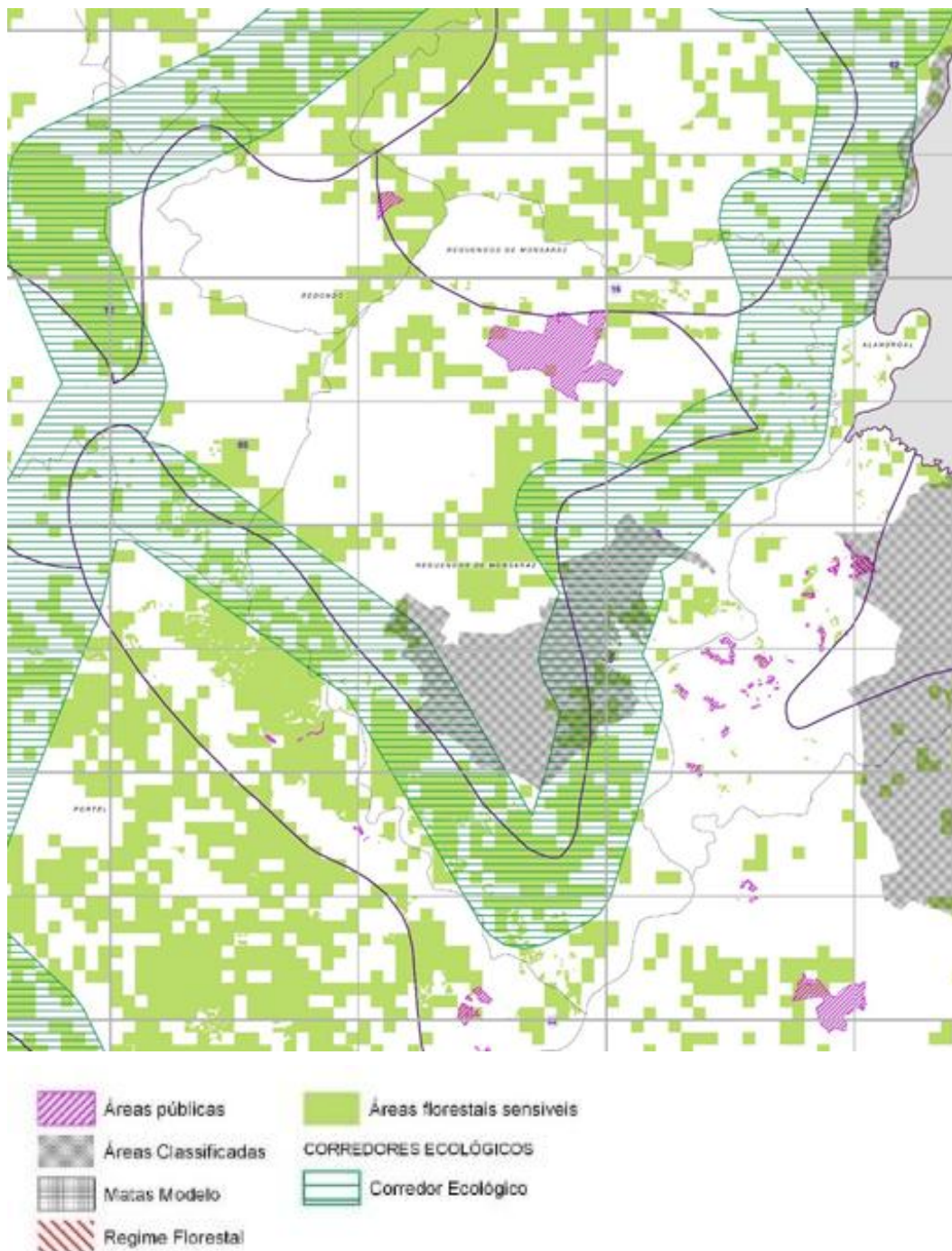
“Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais municipais (...)”.

O PROF define igualmente os corredores ecológicos como “(...) as áreas afetadas ao planeamento e gestão florestal dedicadas à proteção e conservação da biodiversidade e promoção dos serviços dos ecossistemas que devem contemplar, entre outras, elementos provenientes de:

- *Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Sítios Ramsar, IBA (Important Bird Areas) entre outras áreas importantes para a conservação da biodiversidade e do património biofísico;*
- *Rede hidrográfica, Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN);*
- *Outras áreas importantes para a promoção do conhecimento e da educação ambiental e científica, bem como áreas com funções relevantes de recreio e turismo,”*

Os corredores ecológicos definidos para a área do município de Reguengos de Monsaraz apresentam-se na Figura seguinte.





Fontes: PROF ALT – Carta Síntese

Figura 4.10 | Estrato da carta Síntese do PROF que inclui as áreas sensíveis e os Corredores ecológicos inseridos no município de Reguengos de Monsaraz

Aos **corredores ecológicos** o PROF (Capítulo E) associa um conjunto de Normas específicas que se apresentam de seguida

“ZSCE2 – Corredores Ecológicos

Os corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

ZSCE2 – Corredores Ecológicos

Os corredores ecológicos coincidentes com linhas de água, são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola. Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas devem ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização:

a). Linhas de água torrenciais ou temporárias -

a.1). Áreas que distam até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:

- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
- As ações de (re)arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;
- Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.

a.2). Áreas que distam mais de 5 m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:

- Assume o estipulado para a SRH respetiva.

b). Linhas de água permanentes

b.1). Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:

- Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
- As ações de (re) arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones;
- Não realizar mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.

b.2). Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:

- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
- Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a interencionar.

b.3). Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:

- Assume o estipulado para a SRH respetiva;
- Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000

c). Todos os corredores ecológicos

- Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25ha.”

Da mesma maneira que o faz para os corredores ecológicos, para as Áreas sensíveis e para as áreas classificadas o PROF (Capítulo E) associa um conjunto de Normas específicas que se apresentam de seguida:



ZSCE12 – Importância Ecológica

A importância ecológica pode ser avaliada em termos de elevado valor natural, i.e. valor da paisagem e da biodiversidade muito relevantes para a gestão sustentável do território e refere-se a uma determinada área que represente em parte ecossistemas que correspondam aos espaços florestais (áreas de floresta e de matos) que se encontrem inseridas em (ver CONS11, CONS21, CONS22 e CONS23):

- Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, entre outros as Zonas de Proteção Especial (ZPE) e os Sítios de Interesse Comunitário (SIC);
- Áreas sujeitas ao Regime Florestal;
- Povoamentos florestais importantes para a conservação da diversidade genética tais como povoamentos e pomares de sementes registados no Catálogo Nacional de Materiais de Base (CNMB) e arboretos e os ensaios de proveniência.

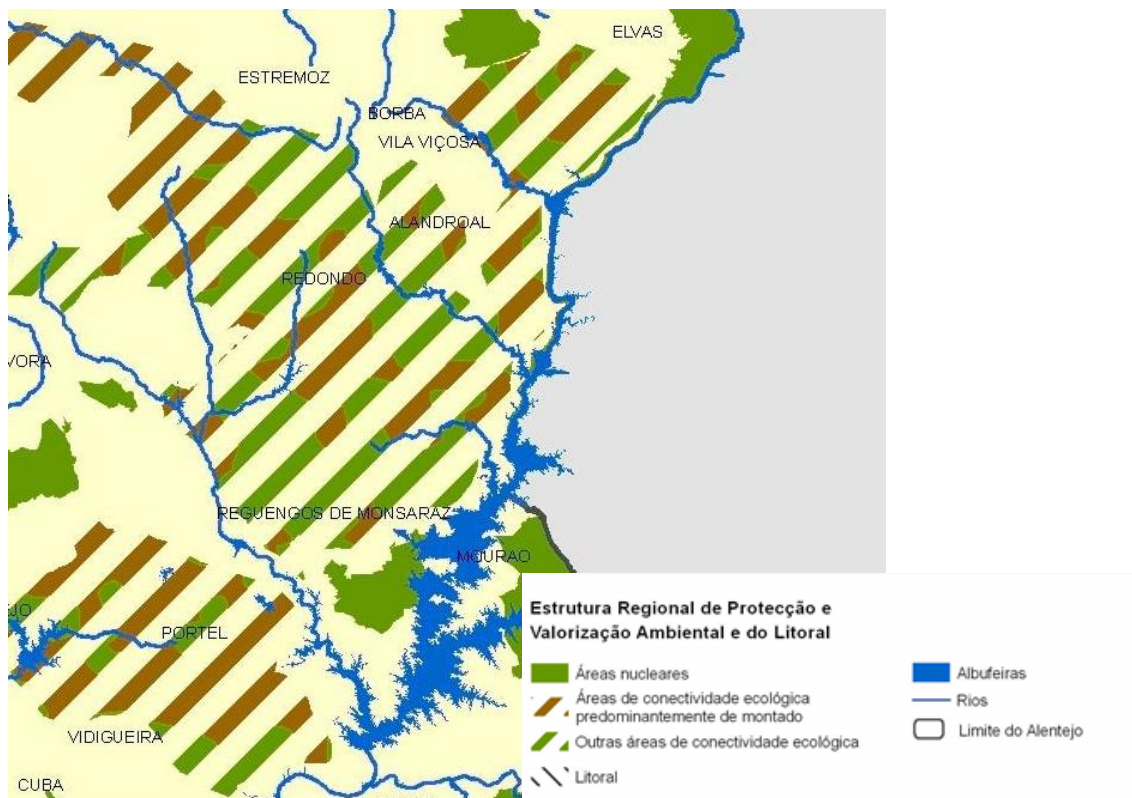
1. Ter em atenção a biodiversidade de fauna e flora com estatuto de proteção; áreas de habitats prioritários ou muito relevantes à escala regional e local, as áreas vitais, a diversidade de nichos ecológicos e a integridade ecológica (ver CONS1).

4.5.3. PROT - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

De acordo com as Normas Orientadoras e de Natureza Operacional do PROT Alentejo cabe aos municípios em sede de PMOT “a identificação da Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o normativo da ERPVA” (n.º 12). Nesta conformidade no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento do PDM procedeu-se à delimitação das seguintes áreas:

- Áreas nucleares
- Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos

Na Figura seguinte apresenta-se o extrato da planta da ERPVA do PROT para a área do município de Reguengos e Monsaraz.



Fontes: PROT – Carta da ERPVA

Figura 4.11 | ERPVA do PROT no município de Reguengos de Monsaraz

Áreas nucleares,

Os objetivos das áreas nucleares assentam na obrigação de conservar os valores naturais que levaram à sua classificação de acordo com as orientações expressas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, destacando-se os seguintes:

“Fomentar o uso destas áreas como espaços privilegiados para a investigação e para o recreio e lazer (ecoturismo);

No que respeita aos equipamentos de uso público, nomeadamente de apoio a atividades de ecoturismo privilegiar a recuperação de infraestruturas já existentes que cumpram critérios que não desvirtuem a harmonia com a paisagem ou a tipologia de arquitetura local;

Fomentar e contribuir para a conservação dos povoamentos de sobre e azinho explorados em sistema de montado, da floresta, do matagal mediterrâneo, das galerias ripícolas e dos habitats litorais, em especial nas áreas consideradas essenciais para assegurar a funcionalidade e a continuidade dos corredores ecológicos.” (PROT Alentejo, Capítulo IV)

Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos

De acordo com as orientações do PROT Alentejo devem ser identificadas e caracterizadas as áreas com importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que deverão integrar a Estrutura Ecológica Municipal, garantindo a inclusão, nomeadamente, das linhas de água e das manchas de



montado (azinhal e sobreiral), de bosques mediterrâneos e de matos mais relevantes para garantir a conservação da biodiversidade e a conectividade ecológica dessa estrutura.

4.5.4. A proposta de Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Reguengos de Monsaraz

Para a definição da EEM do Município de Reguengos de Monsaraz foram consideradas as orientações dos IGT acima mencionados, bem como outras diretrizes decorrentes da realidade do município. Desta forma, e seguindo a terminologia do PROT foram definidas as áreas apresentadas no Quadro seguinte que serão concretizadas na proposta de Plano.

Quadro 4.2 | EEM do PDM de Reguengos de Monsaraz - composição

EEM do PDM de Reguengos de Monsaraz		
	PROT	PROF
Áreas Nucleares	Áreas Nucleares	Áreas sensíveis
	Farão parte desta tipologia de EEM a totalidade da ZPE de Reguengos (PTZPE0056), que integra a Rede Natura 2000. As orientações de gestão para esta ZPE, bem como os objetivos definidos pelo Plano sectorial da Rede Natura 2000 deverão ser transpostas para a regulamentação das áreas nucleares.	
Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos	Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos	Corredores Ecológicos
	Forma incluídas: As áreas inseridas nos espaços naturais e paisagísticos compostos pelas linhas de água designadamente e respetivas zonas de cheia definidas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional.	
– EEM associada aos aglomerados urbanos		
Faixas de proteção aos aglomerados urbanos	Que corresponderão a faixas em torno dos aglomerados urbanos com o objetivo de proteger as populações dos efeitos nefastos de uma agricultura intensiva (designadamente dos tratamentos feitos através de pulverizações aos quais acresce o ruído muitas vezes significativo). Desta forma nestas faixas (cuja largura será definida na fase seguinte) pretende-se condicionar a utilização, a ocupação e a transformação que cause a intensificação de uso do solo no espaço circundante aos perímetros urbanos.	
Estrutura Ecológica Urbana	Que corresponderá aos Espaços Verdes classificados em Solo Urbano que apresentam funções de proteção e de lazer, articulando-se com os restantes espaços de proteção ambiental integrados na estrutura ecológica municipal.	

4.6. SÍNTESE

- No concelho de Reguengos de Monsaraz a variação hipsométrica é pouco significativa, sendo que varia entre os 80 e os 385 metros de altitude, ainda que os valores mais reduzidos sejam relevantes apenas em espelho de água.
- Os pontos mais elevados do concelho coincidem com o Castelo de Monsaraz e as Serras a Norte, na freguesia do Corval.

- O relevo é pouco acidentado, com exceção da área correspondente à área Norte do mesmo. A maior parte do restante território concelhio compreende declives entre os 0 e os 5 e os 5 e 10%. Ainda assim é visível que, apesar da reduzida altitude, as margens da Albufeira do Alqueva, em especial no setor Sudoeste do concelho, apresentam declives elevados que podem ser superiores a 20%.
- No que concerne à exposição solar, denota-se uma predominância das orientações Sul, Sudeste e Sudoeste, o que significa uma maior influência da luminosidade solar e, por conseguinte, exposição à mesma, característica essa que potencia o uso do solo agrícola ou a atração turística.
- Reguengos de Monsaraz é um concelho eminentemente agrícola e agroflorestal, com mais de metade da sua área a ser ocupada por este tipo de atividades. Não obstante e, como será referido posteriormente, o concelho apresenta particularidades que devem ser referidas, como o peso da área de vinha, que lhe assegura o título de capital dos vinhos de Portugal.
- Também a presença de sobreiro é relevante, com 1 507 ha, ainda que não tenha o mesmo peso que a primeira cultura referida, estando esta, distribuída de forma mais equitativa pelo território.
- Em termos paisagísticos o território do concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta, genericamente, características bastante heterogéneas no que se refere a elementos tão diversos como o relevo, a principal ocupação do solo, o dinamismo e as atividades económicas predominantes, a concentração da população, ou, ainda, as características cénicas.
- A conjugação de fatores como a qualidade visual, sustentabilidade ecológica e a identidade, reflete-se nas paisagens de maior qualidade constituindo, simultaneamente, os sistemas mais sensíveis a alterações decorrentes das atividades humanas. Assim, interessa desde já destacar Monsaraz, S. Gens e envolventes (UP C) de grande beleza estética, e a albufeira do Alqueva e envolvente (UP F), ambas com forte impacto visual pela sua morfologia e contraste com as UP envolventes, ou a UP D com um uso do solo muito particular, correspondente maioritariamente ao cultivo de cereais em regime extensivo ou semi-intensivo e pastagens, facto que lhes confere elevado valor ecológico.
- Além da ribeira de Azevél, e de outras linhas de água principais, nomeadamente as ribeiras do Álamo e da Caridade, com interesse devido ao seu carácter linear e dinâmico, realce ainda para os principais pontos e linhas panorâmicas criados pela morfologia da paisagem, sobretudo no interior da UP C, pela grande qualidade cénica que revelam permitindo vistas de maior amplitude visual sobre a paisagem envolvente.
- No âmbito dos trabalhos de desenvolvimento da revisão do PDM procedeu-se à delimitação das seguintes áreas da Estrutura Ecológica Municipal:
 - Áreas nucleares, que incluem a totalidade da Zona de Proteção Especial para as Aves PTZPE0056 – Reguengos, que integra a Rede Natura 2000.
 - Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos, que incluem a rede hidrográfica, os povoamentos de montado de azinho, de sobreiro e outras formações de quercíneas que, pela sua dimensão e estrutura do povoamento, constituem sistemas equilibrados e estáveis, capazes de desempenhar as funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade, dos ciclos da água e dos nutrientes; nas áreas de conectividade ecológica são ainda inseridas as áreas de galerias ripícolas e áreas de ocorrência de *Digitalis mariana subsp. Heywoodii*.



- Estrutura ecológica urbana, que corresponde aos Espaços Verdes classificados em Solo Urbano. Estes espaços apresentam funções de proteção e de lazer, articulando-se com os restantes espaços de proteção ambiental integrados na estrutura ecológica municipal.
- Por fim refura-se ainda a intenção de salvaguardar, incluindo na EEM, as faixas de proteção as perimeters urbanos numa distância ainda não definida.

5. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.1. NOTA METODOLÓGICA

5.1.1. Flora e Vegetação

O presente relatório tem por objetivo caracterizar a vegetação com interesse para conservação da natureza presente no concelho de Reguengos de Monsaraz, a partir da cartografia de Ocupação do Solo existente e disponibilizada, para suporte da Revisão do Plano Diretor Municipal deste concelho.

A área de estudo considerada é constituída pelo concelho de Reguengos de Monsaraz, na sua totalidade, considerando-se os limites fornecidos em formato digital, com referência à escala 1:25.000.

Para a caracterização da área de estudo esta foi visitada nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2018, a 24 de abril e a 29 de maio de 2019; o trabalho de campo foi realizado tendo por base fotografia aérea orto retificada de 2016. A área em análise foi percorrida de modo sistemático, garantindo pelo menos uma visita a todas as tipologias ocupação do solo definidas na cartografia fornecida, assim como a todas as tipologias de vegetação natural com valor de conservação que é expectável encontrar na área de estudo; a área foi prospetada para deteção dos Habitats da Rede Natura 2000 (*sensu* Diretiva 92/43/CEE) aí existentes. Procurou-se estabelecer uma relação, preferencialmente biunívoca, entre classes de ocupação do solo, tipologias de vegetação e habitats que permitisse *a posteriori*, em gabinete, cartografar a vegetação com interesse para conservação a partir das bases cartográficas disponíveis.

Os espécimes observados foram identificados no local ou posteriormente, em gabinete, recorrendo a bibliografia especializada. Os critérios taxonómicos e nomenclaturais seguidos foram os de “Checklist da Flora de Portugal” (Sequeira *et al.* (coord.), 2011. http://www3.uma.pt/alfa/checklist_flora_pt.html). A nomenclatura sintaxonómica seguida foi a de “Vascular plant communities in Portugal (continental, the Azores and Madeira)” (Costa *et al.*, 2012). Os critérios de identificação dos Habitats são os de “Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Fichas de caracterização dos Habitats Naturais” (ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia, 2006).

5.1.2. Fauna

Enquadramento

O território do concelho inclui uma Zona de Proteção Especial, a ZPE de Reguengos (PTZPE0056) e uma Zona Importante para as Aves, a IBA Reguengos de Monsaraz, cujos limites se sobrepõem parcialmente (Figura 5.1).

A classificação destas duas áreas deve-se essencialmente à presença de importantes comunidades de aves características dos ambientes estepários nomeadamente o sisão *Tetrax tetrax*, que tem aqui populações reprodutoras com uma densidade média-alta (ICNF, ficha de caracterização), e à presença de um largo conjunto de espécies inseridas no anexo I da Diretiva Aves (CEE-79/409), que corresponde ao anexo AI do D.L. nº 140/99, conforme a sua redação atual.





Figura 5.1 | Áreas Classificadas e IBAs na área do concelho de Reguengos de Monsaraz

De acordo com Costa *et al.* (2003) a área da IBA de Reguengos de Monsaraz suportava uma população abundante de sisão bem como populações importantes de perdiz-do-mar *Glareola pratincola* e cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*.

Métodos

No âmbito do processo de revisão deste PDM a área de estudo foi visitada a 23 e 24 de outubro de 2018, a 2 e 24 de abril e 29 de maio de 2019, estando previstas novas visitas nos períodos de Inverno. Para a elaboração da presente caracterização prévia recorreu-se também a dados recolhidos no âmbito de outros projetos realizados dentro dos limites do Concelho, nomeadamente no âmbito das contribuições para o EIA do Parque Alqueva e para o EIA do Bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz, o que permitiu acrescentar um conjunto de espécies à lista final.

Durante as visitas ao terreno realizadas no âmbito do presente trabalho e dos diferentes trabalhos as observações foram efetuadas em sucessivas paragens ao longo de percursos em caminhos rurais durante as quais se fez uma procura ativa de espécies e indícios, umas vezes através de incursões no terreno outras apenas com observações a partir do percurso.

No caso dos mamíferos, para além das observações diretas, recolheram-se dados a partir de indícios de presença e de prospeções de vítimas de atropelamento nas vias.

Para a elaboração das listas de espécies de ocorrência potencial considerou-se a informação disponível relativamente a cada um dos grupos e as disponibilidades de em termos de biótopos na área de estudo (Equipa Atlas, 2005; Loureiro *et al.*, 2008; Mathias, 1999; Rainho *et al.*, 2013).

5.2. RESULTADOS

5.2.1. Flora e Vegetação

Enquadramento Bioclimático e Biogeográfico

A Bioclimatologia é o ramo da Climatologia que procura relacionar o clima com a distribuição dos seres vivos à superfície da Terra; uma classificação bioclimática define tipologias baseadas em parâmetros ou índices bioclimáticos calculados a partir de medições realizadas em estações meteorológicas. Neste documento considerou-se a ‘Classificação Bioclimática da Terra’. Esta classificação baseia-se no princípio de que as diferenças em termos de aspeto fisionómico e de composição florística entre diferentes tipos de bosque naturais (e das suas etapas de substituição) estão correlacionadas com variações climáticas, edáficas ou geográficas; o seu objetivo é determinar a relação entre certos valores numéricos de temperatura e precipitação e as áreas de distribuição geográfica de espécies de plantas e de comunidades vegetais (Rivas-Martínez, 1996).

Este sistema de classificação divide o globo em cinco macro bioclimas, dois dos quais – Mediterrânico e Temperado – estão representados em Portugal. Estes dividem-se em bioclimas, dentro dos quais se reconhecem termotipos e ombrotipos, com base, respetivamente, nos regimes térmicos e ômbricos presentes, que correspondem a respostas vegetacionais distintas. Os regimes térmicos são avaliados com base nas temperaturas médias anuais e do mês mais frio; os regimes ômbricos são avaliados com base na precipitação e na temperatura.

O concelho de Reguengos de Monsaraz situa-se numa área de bioclima Mediterrânico Pluvial Oceânico. Em cotas acima dos 200 m, o termotipo é Mesomediterrânico Inferior; abaixo destas cotas é Termomediterrânico Superior. O ombrotipo é Seco, Superior nas cotas mais altas e Inferior nas cotas mais baixas; poderá eventualmente existir uma estreita faixa de ombrotipo Semiárido nas margens da albufeira de Alqueva (Mesquita & Sousa, 2009).

A Biogeografia é um ramo da Geografia que tem por objeto a distribuição dos seres vivos na Terra, servindo-se da informação gerada por áreas como a Corologia, a Geologia, a Bioclimatologia e a Fitossociologia. Define um sistema hierárquico em que a Tessela é a unidade fundamental. As tesselas agrupam-se em Mosaicos Tesselares, estes em Distritos, estes em Setores, estes em Províncias, estas em Regiões e estas últimas em Reinos. Cada uma destas unidades pode eventualmente ser subdividida ou agregada (e.g. em Subdistrito, Subsector, Superdistrito, etc.); todas, com exceção da tessela, são por definição espaços geográficos contínuos que têm sempre flora, vegetação, litologia, geomorfologia, pedologia e paleo-história particulares (Costa *et al.*, 1998).



A área de estudo localiza-se no Superdritro Alto Alentejano (Região Mediterrânica, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica, Província Luso-Estremadurense, Setor Mariânico-Monchiquense, Subsetor Araceno-Pacense) (Costa *et al.*, 1998).

Séries de vegetação

A aplicação do conceito de Série de Vegetação como unidade geobotânica suscetível de ser usada na interpretação da paisagem vegetal, com vista ao ordenamento do território urbano, rural e natural, tem vindo a ser generalizada. O conhecimento das séries de vegetação que ocorrem num território é fundamental quando se pretende um ordenamento com base em critérios de sustentabilidade ambiental, de modo a garantir a adequação das intervenções em espaços seminaturais, nomeadamente projetos de enquadramento paisagístico de grandes obras, recuperação de áreas degradadas, povoamentos florestais, etc.

A sucessão ecológica é um processo de desenvolvimento do coberto vegetal de determinado local, com o aparecimento e a dominância sucessiva de comunidades distintas, culminando num ecossistema estabilizado, de máxima complexidade e biomassa; a substituição de uma comunidade por outra resulta da modificação do meio pela primeira, que cria as condições ambientais propícias ao desenvolvimento da comunidade seguinte. Estas modificações consistem essencialmente na criação de solo, que se vai tornando progressivamente mais profundo e mais rico em matéria orgânica. O conjunto das comunidades - ou etapas de substituição – que se sucedem ou se combinam em mosaicos num espaço com condições ambientais uniformes é designado por série de vegetação e constitui a vegetação zonal desse local.

A influência de um fator ambiental que se sobrepõe às condições ambientais regionais ocorre por vezes de forma particularmente intensa, em espaços geralmente confinados. Este fenómeno determina o aparecimento de sequências de comunidades permanentes, que podem ser encaradas como sequências de séries com uma única etapa sucessional. É o caso das comunidades submersas dos rios, ou dos escarpados das arribas. Estas comunidades são azonais, uma vez que não dependem diretamente das condições ambientais regionais, mas sim da influência de um fator local específico.

A área do concelho de Reguengos de Monsaraz abrange quatro séries de vegetação distintas: nos mármorees, no seu extremo norte, *Rhamno laderoi-Quercus rotundifoliae sigmetum*; na restante área, nas cotas mais baixas termomediterrânicas, *Myrto communis-Quercus rotundifoliae sigmetum* e, nas cotas mais elevadas de termotipo Mesomediterrânico, *Pyro bourgaeanae-Quercus rotundifoliae sigmetum* na maioria das posições, *Sanguisorbo hybridae-Quercus suberis sigmetum* nas zonas mais frescas, de solos profundos ou topograficamente protegidas (Capelo *et al.*, 2007). Estas séries são constituídas pelas seguintes comunidades:

- *Rhamno laderoi-Quercus rotundifoliae sigmetum*: *Rhamno laderoi-Quercetum rotundifoliae* (bosque incluível no Habitat 9340), *Asparago albi-Quercetum cocciferae* (carrascal incluível em 5330), *Lavandulo sampaioanae-Cistetum albidum* (incluível em 5330), *Poo bulbosae-Astragaleto sesamei* (que determina a existência dos Habitats 6220 e 6310) e *Velezio rigidum-Astericetum aquaticum*.
- *Myrto communis-Quercus rotundifoliae sigmetum*: *Myrto communis-Quercetum rotundifoliae* (bosque incluível no Habitat 9340), *Asparago aphylli-Calicotometum villosae* (apenas em substratos granitoides, incluível em 5330) ou *Asparago albi-Rhamnetum*

oleoidis (nos substratos não granitoides, incluível em 5330), *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi cistosum monspeliensis*, *Genistetum polyanthi* (eventualmente, apenas em escarpados) e *Trifolio cherleri-Plantagnetum belardii*.

- *Pyro bourgaeanae-Quercus rotundifoliae sigmetum*: *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae* (bosque incluível no Habitat 9340), *Pistacio terebinthi-Quercetum broteroi* (bosque secundário classificável como 9240), *Hyacinthoido hispanicae-Quercetum cocciferae* (carrascal incluível em 5330), *Asparago aphylli-Calicotometum villosae* (apenas em substratos granitoides, incluível em 5330), *Retamo sphaerocarphae-Cytisetum bourgaei*, *Ulici eriocladi-Cistetum ladaniferi*, *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* (que determina a existência dos Habitats 6220 e 6310), *Trifolio cherleri-Plantagnetum belardii* e, em posições extremas de secura, *Paronichio cimosae-Pterocephaletum diandri*.
- *Sanguisorbo hybridae-Quercus suberis sigmetum*: *Sanguisorbo hybridae-Quercetum suberis*, (bosque incluível no Habitat 9330), *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis* (medronhal incluível no Habitat 5330), *Asparago aphylli-Calicotometum villosae* (apenas em substratos granitoides, incluível em 5330), *Retamo sphaerocarphae-Cytisetum bougaei*, *Ulici eriocladi-Cistetum ladaniferi*, *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* (que determina a existência dos Habitats 6220 e 6310), *Trifolio cherleri-Plantagnetum belardii*.

Habitats e formações vegetais

A área em análise está desde há muito sujeita a uma forte ação antrópica, facto que se traduz no coberto vegetal, principalmente pela quase ausência de vegetação natural. No entanto, algumas das formações vegetais mantidas pelo Homem têm interesse para conservação, nomeadamente alguns montados. Assim, a ocupação atual do solo do concelho de Reguengos de Monsaraz é constituída maioritariamente por áreas exclusivamente agrícolas e por montados, com uma ocupação secundária de floresta; surgem ainda áreas construídas e planos de água artificiais.

No anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 (na sua redação atual) constam os Habitats que merecem proteção especial, no contexto da Rede Natura 2000. A sua cartografia rigorosa só é possível com trabalho de campo intensivo. As tipologias de formações vegetais encontradas nas áreas que foi possível visitar no decorrer do trabalho de campo incluem áreas com interesse para conservação (de espécies e comunidades vegetais). Deste modo, tendo por base a cartografia de ocupação do solo disponível para todo o concelho e as observações realizadas durante os trabalhos de campo, foi possível realizar uma Carta de Formações Vegetais com as seguintes tipologias:

Azinhal com matos e Azinhal/sobreiral com matos: bosques dominados por azinheiras ou por sobreiros, de copado aberto, que se desenvolvem na área de estudo sobretudo em encostas de maior declive. Estas formações podem ser enquadráveis, respetivamente, no subtipo 1 do habitat 9340 ou no habitat 9330. No entanto, estes habitats são tipicamente bosques de copado serrado, com sobcoberto em que dominam lianas, arbustos latifoliados não heliófilos e herbáceas vivazes ombrófilas, que estão ausentes nas formações observadas; estas, pelo contrário, como têm um copado relativamente aberto, apresentam um sobcoberto arbustivo rico em arbustos heliófilos, como *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Ulex eriocladus*, *Genista hirsuta*, *Adenocarpus complicatus*, *Pistacia lentiscus*, *Cistus ladanifer*, *Lavandula pedunculata*, *Retama sphaerocarpa* etc., que, por sua vez, prefiguram a ocorrência dos subtipos 2 e 6 do Habitat 5330. No entanto, dada a raridade dos bosques de azinheira em Portugal, nomeadamente neste território biogeográfico, optou-se por considerar estas formações como habitat, ainda que considerando-o em mau estado de conservação, em mosaico com os referidos matagais.



Zambujal com azinhal: esta tipologia surge num único local, a Leste de São Marcos do Campo. É um matagal denso dominado por zambujeiros, com *Pyrus bourgaeana* e *Asparagus aphyllus*, com pequenos núcleos de azinhal. Esta formação é enquadrável no subtipo 6 do habitat 5330.

Matos: os matos existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz podem ser de vários tipos, só destrincháveis no local. Durante os trabalhos de campo verificou-se que a maioria dos matos presentes são comunidades pauciespecíficas dominadas por esteva, sem valor de conservação. No entanto, encontraram-se alguns exemplos de zambujais, classificáveis como habitat 5330pt6, e de retamais, que correspondem ao habitat 5330pt2. Podem ainda ocorrer, sobretudo em zonas de vales mais frescos, medronhais classificáveis como 5330pt3, ainda que a sua presença não tenha sido confirmada. De notar que os matos sem valor de conservação podem evoluir, por progressão sucessional, para outras comunidades de maior valor, se entretanto não forem perturbados (qualquer perturbação externa severa, como um incêndio ou uma lavoura, tem um efeito regressivo e volta a colocar a sucessão ecológica nos seus estádios iniciais).

Montado: uma parte considerável da área cartografada corresponde ao que habitualmente se chama montado: um sistema agro-silvo-pastoril que consiste numa floresta aberta de sobreiros ou azinheiras com um sobcoberto herbáceo, espontâneo ou não. Para que estas formações sejam classificáveis como Habitat 6310 (Montados de *Quercus spp.* de folha perene), devem corresponder à descrição constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000: “Mosaico de pastagens naturais perenes sob coberto variável, pouco denso, de sobreiros [*Quercus suber*] ou/e azinheiras [*Q. rotundifolia*], associado a um sistema de pastorícia extensiva por ovinos e por vezes incluindo parcialmente sistemas de agricultura arvensis extensiva em rotações longas. São dominadas por hemicriptófitos cespitosos, principalmente *Poa bulbosa*, *Trifolium sp. pl.* e *Plantago sp. pl.* e mais raramente correspondem a pastagens anuais.”

Na área em análise os montados observados têm vários tipos de sobcoberto: culturas arvenses de sequeiro, pastagens semeadas e prados anuais geridos como pastagens naturais, mantidas através de um sistema de lavouras periódicas (eventualmente com uma sementeira periódica de aveia), sendo este último o tipo mais comum.

Os montados com prados geridos como pastagens naturais podem ter valor de conservação, em função do tipo de pastagem presente. Se esta for mantida através de um pastoreio extensivo por gado ovino, com um encabeçamento controlado, desenvolve-se um prado vivaz dominado por *Poa bulbosa* e *Trifolium subterraneum* de elevado valor de conservação, que corresponde ao Habitat 6220 e que, em conjugação com o povoamento de sobreiros e azinheiras, conforma o Habitat 6310; se o sobcoberto for pastado por gado bovino ou se for, de alguma forma, sujeita a sobre-pastoreio, a instalação das comunidades vivazes não ocorre, mantendo-se uma pastagem anual, tipicamente nitrófila ou semi-nitrófila; o mesmo acontece se os terrenos forem lavrados periodicamente, o que é frequente em situações de sub-pastoreio, para controlar a proliferação de plantas arbustivas menos palatáveis para o gado.

A maioria dos montados observados durante o trabalho de campo realizado correspondem a esta última tipologia. O seu sobcoberto é constituído por comunidades anuais nitrófilas e subnitrófilas (da classe *Stellarietea media*). As plantas dominantes variam um pouco em função das diferenças de substrato, sendo comuns *Raphanus raphanistrum*, *Vulpia muralis*, *Aegilops geniculata*, *Avena sterilis*, *Briza minor*, *Rumex bucephalophorus*, *Erodium cicutarium*, *Silene gallica*, *Silene colorata*, *Echium plantagineum*, *Bromus hordeaceus*, *Bromus madritensis*, *Scorpiurus muricatus*, *Trifolium*

campestre, *Chrysanthemum coronarium*, *Crepis lamsanoides*, *Plantago lagopus*, *Hedypnois cretica*, *Calendula arvensis*, etc.

Conclui-se assim que estes montados têm baixo valor de conservação, não sendo classificáveis como Habitat 6310. No entanto, admite-se a existência desta tipologia em alguns locais, ainda que não seja possível distingui-los cartograficamente. Mesmo no caso dos montados com baixo valor de conservação, é possível, num futuro próximo e através de uma gestão adequada, a sua conversão em áreas classificáveis como tal.

Montado com núcleos de matagal: em algumas áreas, sobretudo a Sudeste e a Este de Reguengos de Monsaraz, os montados (no sentido atrás descrito) surgem associados a núcleos de matagal, geralmente dominados por *Olea europaea* var. *sylvestris*, com presença de *Pyrus bourgaeana*, *Pistacia lentiscus*, *Rhamnus alaternus*, *Rhamnus lycioides* subsp. *oleoides*, entre outras. Estes núcleos desenvolvem-se frequentemente em locais com presença de afloramentos de granitos ou rochas afins. São enquadráveis no habitat 5330pt6.

Faixa ripícola: a área de estudo apresenta alguns troços de formações ripícolas arbóreas e arbustivas altas, em estado de conservação bastante variável. Nas raras áreas bem conservadas desenvolve-se uma cortina densa dominada por freixos no estrato arbóreo (*Fraxinus angustifolia*) e por loendros no estrato arbustivo alto (*Nerium oleander*), com *Rubus ulmifolius*, *Rosa canina* e *Crataegus monogyna*, assim como, pontualmente, *Tamarix africana*; o estrato lianóide é bastante desenvolvido, com presença de *Tamus communis*, *Bryonia dioica*, *Smilax aspera* e *Aristolochia paucinervis*; no estrato herbáceo são comuns *Oenanthe crocata*, *Smyrniolum olusatrum* e *Arum italicum*. Nas áreas em mau estado de conservação é comum a presença de *Arundo donax*, *Populus nigra*, *Populus alba* e, pontualmente, outras árvores, como pinheiro-manso e eucalipto. Estas formações correspondem a um mosaico dos Habitats 92A0pt5 e 92D0pt1.

A correspondência entre as formações vegetais cartografadas e os Habitats da Rede Natura 2000, no contexto da área em análise, está sintetizada no Quadro seguinte:

Quadro 5.1 | Correspondência entre as formações vegetais cartografadas e os Habitats da Rede Natura 2000

Formação cartografada	Habitat RN 2000	Crítérios de seleção
Matos	5330pt2	Matagais dominados por piorno (<i>Retama sphaerocarpa</i>).
	5330pt6	Matagais dominados ou co-dominados por zambujeiros (<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>).
	vegetação não elegível como Habitat	Outros matos.
Montado	6310 e 6220	Sobcoberto constituído por pastagens cespitosas vivazes mantidas por pastoreio por ovinos.
	vegetação não elegível como Habitat	Sobcoberto de outro tipo.
Montado com núcleos de matagal	9340	Azinhal de copado cerrado e sobcoberto constituído por plantas umbrófilas.
	6310 e 6220	Sobcoberto constituído por pastagens cespitosas vivazes mantidas por pastoreio por ovinos.
	5330pt6	Matagais dominados ou co-dominados por zambujeiros (<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>).



Formação cartografada	Habitat RN 2000	Crítérios de seleção
	vegetação não elegível como Habitat	Sobcoberto de outro tipo.
Azinhal com matos e Azinhal/sobreiral com matos	9340 (se com azinheira dominante)	Copado cerrado e sobcoberto constituído por plantas umbrófilas.
	9330 (se com sobreiro dominante)	
	5330pt2 ou 5330pt6	Copado aberto e sobcoberto constituído por matos ou matagais (ver acima).
	vegetação não elegível como Habitat	Sobcoberto de outro tipo.
Zambujal com azinhal	Mosaico de 5330pt6 e 9340pt1	Matagais dominados ou co-dominados por zambujeiros (<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>), com núcleos de azinheiras.
Faixa ripícola	92A0pt5	Freixiais ripícolas com salgueiro-branco.
	92D0pt1	Matagal de loendros e tamujos.

Em síntese, os Habitats que ocorrem no concelho de Reguengos de Monsaraz são os seguintes:

5330pt2 - Piornais de *Retama sphaerocarpa*, subtipo de 'Matos termomediterrânicos pré-desérticos': comunidades microfanerofíticas microfilas e caducifólias retamóides, pouco densas, pauciespecíficas, dominadas por *Retama sphaerocarpa*, subseriais de bosques perenifólios esclerófilos. Estes matos são particularmente frequentes em solos agrícolas abandonados dada a natureza estritamente heliófila e o forte carácter pioneiro da *R. sphaerocarpa*. As formações observadas correspondem plenamente a esta descrição, uma vez que são matos esparsos e sem presença de outras espécies arbustivas; estão em mosaico com comunidades herbáceas, nomeadamente comunidades anuais seminitrófilas (classe *Stellarietea mediae*) e não nitrófilas (*Helianthemetalia*, classe *Helianthemetea*).

5330pt6 - Carrascais, esparqueirais e matagais afins acidófilos, subtipo de 'Matos termomediterrânicos pré-desérticos': este é um subtipo que abrange várias tipologias de matagais densos, que na área de estudo são dominados por *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Pistacia terebinthus* e são geralmente etapas de substituição de bosques de sobreiro ou de azinheira. Ocorrem em solos derivados de rochas ácidas, incluindo substratos compactos e areias.

6220. Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*: no contexto do território em análise, este habitat corresponde a pastos heliófilos constituídos por hemicriptófitos, geófitos, terófitos e caméfitos prostrados, com dominância de *Poa bulbosa*; surgem frequentemente em mosaico com prados anuais e com comunidades subnitrófilas anuais. A sua persistência depende da manutenção de um pastoreio extensivo, sobretudo de ovinos, que deverá ser suspenso ou atenuado entre o final da primavera e as primeiras chuvas outonais de modo a permitir a reprodução de algumas espécies anuais.

6310. Montados de *Quercus spp.* de folha perene: como já descrito anteriormente, são formações culturais de origem humana onde se combinam o remanescente arbóreo de um antigo bosque de azinheiras ou sobreiros e uma pastagem cespitosa vivaz associada à pastorícia extensiva de ovinos. No concelho de Reguengos de Monsaraz, a espécie arbórea dominante é a azinheira, existindo, no entanto, algumas formações dominadas por sobreiro.

92D0pt1- Bosques ou matagais dominados por *Tamarix africana*, *T. mascatensis*, *T. gallica* e/ou *Nerium oleander*, associados a águas doces, subtipo de 'Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*): matagais ripícolas dominados por loendros (*Nerium oleander*) e tamargueiras (*Tamarix spp.*), cujo habitat preferencial é o leito rochoso ou arenoso de rios e ribeiras sem água corrente durante um período do ano. Tende a ocorrer maioritariamente nos andares termo e mesomediterrânico seco a sub-húmido inferior.

92A0pt5 - Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia subsp. australis*, subtipo de 'Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*': formações dominadas por *Salix salviifolia subsp. australis*, na área de estudo frequentemente por freixos (*Fraxinus angustifolia*) características de leitos siliciosos de linhas de água de regime torrencial, frequentemente secos durante o Verão. Têm o seu ótimo sinecológico no andar termomediterrânico sob ombroclima seco.

9330. Florestas de *Quercus suber*: bosques de copado cerrado, dominados por *Quercus suber*, eventualmente co-dominados por outras árvores, com estratos lianóide, arbustivo latifoliado espinhoso e herbáceo vivaz ombrófilos bem desenvolvidos e com intervenção humana reduzida ou nula sob coberto. No sub-bosque são comuns *Smilax aspera*, *Tamus communis*, *Rubia peregrina*, *Rosa sempervirens*, *Brionia dioica*, *Hedera hibernica*, *Viburnum tinus*, *Arbutus unedo*, *Myrtus communis*, *Phillyrea latifolia*, *Ruscus aculeatus*, *Asplenium onopteris*, *Geum sylvaticum*, *Carex distachya*, *Luzula forsteri subsp. baetica*, *Hyacinthoides hispanica*, *Paeonia broteroi*, entre outras.

9340pt1 - Bosques de *Quercus rotundifolia* sobre silicatos, subtipo de 'Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*': comunidades florestais predominantemente perenifólias, de copado denso e cerrado, dominado por *Quercus rotundifolia* e, na área em análise, co-dominados por *Pyrus bourgaeana*, com estratos lianóide, arbustiva latifoliada/espinhosa, herbácea vivaz ombrófila e por vezes muscinal e epifítica bem desenvolvidas, com escassa intervenção humana recente. Ainda de acordo com ALFA (2006), reconhece-se que a maioria das áreas encontra-se alterada e com um grau significativo de invasão por arbustos heliófilos ou com um grau de alteração antrópica moderado ou elevado.

Flora com valor de conservação

A Diretiva n.º 92/43/CEE, também conhecida por “Diretiva Habitats”, constitui aquele que é considerado o principal instrumento legal de proteção e conservação dos habitats naturais da flora selvagem não abrangidos por Áreas de Paisagem Protegida ou Parques Nacionais ou Naturais. Este instrumento tem por objetivo garantir a conservação da *biodiversidade das espécies autóctones da flora e fauna e respectivos habitats, atendendo prioritariamente às mais ameaçadas e tomando em consideração as exigências económicas, sociais, culturais e regionais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável* (Decreto-Lei n.º 226/97). Portugal fez a transposição da Diretiva Habitats para a ordem jurídica interna mediante o Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto. Este foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pela Declaração de Retificação n.º 10-AH/99, de 31 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

O anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 (na redação atual) as espécies consideradas de interesse comunitário (discriminando as que são consideradas prioritárias); o anexo B-IV lista as espécies de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa; e o anexo B-V as espécies de interesse comunitário cuja captura ou colheita na Natureza e exploração podem ser objeto de medidas de gestão.

No que respeita à flora, os trabalhos de campo não foram realizados na época propícia à deteção de espécies de floração primaveril, nem a dimensão da área em análise permitiria uma prospeção



sistemática da mesma. Foi direcionado para a prospeção das espécies constantes nestes anexos, assim como de outras espécies reconhecidamente raras e com interesse para conservação, mas sem estatuto legal de proteção.

Em particular, consideraram-se as espécies presentes nos Sítios mais próximos da área de estudo (Alvito/Cuba e Guadiana/Juromenha): *Linaria ricardoi* no primeiro e, no segundo, *Marsilea batardae*, *Festuca duriotagana* e *Salix salvifolia* subsp. *australis*. A prospeção de *Linaria ricardoi* incidiu sobretudo nos prados de sequeiro, geralmente associados a olival tradicional, em áreas de solos vérticos (barros e para-barros).

Das espécies protegidas referidas, apenas foram observados exemplares de *Salix salvifolia* subsp. *australis*, que é relativamente comum nas galerias ripícolas, delimitadas na carta de Habitats apresentada adiante; e de *Ruscus aculeatus* no extremo sudeste da área de estudo, uma espécie muito comum, constante apenas do anexo V da Diretiva, cuja preservação está garantida se forem conservados os bosques onde ocorre.

Nas bases de dados de ocorrência de espécies de flora, nomeadamente na detida pelo ICNF e na Flora-On², há registo de ocorrência de espécies protegidas na área analisada. Uma das espécies registadas como ocorrente numa das quadrículas de 10 km destas bases de dados – *Narcissus cavanillesii* – não ocorre certamente na área de estudo, uma vez que apenas se conhece uma população desta planta, fora do concelho em estudo. Os restantes táxones são apresentados Quadro 5.2, assim como as tipologias de habitats em que ocorrem.

Quadro 5.2 | Espécies de flora de ocorrência potencial

Espécie	Tipologia de habitat
<i>Narcissus bulbucodium</i>	Fendas terrosas em afloramentos graníticos.
<i>Salix salviifolia</i> subsp. <i>australis</i>	Formações ripícolas, ao longo das linhas de água.
<i>Ruscus aculeatus</i>	Sobcoberto de bosques.
<i>Festuca duriotagana</i>	Leitos de cheia e margens pedregosas de cursos de água.
<i>Marsilea batardae</i>	Charcos temporários e margens de rios sujeitas a inundações periódicas, em substratos argilosos.

A área de estudo inclui ainda a única população em Portugal de *Digitalis mariana* subsp. *Heywoodii*, táxone endémico da Península Ibérica, sem estatuto legal de proteção mas de distribuição globalmente restrita e muito restrita em Portugal. Ocorre tipicamente em afloramentos rochosos, apenas na zona em torno de Reguengos de Monsaraz e na *Sierra Morena*, uma cordilheira do sul de Espanha que separa o Planalto Central da Depressão Bética, relevo que tem o seu extremo ocidental nas proximidades da área de estudo.

Apresenta-se abaixo, na Figura 5.2, as quadrículas UTM (10 x 10km) para as quais há registos de ocorrência deste táxone, de acordo com os registos disponíveis em *Anthos. Sistema de información sobre las plantas de España*³.

² <http://www.flora-on.pt/>

³ <http://www.anthos.es/>



Figura 5.2 | Distribuição de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii*, segundo Anthos. Sistema de información sobre las plantas de España (quadricula UTM 10x10km, a rosa).

Esta é uma planta anual, detetável apenas quando em floração, em abril e maio. Foram encontrados vários exemplares de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii* na zona prospetada por elementos da equipa em trabalhos anteriores realizados na área de Reguengos de Monsaraz, sempre em afloramentos rochosos ou em áreas de depósito antigo de grandes calhaus, eventualmente provenientes de despedregas realizadas há muito. Estes locais não são lavrados, pelo que constituem ilhas menos perturbadas, onde se desenvolve esta espécie - nas fendas nas rochas ou em bolsas terrosas entre as rochas. A espécie é de ocorrência provável em todos os locais que correspondem a esta tipologia, mesmo quando sujeitos a pastoreio.

Para tentar perceber qual a tipologia geológica e litológica a que corresponde a ocorrência deste táxone, procedeu-se à cartografia de detalhe das ocorrências conhecidas, a partir das observações da equipa e de informação fornecida por outros especialistas (Vila-Viçosa, com. pess.; Caraça, com. pess.).

A sobreposição destes registos com a cartografia geológica disponível, à escala 1:50 000 (LNEG, s.d.), parece coincidir com as principais áreas de granodioritos do maciço eruptivo de Reguengos (ver Figura 5.3). O granodiorito é uma rocha ígnea semelhante ao granito, mas contendo mais plagioclase (ou feldspato calco-sódico) do que feldspato alcalino (ou feldspato potássico).



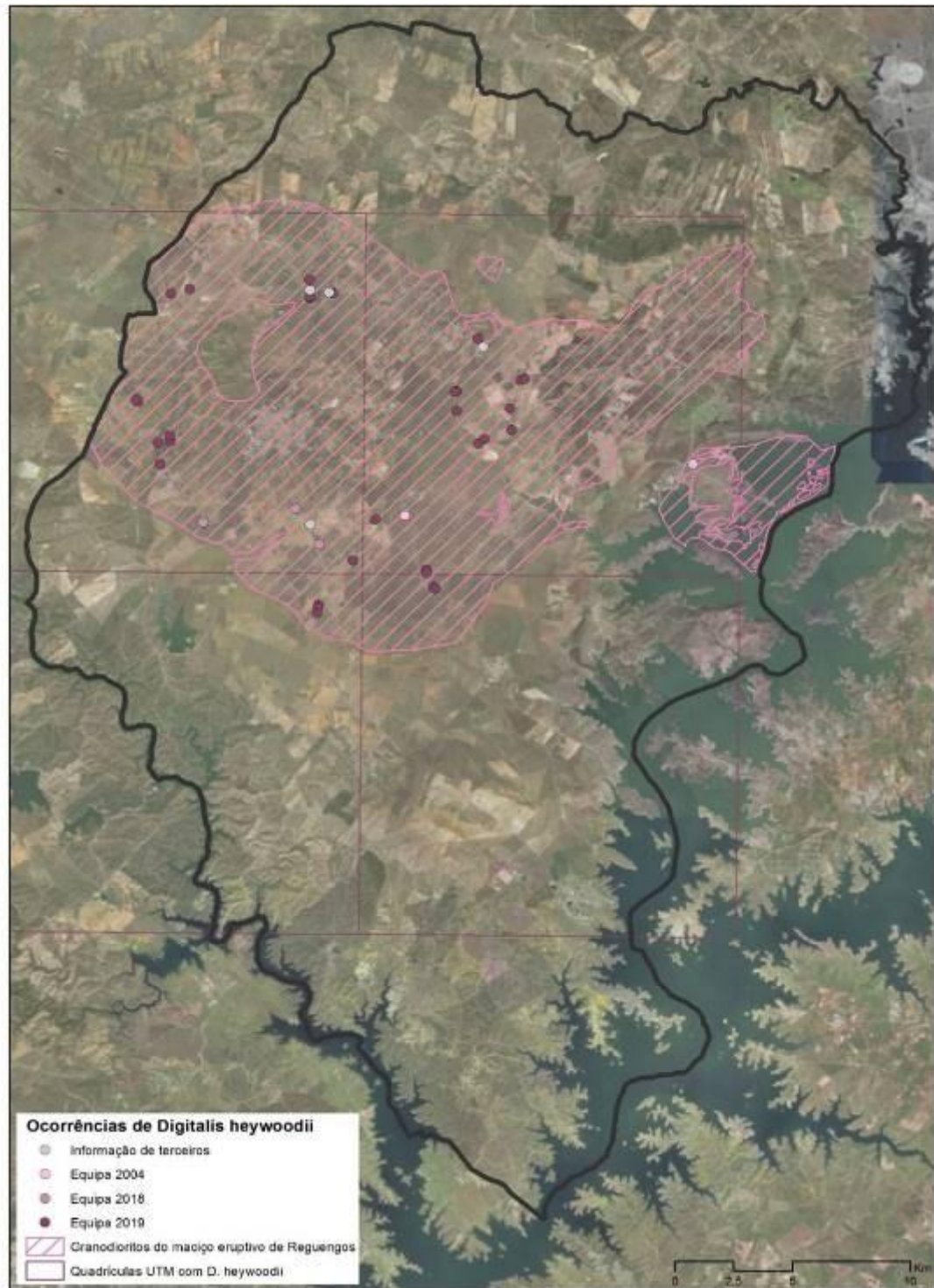


Figura 5.3 | Ocorrências de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii*, sobre os limites da principal área de afloramento de granodioritos do maciço eruptivo de Reguengos dentro do concelho

Segundo Carvalhosa & Zbyszewski (1991), o maciço eruptivo de Reguengos, constituído sobretudo por granodioritos e tonalitos associados, tem um desenvolvimento este-oeste, com cerca de 12 km de extensão. A parte central e ocidental do maciço é constituída quase exclusivamente por granodioritos, com ocorrência de tonalitos associados apenas a leste de Reguengos. Os granodioritos são constituídos sobretudo por quartzo, plagioclase (andesina com 32 a 34 % de anortite, uma plagioclase cálcica), biotite, hornblenda e mais ou menos feldspato potássico. Com o aumento da presença de hornblenda e de andesina, estas rochas passam a ter a composição de tonalitos.

Uma análise por inspeção visual da carta geológica de Espanha (IGME, 1995) permite verificar que as ocorrências de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii* em Espanha também parecem associadas a substratos granitóides.

5.2.2. Fauna

Mamíferos

O conjunto de observações efetuadas no terreno e a informação recolhida permitiram elaborar a lista de espécies de ocorrência potencial que se apresenta no Quadro 5.3 | Lista das espécies de mamíferos de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral *et al.*, 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem..

Quadro 5.3 | Lista das espécies de mamíferos de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral *et al.*, 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem.

Estatuto de conservação: NA – não avaliada, LC – Pouco preocupante, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase ameaçada, VU – Vulnerável, EN – Em perigo, RE – Regionalmente extinta

Nome científico	Nome vulgar	Livro Vermelho	Diretiva Habitats
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro	LC	
<i>Crocidura russula</i>	Musaranho-de-dentes-brancos	LC	
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira	LC	
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno	VU	II, IV
<i>Pipistrellus</i>	Morcego-anão	LC	IV
<i>Pipistrellus kuhli</i>	Morcego de Kuhl	LC	IV
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu	LC	IV
<i>Plecotus austriacus</i>	Morcego-orelhudo-cinzento	LC	IV
<i>Miniopterus schreibersii</i>	Morcego-de-peluche	VU	II, IV
<i>Tadarida teniotis</i>	Morcego-rabudo	DD	IV
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	NT	
<i>Lepus granatensis</i>	Lebre	LC	



Nome científico	Nome vulgar	Livro Vermelho	Diretiva Habitats
<i>Arvicola sapidus</i>	Rata-de-água	LC	
<i>Microtus lusitanicus</i>	Rato-cego	LC	
<i>Microtus duodecimcostatus</i>	Rato-cego-mediterrânico	LC	
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo	LC	
<i>Rattus</i>	Rato-preto	LC	
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana	NA	
<i>Mus domesticus</i>	Rato-caseiro	LC	
<i>Mus spretus</i>	Rato-das-hortas	LC	
Vulpes	Raposa	LC	
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	LC	
<i>Martes foina</i>	Fuinha	LC	
Meles	Texugo	LC	
Lutra	Lontra	LC	II, IV
<i>Genetta</i>	Geneta	LC	
<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabos	LC	
<i>Sus scrofa</i>	Javali	LC	

Cinco destas espécies estão inseridas no anexo II da Diretiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril conforme revisto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro, anexos B-II e B-IV, que transpõem a referida Diretiva e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013 (que procede à transposição da Diretiva n.º 2013/17/UE). Três outras estão inseridas simultaneamente nos anexos II e IV desta mesma Diretiva, correspondentes aos anexos B-II e B-IV na legislação nacional.

De entre estas o coelho-bravo está classificado como Quase Ameaçado e duas espécies de morcegos, o morcego-de-ferradura-pequeno e o morcego-de-peluche, estão classificados como Vulneráveis.

Para a área do concelho não se encontrou o registo de nenhum abrigo de morcegos de importância nacional, de acordo com informação disponibilizada no sítio do ICNF. No entanto, haverá pelo menos 5 abrigos de menor importância dentro da área do concelho ou muito próximo dos seus limites, sendo previsível que recorram a alguns biótopos da área de estudo para se alimentarem, em especial os mais naturalizados como a vegetação ripícola (Figura 5.4).



Figura 5.4 | Abrigos de morcegos de acordo com a informação disponibilizada pelo ICNF

Deste modo, no território do concelho não foi identificado nenhum local particularmente sensível para este grupo de espécies mas é de referir que os aglomerados de pedras que resultam do despedregamento em espaços agrícolas, e onde ocorre a *Digitalis mariana*, espécie de flora referida para a área de estudo, constituem um excelente abrigo para pequenos carnívoros e coelhos e deverão contribuir para a existência de comunidades de pequenos mamíferos diversificadas.

Aves

No Quadro 5.4 listam-se as espécies observadas na área de estudo durante a visita efetuada em outubro de 2018 e em momentos anteriores, como referido acima, bem como as espécies que poderão ocorrer nesta área tendo em atenção a disponibilidade de biótopos e a distribuição das espécies no território nacional.

No total atribuem-se 146 espécies de aves à área de estudo, sendo que 107 (73%) foram observadas no terreno.



Quadro 5.4 | Lista das espécies de aves de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral *et al.*, 2005), regime legal de proteção, estatuto fenológico na área de estudo e biótopos onde ocorrem

Estatuto de conservação: NA – não avaliada, LC – Pouco preocupante, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase ameaçada, VU – Vulnerável, EN – Em perigo, RE – Regionalmente extinta

Estatuto fenológico: R – Residente, E – Estival, I – Invernante

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno	LC		R
<i>Podiceps cristatus</i>	Mergulhão-de-crista	LC		R
<i>Phalacrocorax carbo</i>	Corvo-marinho-de-faces-brancas	LC		R
<i>Ixobrychus minutus</i>	Garça-pequena	VU	I	E
<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-boieira	LC		R
<i>Egretta alba</i>	Graça-branca-grande	NA	I	I
<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca	LC	I	R
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-cinzenta	LC		R
<i>Ardea purpurea</i>	Garça-vermelha	EN	I	E
<i>Ciconia</i>	Cegonha-branca	LC	I	R
<i>Platalea leucorodia</i>	Colhereiro	VU	I	E
<i>Tadorna ferruginea</i>	Pato-ferrugíneo	RE	I	I
<i>Alopochen aegyptiaca</i>	Ganso-do-Egipto	NA		R
<i>Anas penelope</i>	Piadeira	LC		I
<i>Anas strepera</i>	Frisada	LC		R
<i>Anas crecca</i>	Marrequinha	LC		I
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	LC		R
<i>Anas penelope</i>	Piadeira	LC		I
<i>Anas clypeata</i>	Pato-trombeteiro	LC		I
<i>Netta rufina</i>	Pato-de-bico-vermelho	NT		R
<i>Aythya nyroca</i>	Zarro-castanho	RE ¹	I	I
<i>Aythya ferina</i>	Zarro-comum	VU		I
<i>Elanus caeruleus</i>	Peneireiro-cinzento	NT	I	R

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	LC	I	E
<i>Milvus</i>	Milhafre-real	LC	I	I
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo	NT	I	MP
<i>Aegypius monachus</i>	Abutre-preto	CR	I	MP
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	NT	I	E
<i>Circus aeruginosus</i>	Tartaranhão-ruivo-dos-pauis	VU	I	R
<i>Circus cyaneus</i>	Tartaranhão-azulado	VU	I	I
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	EN	I	E
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião	LC		R
<i>Buteo</i>	Águia-de-asa-redonda	LC		R
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	NT	I	E
<i>Pandion haliaetus</i>	Águia-pesqueira	EN	I	I
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro-vulgar	LC		R
<i>Falco columbarius</i>	Esmerilhão	VU	I	I
<i>Falco peregrinus</i>	Falcão-peregrino	VU	I	I
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz-comum	LC		R
<i>Coturnix</i>	Codorniz	LC		E
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-de-água	LC		R
<i>Fulica atra</i>	Galeirão	LC		I
<i>Tetrax</i>	Sisão	VU	I	R
<i>Himantopus</i>	Perna-longa	LC	I	E
<i>Burhinus oediconemus</i>	Alcaravão	VU	I	R
<i>Glareola pratincola</i>	Perdiz-do-mar	VU	I	E
<i>Charadrius dubius</i>	Borrelho-pequeno-de-coleira	LC		E
<i>Pluvialis apricaria</i>	Tarambola-dourada	LC		I
<i>Vanellus</i>	Abibe	LC		I
<i>Tringa ochropus</i>	Bique-bique	NT		I
<i>Actitis hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	VU		I



Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Larus ridibundus</i>	Guincho	LC		I
<i>Larus fuscus</i>	Gaivota-de-asa-escura	LC		I
<i>Larus michaelis/fuscus</i>	-	-		I
<i>Gelochelidon nilotica</i>	Gaivina-de-bico-preto	EN	I	E
<i>Pterocles orientalis</i>	Cortiçol-de-barriga-preta	EN	I	R
<i>Columba oenas</i>	Pombo-bravo	DD		I
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	LC		R
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola-turca	LC		R
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola	LC		E
<i>Clamator glandarius</i>	Cuco-rabilongo	VU		E
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	LC		E
<i>Tyto alba</i>	Coruja-das-torres	LC		R
<i>Otus scops</i>	Mocho-d'orelhas	DD		E
<i>Bubo</i>	Bufo-real	NT		R
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	LC		R
<i>Strix aluco</i>	Coruja-do-mato	LC		R
<i>Asio otus</i>	Bufo-pequeno	DD		I
<i>Caprimulgus ruficollis</i>	Noitibó-de-nuca-vermelha	VU		E
<i>Apus</i>	Andorinhão-preto	LC		E
<i>Apus pallidus</i>	Andorinhão-pálido	LC		E
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda-rios	LC	I	R
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	LC		E
<i>Upupa epops</i>	Poupa	LC		R
<i>Jynx torquilla</i>	Torcicolo	DD		E
<i>Picus viridis</i>	Peto-verde	LC		R
<i>Dendrocopos major</i>	Pica-pau-malhado-grande	LC		R
<i>Dendrocopos minor</i>	Pica-pau-malhado-pequeno	LC		R

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Melanocorypha calandra</i>	Calhandra	NT	I	R
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhandrinha	LC	I	E
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de-poupa	LC		R
<i>Galerida theklae</i>	Cotovia-do-monte	LC		R
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-pequena	LC	I	R
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	LC		I
<i>Riparia</i>	Andorinha-das-barreiras	LC		E
<i>Ptyonoprogne rupestris</i>	Andorinha-das-rochas	LC		R
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	LC		E
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha-dáurica	LC		E
<i>Delichon urbica</i>	Andorinha-dos-beirais	LC		E
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha-das-árvores	NT		MP
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos	LC	I	E
<i>Anthus pratensis</i>	Petinha-dos-prados	LC		I
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta	LC		R
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca	LC		R
<i>Troglodytes</i>	Carriga	LC		R
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha	LC		I
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	LC		I
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	LC		E
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo-preto	LC		I
<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo-comum	LC		R
<i>Turdus merula</i>	Melro-preto	LC		R
<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-músico	LC		I
<i>Turdus iliacus</i>	Tordo-ruivo	LC		I
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordeia	LC		R
<i>Cettia cetti</i>	Rouxinol-bravo	LC		R
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	LC		R



Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Acrocephalus scirpaceus</i>	Rouxinol-pequeno-dos-caniços	NT		E
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>	Rouxinol-grande-dos-caniços	LC		E
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa-poliglota	LC		E
<i>Sylvia undata</i>	Felosa-do-mato	LC	I	R
<i>Sylvia cantillans</i>	Toutinegra-carrasqueira	LC		E
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-de-cabeça-preta	LC		R
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra	LC		R
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum	LC		I
<i>Phylloscopus ibericus</i>	Felosa Ibérica	LC		E
<i>Regulus ignicapillus</i>	Estrelinha-real	LC		R
<i>Muscicapa striata</i>	Papa-moscas-cinzento	NT		E
<i>Remiz pendulinus</i>	Chapim-de-mascarilha	NT		I
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-rabilongo	LC		R
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa	LC		R
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	LC		R
<i>Parus major</i>	Chapim-real	LC		R
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira-azul	LC		R
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira-comum	LC		R
<i>Oriolus</i>	Papa-figos	LC		E
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	LC		R
<i>Lanius senator</i>	Picanço-barreteiro	NT		E
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	LC		R
<i>Cyanopica cyanus</i>	Pega-azul	LC		R
<i>Pica</i>	Pega	LC		R
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta	LC		R
<i>Corvus corax</i>	Corvo	NT		R
<i>Sturnus vulgaris</i>	Estorninho-malhado	LC		I

Nome científico	Nome vulgar	Estatuto em Portugal	Diretiva Aves	Estatuto fenológico
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto	LC		R
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-comum	LC		R
<i>Passer hispaniolensis</i>	Pardal-espanhol	LC		E
<i>Petronia</i>	Pardal-francês	LC		R
<i>Estrilda astrild</i>	Bico-de-lacre	NA		R
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão	LC		R
<i>Serinus</i>	Chamariz	LC		R
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	LC		R
<i>Carduelis</i>	Pintassilgo	LC		R
<i>Carduelis spinus</i>	Lugre	LC		I
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintarrôxo	LC		R
<i>Coccothraustes</i>	Bico-grossudo	LC		R
<i>Emberiza cirius</i>	Escrevedeira	LC		R
<i>Miliaria calandra</i>	Trigueirão	LC		R

¹ – O estatuto desta espécie terá de ser atualizado no futuro uma vez que em anos recentes o número de observações desta espécie aumentou de forma significativa.

De entre as espécies atribuídas à área de estudo 50% serão residentes, 25% serão estivais, 23% serão sobretudo invernantes e as restantes ocorrerão durante as passagens migratórias ou em movimentos dispersivos.

Trinta e três destas espécies estão inseridas no anexo I da Diretiva Aves (79/409/CEE), que corresponde ao anexo A-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a redação atual.

No que respeita ao seu estatuto de conservação em Portugal verifica-se que ocorrem na área de estudo uma espécie classificada como Criticamente Ameaçada (CR), cinco espécies classificadas como Em Perigo (EN), 13 como Vulneráveis (VU) e 14 como Quase Ameaçadas (NT).

Ocorrem ainda duas espécies classificadas como Regionalmente Extintas, o pato-ferrugíneo e o zarro-castanho. No entanto, como referido acima, o estatuto do zarro terá de ser oportunamente revisto uma vez que esta espécie se tornou mais frequente no nosso território, havendo mesmo confirmações recentes de nidificação no sul do país. O pato-ferrugíneo é atualmente um visitante ocasional no território nacional.

A espécie classificada como Criticamente Ameaçada, o abutre-preto, ocorrerá no território do concelho apenas durante os seus movimentos dispersivos não havendo qualquer evidência que aqui se reproduza.

As espécies classificadas como Em Perigo estão associadas sobretudo aos planos de água, à vegetação ripícola e aos biótopos de características estepárias, enquanto as espécies classificadas



como Vulneráveis se distribuem sobretudo pelas pseudo-estepes, pela vegetação ripícola e pelos planos de água. Ou seja, a maior parte das espécies com estatuto de ameaça ocorrem apenas em três biótopos.

Encarnação (2014), no Relatório de Monitorização das Espécies de Aves Aquáticas Coloniais, refere a existência de uma pequena colónia de garças nas margens da albufeira de Alqueva dentro dos limites do concelho (Figura 5.5).



Figura 5.5 | Localização da colónia de garças de Reguengos

Para esta colónia são referidas naquele trabalho quatro espécies de Ardeídeos; garça-vermelha *Ardea purpurea*, com 5 casais, garça-cinzenta *A. cinerea*, com 33 casais, garça-branca *Egretta garzetta*, com 8 casais, e garça-boeira *Bubulcus ibis*, com 5 casais.

Na visita efetuada ao terreno na Primavera de 2019 verificou-se que a colónia está hoje mais empobrecida, contando apenas com a presença de corvos-marinhos e garças-reais.

De entre as 4 espécies de aves classificadas como Em Perigo foi possível observar a gaivina-de-bico-preto, procurando alimento em zonas abertas e junto a pequenos açudes. Esta espécie nidifica em pequenas ilhotas na albufeira de Alqueva e noutras albufeiras de menores dimensões existentes na região envolvente à área de estudo.

Observou-se ainda o cortiçol-de-barriga-preta, no interior da ZPE de Reguengos, zona onde se estima que ocorram cerca de 40 a 60 indivíduos (Costa *et al.*, 2003). Na visita efetuada em abril foram observados 6 indivíduos na zona da ZPE e na visita de Outubro foi observado um indivíduo.

No que se refere às 14 espécies classificadas como Vulneráveis foi possível confirmar a presença de 7 – colhereiro, tartaranhão-ruivo-dos-pauis/águia-sapeira, falcão-peregrinus, sisão, alcaravão, maçarico-das-rochas e cuco-rabilongo.

O colhereiro deverá reproduzir-se fora dos limites do concelho, nomeadamente numa colónia situada na albufeira de Alqueva, no braço do rio Degebe perto da Vendinha. Ocorrerá com alguma regularidade na área do concelho, em pequenos açudes e nas margens da albufeira de Alqueva.

A águia-sapeira ocorrerá como reprodutora em pelo menos um local situado no interior do concelho, numa pedreira desativada a nascente de Reguengos. Não é de excluir a existência de outros casais, por exemplo na periferia da albufeira do Esporão, mas não foi possível confirmar esta possibilidade.

O falcão-peregrino é um visitante de Inverno e ocorrerá em pequeno número na área do concelho. Foi observado por uma vez, no Inverno, na zona Noroeste do Concelho, perto da Caridade.

No âmbito do projeto LIFE-Sisão (Silva & Pinto, 2006) foram efetuados recenseamentos da população reprodutora tendo-se estimado densidades de 4,35 machos/km² na IBA de Reguengos de Monsaraz. Mais recentemente, o censo nacional de sisão realizado em 2016 (Silva *et al.*, 2018) indica que as densidades de sisão no período reprodutor reduziram para valores de 2,2machos/km², na ZPE de Reguengos. Durante as visitas efetuadas ao terreno foram observados 6 machos de sisão a defender território na ZPE de Reguengos, entre Campo e Campinho, e na visita de Outubro foram observadas 29 aves na mesma zona.

O alcaravão deverá reproduzir-se de forma regular pelas áreas mais abertas do concelho, seja em zona de pastagem ou de montado mais aberto, mas sempre em densidades relativamente reduzidas como é característico da espécie.

O maçarico-das-rochas é também um visitante de Inverno devendo ocorrer com regularidade na orla das albufeiras de maiores dimensões mas sempre com efetivos reduzidos. Foi observada na orla da albufeira de Alqueva no Outono.

Finalmente, o cuco-rabilongo distribui-se pelas zonas onde as espécies por ela parasitadas ocorrem, nomeadamente as duas pegas e a gralha. No âmbito do presente trabalho foi observada na zona de Campo e Campinho.

As restantes espécies Vulneráveis cuja presença não foi confirmada deverão ocorrer na área do concelho em números relativamente reduzidos, com a exceção do noitibó-de-nuca-vermelha que estará mais bem distribuído no território do concelho.

Répteis e Anfíbios

Atribuem-se à área de estudo 11 espécies de anfíbios e 15 de répteis. Um anfíbio (a rã-de-focinho-pontagudo) e um réptil estão classificados como Quase Ameaçado. Por outro lado, um réptil (o cágado-de-carapaça-estriada) está classificado como Em Perigo e outro (a osga-turca) está classificado como Vulnerável (Quadro 5.5).



Quadro 5.5 | Lista das espécies de répteis e anfíbios de ocorrência confirmada (a negrito) e potencial, respetivo estatuto de conservação em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho (Cabral *et al.*, 2005), regime legal de proteção e biótopos onde ocorrem.

Estatuto de conservação: NA – não avaliada, LC – Pouco preocupante, DD – Informação Insuficiente, NT – Quase ameaçada, VU – Vulnerável, EN – Em perigo, RE – Regionalmente extinta

ANFÍBIOS		Livro Vermelho	Diretiva Habitats
<i>Pleurodeles waltl</i>	Salamandra-de-costas-salientes	LC	
<i>Salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	LC	
<i>Triturus boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	LC	
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	LC	IV
<i>Alytes cisternasii</i>	Sapo-parteiro-ibérico	LC	IV
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	NT	II, IV
<i>Pelobates cultripes</i>	Sapo-de-unha-negra	LC	IV
<i>Bufo</i>	Sapo-comum	LC	
<i>Bufo calamita</i>	Sapo-corredor	LC	IV
<i>Hyla meridionalis</i>	Rela-meridional	LC	IV
<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	LC	
RÉPTEIS			
<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça-estriada	EN	II, IV
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	LC	II, IV
<i>Hemidactylus turcicus</i>	Osga-turca	VU	
<i>Tarentola mauritanica</i>	Osga	LC	
<i>Blanus cinereus</i>	Cobra-cega	LC	
<i>Lacerta lepida</i>	Lagarto	LC	
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-ibérica	LC	IV
<i>Psammotromus algirus</i>	Lagartixa-do-mato	LC	
<i>Psammotromus hispanicus</i>	Lagartixa-do-mato-ibérica	NT	
<i>Chalcides bedriagai</i>	Cobra-de- pernas-pentadáctila	LC	IV
<i>Coluber hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	LC	IV
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	LC	
<i>Macroprotodon cucullatus</i>	Cobra-de-capuz	LC	
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	LC	
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-água-viperina	LC	

Cinco espécies de anfíbios e 3 de répteis estão inseridas no anexo II da Diretiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril conforme revisto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro, anexos B-II e B-IV, que transpõem a referida Diretiva e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013 (que procede à transposição da Diretiva n.º 2013/17/UE). Três outras, um anfíbio e dois répteis, estão inseridas simultaneamente nos anexos II e IV desta mesma Diretiva, correspondentes aos anexos B-II e B-IV na legislação nacional.

5.3. SÍNTESE

Flora e Vegetação

A área em análise está desde há muito sujeita a uma forte ação antrópica, facto que se traduz no coberto vegetal, principalmente pela quase ausência de vegetação natural. No entanto, algumas das formações vegetais mantidas pelo Homem têm interesse para conservação, nomeadamente alguns montados. Assim, a ocupação atual do solo do concelho de Reguengos de Monsaraz é constituída maioritariamente por áreas exclusivamente agrícolas e por montados, com uma ocupação secundária de floresta; surgem ainda áreas construídas e planos de água artificiais.

Tendo por base a cartografia de ocupação do solo disponível para todo o concelho e as observações realizadas durante os trabalhos de campo, elaborou-se uma Carta de Formações Vegetais que inclui as seguintes tipologias:

Azinhal com matos e Azinhal/sobreiral com matos: bosques dominados por azinheiras ou por sobreiros, de copado aberto, que se desenvolvem na área de estudo sobretudo em encostas de maior declive. Estas formações podem ser enquadráveis, respetivamente, no subtipo 1 do habitat 9340 ou do habitat 9330. No entanto, estes habitats são tipicamente bosques de copado serrado, com sobcoberto em que dominam lianas, arbustos latifoliados não heliófilos e herbáceas vivazes ombrófilas, que estão ausentes nas formações observadas. Estas, pelo contrário, como têm um copado relativamente aberto, apresentam um sobcoberto arbustivo rico em arbustos heliófilos, que, por sua vez, prefiguram a ocorrência dos subtipos 2 e 6 do Habitat 5330. Ainda assim, dada a raridade dos bosques de azinheira em Portugal, nomeadamente neste território biogeográfico, optou-se por considerar estas formações como habitat, ainda que considerando-o em mau estado de conservação, em mosaico com os referidos matagais.

Zambujal com azinhal: esta tipologia surge num único local, a Leste de São Marcos do Campo. É um matagal denso dominado por zambujeiros com pequenos núcleos de azinhal. Esta formação é enquadrável no subtipo 6 do habitat 5330.

Matos: Durante os trabalhos de campo verificou-se que a maioria dos matos presentes são comunidades pauciespecíficas dominadas por esteva, sem valor de conservação. No entanto, encontraram-se alguns exemplos de zambujais, classificáveis como habitat 5330pt6, e de retamais, que correspondem ao habitat 5330pt2.

Montado: uma parte considerável da área cartografada corresponde ao que habitualmente se chama montado: um sistema agro-silvo-pastoril que consiste numa floresta aberta de sobreiros ou azinheiras com um sobcoberto herbáceo, espontâneo ou não. Para que estas formações sejam classificáveis como Habitat 6310 (Montados de *Quercus spp.* de folha perene), devem corresponder à descrição constante do Plano Sectorial da Rede Natura 2000: “Mosaico de pastagens naturais perenes sob coberto variável, pouco denso, de sobreiros [*Quercus suber*] ou/e azinheiras [*Q. rotundifolia*], associado a um sistema de pastorícia extensiva por ovinos e por vezes incluindo parcialmente sistemas de agricultura arvensis extensiva em rotações longas. São dominadas por hemicriptófitos cespitosos, principalmente *Poa bulbosa*, *Trifolium sp. pl.* e *Plantago sp. pl.* e mais raramente correspondem a pastagens anuais.”

Na área em análise os montados observados têm vários tipos de sobcoberto: culturas arvenses de sequeiro, pastagens semeadas e prados anuais geridos como pastagens naturais, mantidas através de um sistema de lavouras periódicas (eventualmente com uma sementeira periódica de aveia), sendo este último o tipo mais comum.



Face ao que foi observado no terreno concluiu-se que estes montados têm baixo valor de conservação, não sendo classificáveis como Habitat 6310. No entanto, admite-se a existência desta tipologia em alguns locais, ainda que não seja possível distingui-los cartograficamente. Mesmo no caso dos montados com baixo valor de conservação, é possível, num futuro próximo e através de uma gestão adequada, a sua conversão em áreas classificáveis como tal.

Montado com núcleos de matagal: em algumas áreas, sobretudo a Sudeste e a Este de Reguengos de Monsaraz, os montados (no sentido atrás descrito) surgem associados a núcleos de matagal. Estes núcleos desenvolvem-se frequentemente em locais com presença de afloramentos de granitos ou rochas afins e são enquadráveis no habitat 5330pt6.

Faixa ripícola: a área de estudo apresenta alguns troços de formações ripícolas arbóreas e arbustivas altas, em estado de conservação bastante variável. Nas raras áreas bem conservadas desenvolve-se uma cortina densa dominada por freixos no estrato arbóreo (*Fraxinus angustifolia*) e por loendros no estrato arbustivo alto, assim como, pontualmente, *Tamarix africana*; o estrato lianóide é bastante desenvolvido. Nas áreas em mau estado de conservação é comum a presença de cana, choupos (*Populus nigra* e *Populus alba*) e, pontualmente, pinheiro-manso e eucalipto. Estas formações correspondem a um mosaico dos Habitats 92A0pt5 e 92D0pt1.

No que respeita à flora, os trabalhos de campo foram direccionados para a prospecção das espécies constantes nos anexos da Directiva Habitats, assim como de outras espécies reconhecidamente raras e com interesse para conservação, mas sem estatuto legal de proteção.

Em particular, consideraram-se as espécies presentes nos Sítios mais próximos da área de estudo (Alvito/Cuba e Guadiana/Juromenha): *Linaria ricardoi* no primeiro e, no segundo, *Marsilea batardae*, *Festuca duriotagana* e *Salix salvifolia* subsp. *australis*. A prospecção de *Linaria ricardoi* incidiu sobretudo nos prados de sequeiro, geralmente associados a olival tradicional, em áreas de solos vérticos (barros e para-barros).

Das espécies protegidas referidas, apenas foram observados exemplares de *Salix salvifolia* subsp. *australis*, que é relativamente comum nas galerias ripícolas, delimitadas na carta de Habitats, e de *Ruscus aculeatus* no extremo sudeste da área de estudo, uma espécie muito comum, constante apenas do anexo V da Directiva, cuja preservação está garantida se forem conservados os bosques onde ocorre.

A área de estudo inclui ainda a única população em Portugal de *Digitalis mariana* subsp. *heywoodii*, táxone endémico da Península Ibérica, sem estatuto legal de proteção mas de distribuição globalmente restrita e muito restrita em Portugal. Ocorre tipicamente em afloramentos rochosos, apenas na zona em torno de Reguengos de Monsaraz e na *Sierra Morena*, uma cordilheira do sul de Espanha que separa o Planalto Central da Depressão Bética, relevo que tem o seu extremo ocidental nas proximidades da área de estudo.

Para tentar perceber qual a tipologia geológica e litológica a que corresponde a ocorrência deste táxone, procedeu-se à cartografia de detalhe das ocorrências conhecidas, a partir das observações da equipa e de informação fornecida por outros especialistas (Vila-Viçosa, com. pess.; Caraça, com. pess.).

A sobreposição destes registos com a cartografia geológica disponível, à escala 1:50.000 (LNEG, s.d.), parece coincidir com as principais áreas de granodioritos do maciço eruptivo de Reguengos.

O granodiorito é uma rocha ígnea semelhante ao granito, mas contendo mais plagioclase (ou feldspato calco-sódico) do que feldspato alcalino (ou feldspato potássico).

Fauna

Mamíferos

O conjunto de observações efetuadas no terreno e a informação recolhida permitiram elaborar uma lista com 28 espécies de ocorrência potencial.

Cinco destas espécies estão inseridas no anexo II da Diretiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a sua redação atual. Três outras estão inseridas simultaneamente nos anexos II e IV desta mesma Diretiva, correspondentes aos anexos B-II e B-IV na legislação nacional.

De entre estas o coelho-bravo está classificado como Quase Ameaçado e duas espécies de morcegos, o morcego-de-ferradura-pequeno e o morcego-de-peluche, estão classificados como Vulneráveis.

Para a área do concelho não se encontrou o registo de nenhum abrigo de morcegos de importância nacional, de acordo com informação disponibilizada no sítio do ICNF. No entanto, haverá pelo menos 5 abrigos de menor importância dentro da área do concelho ou muito próximo dos seus limites.

Aves

No total atribuem-se 146 espécies de aves à área de estudo, sendo que 107 (73%) foram observadas no terreno.

De entre as espécies atribuídas à área de estudo 50% serão residentes, 25% serão estivais, 23% serão sobretudo invernantes e as restantes ocorrerão durante as passagens migratórias ou em movimentos dispersivos.

Trinta e três destas espécies estão inseridas no anexo I da Diretiva Aves (79/409/CEE), que corresponde ao anexo A-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a sua redação atual.

No que respeita ao seu estatuto de conservação em Portugal verifica-se que ocorrem na área de estudo uma espécie classificada como Criticamente Ameaçada (CR), cinco espécies classificadas como Em Perigo (EN), 13 como Vulneráveis (VU) e 14 como Quase Ameaçadas (NT).

As espécies classificadas como Em Perigo estão associadas sobretudo aos planos de água, à vegetação ripícola e aos biótopos de características estepárias, enquanto as espécies classificadas como Vulneráveis se distribuem sobretudo pelas pseudo-estepes, pela vegetação ripícola e pelos planos de água. Ou seja, a maior parte das espécies com estatuto de ameaça ocorrem apenas em três biótopos.

Encarnação (2014), no Relatório de Monitorização das Espécies de Aves Aquáticas Coloniais, refere a existência de uma pequena colónia de garças nas margens da albufeira de Alqueva dentro dos limites do concelho, cuja presença foi confirmada mas incluindo atualmente um número mais reduzido de espécies e aves.

Répteis e Anfíbios

Atribuem-se à área de estudo 11 espécies de anfíbios e 15 de répteis. Um anfíbio (a rã-de-focinho-pontiagudo) e um réptil estão classificados como Quase Ameaçado. Por outro lado, um réptil (o



cágado-de-carapaça-estriada) está classificado como Em Perigo e outro (a osga-turca) está classificado como Vulnerável.

Cinco espécies de anfíbios e três de répteis estão inseridas no anexo II da Diretiva Habitats (92/43/CEE) que corresponde ao anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, com a sua redação atual. Três outras, um anfíbio e dois répteis, estão inseridas simultaneamente nos anexos II e IV desta mesma Diretiva, correspondentes aos anexos B-II e B-IV na legislação nacional.

6. QUALIDADE AMBIENTAL

6.1. NOTA METODOLÓGICA

O presente capítulo diz respeito à caracterização da qualidade ambiental onde são identificados os aspetos caracterizadores dos vários fatores ambientais considerados, da consulta, compilação e tratamento de elementos bibliográficos de diversas especialidades.

Esta caracterização centrou-se em quatro temas principais: a qualidade do ar, a qualidade da água superficial, a qualidade da água para consumo humano e a gestão de resíduos.

6.2. QUALIDADE DO AR

Para fazer a avaliação da qualidade do ar é necessário obter dados das normais climáticas anuais e mensais da central climática mais próxima que é, no caso de Reguengos de Monsaraz, na rede de Qualidade do Ar do Alentejo Interior, a de Terena, no concelho do Alandroal.

Quadro 6.1 | Emissões atmosféricas anuais por setor

Emissões anuais por setor (2015)	NOx kt	NMVOC kt	SOx kt	NH3 kt	PM10 kt	CO2 kt	CH4 kt	N2O kt
Produção de Energia	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Combustão na Indústria	0,002	0,028	0,003	0,000	0,001	1,130	0,000	0,000
Pequenas fontes de Combustão	0,006	0,013	0,002	0,000	0,016	2,179	0,010	0,000
Emissões fugitivas	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Uso de Solventes	0,000	0,049	0,000	0,000	0,044	0,109	0,000	0,000
Transportes Rodoviários	0,115	0,009	0,000	0,001	0,006	21,596	0,001	0,000
Logística	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Aviação	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes móveis (extra rodoviárias)	0,025	0,004	0,000	0,000	0,001	1,283	0,000	0,001
Resíduos	0,000	0,002	0,000	0,001	0,000	0,005	0,136	0,001
Pecuária	0,002	0,000	0,000	0,032	0,000	0,000	0,714	0,001
Agricultura	0,029	0,014	0,001	0,113	0,017	0,000	0,007	0,039
Outros	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fontes Naturais	0,000	3,015	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Totais	0,179	3,136	0,006	0,149	0,084	26,303	0,868	0,042

Fonte: Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas 2015, APA



A análise deste descritor foi efetuada tendo por base as emissões atmosféricas constantes no inventário nacional de emissões atmosféricas para 2015, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente.

A análise do Quadro anterior permite verificar, de um modo geral, o caráter relevante que as fontes antropogénicas assumem na maior parte das emissões de poluentes atmosféricos no concelho de Reguengos de Monsaraz.

Analisando individualmente cada poluente, e começando pelos gases com efeito de estufa (GEE), é possível destacar as emissões de dióxido de carbono (CO_2) provenientes dos transportes rodoviários com o registo do maior valor no quadro de emissões acima apresentado, nomeadamente 21,596 t/km². Relativamente às emissões de metano (CH_4) e óxido nitroso (N_2O), outros GEE, são a pecuária e a agricultura os principais responsáveis pela emissão destes poluentes. Quanto às emissões de compostos orgânicos voláteis (NMVOC) são as fontes naturais as principais responsáveis pelo registo de 3,136 t/km². No que se refere às emissões de amónia (NH_3) também são a agricultura e pecuária que mais contribuem para a emissão deste poluente, tal como os transportes rodoviários também são o principal incrementador na produção de óxido de azoto (NO_x). Relativamente ao óxido de enxofre (SO_x) é a combustão na indústria que contribui para um maior valor, ainda que pouco significativo comparativamente a outros poluentes, de 0,005 t/km², 50% do total do GEE.

A consulta da base de dados online da qualidade do ar QualAr indica para o Alentejo Interior, representado pela estação de Terena (Alandroal), um índice da qualidade do ar “Bom”⁴ (numa escala de “Mau” a “Muito Bom”).

6.3. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA

A qualidade das águas superficiais e subterrâneas consta no PGRH (Plano de Gestão de Região Hidrográfica) da Região Hidrográfica do Rio Guadiana, região número 7 a nível nacional.

Observando este mesmo PGRH, sendo facilitada a visualização da informação no visualizador do SNIAmb (Sistema Nacional de Informação de Ambiente)⁵, verifica-se que não existe potencial ecológico superior a razoável em nenhum curso de água superficial nem na albufeira da barragem do Alqueva, que se situa na qualidade de razoável, à semelhança dos restantes cursos de água.

Analisando o estado químico das águas do concelho, verifica-se que, das águas superficiais, apenas a Albufeira do Alqueva possui uma análise desta componente, apresentando um estado químico de bom. As águas subterrâneas, que pertencem ao Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Guadiana, apresentam um estado químico bom, para além de não estarem em risco de seca, apresentando uma quantidade de água igualmente considerada como boa.

Numa análise final o PGRH considera que não existem águas superficiais, no concelho de Reguengos de Monsaraz, com um estado global bom ou melhor, situando-se, a totalidade, numa qualidade inferior a boa, como se pode verificar na tabela seguinte que discrimina os cursos de água superficiais e respetivos estados ecológicos e pressões significativas:

⁴ O índice de QualAr “Bom” corresponde à seguinte matriz de classificação dos poluentes: PM10 – 21-35; PM2.5 – 11-20; NO2 – 41-100; O3 – 81-100; SO2 – 101-200.

⁵ <https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador>

Quadro 6.2 | Caracterização das massas de água do concelho de Reguengos de Monsaraz

Massas de água superficiais (designação/ código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Reguengos de Monsaraz	Medidas de mitigação das pressões
Albufeira de Alqueva (principal) /PT07GUA1487A	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário e da energia; • Natureza: Fortemente modificada; • Potencial Ecológico: Razoável. 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE1P01M01_SUP_RH7_1Ciclo Construção/Reabilitação da ETAR de Portel, da ETAR de Amieira e da ETAR de Alqueva • PTE4P01M02_SUP_RH7 Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana
Albufeira de Alqueva (Braço Degebe) /PT07GUA1487B	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário; • Natureza: Fortemente modificada; • Potencial Ecológico: Razoável 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE1P01M01_SUP_RH7_1Ciclo Construção/Reabilitação da ETAR de Portel, da ETAR de Amieira e da ETAR de Alqueva • PTE4P01M02_SUP_RH7 Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana
Ribeira da Caridade /PT07GUA1478	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores industrial, urbano, agrícola e pecuário; • Natureza: Natural; • Potencial Ecológico: Mediocre 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE7P01M10_SUP_RH7 Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana • PTE1P06M01_RH7 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo • PTE9P01M01_RH7 Promover uma ação preventiva de fiscalização
Barranco das Cabanas /PT07GUA1479	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores agrícola e pecuário; • Natureza: Natural; • Potencial Ecológico: Razoável. 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE7P01M10_SUP_RH7 Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana • PTE1P06M01_RH7 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo
Ribeira do Álamo /PT07GUA1474	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário; • Natureza: Natural; • Potencial Ecológico: Razoável. 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE1P01M19_SUP_RH7 Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel
Ribeira de Pega /PT07GUA1466	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário; • Natureza: Natural; • Potencial Ecológico: Razoável. 	<ul style="list-style-type: none"> • PTE1P06M01_RH7 Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo • PTE9P01M01_RH7 Promover uma ação preventiva de fiscalização



Massas de água superficiais (designação/ código)	Apreciações relevantes na caracterização das massas de água do concelho de Reguengos de Monsaraz	Medidas de mitigação das pressões
Ribeira do Azevel /PT07GUA1459	<ul style="list-style-type: none"> Pressões significativas dos setores urbano, agrícola e pecuário; Natureza: Natural; Potencial Ecológico: Mediocre. 	<ul style="list-style-type: none"> PTE1P02M03_SUP_RH7 Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais; PTE7P01M10_SUP_RH7 Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), 2016; APA.

No âmbito da qualidade da água superficial deve ser dado destaque à praia fluvial de Reguengos de Monsaraz (PTCQ7M) que se localiza nas margens da albufeira de Alqueva, no Centro Náutico de Monsaraz. De acordo com a informação constante no SNIRH a qualidade da água desta praia fluvial classificada, foi em 2017 e 2018 considerada como excelente, sendo que a informação recolhida em 2019 aponta igualmente para a mesma classificação, a esta praia foi galardoada com Bandeira Azul.

6.4. QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A análise da qualidade das águas para o consumo humano é fulcral para atribuir aos recursos hídricos uma influência antrópica. Assim, recolheu-se informação do site PORDATA, com base em informações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), que permite analisar, ao nível municipal, a qualidade da água, tendo em conta as análises à água e os resultados da mesma.

Quadro 6.3 | Qualidade das águas seguras para consumo

Água segura (%)		Análises cumprimentos da qualidade (%)		Análises realizadas (%)	
2001	2016	2001	2016	2001	2016
84,80	99,20	92,27	99,23	91,89	100,00

Fonte: ERSAR, 2016

Os sistemas de abastecimento público de água no concelho de Reguengos de Monsaraz abrangem a quase totalidade da população. Tendo em consideração os dados disponíveis no site PORDATA, com base nos dados disponibilizados pela ERSAR, e conforme se pode verificar no Quadro anterior, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta uma crescente melhoria da qualidade da água para consumo, chegando muito próximo dos 100% de água segura em 2016, com uma melhoria de aproximadamente 15% relativamente a 2001. Da mesma forma, realizaram-se mais análises às águas, estando os valores próximos ou a tocar os 100% em 2016.

6.5. GESTÃO DE RESÍDUOS

A recolha de resíduos apresenta-se como sendo maioritariamente indiferenciada, com cerca de 6.000 toneladas recolhidas em 2011, face à recolha seletiva, com aproximadamente 700 toneladas recolhidas, valores equivalentes aos de 2014 que, são ainda provisórios, podendo o seu valor aumentar.

Quadro 6.4 | Recolha de resíduos, em 2011 e 2014

Ano	Recolha indiferenciada (T)	Recolha Seletiva (T)
2011	5999,00	710,00
2014	5968,00 (provisório)	299,00 (provisório)

Fonte: INE - Estatísticas dos resíduos urbanos, 2014.

Analisando os resíduos selecionados, verifica-se que o vidro era o resíduo mais importante na recolha em 2011, com 103 toneladas recolhidas num total de 211 toneladas, quase 50% do total. Esse valor sofreu uma redução para 2014, mas volte a ter-se em consideração o carácter provisório dos dados disponibilizados.

Quadro 6.5 | Recolha seletiva de resíduos, em 2011 e 2014

Total (T)	Vidro (T)	Papel e cartão (T)	Embalagens (T)	Biodegradáveis (T)
2011				
211,83	103,863	74,262	33,582	0
2014				
166,544	62,728	65,231	38,585	0

Fonte: INE - Estatísticas dos resíduos urbanos, 2014.

A recolha dos resíduos é assegurada pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, utilizando meios próprios de locomoção e recolha. Como se verificou anteriormente, a maioria dos resíduos recolhidos era indiferenciado e tal facto reflete-se também na diversidade e quantidade dos pontos de recolha existentes em território municipal. Assim, comprova-se, também, que estes pontos se localizam, naturalmente, em núcleos urbanos.

Existe um total de 633 contentores de recolha indiferenciada no concelho, número esse, manifestamente mais elevado que o dos 85 ecopontos para recolha seletiva, sendo que os segundos se encontram, principalmente, nos maiores núcleos urbanos e nos espaços de recreio e lazer, como a praia fluvial de Monsaraz.



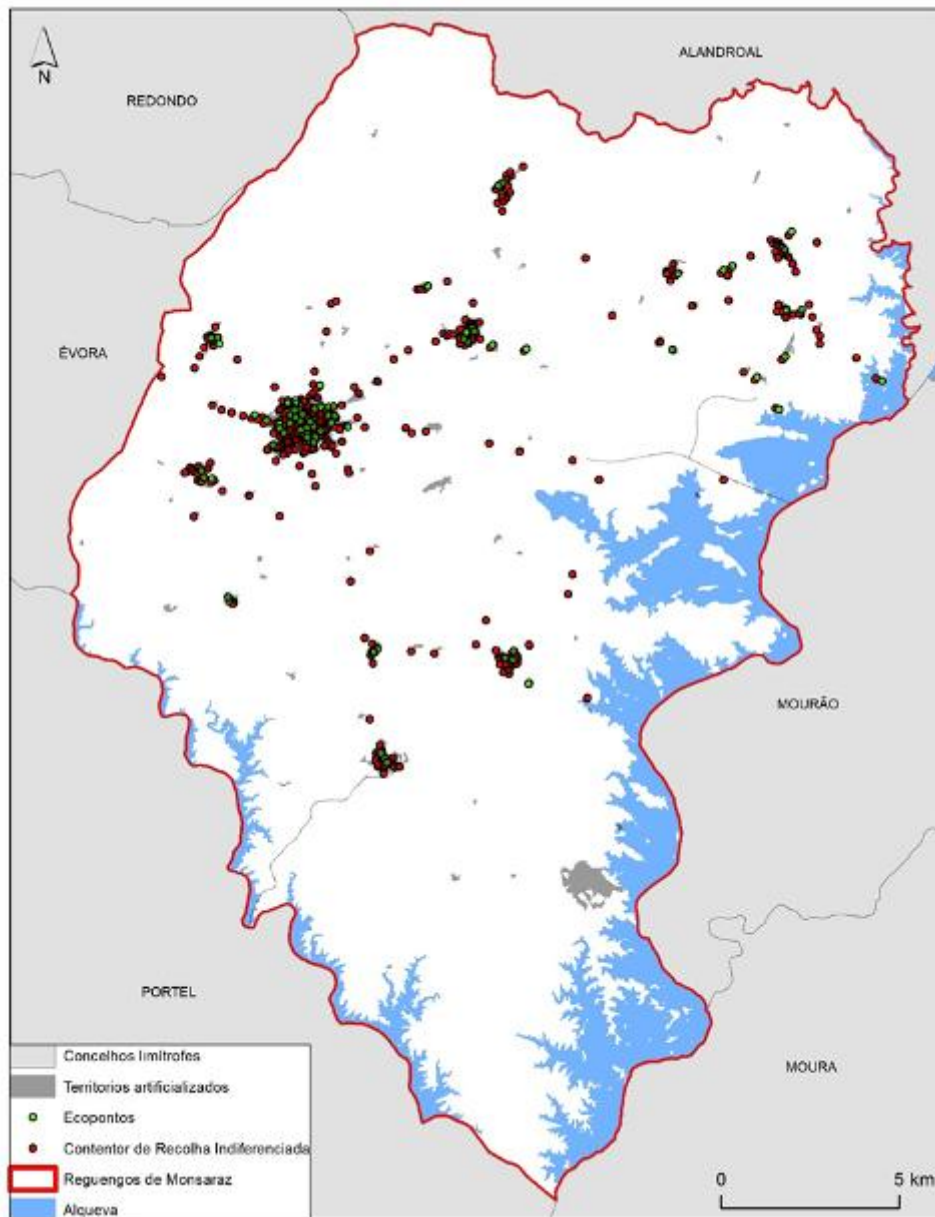


Figura 6.1 | Pontos de recolha de resíduos

Fonte: CM Reguengos de Monsaraz

6.6. SÍNTESE

- O índice da qualidade do ar no concelho de Reguengos de Monsaraz, caracterizado através da estação de Terena (Alandroal), é considerada Bom.
- As águas superficiais no concelho de Reguengos de Monsaraz apresentam, de acordo com o PGRH, uma qualidade inferior a boa, mas a qualidade da água balnear da praia fluvial de Reguengos de Monsaraz (PTCQ7M) é excelente.

- Reguengos de Monsaraz apresenta uma crescente melhoria da qualidade da água para consumo, chegando muito próximo dos 100% de água segura.
- A recolha de resíduos apresenta-se como sendo maioritariamente indiferenciada, mas existe já recolha seletiva nos maiores núcleos urbanos e nos espaços de recreio e lazer, como a praia fluvial de Monsaraz.



7. RISCOS

7.1. NOTA METODOLÓGICA

A inventariação dos fatores de risco permite identificar fenómenos potencialmente perigosos, mas também avaliar as suas possíveis consequências para pessoas e bens, constituindo um elemento fundamental nos processos de planeamento de emergência e de ordenamento do território.

O conceito de risco, embora complexo dadas as suas diferentes tipologias (risco natural, tecnológico ou misto), está relacionado com a *“probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais directos ou indirectos”*⁶. Ou seja, tal como a forma como é calculado demonstra (produto da perigosidade pela consequência: $R = P \cdot C$), o risco corresponde ao dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor.

A identificação, caracterização e avaliação metódica dos riscos são fundamentais para acautelar a segurança das comunidades e das atividades económicas, nomeadamente através de uma correta ocupação, utilização e transformação do solo regulada no âmbito da definição dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, tal como foi estabelecido pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

No “Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009) são apresentados os três principais conceitos do processo de avaliação de riscos (susceptibilidade, elementos expostos e localização do risco) e a forma como se articulam, tal como representado na Figura seguinte.

⁶ Retirado do Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

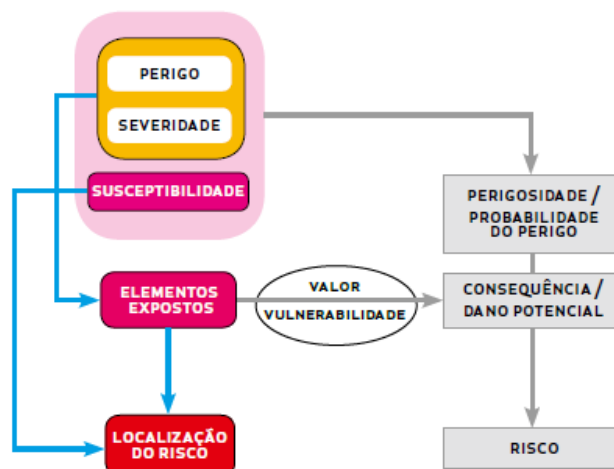


Figura 7.1 | Articulação dos conceitos fundamentais

Fonte: Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).

Os riscos presentes no concelho de Reguengos de Monsaraz foram identificados e caracterizados, tal como recomendado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, recorrendo à análise de um conjunto de planos que se listam de seguida:

- Plano Regional de Ordenamento do Alentejo (PROT Alentejo), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2010.
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (PBH RH7), 2016;
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Reguengos de Monsaraz, maio 2012;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), em fase de revisão;
- Plano Operacional Municipal do Concelho de Reguengos de Monsaraz, 2018;
- Caracterização do Risco de Erosão nos Municípios do Distrito de Évora, Relatório, Versão Final, CIMAC/Universidade de Évora, março de 2014.

O PMEPC de Reguengos de Monsaraz procede a uma análise sistemática e pormenorizada dos riscos que incidem no concelho, sem prejuízo de poderem ser atualizados e identificados outros.

Sendo assim, considerando as várias tipologias de riscos elencadas pela ANPC⁷ e a análise aos documentos listados, foi possível verificar a presença no concelho de Reguengos de Monsaraz dos riscos naturais, tecnológicos e mistos listados no quadro seguinte.

São excluídos os riscos não representados no concelho, como é o caso do Transporte de mercadorias perigosas em condução, uma vez que o concelho não é atravessado por oleoduto ou gasoduto, ou da degradação e contaminação de aquíferos, de acordo com a delimitação das áreas

⁷ “Guia Metodológico para a produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de base municipal” (Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009).



estratégicas de proteção e recarga de aquíferos efetuada no âmbito da delimitação da REN (CIMAC/Universidade de Évora)⁸.

No Quadro seguinte é ainda apresentada a classificação do risco conforme o PMEPC de Reguengos de Monsaraz, com exceção do risco de degradação do solo que, não sendo identificado no PMEPC, é aqui incluído tal como identificado no âmbito da delimitação da REN⁹.

Quadro 7.1 | Identificação de riscos no concelho de Reguengos de Monsaraz

Identificação dos Riscos		Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Riscos Naturais			
Meteorologia adversa	Vagas de frio	Risco Moderado (Probabilidade Elevada + Grau de Gravidade Reduzido)	PMEPC
	Ondas de calor	Risco Elevado (Probabilidade Elevada + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Secas	Risco Elevado (Probabilidade Médio-Baixa + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC
	Ciclones violentos e tornados	Risco Elevado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Elevado)	PMEPC
Cheias e Inundações		Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Reduzido)	PMEPC Delimitação da REN
Sismos		Risco Moderado (Probabilidade Baixa + Grau de Gravidade Acentuada)	PMEPC PROT Alentejo
Movimentos de Massa em Vertentes		Risco Moderado (Probabilidade Média-Baixa + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC Delimitação da REN
Riscos Mistos			
Degradação do solo - Erosão hídrica		<i>Não avaliado no PMEPC</i>	PROT Alentejo Delimitação da REN
Incêndios Florestais		Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Reduzida)	PMDFCI PMEPC
Riscos Tecnológicos¹⁰			
Acidentes graves de transporte	Acidentes rodoviários	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Acidentes aéreos	Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Acidentes fluviais	Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixo + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC

⁸ Caracterização do Risco de Erosão nos Municípios do Distrito de Évora, Relatório, Versão Final, CIMAC/Universidade de Évora, Março de 2014.

⁹ idem

¹⁰ Não se considera o transporte de mercadorias perigosas em conduta

Identificação dos Riscos	Classificação do Risco de acordo com o PMEPC	Fonte
Incêndios Urbanos	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Colapso de pontes	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Rutura de barragens	Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixa + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Acidentes industriais	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC
Acidentes em locais com elevada concentração populacional	Risco Moderado (Probabilidade Média + Grau de Gravidade Moderado)	PMEPC

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Os riscos com representatividade no concelho são caracterizados no ponto seguinte e, sempre que possível, encontram-se representados na Planta 23 – Riscos Naturais e Tecnológicos, organizando-se em:

- Riscos Naturais - apresentam-se os riscos que resultam do funcionamento dos sistemas naturais, como são exemplo os fenómenos de meteorologia adversa, cheias e inundações, sismos e movimentos de massa em vertentes.
- Riscos Mistos – correspondem aos riscos que resultam da relação entre atividades humanas continuadas e os sistemas naturais, como são exemplo, os incêndios florestais e a degradação dos solos.
- Riscos Tecnológicos - resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, nomeadamente acidentes graves de transportes, incêndios urbanos, colapso de pontes, rutura de barragens, acidentes industriais e acidentes em locais de elevada concentração humana.

Na Planta 23 encontra-se ainda representada a localização dos Agentes de Segurança e Proteção Civil, designadamente os Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz, o Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz e o Posto Territorial da GNR de Reguengos de Monsaraz.

7.2. RISCOS NATURAIS

7.2.1. Meteorologia adversa

Tal como mencionado no capítulo 3.4, as características climáticas do Alentejo são típicas de uma região de domínio climático mediterrâneo, sendo caracterizado, entre outros aspetos, por um carácter estival e invernal de extremos.

Neste contexto, assinala-se portanto a ocorrência de ondas de calor, assim como de vagas de frio, ambas de probabilidade elevada (de acordo com o PMEPC de Reguengos de Monsaraz), mas sendo o grau de gravidade maior no caso das ondas de calor, que são assim classificadas com Risco Elevado. Os conceitos dados pela ANPC¹¹ são os seguintes: Vaga de frio – “Uma onda de

¹¹ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



frio corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura mínima diária é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas do período de referência (por analogia com a definição das Ondas de Calor dada pela OMM).” ; e Onda de calor – “Uma onda de calor corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas do período de referência (OMM).”

São ainda identificados pelo PMEPC, outros dois fenómenos de meteorologia adversa que constituem risco no concelho - as secas e tornados.

A seca é descrita do seguinte modo: “A seca (meteorológica) consiste num período de tempo seco anormal, suficientemente longo, devido à ausência ou escassez de precipitação, a qual causa um sério desequilíbrio hidrológico. Este desequilíbrio manifesta-se na considerável diminuição das reservas hídricas, como a redução significativa do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos (seca hidrológica). A seca meteorológica é a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evapotranspiração. A seca hidrológica está normalmente desfasada da seca meteorológica, dado que é necessário um período maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nas diversas componentes do sistema hidrológico.”¹² No concelho de Reguengos de Monsaraz verifica-se que a rede pública de abastecimento de água é servida por uma captação na albufeira de Monte Novo, que dispõe de ligação por conduta à albufeira do Alqueva, beneficiando assim de uma grande reserva de água estratégica. O PMEPC de Reguengos de Monsaraz determina que o grau de probabilidade para o risco de seca é médio-baixo, mas o grau de gravidade é acentuado, determinando um risco Elevado.

No que respeita a ocorrência de ciclones violentos e tornados, o PMEPC avalia apenas a ocorrência de tornados (uma vez que a ocorrência de ciclones violentos em Portugal é um fenómeno muito pouco frequente), sendo que apesar de não existirem registos recentes no concelho, existem registos em outros concelhos, determinando que a probabilidade será Média e o grau de gravidade acentuado, refletindo-se num grau de risco Elevado.

Estes fenómenos não apresentam uma diferenciação espacial ao nível concelhio, e não se encontram, por isso representados na Planta de Riscos.

7.2.2. Cheias e Inundações

As Cheias e Inundações são definidas no Guia da ANPC¹³ como “um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela acção humana, que consiste na submersão de terrenos usualmente emersos. As inundações englobam as cheias (transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário, que podem ser rápidas ou lentas), a subida da toalha freática acima da superfície topográfica e as devidas à sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos. As inundações são devidas a precipitações abundantes ao longo de vários dias ou semanas (cheias lentas e subida da toalha freática) e a precipitações intensas durante várias horas ou minutos (cheias rápidas e sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais).”

No âmbito do PMEPC de Reguengos de Monsaraz, foi efetuada uma análise de suscetibilidade às cheias, assinalando-se como zona de maior suscetibilidade a “extremidade da Ribeira da Álamo que liga à albufeira da barragem do Alqueva. Esta zona não se encontra, no entanto, próxima de

¹² idem

¹³ idem

nenhuma povoação, sendo os únicos elementos expostos de relevo a ponte sobre a EN256 (a qual apresenta no entanto uma área sobre o tabuleiro que permite acomodar elevados caudais) e os campos agrícolas próximos (principalmente vinhas)”.

Na Planta de Riscos estão representadas as áreas de elevada suscetibilidade a cheias (PMEPC), onde se optou por apresentar também as zonas ameaçadas por cheia da proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (CIMAC/Universidade de Évora)¹⁴. Estas totalizam 6.812,51 ha, mais 6.163,28 ha que a REN em vigor, devendo-se este forte acréscimo à criação da Albufeira de Alqueva.

7.2.3. Sismos

Os sismos correspondem à *“Propagação de ondas elásticas através dos materiais terrestres, geradas por perturbações transitórias do equilíbrio elástico, geralmente associadas a movimentações repentinas de falhas ou a períodos de atividade vulcânica”*¹⁵.

Tal como identificado pelo PROT Alentejo, o concelho de Reguengos de Monsaraz é atravessado pela falha ativa Campo Maior – Elvas – Portel – Odemira com movimento desconhecido (representada na Planta de Riscos).

São ainda representada na Planta de Riscos as áreas de elevada suscetibilidade a sismos do território concelhio, delimitadas no âmbito do PMEPC, atendendo *“as características do território que poderão intensificar o fenómeno”*. Estas Áreas de suscetibilidade elevada – *“correspondem a áreas de solos com um grau de consolidação baixo em locais onde poderão ocorrer movimentos de massa em vertentes (...), ocupam “2% da área do concelho, surgindo com maior predominância nas zonas Norte e Sul do concelho. As povoações de Monsaraz e Telheiro encontram-se próximas de locais contidos nesta classe de suscetibilidade.”*

Diferenciam-se das áreas seguintes, não identificadas na Planta de Riscos (por questões de leitura do conjunto da Planta):

- Áreas de suscetibilidade moderada – correspondem *“a mais de metade da área total do concelho (58%) e surge essencialmente na zona Norte e Sul do concelho, abrangendo as povoações de Corval, Motrinos, Aldeia do Outeiro, Monsaraz, Campinho, Cumeada e São Marcos do Campo”*.
- Áreas de suscetibilidade baixa - correspondem a *“39% da área do concelho, surgindo essencialmente na zona central e Oeste. A cidade de Reguengos de Monsaraz, as povoações de S. Pedro de Corval, Carrapatelo, Caridade, Perolivas e Gafanhoeiras encontram-se localizadas em áreas pertencentes a esta classe de suscetibilidade”*.

7.2.4. Movimentos de Massa em Vertentes

Os movimentos de massa em vertentes correspondem a um *“Movimento de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior. Incluem Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos), Deslizamentos (Escorregamentos), Expansões Laterais e Fluxos (Escoadas). Os movimentos de vertente em*

¹⁴ Caracterização do Risco de Erosão nos Municípios do Distrito de Évora, Relatório, Versão Final, CIMAC/Universidade de Évora, Março de 2014.

¹⁵ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



Portugal são geralmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica.”¹⁶

No âmbito do PMEPC de Reguengos de Monsaraz, foi efetuada uma análise da suscetibilidade dos movimentos de massa em vertentes, revelando que:

- Áreas de suscetibilidade elevada – “*representam aproximadamente 3% do território concelho*” e “*encontram-se localizadas principalmente na zona sudoeste do concelho, ao longo da margem do rio Degebe, e na zona norte*”. Esta classe encontra-se representada na Planta de Riscos.
- Áreas de suscetibilidade moderada – representam 5% da área do concelho e “*apresentam uma distribuição semelhante à das zonas de suscetibilidade elevada*”.
- Áreas de suscetibilidade baixa – “*ocupam menos de 1% da área do concelho e surgem igualmente na Zona Norte e Sudoeste do mesmo*”.
- Áreas de suscetibilidade nula – “*representam aproximadamente 93%*”, resultando da grande extensão de áreas de planície.

Simultaneamente, optou-se por representar na Planta de Riscos as áreas com suscetibilidade elevada a instabilidade de vertentes aferidas no âmbito da delimitação da REN (CIMAC/Universidade de Évora)¹⁷. Estas áreas coincidem em termos gerais com a análise do PMEPC, totalizando os 1.385,03 ha.

7.3. RISCOS MISTOS

7.3.1. Degradação do solo - Erosão hídrica

De acordo com PROT Alentejo, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta-se classificado como área suscetível à desertificação, situação que abrange 77% da região. Os fenómenos de erosão, incêndios florestais, despovoamento e sobre-exploração agravam as condições naturais, por via do clima mediterrâneo, de erosão e degradação do solo.

A erosão hídrica do solo pode ser definida como o “Destacamento e transporte de partículas minerais e orgânicas do solo por ação do escoamento da água sobre as vertentes. A perda excessiva de solo por ação do escoamento superficial põe em causa o equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, e a conseqüente produtividade dos ecossistemas, e o funcionamento regular do ciclo hidrológico.”¹⁸

Apesar de este risco não estar analisado no âmbito do PMEPC, considera-se relevante a sua integração na Planta de Riscos do PDM, apoiando-se na aferição das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo para a delimitação da REN. Estas totalizam os 1.620,56 ha, apresentando uma maior representação na zona sudoeste do concelho.

¹⁶ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

¹⁷ Caracterização do Risco de Erosão nos Municípios do Distrito de Évora, Relatório, Versão Final, CIMAC/Universidade de Évora, Março de 2014.

¹⁸ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.

7.3.2. Incêndios Florestais

*“Um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a atos de natureza criminosa.”*¹⁹

De acordo com o PMEPC de Reguengos de Monsaraz, os incêndios florestais apresentam um risco Moderado, com uma probabilidade Médio-Alta e um grau de gravidade Reduzido, apoiando-se na análise efetuada pelo PMDFCI.

O PMDFCI encontra-se em fase de revisão, devendo então ocorrer também a redelimitação da perigosidade de risco de incêndio. Por esta razão, não é apresentada nesta versão da Planta de Riscos, a perigosidade de risco de incêndio elevada e muito elevada.

É já representada na Planta de Riscos, a área ardida do concelho nos últimos 10 anos, tendo por fonte o Mapa das Áreas Ardidas do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para o período 2007-2017.

No Quadro seguinte, é apresentada a síntese das áreas ardidas no concelho nesse período, totalizando os 773,73 ha. A maior extensão de área ardida corresponde ao ano de 2009, quando arderam 377,12 ha.

Quadro 7.2 | Área ardida, 2007-2017

Anos	Área ardida (ha)
2007	116,20
2008	4,06
2009	377,12
2010	58,58
2011	60,60
2012	71,62
2013	75,71
2014	12,45
2015	0,87
2016	0,52

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Mapa das Áreas Ardidas, 2005-2014

7.4. RISCOS TECNOLÓGICOS

7.4.1. Acidentes graves de transportes

Acidentes rodoviários

“Por acidente rodoviário entende-se uma ocorrência envolvendo um ou mais veículos numa via de circulação rodoviária e da qual resultem vítimas e/ou danos materiais. A incidência de acidentes

¹⁹ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, Autoridade Nacional de Proteção Civil.



rodoviários, para além dos fatores relacionado com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam.”²⁰

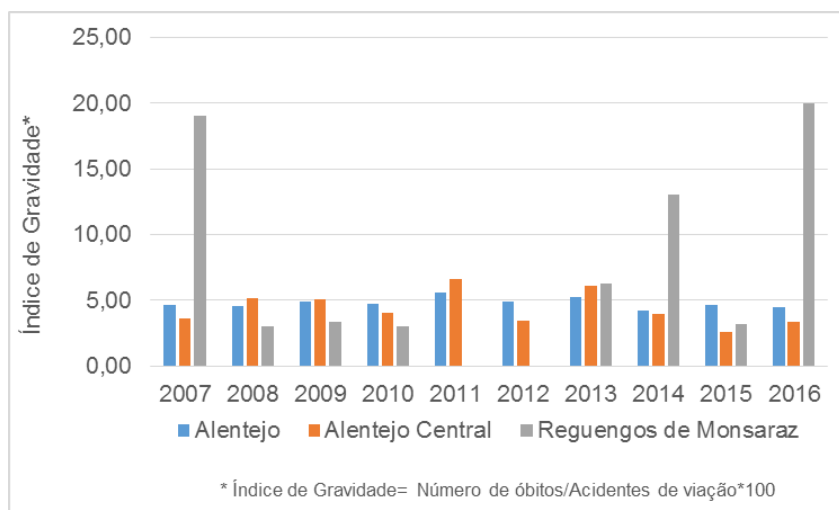
Os acidentes rodoviários constituem uma ocorrência significativa no concelho de Reguengos de Monsaraz, num total de 232 acidentes com vítimas entre 2007 e 2016 (Quadro 6.3). Este número é especialmente relevante quando se analisa o índice de gravidade para o mesmo período, tal como representado no Gráfico 6.1, onde se releva a ocorrência de três anos – 2007, 2014 e 2016, em que o Índice de gravidade ultrapassa os 10 mortos por cada 100 acidentes com vítimas.

Quadro 7.3 | Acidentes de viação com vítimas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2007-2016

Concelho de Reguengos de Monsaraz	Acidentes de viação com vítimas
2007	20
2008	31
2009	16
2010	22
2011	26
2012	33
2013	30
2014	33
2015	21
2016	20

Fonte: INE – Dados Estatísticos

Gráfico 7.1 | Índice de gravidade, 2007-2016



De acordo com o PMEPC de Reguengos de Monsaraz, “a existência de um número cada vez maior de autocarros em trânsito de e para a albufeira do Alqueva faz com que o risco de acidentes

²⁰ PMEPC Reguengos de Monsaraz

rodoviários graves no concelho deva ser encarado com atenções acrescidas. De facto, um acidente com um destes autocarros pode assumir consequências trágicas devido ao numero potencial de vítimas (,,,)”.

Ainda de acordo com o PMEPC são destacadas como vias com maior suscetibilidade a acidentes rodoviários, aquelas que *“apresentam uma maior intensidade de tráfego e que historicamente apresentam um maior número de acidentes e vítimas”*: a EN255, a EN256, a EM 514 e a EN381, estando as mesmas assim identificadas na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Moderado).

Acidentes aéreos

“Um acidente aéreo é definido pela Convenção Internacional de Aviação Civil (ICAO) como um evento associado à operação de uma aeronave, que ocorre entre os momentos de embarque de pessoas para voo e desembarque da última pessoa, e no qual um ou mais pessoas é grave ou fatalmente ferida, a aeronave tenha sofrido falhas e/ou danos na estrutura, e/ou tenha desaparecido ou ficado totalmente inacessível.”²¹

No concelho não há registo de acidentes áreas, contudo assinala-se o facto de existirem no concelho três pistas para ultraleves e dois heliportos (cuja localização encontra-se representada na Planta de Riscos), que determinam um aumento do risco de queda de aeronaves ultraligeiras.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Média e Grau de Gravidade Moderado).

Acidentes fluviais

Os acidentes fluviais incluem *“as situações de colisões entre embarcações, colisões de embarcações com infraestruturas portuárias, pilares de pontes, o encalhamento das embarcações, adornamentos, afundamentos, explosões e incêndios a bordo. As suas causas podem ser variadas abrangendo causas humanas (negligência, distração, etc) ou físicas, originadas em falhas técnicas ou em condições de navegabilidade extremas).”²²*

A maior suscetibilidade a este tipo de risco encontra-se associada à presença da albufeira do Alqueva (assim representada na Planta de Riscos), que apresenta tráfego de embarcações de médio e grande porte, com predomínio das vocacionadas para o turismo.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Moderado).

Acidentes rodoviários com matérias perigosas

“As mercadorias perigosas correspondem às substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioactividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão podem provocar efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente.”²³

No concelho não há registo de acidentes rodoviários com matérias perigosas, mas existe esse tipo de transporte com bastante intensidade (camiões-cisterna ou veículos com botijas de gás). São

²¹ PMEPC Reguengos de Monsaraz

²² PMEPC Reguengos de Monsaraz

²³ PMEPC Reguengos de Monsaraz



assim, identificadas pelo PMEPC como vias com maior suscetibilidade a EN256, a EN255 e a ER381, e ainda com uma suscetibilidade baixa a EM514.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Média e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.2. Incêndios Urbanos

“Os incêndios urbanos são incêndios que deflagram e se propagam no interior de zonas urbanas ou povoações”, estando na sua origem “quase sempre procedimentos negligentes na instalação, manutenção e uso de equipamentos elétricos e de equipamentos a gás. Os efeitos dos incêndios urbanos variam de acordo com as características dos edifícios afetados, tipo de materiais e infraestruturas que se encontram na sua proximidade e acessos ao local”.²⁴

Os locais de maior suscetibilidade a incêndios urbanos são identificados pelo PMEPC em correspondência com as zonas mais antigas dos aglomerados, onde a antiguidade dos edifícios se alia a ruas estreitas, dificultando a atuação dos bombeiros. A localização destes locais de maior suscetibilidade, caso o interior das muralhas de Monsaraz, encontra-se transposta na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.3. Colapso de Pontes

“O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, etc.) traduz-se na redução súbita ou progressiva da integridade estrutural da construção para níveis críticos, desencadeando o seu desmoronamento, total ou parcial.”²⁵

Apesar do concelho não ter registos de colapso de pontes ou outras infraestruturas de dimensão importante, assinala-se na Planta de Riscos a localização das várias pontes do concelho, tal como identificado no PMEPC. Destacam-se pela maior dimensão, as pontes sobre a albufeira do Alqueva.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.4. Rutura de barragens

O concelho de Reguengos de Monsaraz, apesar de parcialmente inserido na albufeira do Alqueva, não seria afetado, num cenário de rutura da barragem, afetado pela onda de cheia.

Dentro do concelho, apenas apresenta uma dimensão considerável a Barragem da Caridade (Herdade do Esporão), mas na envolvente do concelho assinalam-se as barragens do Monte Novo e da Vigia, que em caso de rutura apresentam potencial de afetar troços de cursos de água que atravessam o concelho, em particular o rio Degebe.

Na Planta de Riscos são assinalados os troços mais suscetíveis à rutura de barragens, assim identificados pelo PMEPC, a ribeira da Caridade e rio Degebe.

²⁴ PMEPC Reguengos de Monsaraz

²⁵ PMEPC Reguengos de Monsaraz

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixa e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.5. Acidentes industriais

“Os acidentes industriais graves são consequência do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial e podem resultar em explosões, incêndios e/ou emissões de substâncias contaminantes.”²⁶ O regime de prevenção de acidentes graves é definido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que abrange os designados estabelecimentos SEVESO.

Apesar de não existirem estabelecimentos SEVESO no concelho de Reguengos de Monsaraz, este risco é ponderado no âmbito do PMEPC, face a presença de alguns estabelecimentos industriais que manuseiam matérias perigosas na zona industrial de Reguengos de Monsaraz²⁷, à concentração de depósitos de gás associados à indústria oleira da vila de São Pedro do Corval, a outros locais de armazenamento de gás e aos postos de abastecimento de combustíveis. Estas localizações encontram-se representadas na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Média e Grau de Gravidade Moderado).

7.4.6. Acidentes em locais com elevada concentração populacional

São identificados vários locais com elevada concentração de pessoas, incluindo espaços comerciais, creches, jardins-de-infância e espaços de atividade de tempos livres, escolas, lares e centros de dia, igrejas, recintos desportivos, locais para eventos culturais e hotéis, sendo também de assinalar os eventos festivos como potenciadores de maiores concentrações.

De acordo com o PMEPC são analisados estes locais/eventos e identificadas as concentrações de maior dimensão e vulnerabilidade - Praça de Touros de Reguengos de Monsaraz e Hipermercados, as quais são representadas na Planta de Riscos.

Este risco é classificado no PMEPC como Risco Moderado (Probabilidade Médio-Baixo e Grau de Gravidade Moderado).

7.5. SÍNTESE

- Segundo o PMEPC, os cenários com maior probabilidade de ocorrência (Elevada) são as Vagas de Frio e Ondas de Calor. Em associação com o grau de gravidade, apenas as Ondas de calor, assim como as Secas e ciclones violentos e tornados (todos estes fenómenos de meteorologia adversa) apresentam um Risco Elevado. Os restantes riscos são classificados como Moderados.

²⁶ PMEPC Reguengos de Monsaraz

²⁷ O PMEPC identifica os seguintes estabelecimentos industriais:

- a) Armazém de Gás (atividade de armazenamento de gás; matéria perigosa: gás butano e propano);
- b) Petrosaraz (atividade de comércio de combustíveis a retalho; matéria perigosa: combustíveis);
- c) Marques e Filho, Lda (atividade de comércio de combustíveis a retalho; matéria perigosa: combustíveis);
- d) Vulcanizadora Guadiana (atividade de recauchutagem e vulcanização; matéria perigosa: borracha por elevada carga térmica);
- e) Fábrica Luís Gonçalves (atividade de fabrico de mobiliário; matéria perigosa: madeira (elevada carga térmica);
- f) E Espingardaria Pinto Marques (atividade de comércio de espingardas; matéria prima: munições).



PARTE II – DOMÍNIO SOCIOECONÓMICO

Esta página foi deixada em branco propositadamente



8. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

8.1. NOTA METODOLÓGICA

A análise demográfica incide sobre a evolução da população, o crescimento natural e efetivo e a estrutura etária e das famílias, procedendo sempre que pertinente à comparação com o comportamento regional das mesmas variáveis.

A análise é elaborada com base na informação disponibilizada pelo INE, tendo por referência principal os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação dos anos de 1991, 2001 e 2011, mas recorrendo também a dados complementares e mais recentes das Estatísticas Demográficas e Anuários Estatísticos e a Recenseamentos de anos anteriores, para alguns casos específicos, como será verificado posteriormente.

8.2. POPULAÇÃO RESIDENTE E EVOLUÇÃO INTERCENSITÁRIA

O concelho de Reguengos de Monsaraz insere-se na NUTS II de Alentejo e NUTS III do Alentejo Central, região e sub-região estas que são marcadas por uma forte dinâmica de despovoamento, registando perdas populacionais relevantes, que se consubstanciam e reforçam na segunda metade do século XX.

O concelho em estudo acompanha esta tendência regional de decréscimo da população, tendo perdido 4 223 habitantes nos últimos 50 anos, correspondendo a 28% da população residente no início da década de 50, aproximadamente 1/3 da população total. A maior perda populacional no concelho de Reguengos de Monsaraz verificou-se, à semelhança da região do Alentejo, na década de 60, perda essa correspondente a 24% e 22,8% da população residente, respetivamente. Porém, na década seguinte, assinala-se já uma maior diferenciação da evolução demográfica do concelho de Reguengos de Monsaraz, que se apresenta como sendo positiva (1,5%) face à Região (-1,5%), que mantém a perda demográfica. Verifica-se, no concelho, uma breve recuperação do decréscimo populacional, tão significativo na década anterior, contrastando com as perdas a nível regional, ainda que seja uma recuperação temporária, tendo em conta que nas décadas seguintes, e até à década de 2001/11 - na qual existe um aumento significativo da população (5,1%) - o concelho apresenta perdas.

Segundo o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta atualmente 10 828 habitantes (resultados apurados em dezembro de 2011), mantendo, assim, o decréscimo populacional no seguimento do que tem sucedido desde a década de 60/70.

Quadro 8.1 | Evolução da população residente, 1950-2011

		População Residente (hab.)						
		1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Freguesias	Corval	2 519	2 598	2 000	1 860	1 720	1 578	1 389
	Monsaraz	2 455	2 161	1 710	1 322	1 184	977	782
	Reguengos de Monsaraz	6 900	7 107	5 905	6 209	6 614	7 070	7 261
	União de Freguesias de Campo e Campinho ²⁸	3 177	3 224	1 860	2 251	1 883	1 757	1 396
Concelho de Reguengos de Monsaraz		15 051	15 090	11 475	11 642	11 401	11 382	10 828
Alentejo sem Lezíria do Tejo*		802 529	760 916	587 345	578 430	54 9362	535 753	510 906
		Variação População Residente						
		1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1950-2011
		%						
Freguesias	Corval	3,1	-23,0	-7,0	-7,5	-8,3	-12,0	-1 130
	Monsaraz	-12,0	-20,9	-22,7	-10,4	-17,5	-20,0	-1 673
	Reguengos de Monsaraz	3,0	-16,9	5,1	6,5	6,9	2,7	361
	União de Freguesias de Campo e Campinho	1,5	-42,3	21,0	-16,3	-6,7	-20,5	-1 781
Concelho de Reguengos de Monsaraz		0,3	-24,0	1,5	-2,1	-0,2	-4,9	-4 223
Alentejo sem Lezíria do Tejo*		-5,2	-22,8	-1,5	-6,0	-2,5	-4,6	-291 623

* A Região Alentejo passou a integrar a partir dos Censos 2001 a Lezíria do Tejo, mas para efeitos de comparação com os Censos anteriores é aqui apresentada a população residente na Região Alentejo, excluindo a Lezíria do Tejo. Não é apresentada a Sub-Região Alentejo Central, na medida em que a organização em NUTS III apenas se verifica a partir dos Censos de 1991.

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

²⁸ Utiliza-se a denominação de União de Freguesias, apesar desta ter apenas sido implementada em 2011. Assim, a informação anterior a este ano resulta de um somatório das duas anteriores freguesias do Campo e do Campinho.

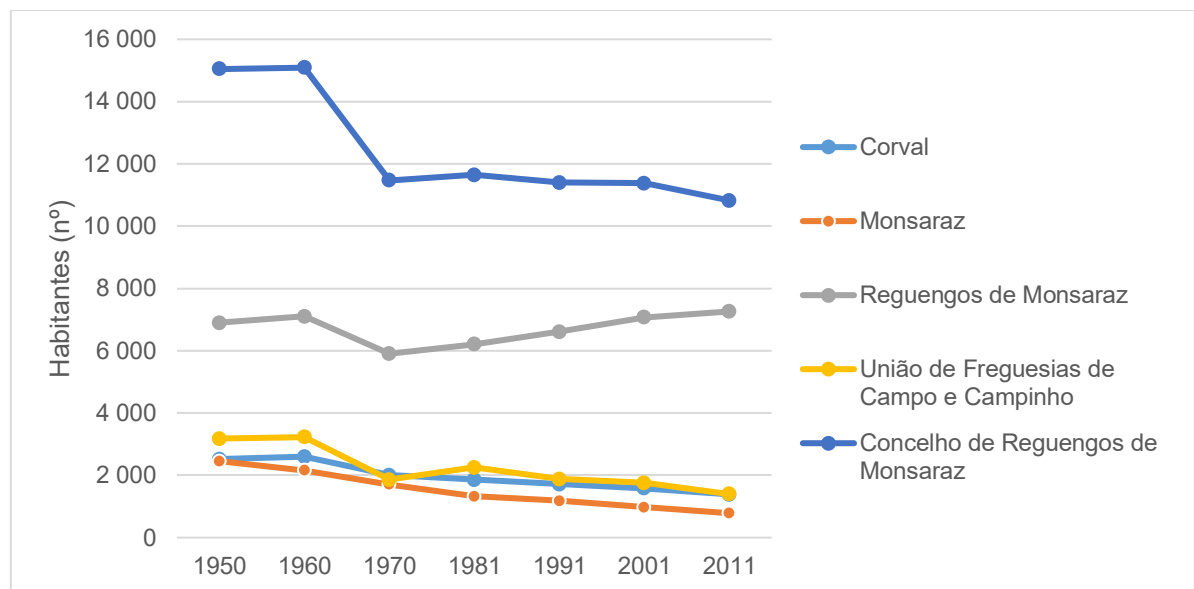


De um modo geral, todas as freguesias do concelho, excetuando a freguesia urbana de Reguengos de Monsaraz, sofreram, ao longo do período analisado (1950-2011), perdas populacionais consecutivas, apresentando, em 2011, o mais reduzido número de população. A freguesia de Monsaraz, que corresponde à freguesia de menor dimensão do concelho, apresenta a maior perda demográfica (relativa) registada no concelho, na ordem dos 22,7% entre as décadas de 70 e 80.

As freguesias de Corval (-12,0%), Monsaraz (-20,0%) e Campo e Campinho (-20,5%) apresentam, entre 2001-2011, um decréscimo populacional muito superior ao da média concelhia, que se situa nos 4,9%, sendo este, semelhante à tendência regional, que se situa nos 4,6%.

Cerca de 70% da população municipal (7 261 em 10 828 habitantes) encontra-se na sede do concelho, na freguesia de Reguengos de Monsaraz, a única que, como dito anteriormente, tem visto a sua população a aumentar.

Gráfico 8.1 | Evolução da população residente por freguesia, 1950-2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

A análise da evolução populacional por lugar censitário revela perdas em todos os lugares, com exceção de Reguengos de Monsaraz, cuja população cresceu 4% entre 2001 e 2011 (Quadro 8.1).

Quadro 8.1 | População residente por lugar censitário, 2001-2011

Designação	População	
	2001	2011
Reg. de Monsaraz	5.900	6.135
S. Pedro do Corval	1030	931
Campinho	903	703
S. Marcos do Campo	684	576
Perolivas/Gafanhoeira	592	542
Caridade	352	317

Designação	População	
	2001	2011
Outeiro	348	305
St António do Baldio	329	305
Telheiro/Ferragudo	191	147
Motrilos	141	107
Monsaraz	126	95
Cumeada	99	82
Barrada	83	55
Carrapatelo	83	51

Nota: O limite do lugar censitário não é coincidente com o limite do perímetro urbano.

* Em 2001 são apresentados dois lugares censitários distintos: Perolivas (416 habitantes) e Gafanhoeiras (176 habitantes).

Fonte: INE, Censos 2011.

8.3. COMPONENTES DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

As componentes do crescimento da população prendem-se com a análise dos óbitos, dos nascimentos e das migrações em termos concelhios e regionais. Na análise do crescimento natural recorreu-se às estatísticas demográficas entre os dois censos mais recentes, vulgo o período circunscrito entre 2001 e 2011, visando a determinação das tendências de evolução mais recentes.

A análise do movimento da população entre 2001 e 2011 deve ser enquadrada pela tendência regional, que, a partir dos anos 50, foi ditada por uma dinâmica migratória negativa, com um predomínio das saídas de jovens adultos, o que veio condicionar uma taxa de natalidade reduzida e uma taxa de mortalidade elevada. Ainda assim, e como será visível posteriormente, Reguengos de Monsaraz apresenta um novo fulgor quando avaliada a migração individualmente, com crescimento positivo.

Entre 2001 e 2011, o número de óbitos no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central sobrepõe-se, na sua totalidade, ao número de nados vivos, caracterizando-se, conseqüentemente, aquelas unidades territoriais, pela presença de um saldo natural negativo, o que significa que existe um declínio populacional natural claro (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 | Indicadores do movimento da população do concelho de Reguengos de Monsaraz e da sub-região do Alentejo Central, 2001 a 2011

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2001-2011 (média)
Concelho de Reguengos de Monsaraz	Nados vivos	94	96	112	128	90	98	73	90	107	100	76	96,7
	Óbitos	167	166	195	158	173	153	165	162	155	161	127	162,0
	Saldo Natural	-73	-70	-83	-30	-83	-55	-92	-72	-48	-61	-51	-65,3
Alentejo Central	Nados vivos	1495	1548	1580	1577	1466	1468	1348	1429	1314	1324	1361	1342,5
	Óbitos	2126	2194	2301	1993	2324	2119	2189	2232	2232	2222	2016	2187,3
	Saldo Natural	-631	-646	-721	-416	-858	-651	-841	-803	-918	-898	-655	-844,8



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, disponibilizadas nos Anuários Estatísticos Regionais 2001-2011.

A taxa média de natalidade no concelho de Reguengos de Monsaraz é de 7,85 nados vivos por cada mil habitantes no período compreendido entre os censos de 2001 e 2011, sendo inferior à média sub-regional (8,56‰), enquanto a taxa média de mortalidade é superior no concelho (13,58‰) em relação à sub-região (12,41‰). Assim, o concelho apresenta uma taxa de crescimento natural negativa mais acentuada (-0,56%) que a sub-região em que se insere (0,38%).

Quanto à questão da migração, outra das vertentes fulcrais para o entendimento da evolução demográfica do concelho, calcula-se a taxa de crescimento migratório que, apresenta valores díspares das restantes variáveis, tendo em conta que Reguengos de Monsaraz apresenta uma taxa de crescimento migratória positiva entre os anos de 2001 e 2011, com 0,13%, contrariamente à sub-região do Alentejo Central que apresenta uma taxa negativa, ainda que não significativa (-0,06%) (Quadro 8.3). Esta tendência de fluxo positivo de migração poderá ser vista como uma futura potencialidade de rejuvenescimento da população e das dinâmicas territoriais, ainda que, presentemente, não seja suficiente para fazer face às perdas demográficas.

Quadro 8.3 | Movimento natural e migratório da população, 2001 a 2011

Taxas médias 2001-2011	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento migratório (%)
Concelho de Reguengos de Monsaraz	7,85	13,58	-0,56	0,13
Alentejo Central	8,56	12,41	-0,38	-0,06

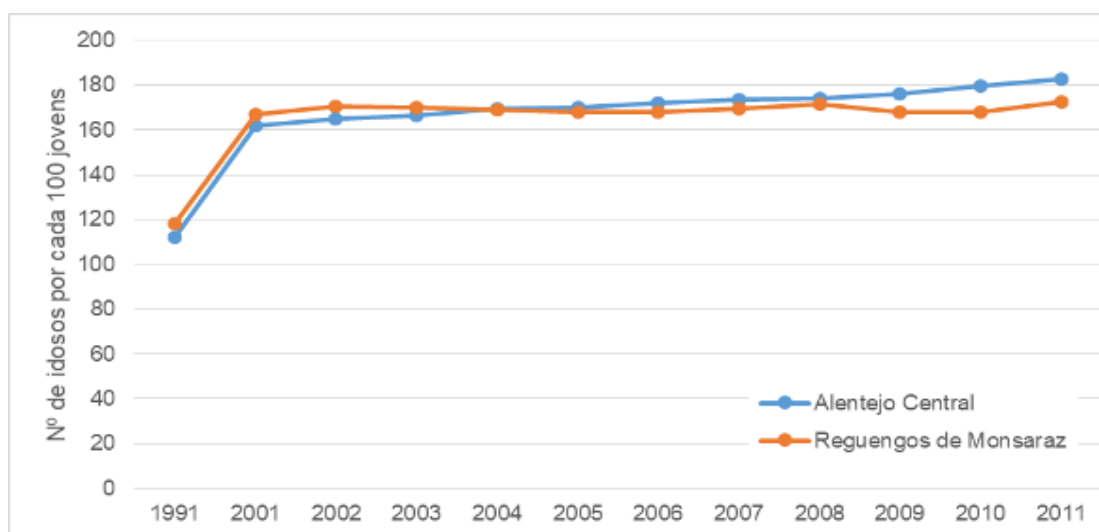
Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, disponibilizadas nos Anuários Estatísticos Regionais 2001-2011

8.4. ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO

Tendo em conta os determinantes de crescimento da população, natural (com uma taxa de mortalidade consideravelmente superior à da natalidade) e migratório (com uma entrada de população, ainda que em pequeno número), o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta uma estrutura etária envelhecida, com um peso muito significativo da população idosa, no topo da pirâmide, sendo ainda mais significativo do que se verifica no conjunto da sub-região.

Assiste-se, de facto, a uma tendência de envelhecimento da população, representada pelo agravamento do índice de envelhecimento em particular no período intercensitário 1991-2001 (Gráfico 8.2). Na década seguinte, entre 2001 e 2011, o índice de envelhecimento quase que estagnou, tendo tido, até, algumas quebras positivas, como em 2005. O índice de envelhecimento da população concelhia é, em 2011, de 173 (172,7) idosos por cada 100 jovens, valor este que se apresenta como sendo mais reduzido que o do contexto sub-regional (182,7). Estes valores demonstram que Reguengos de Monsaraz não só está abaixo do envelhecimento médio sub-regional (o que é prova de uma dinâmica demográfica mais positiva), como também que tem uma dinâmica estagnada ou, em determinados anos, até positiva.

Gráfico 8.2 | Índice de envelhecimento 1991 a 2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 1991, 2001 e 2011.

No período intercensitário compreendido entre 2001 e 2011, caracterizado pelo significativo envelhecimento da população no concelho, verifica-se um aumento da população idosa, ainda que pouco significativo no concelho de Reguengos de Monsaraz (de 23,9 para 24,1% no concelho de Reguengos de Monsaraz e de 22,4 para 24,4% no Alentejo Central), contrastando com o decréscimo dos restantes grupos etários, em particular o mais jovem. À semelhança das perdas populacionais, o concelho mantém uma tendência demográfica mais positiva que a da sub-região em que se insere mantendo a população até aos 14 anos estável (-0,1%), contrastando com a região que apresenta uma perda de 0,6%.

Quadro 8.4 | Estrutura etária da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz e na região do Alentejo Central, 2001 e 2011

		Concelho de Reguengos de Monsaraz			Alentejo Central		
		2001	2011	2001 2011	2001	2011	2001 2011
0-14	hab.	1 630	1 542	-88	24 220	22 189	-2 031
	%	14,3	14,2	-0,1	13,9	13,3	-0,6
15-24	hab.	1 431	1 109	-322	22 686	16 562	-6 124
	%	12,6	10,2	-2,3	13,1	9,9	-3,1
25-64	hab.	5 600	5 563	-37	87 858	87 304	-554
	%	49,2	51,4	2,2	50,6	52,3	1,7
65 e mais	hab.	2 721	2 614	-107	38 882	40 767	1 885
	%	23,9	24,1	0,2	22,4	24,4	2,0
População total	hab.	11 382	10 828	-554	173 646	166 822	-6 824
Índice de envelhecimento		167	172,7		161,9	182,7	



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

A análise do índice de envelhecimento Quadro 8.5 e da estrutura etária por freguesia revela a presença de diferenças intra-concelhias, apresentando-se a população residente nas freguesias de Corval, Monsaraz e da União de Freguesias de Campo e Campinho (276%, 284% e 301%, respetivamente) mais envelhecida que a da freguesia urbana de Reguengos de Monsaraz (128%) e que a média concelhia que se situa nos 172%. Verifica-se, portanto, que a sede municipal é bastante mais jovem que a média concelhia e incomparavelmente menos envelhecida que as freguesias suas pares.

Quadro 8.5 | Estrutura etária da população residente por freguesia do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011

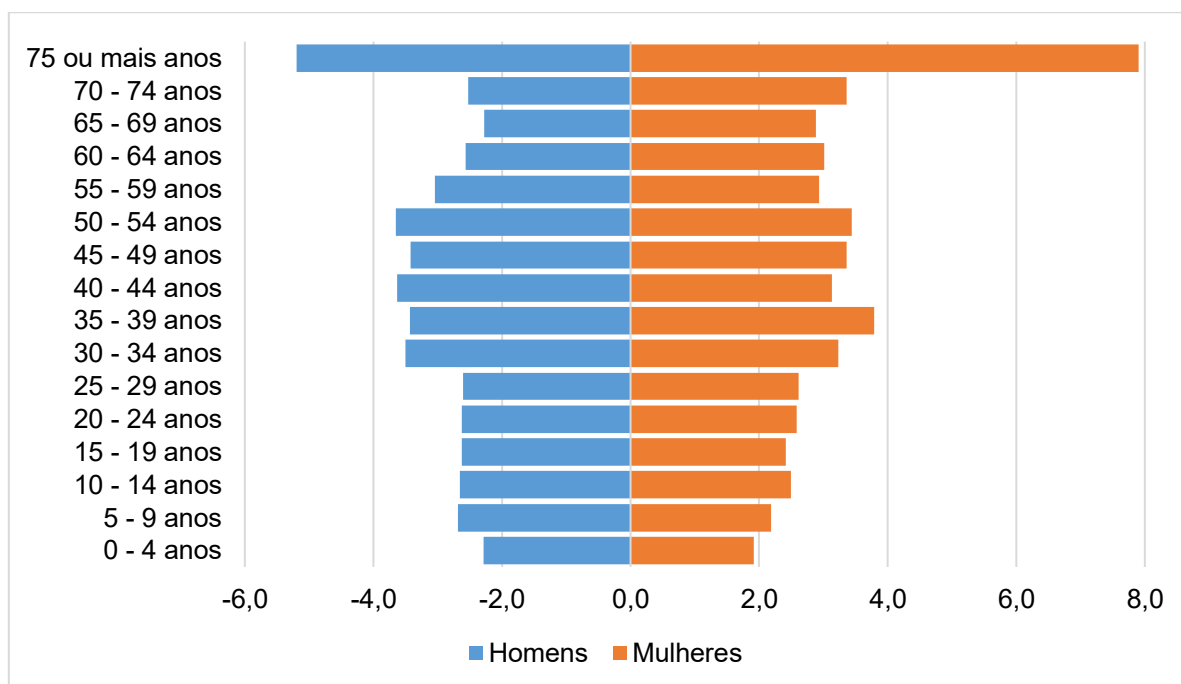
Freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz		População Residente por Grupo Etário				Índice de Envelhecimento
		0-14	15-24	25-64	65 e mais	
Corval	hab.	157	132	666	434	276,4
	%	10,2	11,9	11,9	16,6	
Monsaraz	hab.	81	65	406	230	284,0
	%	5,2	5,9	7,3	8,8	
Reguengos de Monsaraz	hab.	1 146	781	3860	1474	128,6
	%	74,3	70,4	69,4	56,4	
União das Freguesias de Campo e Campinho	hab.	158	131	631	476	301,2
	%	10,2	11,8	11,3	18,2	
Total	Hab.	1 542	1 109	5 563	2 614	172,7
	%	14,2	10,2	51,4	24,1	

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2011

Também a visualização e análise da pirâmide etária concelhia do ano de 2011, torna claro o envelhecimento da população, essencialmente pela presença de uma base mais estreita do que o seu topo alargado, traduzindo um maior peso da população idosa face à população jovem.

A pirâmide etária do concelho de Reguengos de Monsaraz (Gráfico 8.3) é também representativa do diferencial do equilíbrio entre sexos por faixas etárias, com um predomínio das mulheres logo a partir, do grupo etário dos 50-54 anos, havendo um outro grupo (35-39) onde essa diferença é clara.

Gráfico 8.3 | Pirâmide etária da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2011

8.5. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS

A estrutura das famílias é também condicionada pelas dinâmicas de crescimento demográfico anteriormente referidas, o que se traduz numa tendência generalizada, a nível regional, de redução da dimensão média das famílias, que se verifica também no concelho de Reguengos de Monsaraz.

Em 2011 verifica-se que residem no concelho de Reguengos de Monsaraz 4 157 famílias clássicas, com um predomínio das famílias constituídas por dois elementos, predominância essa que é extensível a todas as freguesias do concelho (Quadro 8.6), apresentando sempre valores de representatividade acima dos 30% do total de famílias.

Quadro 8.6 | Famílias clássicas segundo a dimensão, 2011

Concelho de Reguengos de Monsaraz			Famílias clássicas segundo a dimensão (n.º)						
			Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	6 e mais
Freguesias	Corval	hab.	575	146	206	120	81	18	4
		%	100	25,4	35,8	20,9	14,1	3,1	0,7
	Monsaraz	hab.	342	110	103	74	39	16	0
		%	100	32,2	30,1	21,6	11,4	4,7	0,0
	Reguengos de Monsaraz	hab.	2 678	498	838	646	522	127	47
		%	100	18,6	31,3	24,1	19,5	4,7	1,8
	União das Freguesias de Campo e Campinho	hab.	562	129	207	106	75	25	20
		%	100	23,0	36,8	18,9	13,3	4,4	3,6



Concelho de Reguengos de Monsaraz		Famílias clássicas segundo a dimensão (n.º)						
		Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	6 e mais
Concelho de Reguengos de Monsaraz	hab.	4 157	883	1 354	946	717	186	71
	%	100	21,2	32,6	22,8	17,2	4,5	1,7
Alentejo Central	hab.	66 749	15 197	22 711	15 302	10 129	2 426	984
	%	100	22,8	34,0	22,9	15,2	3,6	1,5

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011

Analisando a evolução no número das famílias clássicas residentes no concelho de Reguengos de Monsaraz (Quadro 8.7) entre 1991 e 2011, verifica-se um aumento da quantidade de famílias na totalidade do concelho, reduzindo, ainda assim, na totalidade das freguesias à exceção da sede de concelho, o número de famílias clássicas. Esta tendência concelhia vai ao encontro da tendência assinalada na sub-região.

Quadro 8.7 | Evolução do número de famílias clássicas, 1991, 2001 e 2011

Concelho de Reguengos de Monsaraz		Famílias Clássicas Residentes		
		1991	2001	2011
Freguesias	Corval	654	622	575
	Monsaraz	472	403	342
	Reguengos de Monsaraz	2 208	2 553	2 678
	União das Freguesias de Campo e Campinho	706	660	562
Concelho de Reguengos de Monsaraz		4 040	4 238	4 157
Alentejo Central		61 667	65 449	66 749

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 1991, 2001 e 2011.

8.6. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

8.6.1. Nota Metodológica

A construção de modelos de projeção demográfica baseia-se na necessidade concomitante de apontar quantitativos populacionais futuros e de fornecer cenários possíveis de evolução, ou “*futuríveis*”²⁹, como refere Godet (1993), que são “*cenários não improváveis, tendo em conta os determinismos do passado e o confronto dos projetos dos atores*”. O termo projeção aplica-se ao prolongamento de tendências estatisticamente observáveis, a partir de séries temporais determinadas e que se referem ao passado recente, segundo um conjunto de hipóteses de evolução. Mais que um exercício de previsão, a projeção envolve a elaboração de cenários, mais

²⁹ “*Futuríveis*” (“*Futuribles*”) é um termo resultante da contração de “futuros possíveis”, da autoria de Bertrand de Jouvenel, presente no seu livro – “*L’Art de la Conjecture*”, escrito em 1964 e citado por GODET (1993).

ou menos plausíveis, na medida em que simula a evolução da realidade demográfica existente, facilitando a discussão dos “futuros possíveis”.

No âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz este procedimento é tão ou mais importante, na medida em que permite selecionar o cenário de evolução demográfica, que mais se coaduna com a estratégia de desenvolvimento delineada para o município. Também numa perspetiva mais “operacional”, as projeções demográficas justificam a (re)delimitação dos perímetros urbanos, assim como dão indicações relevantes para a programação de equipamentos coletivos.

No presente exercício optou-se pelo Método das Componentes por *Coortes*³⁰, o qual oferece um quadro evolutivo completo da população em estudo. Neste método são analisadas as variáveis micro-demográficas – Óbitos, Fecundidade e Migrações – respetivamente – cujas hipóteses de evolução são, sobejamente, elucidativas no que respeita ao impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura e no crescimento da população.

No modelo demográfico supramencionado, a população é dividida por sexo e por grupos etários quinquenais (o modelo 5x5 para intervalos temporais e grupos etários) e através de um processo interativo obtém-se a população futura: os efetivos de partida são envelhecidos, aplicando-se as probabilidades de sobrevivência fixadas. Os sobreviventes das novas gerações são posteriormente envelhecidos pelo mesmo método e assim sucessivamente.

De seguida procede-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas Taxas Específicas de Fecundidade (TEF). Um rácio entre sexos é assumido ao nascimento para dividir o total de nascimentos em nados-vivos masculinos e nados-vivos femininos.

Posteriormente é aplicada a probabilidade de sobrevivência à nascença fixada para cada sexo. Por sua vez, o segmento das migrações é sujeito ao mesmo processo de envelhecimento. Desta projeção resulta um cenário natural, que combina as componentes naturais da população (natalidade e mortalidade) e três cenários migratórios, que em função dos pressupostos fixados na evolução, verificada no passado, fornecerá um quadro real, associando o movimento natural ao movimento migratório. Para facilitar a compreensão do método escolhido, optámos por uma abordagem faseada, explicando ao longo das etapas subsequentes as diferentes técnicas de cálculo e de análise. A população de partida considerada, para o presente exercício, refere-se a 2011³¹ e tem como limite temporal o ano de 2040. O horizonte temporal definido para esta projeção é o mais adequado, atendendo que a margem de erro associada às projeções demográficas de curto e médio prazo é menor, aumentando substancialmente para lá dos 30 – 40 anos, quando muita da população é constituída por pessoas ainda não nascidas alterando as premissas de partida (MACHADO, 2009)

Para facilitar a compreensão do método escolhido optou-se por uma abordagem que contempla diversas fases explicando, sempre que considerado necessário, as diferentes técnicas de cálculo e de análise.

³⁰ *Cohort* (por vezes também escrito *cohorte* ou *coorte*) define-se «como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período» (TORRES, 1996: 147).

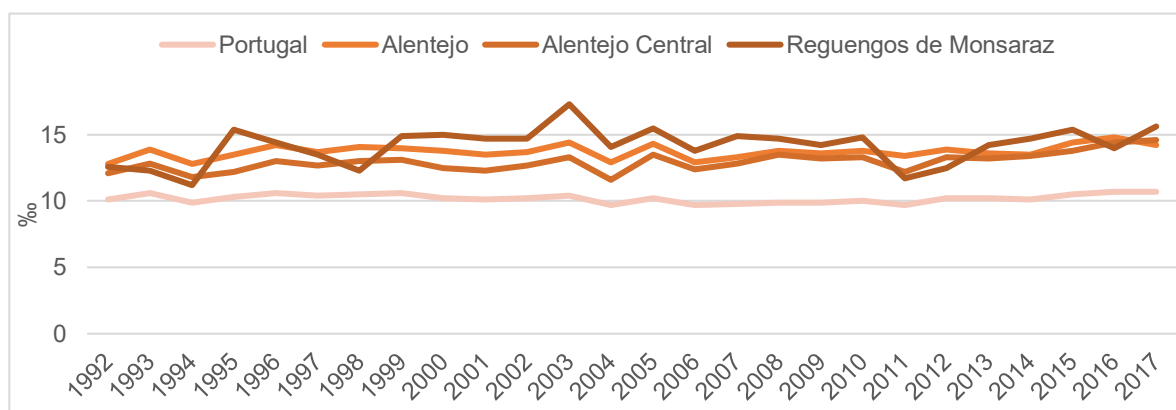
³¹ A população de partida deve ser a mais atual e fiável, normalmente, a apurada no último Censo. Neste caso, o exercício teve por base o XV Recenseamento Geral da População Portuguesa de 21 de Março de 2011. De forma a facilitar os cálculos e a minimizar o enviesamento, os acontecimentos demográficos ocorridos entre 01 de Janeiro e o momento censitário não sofreram quaisquer ajustamentos, pois consideramos que um atraso de três meses e vinte e um dias não produziria um erro muito significativo. Contrariamente, poderia aumentar o erro associado às estimativas do número de óbitos e de nascimentos até essa data.



8.6.1.1. 1ª Fase | Projeção da Mortalidade

O primeiro passo no processo de projeção consiste na elaboração de uma tábua de mortalidade. Estes modelos tabulares podem ser calculados ou pré-definidos, como é o caso das tábuas-tipo de *Princeton*³². Neste exercício, em particular, optou-se por calcular a tábua de mortalidade referente ao ano 2011, no sentido de obter uma maior aproximação à realidade do concelho, uma vez que feita a análise à evolução do comportamento das Taxas Brutas de Mortalidade (TBM)³³ verificou-se um desfasamento significativo, relativamente à média nacional e regional (Gráfico 8.4). De acordo com os Indicadores Demográficos do INE, Portugal registou, no período entre 1992-2017, uma TBM média de 10,21‰. Já a região do Alentejo situou-se nos 13,72‰. A sub-região do Alentejo Central, onde se insere o município de Reguengos de Monsaraz, apresentou um valor inferior à região onde se enquadra, com uma TBM média de 12,95‰. No entanto, o concelho de Reguengos de Monsaraz não acompanhou a tendência, tendo registado uma TBM média superior, a qual atingiu os 14,16‰.

Gráfico 8.4 | Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (‰)



Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

Para a construção da tábua de mortalidade foram recolhidos dados relativos à população residente, por sexo e grupos quinquenais³⁴, em 2011 (Quadro 8.8), assim como os óbitos registados em 2011, 2012 e 2013, também agrupados por sexo e grupos etários quinquenais³⁵ (Quadro 8.9).

A opção por considerar os óbitos de três anos procura, através da obtenção de um valor médio, limitar eventuais variações inter-anuais, que possam contribuir para uma subvalorização ou sobrevalorização da incidência da mortalidade no âmbito da construção da tábua de mortalidade, pois *“as flutuações anuais, mesmo pequenas, que ocorrem nos óbitos podem influenciar o nível de esperança de vida. Para obviar esta situação constroem-se tábuas plurianuais que têm a vantagem, quando centradas nos anos dos Recenseamentos da População, de assentarem em efetivos populacionais mais precisos”* (CARRILHO et al., 2004:43).

³² As Tábuas-tipo de *Princeton* foram elaboradas em 1966 (1ª versão) por Coale e Demeny. Foram reformuladas posteriormente em 1983 (2ª versão) e mais recentemente em 1990 (3ª versão). A probabilidade de sobrevivência está calculada para os diferentes grupos de idades, revelando-se bastante exatas e rigorosas para os países Europeus. São constituídas por quatro modelos Regionais de mortalidade: modelo Norte, modelo Sul, modelo Este e modelo Oeste.

³³ As TBM dizem respeito ao número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

³⁴ À exceção do primeiro grupo etário quinquenal, que aparece dividido, para efeito de cálculo das tábuas de mortalidade, em dois sub-grupos: menos de um ano de idade e de um a quatro anos de idade. De referir que o primeiro sub-grupo refere-se aos nados-vivos.

³⁵ Tal como descrito anteriormente, também ao nível dos óbitos, o primeiro grupo etário quinquenal encontra-se sub-dividido entre óbitos de crianças com menos de um ano de idade e óbitos de crianças entre um a quatro de anos de idade.

Quadro 8.8 | População residente em 2011, por sexo e grupo etário, no concelho de Reguengos de Monsaraz

Idades	Residentes	
	Homens	Mulheres
Menos de um ano	53	47
1-4 anos	195	161
5-9 anos	291	237
10-14 anos	288	270
15-19 anos	284	261
20-24 anos	284	280
25-29 anos	282	283
30-34 anos	379	350
35-39 anos	372	410
40-44 anos	393	339
45-49 anos	371	364
50-54 anos	395	373
55-59 anos	330	318
60-64 anos	278	326
65-69 anos	247	312
70-74 anos	273	364
75-79 anos	279	350
80-84 anos	166	285
85 e mais anos	114	224
Total	5274	5554

Quadro 8.9 | Número médio de óbitos entre 2011, 2012 e 2013, por sexo e grupo etário, no concelho de Reguengos de Monsaraz

Idades	Residentes	
	Homens	Mulheres
Menos de um ano	1*	1*
1-4 anos	1*	1*
5-9 anos	1*	1*
10-14 anos	1*	1*
15-19 anos	1*	1*
20-24 anos	1*	1*
25-29 anos	1	1*
30-34 anos	1	1*
35-39 anos	1*	1*
40-44 anos	1	1
45-49 anos	1*	1*
50-54 anos	3	1
55-59 anos	1	1
60-64 anos	5	2
65-69 anos	4	1
70-74 anos	7	5
75-79 anos	12	8
80-84 anos	14	13
85 e mais anos	23	33
Total	73	65

Fonte: INE – Recenseamento da População, 2011; Indicadores Demográficos.

Passa-se de seguida a explicar o que é uma tábua de mortalidade: “As tábuas de mortalidade oferecem a mais completa descrição da mortalidade e, correspondentemente, dos sobreviventes a cada idade por geração” (TORRES, 1996:98).

*Mesmo na ausência de óbitos nos grupos etários considerou-se haver sempre, pelo menos um óbito para efeitos de cálculo da tábua de mortalidade.



Na sua composição é aplicado o método da coorte fictícia que consiste em transpor os fenómenos que se observam num determinado momento para uma coorte imaginária. O ponto de partida é relativo às probabilidades de morte, obtidas através das taxas de mortalidade, mediante a aplicação de uma fórmula de transformação linear.

O processo de construção da tábua de mortalidade reveste-se de alguma complexidade, pelo que não faria sentido descrever minuciosamente os procedimentos seguidos, que aliás se encontram plenamente explanados em NAZARETH (1996: 139-144). Não obstante é de salientar alguns aspetos dissemelhantes, que foram considerados. Enquanto na tabela apresentada por NAZARETH (1996:144) o último grupo quinquenal refere-se à população com 70 e mais anos de idade, por oposição e face ao crescente envelhecimento da população, consideramos que o último grupo quinquenal na tábua de mortalidade calculada para Reguengos de Monsaraz, fosse 85 e mais anos de idade.

Também na coluna 7 (nLx) referente aos sobreviventes em anos completos, mais concretamente nos ponderadores da mortalidade infantil k' e k'' , face à melhoria dos indicadores relativos a esta problemática, optamos por usar os valores de 0,05 para k'' e 0,95 para k' , em oposição a 0,15 e 0,85, apresentados pelo professor J.M. NAZARETH.

Considerando todos estes pressupostos obtivemos os seguintes resultados para a tábua de mortalidade do concelho de Reguengos de Monsaraz, em 2011 (Quadro 8.10).

Quadro 8.10 | Tábuas de Mortalidade calculadas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, em 2011, por sexo e por grupos etários quinquenais -

Homens

Idades	nm _x	nq _x	np _x	lx	ndx	nL _x	nP _x	T _x	ex
Menos de 1 ano	0,0188679	0,0186916	0,9813084	100000	1869,16	98224,30	0,966352294	6979740,16	70
1 - 4 anos	0,0051282	0,0203046	0,9796954	98130,841	1992,50	384951,85	0,986383397	6881515,86	70
5 - 9 anos	0,0034364	0,0170358	0,9829642	96138,337	1637,79	476597,21	0,982877016	6496564,02	68
10 - 14 anos	0,0034722	0,0172117	0,9827883	94500,546	1626,52	468436,44	0,982669188	6019966,81	64
15 - 19 anos	0,0035211	0,017452	0,982548	92874,03	1620,84	460318,06	0,982547993	5551530,37	60
20 - 24 anos	0,0035211	0,017452	0,982548	91253,192	1592,55	452284,58	0,985373463	5091212,32	56
25 - 29 anos	0,0023641	0,0117509	0,9882491	89660,641	1053,59	445669,22	0,987575484	4638927,73	52
30 - 34 anos	0,0026385	0,0131062	0,9868938	88607,049	1161,30	440132,00	0,986772161	4193258,51	47
35 - 39 anos	0,0026882	0,0133511	0,9866489	87445,751	1167,50	434310,00	0,984925663	3753126,51	43
40 - 44 anos	0,0033927	0,0168209	0,9831791	86278,251	1451,27	427763,07	0,984881568	3318816,50	38
45 - 49 anos	0,0026954	0,0133869	0,9866131	84826,977	1135,57	421295,96	0,974753478	2891053,44	34
50 - 54 anos	0,0075949	0,0372671	0,9627329	83691,408	3118,93	410659,70	0,971202532	2469757,47	30
55 - 59 anos	0,0040404	0,02	0,98	80572,474	1611,45	398833,74	0,95002964	2059097,77	26
60 - 64 anos	0,0167866	0,0805524	0,9194476	78961,024	6360,50	378903,88	0,920756002	1660264,02	21
65 - 69 anos	0,0161943	0,077821	0,922179	72600,527	5649,85	348878,02	0,901712112	1281360,14	18
70 - 74 anos	0,025641	0,1204819	0,8795181	66950,681	8066,35	314587,54	0,847318717	932482,12	14
75 - 79 anos	0,041816	0,1892915	0,8107085	58884,334	11146,30	266555,91	0,73953411	617894,59	10
80 - 84 anos	0,0843373	0,3482587	0,6517413	47738,029	16625,18	197127,19	0,782294395	351338,68	7
85 e mais anos	0,2017544	1	0	31112,845		154211,49		154211,49	5

Mulheres

Idades	nm_x	nq_x	npx	l_x	ndx	nL_x	nPx	T_x	e_x
Menos de 1 ano	0,0212766	0,0210526	0,9789474	100000	2105,26	98000,00	0,9609002	7405256,07	74
1 - 4 anos	0,0062112	0,0245399	0,9754601	97894,737	2402,32	382450,11	0,9834072	7307256,07	75
5 - 9 anos	0,0042194	0,0208768	0,9791232	95492,412	1993,58	472478,11	0,9803739	6924805,96	73
10 - 14 anos	0,0037037	0,0183486	0,9816514	93498,833	1715,57	463205,23	0,9813409	6452327,84	69
15 - 19 anos	0,0038314	0,0189753	0,9810247	91783,259	1741,62	454562,25	0,9816567	5989122,61	65
20 - 24 anos	0,0035714	0,0176991	0,9823009	90041,641	1593,66	446224,06	0,982393	5534560,36	61
25 - 29 anos	0,0035336	0,0175131	0,9824869	88447,983	1549,00	438367,41	0,9841365	5088336,30	58
30 - 34 anos	0,0028571	0,0141844	0,9858156	86898,982	1232,61	431413,39	0,9868398	4649968,89	54
35 - 39 anos	0,002439	0,0121212	0,9878788	85666,372	1038,38	425735,91	0,9890399	4218555,51	49
40 - 44 anos	0,0019666	0,0097847	0,9902153	84627,992	828,06	421069,80	0,9882958	3792819,60	45
45 - 49 anos	0,0027473	0,0136426	0,9863574	83799,929	1143,25	416141,53	0,988714	3371749,79	40
50 - 54 anos	0,0017873	0,0088968	0,9911032	82656,683	735,38	411444,97	0,9903413	2955608,26	36
55 - 59 anos	0,0020964	0,010428	0,989572	81921,304	854,24	407470,93	0,9772719	2544163,29	31
60 - 64 anos	0,0071575	0,0351582	0,9648418	81067,067	2850,17	398209,90	0,9742995	2136692,36	26
65 - 69 anos	0,0032051	0,0158983	0,9841017	78216,894	1243,51	387975,69	0,9569346	1738482,46	22
70 - 74 anos	0,014652	0,0706714	0,9293286	76973,382	5439,81	371267,37	0,913353	1350506,77	18
75 - 79 anos	0,0219048	0,1038375	0,8961625	71533,567	7427,86	339098,17	0,8507143	979239,40	14
80 - 84 anos	0,0444444	0,2	0,8	64105,702	12821,14	288475,66	1,2190476	640141,23	10
85 e mais anos	0,1458333	1	0	51284,562		351665,57		351665,57	7

Em que:

${}_n m_x$: taxas de mortalidade entre a idade x e $x + n$

${}_n q_x$: quocientes de mortalidade, i.e., a probabilidade de morte entre a idade exata x e a idade exata $x + n$

${}_n p_x$: probabilidade de sobrevivência entre as idades exatas x e $x + n$

l_x : sobreviventes em cada idade exata x

${}_n d_x$: óbitos entre idades exatas

${}_n L_x$: sobreviventes em anos completos

${}_n P_x$: probabilidade de sobrevivência entre dois grupos de anos completos

T_x : número de anos vividos entre as idades exatas x e $x + n$

e_x : esperança de vida na idade x , ou seja, o número médio de anos que resta viver às pessoas que atingiram a idade x (cfr. NAZARETH, 1996: 141-144).

Calculadas as tábuas de mortalidade determinou-se, entre outras funções, as probabilidades de sobrevivência, por sexo e por grupos de idade (nPx), fundamentais à construção de cenários demográficos. Além disso determinou-se a esperança de vida à nascença, a qual aponta uma longevidade de 74 anos para as mulheres e 70 anos para os homens

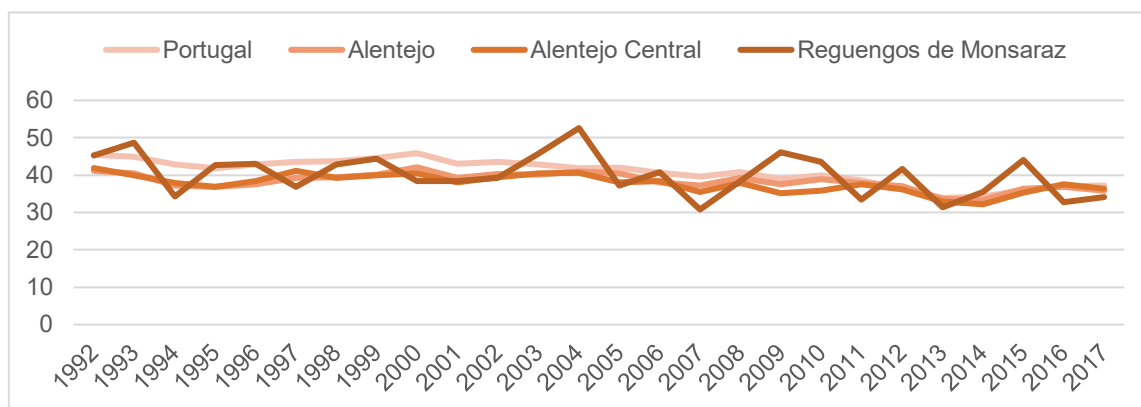
8.6.1.2. 2ª Fase | Projeção do Movimento Natural

No Método das Componentes por Coortes, a natalidade é o segundo segmento a ser projetado. O indicador mais utilizado para a análise pretendida é a Taxa de Fecundidade Geral (TFG), que enfatiza a relação existente entre o número de nados vivos e o número de mulheres em idade



fecunda (15 – 49 anos de idade)³⁶. Com esta variável pretende-se estimar os nados-vivos no concelho de Reguengos de Monsaraz, através da escolha de um modelo hipotético de fecundidade. Para isso, torna-se necessário analisar as TFG observadas em anos anteriores e estimar a sua sequência de evolução (Gráfico 8.5).

Gráfico 8.5 | Evolução das Taxas Brutas de Fecundidade Geral (‰)



Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

De um modo geral, podemos averiguar o contínuo declínio da TFG, sendo transversal às diferentes escalas em análise. Contudo, é notória uma proeminente oscilação deste indicador, no município de Reguengos de Monsaraz, cuja variação se situa entre os 30,8‰ e os 52,6‰, ambos valores registados na década de 2000.

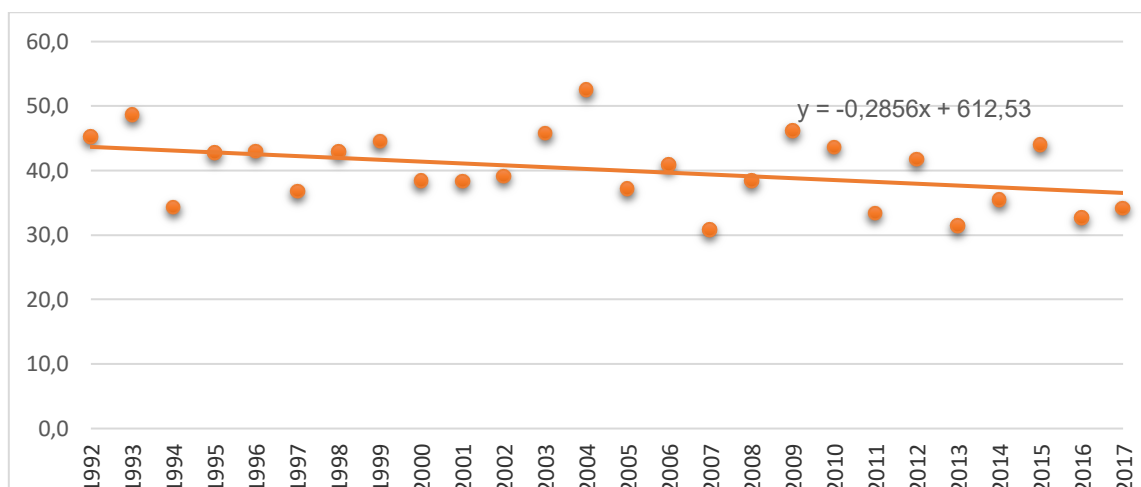
Por fim, é de salientar, a ténue recuperação das TFG, nos últimos dois anos, do período em análise, quer no país, quer na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo Central, em oposição à descida deste indicador no concelho de Reguengos de Monsaraz.

Considerando, então, a descida das TFG determinamos os nados-vivos para o período da projeção demográfica, obtidos por regressão linear dos valores reais das taxas brutas de fecundidade entre 1992 e 2017³⁷ (Gráfico 8.6).

³⁶ De salientar que o número de mulheres em idade fértil (com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos de idade) é naturalmente variável ao longo do horizonte temporal utilizado na projeção demográfica.

³⁷ De salientar que o número de mulheres em idade fértil (com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos de idade) é naturalmente variável ao longo do horizonte temporal utilizado na projeção demográfica.

Gráfico 8.6 | Regressão Linear das Taxas Brutas de Fecundidade entre 1922 e 2017 (‰)



Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

A opção por esta metodologia resultou em TFG progressivamente decrescentes, uma situação que traduz a tendência da evolução da fecundidade verificada nos últimos anos.

Quadro 8.11 | Taxas de Fecundidade Geral estimadas para o concelho de Reguengos de Monsaraz, no horizonte da Projeção Demográfica (‰)

Períodos da Projeção Demográfica	TFG estimada ‰
2011-2015	37,20
2016-2020	34,90
2021-2025	34,80
2026-2030	33,30
2031-2035	31,90
2036-2040	30,50

Realizados os cálculos preliminares, elaborou-se o primeiro quadro de projeção, baseado na Fecundidade, Mortalidade e possibilidades de sobrevivência entre dois grupos de anos completos (os nPx da tábua de mortalidade).

De seguida procedeu-se ao cálculo dos nascimentos, no qual os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) são multiplicados pelas Taxas Específicas de Fecundidade (TEF). Um rácio entre sexos é assumido ao nascimento para dividir o total de nascimentos em nados-vivos masculinos e nados-vivos femininos (MACHADO, 2009), aplicando-se, posteriormente, a probabilidade de sobrevivência à nascença fixada para cada sexo.

Construímos, assim, o modelo natural de projeção que revela as tendências naturais da estrutura demográfica do município de Reguengos de Monsaraz, fornecendo uma imagem geral da evolução do número de efetivos do concelho, não considerando quaisquer movimentos migratórios.



8.6.1.3. Cenário Natural

O Cenário Natural³⁸ sugere uma imagem geral da evolução do número de quantitativos demográficos, para o concelho de Mourão, apontando para um decréscimo acentuado da população (-610 efetivos até 2040), em resultado da manutenção dos baixos níveis de fecundidade. Esta tendência é transversal às cinco freguesias que compõem o concelho, porém, na freguesia de Reguengos de Monsaraz, o fenómeno é manifestamente mais significativo, cuja perda representa 1107 efetivos (Quadro 8.12).

Quadro 8.12 | Cenário Natural para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	União de Freguesias Campo e Campinho	Corval	Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Total
2011-2015	1396	1389	782	7261	10828
2016-2020	1318	1314	750	7198	10579
2021-2025	1224	1214	706	6974	10118
2026-2030	1103	1122	656	6713	9595
2031-2035	1000	1042	591	6438	9071
2036-2040	926	973	546	6154	8599

O perfil demográfico do concelho caracteriza-se, particularmente, pela diminuição da população jovem e pelo aumento progressivo do envelhecimento, que se consubstancia numa maior longevidade populacional, a qual remete o óbito para idades cada vez mais avançadas (70 anos para os homens e 74 anos para as mulheres)³⁹.

Neste contexto, podemos observar que o número de efetivos com menos de 1 ano de idade cai para metade, até 2040. Por oposição, o número de residentes com idade superior a 55 anos tende a aumentar, a partir do segundo quinquénio (2016-2020), situação conducente ao duplo envelhecimento no topo e na base da estrutura populacional (Quadro 8.13).

³⁸ Nos diferentes quadros-resumo dos cenários elaborados, os valores de "2011-2015" referem-se sempre à população residente em 2011. Não obstante optámos por manter esse quinquénio como referência base para que o leitor compreenda que se trata sempre de uma análise evolutiva quinquenal.

³⁹Valores dos "Ex" da Tábua de Mortalidade.

Quadro 8.13 | Projeções Demográficas (Cenário Natural) para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos

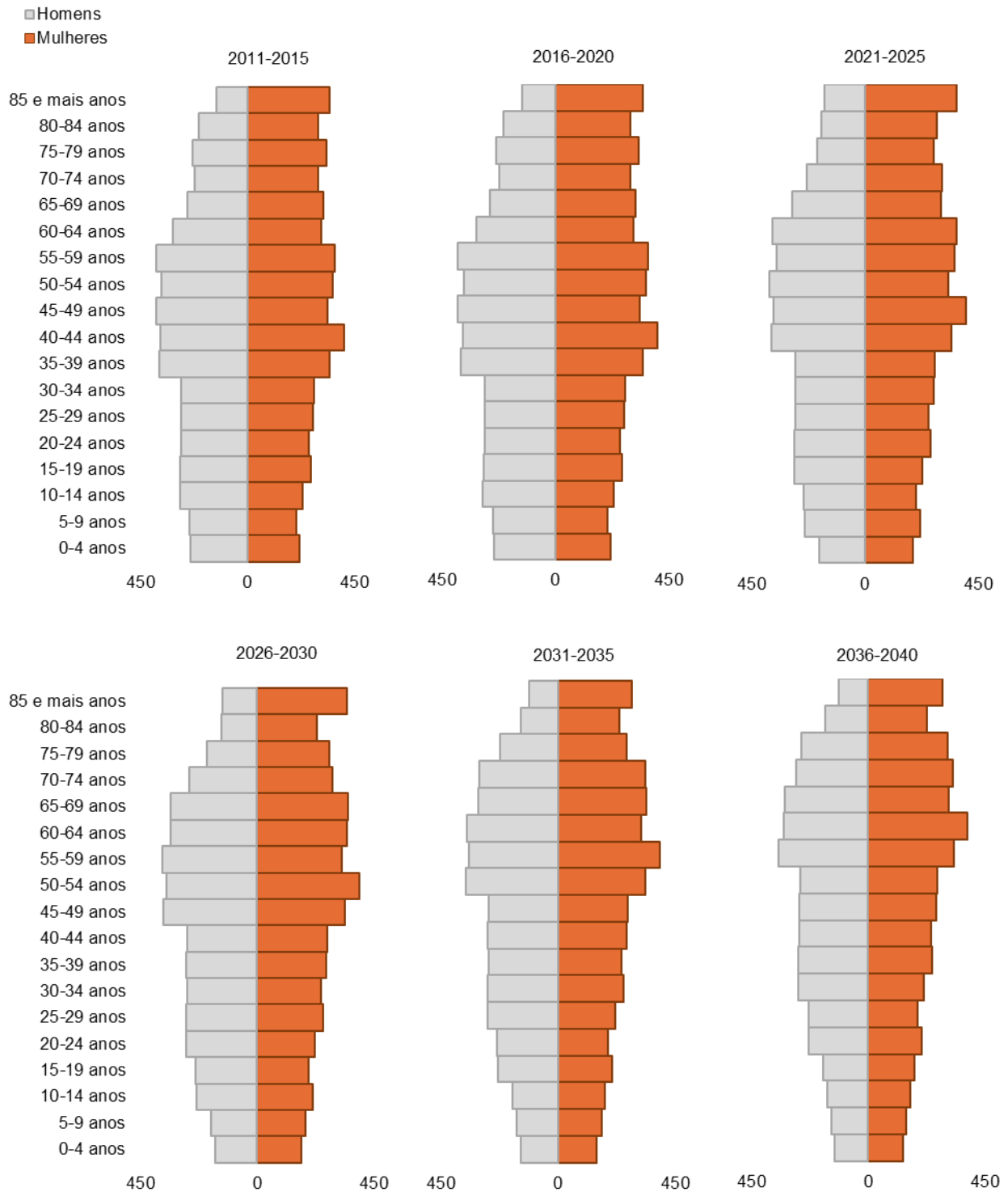
Idades	2011-2015	2016-2020	2021-2025	2026-2030	2031-2035	2036-2040
Menos de 1 ano	100	78	70	61	55	49
1-4 anos	356	386	299	269	237	211
5-9 anos	528	451	457	364	326	288
10-14 anos	558	518	442	449	358	320
15-19 anos	545	548	509	435	441	351
20-24 anos	564	535	538	500	427	433
25-29 anos	565	555	527	530	492	420
30-34 anos	729	557	547	519	522	485
35-39 anos	782	719	550	540	512	515
40-44 anos	732	772	710	543	533	506
45-49 anos	735	722	762	700	535	526
50-54 anos	768	722	709	748	687	525
55-59 anos	648	753	708	694	734	674
60-64 anos	604	624	725	682	669	708
65-69 anos	559	574	591	687	647	633
70-74 anos	637	521	535	550	639	602
75-79 anos	629	564	461	473	485	564
80-84 anos	451	504	454	372	381	388
85 e mais anos	338	477	524	479	392	401
Total	10828	10579	10118	9595	9071	8599

O Cenário Natural reflete, indubitavelmente, a fragilidade da estrutura demográfica do concelho, no sentido em que a substituição de gerações não se encontra assegurada. Urge, assim, uma mudança de paradigma demográfico assente na estabilização das TFG acima dos 40‰ – uma referência para este indicador – sugerida pelo EUROSTAT.

As pirâmides etárias permitem visualizar de forma clara as tendências acima mencionadas, nas quais se corroboram o fenómeno do duplo envelhecimento no topo e na base. Neste âmbito, poder-se-á dizer que deixa de fazer sentido referir-nos a este histograma como pirâmide demográfica, pois a sua tradicional configuração deu lugar a uma base exígua (redução acentuada dos efetivos mais jovens) em detrimento de um topo alargado (aumento considerável dos idosos, sobretudo, do sexo feminino).



Gráfico 8.7 | Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz | Cenário Natural



8.6.2. 3ª Fase | Projeção dos Movimentos Migratórios

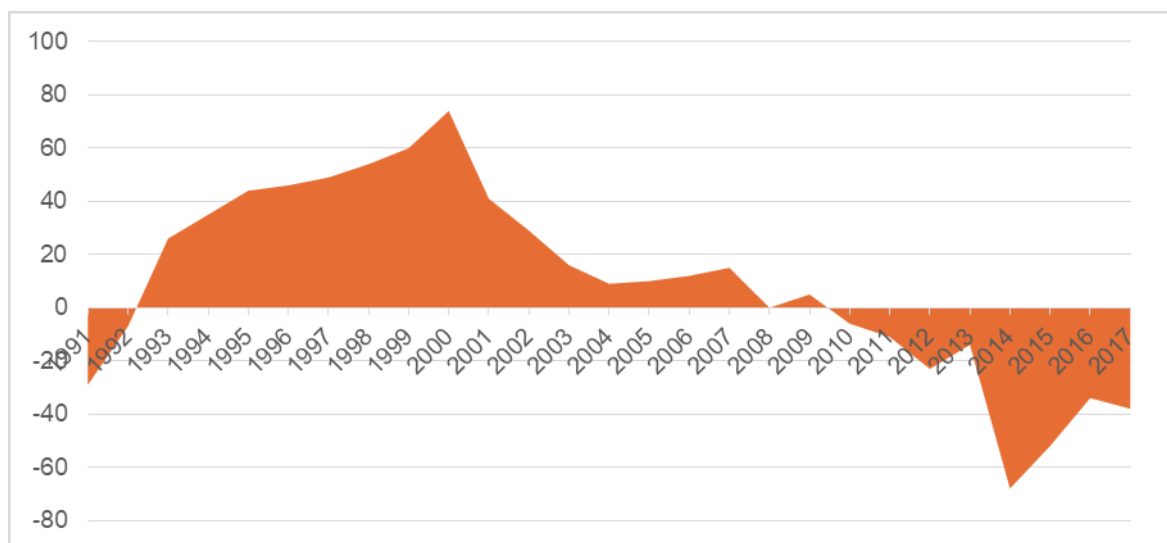
Os movimentos migratórios, contrariamente à Mortalidade e à Fecundidade, não são um fenómeno natural. Resultam de um conjunto de deslocações de indivíduos, no espaço geográfico e num determinado período de tempo. Assim, estes são constituídos por: Emigração, Imigração e Migrações Internas.

Na prospetiva demográfica é considerada a variável mais incerta e menos “previsível”, devido ao seu cariz inconstante, geralmente associada a fatores instáveis e dificilmente conjeturáveis, nomeadamente, o contexto político, económico e social. Por outro lado, a incipiente cobertura e registo das deslocações de pessoas dificulta a quantificação dos fluxos migratórios, pelo que não existe, efetivamente, um apuramento de qualidade, no que concerne às entradas e saídas do território nacional.

Com efeito, os movimentos migratórios na dinâmica populacional futura não se restringem, apenas, ao número de efetivos de entrada, mas também ao número de efetivos nascidos após a sua chegada ao território de acolhimento. Deste modo, na sua projeção, a população migrante é sujeita ao mesmo processo de envelhecimento, submetendo-se, igualmente, os efetivos femininos em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) às TEF, de modo a obter os nados-vivos para os quinquénios seguintes.

Na projeção deste segmento está subjacente, *a priori*, uma análise ao comportamento dos movimentos migratórios. Para tal foi considerado o Saldo Migratório⁴⁰ estimado nas últimas décadas (Gráfico 8.8).

Gráfico 8.8 | Evolução do Saldo Migratório (N.º), no concelho de Reguengos de Monsaraz, entre 1991 e 2017



Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

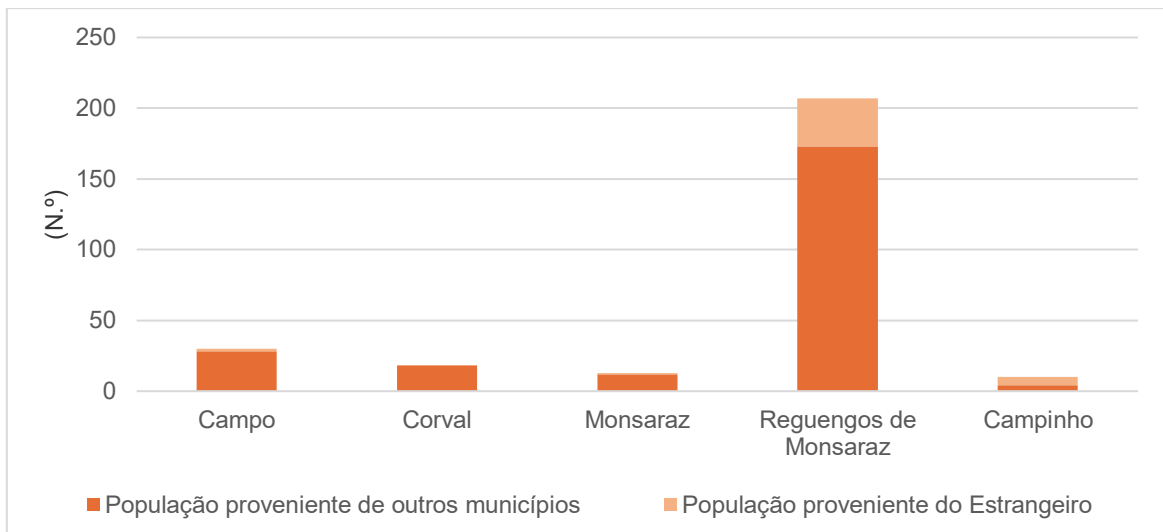
Da análise ao indicador em epígrafe, verificou-se que o Saldo Migratório, para o município de Reguengos de Monsaraz, entre 1991 e 2017, foi positivo⁴¹, revelando-se um território atrativo para novos residentes provindos de outros municípios portugueses, mas também do estrangeiro, ainda que a sua expressão seja menor.

⁴⁰ O Saldo Migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

⁴¹ A Média do Saldo Migratório (1991-2017) é de 9 quantitativos populacionais.



Gráfico 8.9 | População residente em Reguengos de Monsaraz segundo a origem de proveniência (N.º)



Fonte: INE – Recenseamento da População, 2011

Não obstante, desde 2010, a evolução deste indicador tem sido tendencialmente negativa, registando-se, em 2014, a maior saída de efetivos, por efeito das migrações – período este coincidente com a intervenção externa em Portugal levada a cabo pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), na sequência da crise económica nacional.

Considerando a evolução dos movimentos populacionais estimou-se então, o Saldo Migratório para o período da projeção demográfica, cujos resultados foram obtidos através dos valores médios verificados nos últimos 26 anos.

8.6.3. Definição de cenários tendo em conta os movimentos migratórios

Com base na projeção natural, por sexo e por grupos etários, para 2040 (Cenário Natural), foram construídas três hipóteses sobre a evolução das migrações, as quais designaremos por “Cenários de Atração” – tendo em conta o balanço positivo dos movimentos migratórios.

As hipóteses equacionadas decorrem das expectativas de desenvolvimento socioeconómico consubstanciadas nos efeitos expectáveis induzidos pelos projetos previstos para o município até 2040, nomeadamente, o desenvolvimento turístico, assim como, o desenvolvimento das atividades relacionadas com a vitivinicultura.

Deste modo e atendendo às dinâmicas em curso, os cenários que se apresentam apontam para um aumento da componente migratória para o período projetado (contrariando a tendência que se tem verificado desde o ano de 2010) em que no:

- **Cenário de Baixa Atração:** Com base no valor médio do Saldo Migratório (1991-2017) foi considerada a entrada média de 45 indivíduos⁴², a cada cinco anos, ou seja, 225 imigrantes até 2040, (Quadro seguinte).

Quadro 8.14 | Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Baixa Atração

Local de residência	Imigrantes		
	Homens	Mulheres	Total
Campo	1	1	3
Corval	3	3	6
Monsaraz	2	2	3
Reguengos de Monsaraz	15	15	30
Campinho	1	1	3
Total	22	23	45

- **Cenário de Atração Moderada:** atendendo ao valor médio do Saldo Migratório entre os últimos três períodos censitários (1991 – 2011) considerou-se a entrada de 112 efetivos populacionais, a cada cinco anos, perfazendo um total de 560 imigrantes até 2040.

Quadro 8.15 | Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Atração Moderada

Local de residência	Imigrantes		
	Homens	Mulheres	Total
Campo	3	4	7
Corval	7	7	14
Monsaraz	4	4	8
Reguengos de Monsaraz	37	38	75
Campinho	4	4	8
Total	55	57	112

- **Cenário de Atração Constante** – Teve em conta o Saldo Migratório registado há 20 anos⁴³, isto é, em 1999, numa fase em que este indicador registou dos valores mais altos para o concelho. Assim sendo, neste cenário, considerar-se-á a entrada de 300 efetivos populacionais, a cada cinco anos, o qual será combinado com a TFG (constante) verificada no mesmo ano – 44,5 ‰.

⁴² A distribuição dos imigrantes teve por referência o peso relativo da população, por freguesia, registada nos Censos 2011.

⁴³ Poder-se-á dizer que este cenário é algo similar, ao que em literatura se denomina “prolepse”, isto é, um exercício baseado numa “analepse” concreta, o ano de 1999. Ambos os momentos – passado e futuro – distam 20 anos do momento, em que decorre o exercício prospetivo.



Quadro 8.16 | Saldo Migratório estimado para o concelho de Reguengos de Monsaraz, utilizado na projeção demográfica – Cenário de Atração Constante

Local de residência	Imigrantes		
	Homens	Mulheres	Total
Campo	9	10	19
Corval	19	20	38
Monsaraz	11	11	22
Reguengos de Monsaraz	98	103	201
Campinho	10	10	20
Total	146	154	300

Uma vez escolhidas as hipóteses de evolução relativamente aos Saldos Migratórios, repartiu-se o total de migrantes por sexos e idades, aplicando a Estrutura-tipo dos Movimentos Migratórios Mundiais definida pela ONU.

Quadro 8.17 | Estrutura-tipo dos Movimentos Migratório (ONU)

Estrutura-tipo dos Movimentos Migratórios		
Idades	H (%)	M (%)
0 - 4 anos	7,7	8,1
5 - 9 anos	7	7,3
10 - 14 anos	5,6	5,7
15 - 19 anos	12	12,3
20 - 24 anos	18,8	17,1
25 - 29 anos	16,3	15,4
30 - 34 anos	10,3	10,6
35 - 39 anos	6,3	6,4
40 - 44 anos	4,3	3,7
45 - 49 anos	3,1	3,1
50 - 54 anos	2,5	3,1
55 - 59 anos	2,4	2,6
60 - 64 anos	1,7	1,8
65 - 69 anos	1,1	1,4
70 - 74 anos	0,5	0,7
75 - 79 anos	0,2	0,4
80 - 84 anos	0,2	0,2
85 e mais anos	0,1	0,2

Fonte: ONU

Assim, ao Cenário Natural foram adicionados, em cada grupo de idades, o número de imigrantes previstos para cada cenário. Aos “novos” efetivos populacionais foram aplicadas as probabilidades de sobrevivência e as mulheres em idade fértil foram, igualmente, sujeitas às TFG estimadas. O procedimento repetiu-se quinquénio a quinquénio, de modo a obter os Cenários de Atração, que constam nos quadros seguintes.

8.6.3.1. Cenário de Baixa Atração

De acordo com o Cenário de Baixa Atração, no final do período de projetado, o concelho de Reguengos de Monsaraz irá perder 1980 indivíduos (**Quadro 8.18**), pressupondo assim, a recuperação de cerca de 250 efetivos relativamente ao Cenário Natural.

Quadro 8.18 | Cenário de Baixa Atração para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Campo e Campinho	Corval	Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Total
2011-2015	1396	1389	782	7261	10828
2016-2020	1323	1320	754	7228	10624
2021-2025	1236	1226	713	7036	10211
2026-2030	1121	1141	666	6811	9739
2031-2035	1024	1067	605	6570	9267
2036-2040	957	1004	564	6322	8848

À semelhança do que acontece no Cenário Natural, neste cenário os nascimentos decrescem a cada quinquénio (Quadro 8.19), uma diminuição que representa menos 48 nados-vivos, em 2040. A proporção de jovens em relação à população total traduz um envelhecimento na base da estrutura demográfica, que se reflete em classes ocas⁴⁴, pelo que o acréscimo de 45 indivíduos, a cada cinco anos, por efeito da entrada de indivíduos no município, é inexpressivo para a sua sustentabilidade demográfica.

É de referir ainda, que o grupo etário [35-39 anos], que possui o maior peso relativo na estrutura demográfica global, em 2011-2016 (782 efetivos), constituirá igualmente, a maior fatia da população, no quinquénio 2036-2040, nessa época integrando o grupo etário [60-64 anos] – 714 efetivos.

⁴⁴ Uma classe oca é uma classe etária que possui um número de indivíduos inferior ao número de indivíduos da classe etária seguinte.



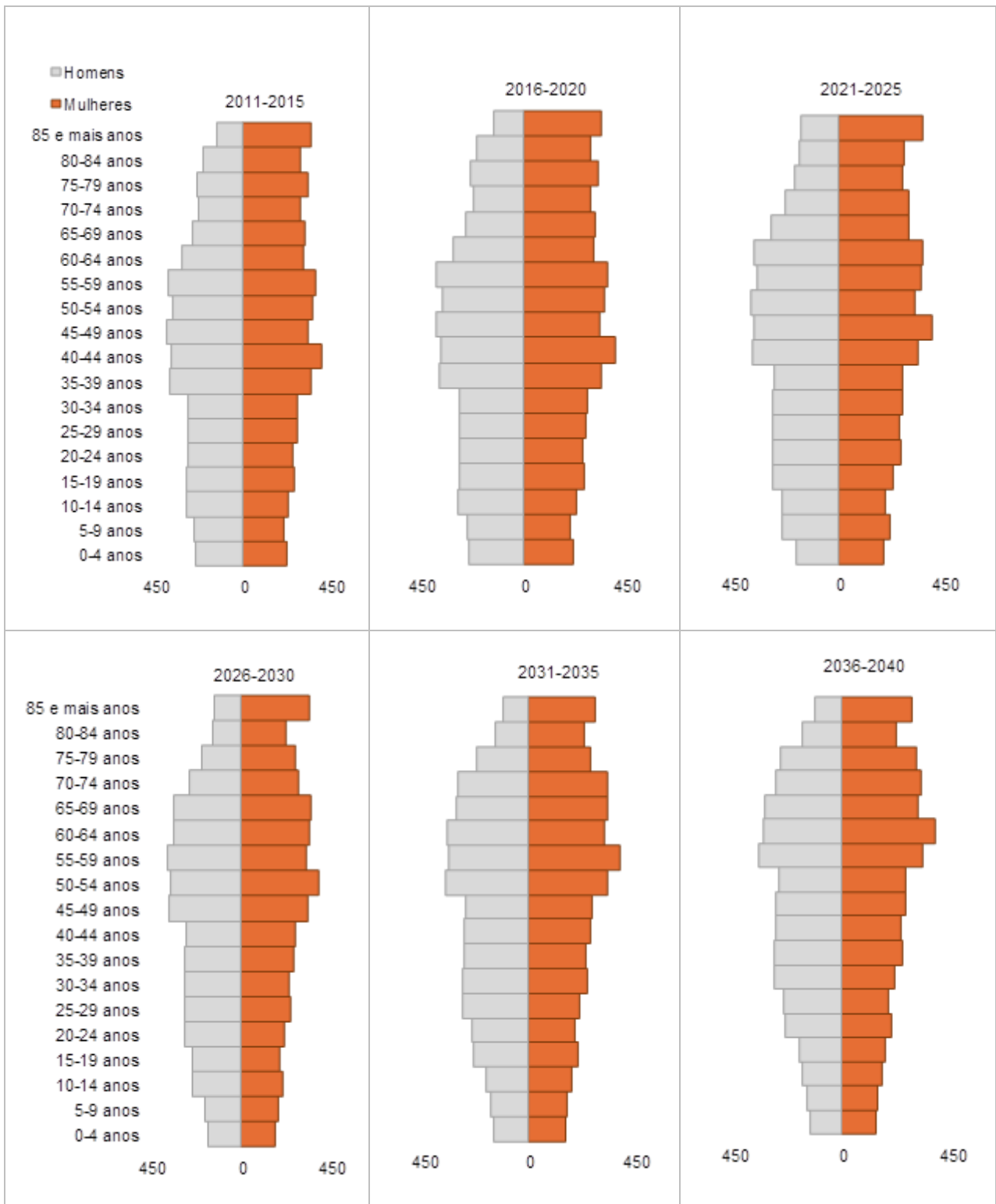
Quadro 8.19 | Projeções Demográficas (Cenário de Baixa Atração)⁴⁵ para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos

Idades	2011-2015	2016-2020	2021-2025	2026-2030	2031-2035	2036-2040
Menos de 1 ano	100	78	72	64	57	52
1-4 anos	356	388	304	279	247	224
5-9 anos	528	454	464	375	341	304
10-14 anos	558	521	448	458	370	338
15-19 anos	545	553	517	446	455	369
20-24 anos	564	543	552	516	446	455
25-29 anos	565	562	542	550	515	446
30-34 anos	729	562	559	539	547	512
35-39 anos	782	722	557	554	535	542
40-44 anos	732	774	715	552	549	529
45-49 anos	735	723	765	706	546	543
50-54 anos	768	723	711	752	695	537
55-59 anos	648	754	710	698	739	682
60-64 anos	604	625	727	685	673	714
65-69 anos	559	574	593	690	650	638
70-74 anos	637	522	536	552	642	605
75-79 anos	629	564	462	474	487	566
80-84 anos	451	504	454	372	382	390
85 e mais anos	338	477	525	479	392	402
Total	10828	10624	10211	9739	9267	8848

Numa análise prospetiva de evolução até 2040, apresentam-se as pirâmides etárias para o município de Reguengos de Monsaraz, para um Cenário de Baixa Atração, as quais refletem uma diminuição progressiva da população aliada ao processo de envelhecimento.

⁴⁵ Devido ao arredondamento dos decimais considerados nos cálculos, os totais por sexos e grupos etários nem sempre correspondem aos somatórios das respetivas parcelas. Esta situação poderá verificar-se nas várias fases do exercício.

Gráfico 8.10 | Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz | Cenário de Baixa Atração



8.6.3.2. Cenário de Atração Moderada

Considerando que o concelho de Reguengos de Monsaraz continuará a ter um poder de atração significativo, assumimos a entrada de 112 quantitativos populacionais, a cada período quinquenal, repartidos por sexos e por grupos de idades.

Como podemos verificar o decréscimo populacional representará, em 2040, uma perda de 1611 indivíduos. Assim, em termos gerais, este cenário não sugere alterações significativas aos cenários anteriormente projetados. (Quadro 8.20).

Quadro 8.20 | Cenário de Atração Moderada para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Campo e Campinho	Corval	Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Total
2011-2015	1396	1389	782	7261	10828
2016-2020	1333	1328	758	7273	10692
2021-2025	1255	1243	722	7129	10349
2026-2030	1150	1166	681	6953	9950
2031-2035	1064	1102	625	6765	9557
2036-2040	1008	1049	590	6571	9217

Assim, a hipótese de evolução definida para a construção deste cenário revela o peso inexpressivo do Saldo Migratório estimado, face à existência de um crescimento natural tendencialmente negativo. Quer isto dizer que ao contrário do que seria expetável, este balanço positivo da componente migratória não inverterá as tendências demográficas assinaladas anteriormente, nomeadamente, a perda de efetivos e o aumento da população idosa, acompanhado por uma variação inversa dos grupos mais jovens.

Importa sublinhar que sendo os resultados condicionados pela estrutura e composição da população, no momento de partida (Censos 2011) e pelos diferentes padrões de comportamento das componentes demográficas, como o declínio da fecundidade, tal justifica a tendência para o decréscimo populacional generalizado (Quadro 8.21).

Quadro 8.21 | Projeções Demográficas (Cenário de Atração Moderada)⁴⁶ para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos

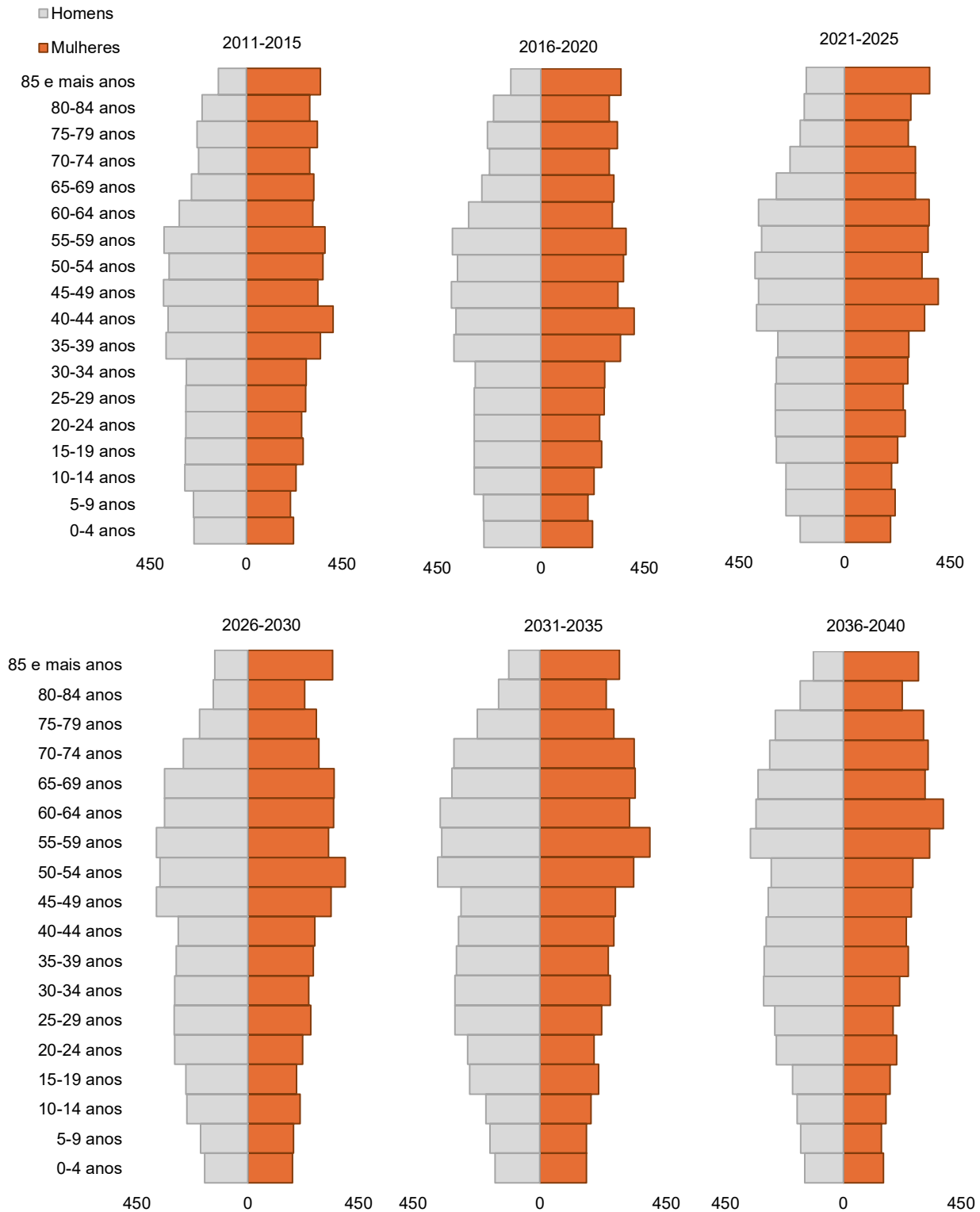
Idades	2011-2015	2016-2020	2021-2025	2026-2030	2031-2035	2036-2040
Menos de 1 ano	100	79	73	67	61	56
1-4 anos	356	393	313	290	264	244
5-9 anos	528	459	474	390	360	330
10-14 anos	558	525	457	472	389	360
15-19 anos	545	562	529	462	477	396
20-24 anos	564	555	572	540	474	488
25-29 anos	565	573	564	580	549	484
30-34 anos	729	569	576	568	584	553
35-39 anos	782	726	568	576	568	583
40-44 anos	732	776	721	565	573	565
45-49 anos	735	726	769	715	561	569
50-54 anos	768	725	715	759	705	554
55-59 anos	648	756	714	704	748	694
60-64 anos	604	626	730	690	680	723
65-69 anos	559	575	595	693	655	645
70-74 anos	637	522	537	554	645	611
75-79 anos	629	564	462	475	489	570
80-84 anos	451	504	454	373	383	391
85 e mais anos	338	477	525	479	393	403
Total	10828	10692	10349	9950	9557	9217

As pirâmides etárias que se seguem, caracterizam axiomáticamente o cenário projetado. Nestas, podemos averiguar ainda, que no quinquénio 2036-2040, o grupo etário das mulheres [60-64 anos] constitui o grupo mais expressivo da estrutura, com 391 efetivos. No caso dos homens, o grupo etário com mais efetivos corresponde ao grupo [55-59 anos] com 353 quantitativos.

⁴⁶ Devido ao arredondamento dos decimais considerados nos cálculos, os totais por sexos e grupos etários nem sempre correspondem aos somatórios das respetivas parcelas. Esta situação poderá verificar-se nas várias fases do exercício.



Gráfico 8.11 | Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz | Cenário de Atração Moderada



8.6.3.3. Cenário de Atração Constante

No Cenário de Atração Constante, o município recupera as idiossincrasias demográficas, dos anos 90, reconstituindo particularmente, o comportamento verificado no ano de 1999.

Através do Quadro 8.22 podemos verificar que as hipóteses alternativas para este cenário não são suficientes para inverter a tendência do declínio populacional.

No entanto, se analisarmos à escala local, este cenário sugere alguma reflexão. Os primeiros quinquênios projetados (2016-2020 | 2021-2025) revelam um acréscimo populacional, que se vai esbatendo, até ao final da projeção. Para tal, contribui efetivo demográfico da freguesia de Reguengos de Monsaraz que vê a sua população aumentar até ao final do período projetado (+ 353 quantitativos). Este é, efetivamente, um fator diferenciador deste cenário, cuja entrada de imigrantes permitiria, quiçá, a longo prazo, uma atenuação do ritmo da diminuição populacional do concelho e, particularmente, da freguesia de Reguengos de Monsaraz, uma vez que é a freguesia mais atrativa do concelho.

Quadro 8.22 | Cenário de Atração Constante para o concelho de Reguengos de Monsaraz e respetivas freguesias

Períodos da Projeção Demográfica	Campo e Campinho	Corval	Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Total
2011-2015	1396	1389	782	7261	10828
2016-2020	1358	1355	773	7415	10901
2021-2025	1316	1306	758	7482	10862
2026-2030	1247	1268	738	7522	10775
2031-2035	1200	1246	704	7565	10714
2036-2040	1185	1235	691	7614	10726

Com efeito, num Cenário de Atração Constante, a população residente passaria dos “atuais” 10828 para 10726 indivíduos, isto é, menos 102 residentes, no final do período prospetivo.

A concretizar-se, este cenário poderia contribuir, igualmente, para a manutenção da população jovem, bem como, da população em idade ativa (Quadro 8.23).

Quadro 8.23 | Projeções Demográficas (Cenário de Atração Constante)⁴⁷ para o concelho de Reguengos de Monsaraz por grupo etário e sexos reunidos

⁴⁷ Devido ao arredondamento dos decimais considerados nos cálculos, os totais por sexos e grupos etários nem sempre correspondem aos somatórios das respetivas parcelas. Esta situação poderá verificar-se nas várias fases do exercício.

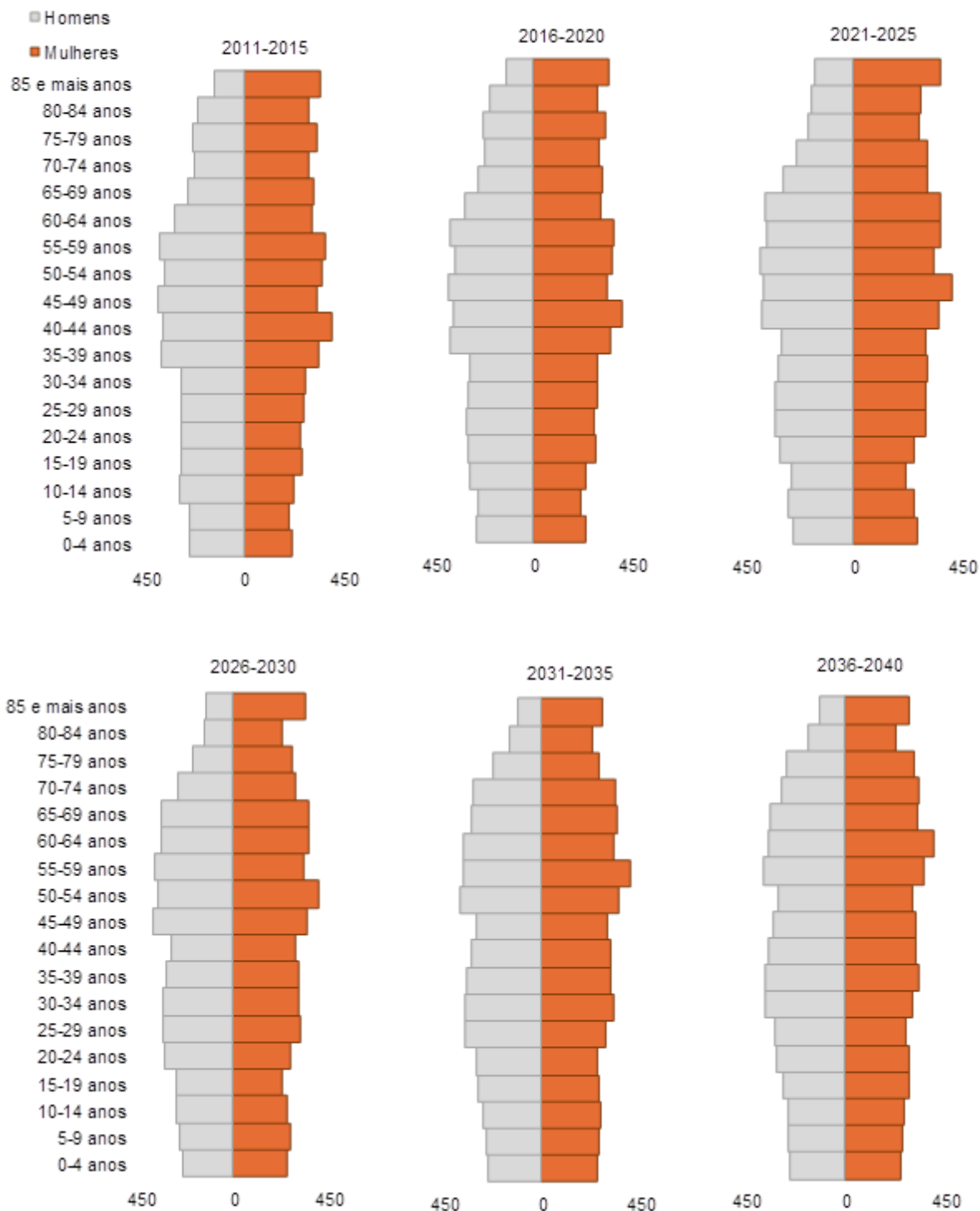


Idades	2011-2015	2016-2020	2021-2025	2026-2030	2031-2035	2036-2040
Menos de 1 ano	100	104	100	99	100	99
1 - 4 anos	356	404	419	405	402	402
5-9 anos	528	472	524	535	520	517
10-14 anos	558	535	480	531	542	527
15-19 anos	545	584	562	508	558	568
20-24 anos	564	589	628	606	553	602
25-29 anos	565	602	627	665	644	592
30-34 anos	729	588	625	650	687	666
35-39 anos	782	738	600	636	660	697
40-44 anos	732	784	741	604	640	664
45-49 anos	735	731	783	740	605	641
50-54 anos	768	730	726	777	735	602
55-59 anos	648	761	723	719	770	728
60-64 anos	604	630	738	702	698	748
65-69 anos	559	577	600	703	670	664
70-74 anos	637	523	540	560	656	625
75-79 anos	629	565	464	479	495	579
80-84 anos	451	505	455	374	386	397
85 e mais anos	338	478	525	480	395	407
Total	10828	10901	10862	10775	10714	10726

As pirâmides etárias, para este cenário, permitem verificar que ambos os géneros – Homens e Mulheres – passam por uma evolução significativa de quantitativos, que ultrapassam os 350 indivíduos, por grupo etário. À semelhança dos cenários considerados anteriormente, no Cenário de Atração Constante, o grupo etário das mulheres [60-64 anos] corresponde ao grupo com maior peso na estrutura, no quinquénio 2036-2040, com 405 efetivos.

Deste modo, a conjugação de um Saldo Migratório positivo e de uma fecundidade mais elevada, ainda que associados a uma esperança média de vida mais alargada, não são suficientes para reverter o paradigma da desaceleração demográfica, que assola o concelho.

Gráfico 8.12 | Pirâmides Etárias para o Concelho de Reguengos de Monsaraz | Cenário de Atração Constante



Para a representação dos quatro cenários recorreu-se ainda aos diagramas de *Lexis* (ANEXO I), um dos instrumentos mais importantes de análise demográfica, adaptado às necessidades de representação do Método das Componentes por *Coortes* (RODRIGUES, 2012). Este diagrama é muito útil, uma vez permite repartir os acontecimentos demográficos por anos de observação



(quinquénios) e por gerações, pelo que pode ser analisado de duas formas – através do Método Transversal ou do Método Longitudinal – respetivamente.

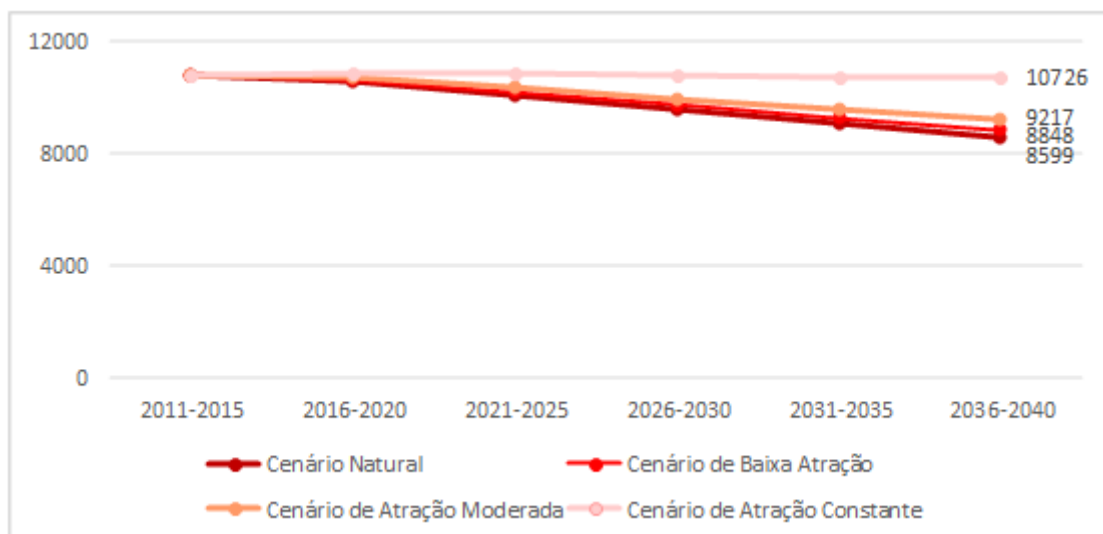
Trata-se de um quadrante cartesiano, onde o eixo do X representa os anos civis e o eixo do Y as idades dos indivíduos e no qual as linhas verticais marcam, concomitantemente, o início e o fim do ano civil. Deste modo, a análise longitudinal segue uma *coorte* ao longo da sua vida, ao passo que a análise transversal é uma análise do momento, ou seja, que observa várias coortes durante o mesmo ano. Nos diagramas de *Lexis* registam-se os acontecimentos ocorridos durante os períodos quinquenais, segmentados em grupos etários. Com este procedimento pretende-se reconstituir a linha (oblíqua) de vida de uma geração, percorrendo o eixo horizontal do tempo e o eixo vertical da idade.

A construção do diagrama de *Lexis* por sexos separados, que seguidamente se apresenta, baseou-se nas hipóteses de Mortalidade e Fecundidade anteriormente apresentadas, bem como, nos Movimentos Migratórios estimados. Neste sentido, quando comparados os quatro cenários constata-se que a única diferença entre o Cenário Natural e os Cenários de Atração são, precisamente, os Movimentos Migratórios que neste são tidos em conta e que no primeiro foram ignorados. Deste modo, a análise longitudinal do Cenário Natural sugere, ininterruptamente, a perda de efetivos populacionais por efeito da mortalidade, enquanto os Cenários de atração indicam, para além dos sobreviventes, os acréscimos populacionais, por efeito dos movimentos migratórios.

8.7. SÍNTESE

O Gráfico 8.8 apresenta um resumo da projeção demográfica e dos quatro cenários Considerados, um natural: **Cenário Natural** e três migratórios: **Cenário de Baixa Atração**, **Cenário de Atração Moderada**, e **Cenário de Atração Constante**.

Gráfico 8.13 | Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2020-2040, para o concelho de Reguengos de Monsaraz



O Cenário Natural representa o “comportamento” da população, caso fossem criadas condições para anular os movimentos migratórios baseando-se numa população “estática” e, por isso, “não-real”. Trata-se, portanto, de um cenário inverosímil.

No âmbito da presente projeção, os três cenários de atração apresentados surgem como “reais”, uma vez que consideram todas as componentes do crescimento populacional, quer sejam naturais (nascimentos e óbitos) ou migratórias (emigração, imigração e migrações internas).

O Cenário de Baixa Atração representa um decréscimo demográfico, que se traduz numa perda de 18% do efetivo populacional, face à “situação atual”.

O Cenário de Atração Moderada sugere, igualmente, uma diminuição da população – desta feita de 15%, tornando-se evidente a fraca repercussão do Saldo Migratório positivo, face à existência de um crescimento natural negativo. Não obstante, “*as migrações são no presente o principal fator a influenciar a variação da população dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados*” (CARRILHO, 2002:302), não sendo o município de Reguengos de Monsaraz uma exceção.

Considerando as estimativas demográficas para o concelho, entre 1991 e 2017, podemos observar que é o Cenário de Atração Moderada que mais se aproxima das tendências identificadas no município de Reguengos de Monsaraz que, desde o ano de 1994, tem vindo, ininterruptamente, a perder efetivos demográficos.

Neste sentido, o Cenário de Atração Constante – ainda que aponte para uma evolução negativa, em que perde apenas 1% dos efetivos demográficos – surge como um cenário de caráter “otimista”, que pressupõe a recuperação das Taxas de Fecundidade, na ordem dos 40‰, bem como, um Saldo Migratório expansivo, consubstanciado nos efeitos expetáveis induzidos pelos projetos previstos para o município até 2040, nomeadamente, o desenvolvimento turístico, assim como, o desenvolvimento das atividades relacionadas com a vitivinicultura.

Em jeito de resenha, as projeções demográficas para o concelho de Reguengos de Monsaraz sugerem algumas tendências transversais que importa considerar, nomeadamente, a manifesta acentuação do envelhecimento da população residente, bem como, a diminuição do peso relativo dos jovens face ao decréscimo das taxas de fecundidade. Através da análise comparada dos indicadores demográficos, para o período prospetivo, verifica-se uma evolução preocupante a este nível, mesmo nos cenários de atração migratória, cuja entrada de efetivos populacionais se revela incipiente para a sustentação das classes mais baixas da estrutura demográfica. Importa referir que a freguesia de Reguengos de Monsaraz sugere a maior perda de população em todos os cenários, excetuando no Cenário de Atração Constante, que se apresenta como a única freguesia do município com um ganho de efetivos demográficos (+ 353 quantitativos no final da projeção).



Quadro 8.24 | Síntese da Projeção Demográfica para o horizonte 2020-2040, por freguesia

Cenários	Freguesias	Anos da projeção demográfica					
		2011-2015 ⁴⁸	2016-2020	2021-2025	2026-2030	2031-2035	2036-2040
Cenário Natural	Campo e Campinho	1396	1318	1224	1103	1000	926
	Corval	1389	1314	1214	1122	1042	973
	Monsaraz	782	750	706	656	591	546
	Reguengos de Monsaraz	7261	7198	6974	6713	6438	6154
Cenário de Baixa Atração	Campo e Campinho	1396	1323	1236	1121	1024	957
	Corval	1389	1320	1226	1141	1067	1004
	Monsaraz	782	754	713	666	605	564
	Reguengos de Monsaraz	7261	7228	7036	6811	6570	6322
Cenário de Atração Moderada	Campo e Campinho	1396	1333	1255	1150	1064	1008
	Corval	1389	1328	1243	1166	1102	1049
	Monsaraz	782	758	722	681	625	590
	Reguengos de Monsaraz	7261	7273	7129	6953	6765	6571
Cenário de Atração Constante	Campo e Campinho	1396	1358	1316	1247	1200	1185
	Corval	1389	1355	1306	1268	1246	1235
	Monsaraz	782	773	758	738	704	691
	Reguengos de Monsaraz	7261	7415	7482	7522	7565	7614

Perante estas hipóteses de evolução sugere-se a adoção de medidas de apoio à população idosa e o redimensionamento das estruturas de interação e assistência das faixas etárias mais elevadas, especialmente acima dos 65 anos.

O envelhecimento da população coloca inúmeros desafios à sociedade em geral e às autarquias em particular, nomeadamente, a adequação dos serviços e infraestruturas, a minimização da exclusão e isolamento social dos idosos e a necessidade de dignificação do envelhecimento. Neste sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias, através das quais, o envelhecimento deixe de ser considerado um afastamento da vida social, fomentando a reintegração da pessoa idosa numa experiência participativa no seu meio de vida e integrando-a num ambiente facilitador onde existam modalidades e programas que propiciem o envelhecimento ativa.

⁴⁸ Como referido anteriormente, os valores de “2011-2015” dos diferentes quadros-resumo dos cenários referem-se sempre à população residente em 2011. Não obstante optou-se por manter esse quinquénio como referência base para que o leitor compreenda que se trata sempre de uma análise evolutiva quinquenal.

9. QUADRO SOCIAL

9.1. NOTA METODOLÓGICA

A análise do quadro social no concelho toma em consideração não só as taxas de atividade e de desemprego, mas também a distribuição da população ativa por sectores de atividade e a análise do poder de compra, sendo precedida da análise do nível educacional da população.

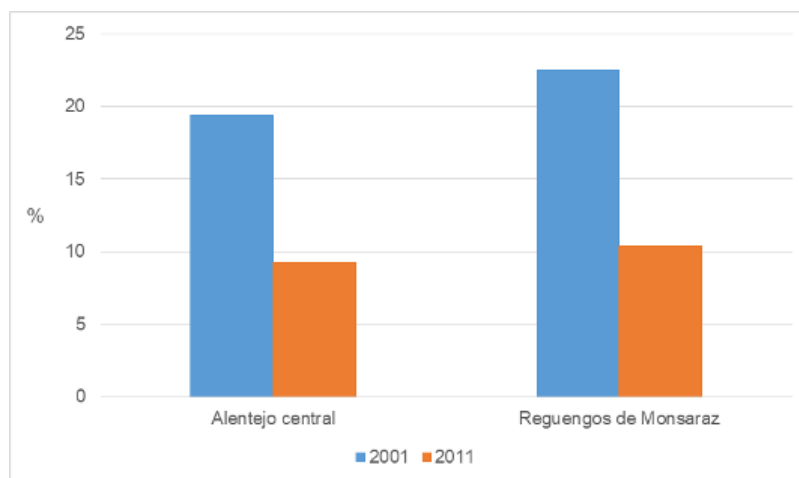
A análise será elaborada com base na informação disponibilizada pelo INE, nomeadamente os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação e os Anuários Estatísticos Regionais.

9.2. NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

O emprego e a estrutura económica de um dado território encontram-se de certa forma condicionados pelo nível educacional da população.

No período intercensitário 2001-2011, a taxa de analfabetismo diminuiu cerca de 50% tanto a nível sub-regional como a nível concelhio, tendo em conta que a sub-região do Alentejo Central reduziu dos 19,4% para 9,2% e o concelho de Reguengos de Monsaraz, reduziu a sua taxa de 22,5% para 10,4%.

Gráfico 9.1 | Taxa de analfabetismo, 2001 e 2011

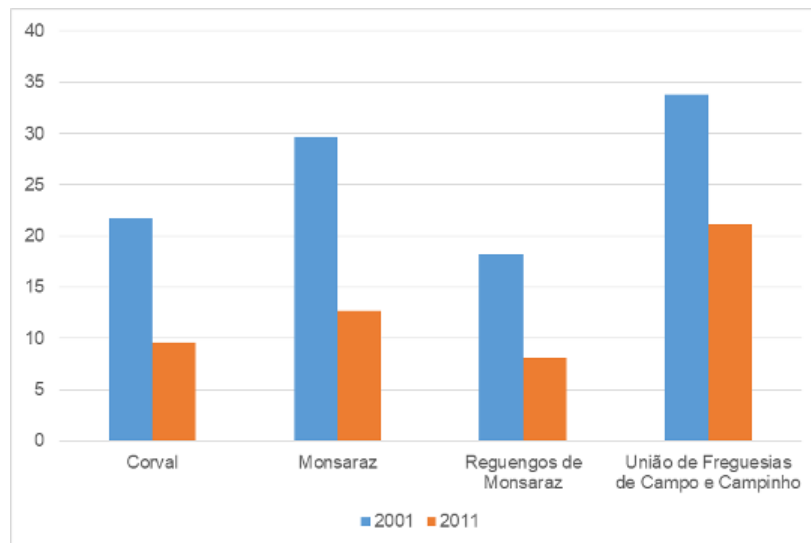


Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

Analisando a taxa de analfabetismo por cada freguesia do concelho em estudo, verifica-se que todas, à exceção das freguesias de Reguengos de Monsaraz e do Corval apresentavam taxas superiores à média concelhia em 2001, e que, apesar da redução observada, no ano de 2011, as mesmas freguesias permaneciam com valores bastante superiores à mesma média. De referir a União de Freguesias de Campo e Campinho e Monsaraz que apresenta taxas de analfabetismo de 21,5% e 12,7%, respetivamente, superiores à media concelhia de 10,4%.



Gráfico 9.2 | Taxa de analfabetismo por freguesia, 2001 e 2011

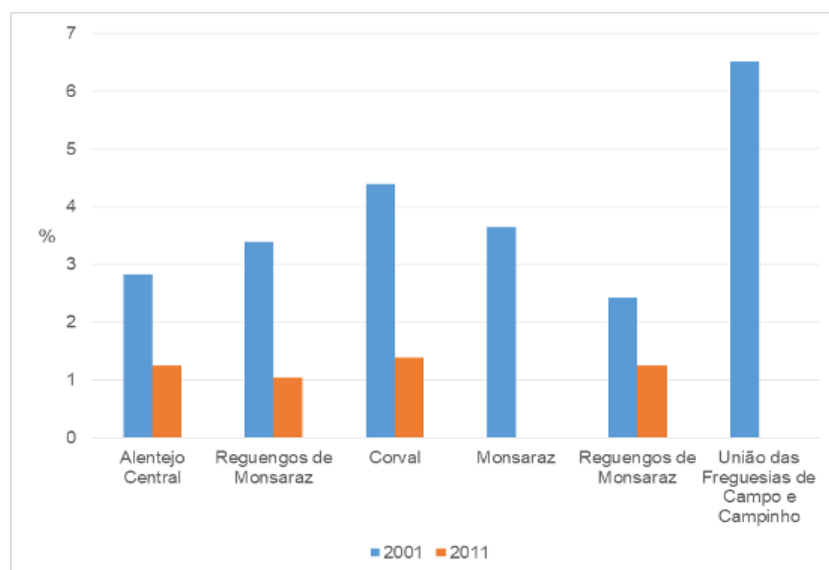


Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

A resistência dos níveis de analfabetismo acompanha, essencialmente, o peso da população idosa, apresentando uma tendência decrescente, associada, por sua vez, à redução da taxa de abandono escolar. O concelho de Reguengos de Monsaraz exhibe, entre 2001 e 2011, uma redução da taxa de abandono escolar, na ordem dos 2 pontos percentuais, ligeiramente superior à redução observada na sub-região, que se situa na casa do 1 ponto percentual.

O abandono escolar precoce reduziu de forma acentuada em todas as freguesias, com quebras superiores a 50% em todas, vindo alcançar os 0% de abandono precoce na freguesia de Monsaraz e na União de Freguesias de Campo e Campinho (esta última apresentava em 2001 o valor mais elevado, com 6,5% da população a abandonar a escola precocemente).

Gráfico 9.3 | Taxa de abandono escolar, 2001 e 2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

A população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta um nível de qualificação académica assente principalmente no 1.º ciclo do ensino básico (34,1%), sendo que o segundo grupo mais representado é aquele que possui o ensino secundário concluído (15,4%), ainda que esteja acompanhado de perto pela população que possui o 3º ciclo do ensino básico (14,6%) e que não tem qualquer tipo de formação (14,4%).

Estes valores são similares àqueles apresentados pela sub-região do Alentejo Central, sendo que, diferindo os valores, sempre por décimas percentuais, se mantêm a mesma escala de importância relativa.

As diferenças intra-concelhias são mais relevantes, essencialmente nos pólos, ou seja, na população que não possui qualquer formação e naquela que tem ensino superior completo, sendo o epíteto desta comparação as freguesias de Reguengos de Monsaraz, com maior percentagem de população com o ensino superior completo (12,8%) e menor quantidade de população sem formação (13,4%) e a União de Freguesias de Campo e Campinho com valores opostos (2,8% e 20,8%, respetivamente).

Quadro 9.1 | Nível de qualificação académica da população residente, 2011

			Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior	Total*
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
				Indivíduos						
Freguesias	Corval	hab.	186	593	170	165	158	7	110	1 389
		%	13,4	42,7	12,2	11,9	11,4	0,5	7,9	100
	Monsaraz	hab.	119	322	79	112	90	4	56	782
		%	15,2	41,2	10,1	14,3	11,5	0,5	7,2	100
	Reguengos de Monsaraz	hab.	970	2229	686	1119	1272	55	930	7 261
		%	13,4	30,7	9,4	15,4	17,5	0,8	12,8	100
	União de Freguesias de Campo e Campinho	hab.	286	535	179	182	141	10	39	1 372
		%	20,8	39,0	13,0	13,3	10,3	0,7	2,8	100
Concelho de Reguengos de Monsaraz		hab.	1 561	3 679	1 114	1 578	1 661	76	1 135	10 804
		%	14,4	34,1	10,3	14,6	15,4	0,7	10,5	100
Alentejo Central			23 331	51 376	16 080	25 102	27 732	1 231	21 970	166 822
			14,0	30,8	9,6	15,0	16,6	0,7	13,2	100

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2011.

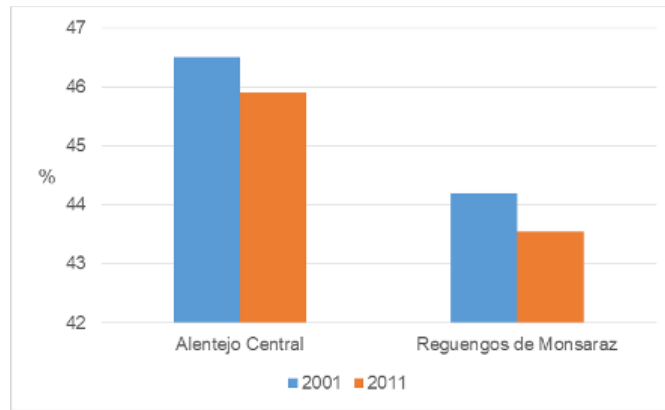
9.3. POPULAÇÃO ATIVA E EMPREGO

O concelho de Reguengos de Monsaraz dispunha, em 2001, de uma força de trabalho constituída por aproximadamente 4 900 ativos, correspondendo a uma taxa de atividade de 44,2% do total da população. Não obstante e comparando com valores de 2011, observa-se que este valor diminuiu para 43,6% (4 716 pessoas). Esta diminuição da população ativa é não só uma consequência do envelhecimento da população, como da diminuição da população total e da crise económica que se



fez sentir a partir de 2008, mas especialmente após 2010/11. O concelho seguiu a mesma tendência sub-regional.

Gráfico 9.4 | Taxa de atividade, 2001 e 2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011

Simultaneamente, a taxa de desemprego do concelho de Reguengos de Monsaraz mantinha-se, em 2011, mais elevada (13,3%) que a média regional (11,2%), afetando 629 indivíduos, igualmente divididos por género.

Quadro 9.2 | População desempregada e taxa de desemprego, 2001 e 2011

Indicadores de desemprego		Concelho de Reguengos de Monsaraz	Alentejo Central
População desempregada - 2011	HM (N.º)	629	8571
	H (%)	50,1	48,6
	M (%)	49,9	51,4
Taxa de desemprego (%)	2001	7,1	6,2
	2011	13,3	11,2

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

Ainda no domínio do desemprego, cabe realçar o diferencial da taxa de desemprego presente a nível intra-concelhio, sendo que apenas na freguesia de Reguengos de Monsaraz (12,2%) era ainda inferior à média concelhia, de 13,3%. As restantes freguesias concelhias apresentavam taxas de desemprego bastante superiores à média, valendo a pena mencionar a freguesia de Monsaraz, com a taxa mais elevada (17,6%). Ainda que apresentasse a taxa de desemprego mais reduzida, a freguesia de Reguengos de Monsaraz possuía 65% dos desempregados do concelho, demonstrando, assim, o seu cariz eminentemente urbano, comparativamente às suas congéneres.

Quadro 9.3 | Taxas de atividade e desemprego por freguesia do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011

Freguesias	População Ativa	Taxa de atividade	População desempregada	Taxa de desemprego
Corval	549	39,5	84	15,3
Monsaraz	296	37,9	52	17,6
Reguengos de Monsaraz	3 341	46	408	12,2
União de Freguesias de Campo e Campinho	530	38	85	16,3
Total	4 716	43,6	629	13,3

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2011

Tendo em conta o carácter evolutivo do desemprego bem como a antiguidade do ano de 2011, foram consultadas as estatísticas mensais do emprego publicadas pelo IEFP, relativas ao final do mês de janeiro entre os anos de 2004 e 2021. Esses dados estão representados no Quadro seguinte. Da análise do quadro verifica-se que até ao ano de 2014 se verificou um acréscimo generalizado no número de desempregados registados, sendo que a partir deste ano esse valor começou a diminuir, atingindo os valores mais baixos registados desde 2004, todavia denota-se desde já um ligeiro aumento do número de desempregados em janeiro de 2021, certamente associados às consequências da pandemia da COVID19.

Quadro 9.4 | Desemprego Registado por Concelho segundo o Género, no final de janeiro de cada ano entre 2004 e 2021

Anos	N.º de desempregados		
	Homens	Mulheres	Total
2021	185	256	441
2020	158	224	382
2019	175	218	393
2018	210	264	474
2017	247	289	536
2016	311	326	637
2015	281	317	598
2014	405	377	782
2013	360	369	729
2012	299	311	610
2011	286	286	572
2010	342	369	711
2009	254	291	545
2008	154	276	430
2007	202	264	466
2006	203	320	523
2005	227	258	485
2004	213	271	484

Fonte: IEFP. Estatísticas mensais por concelho, in <https://www.iefp.pt/estatisticas>



9.4. ESTRUTURA DO EMPREGO

Em 2011, o concelho de Reguengos de Monsaraz contava com 4 087 ativos empregados, em 4 716 ativos, comparativamente aos 4 676 que possuía em 2001. Esta redução da população ativa empregada é essencialmente derivada da redução da população, tendo em conta que os setores primário e secundário perderam trabalhadores, ganhos pelo setor terciário.

Ainda assim o peso do sector primário mantém-se acima da média sub-regional, representando 14% da população concelhia.

Por seu turno, os setores secundário e terciário representam, respetivamente, 11,9% e 74,1% do emprego da população concelhia em 2011. Assiste-se, no período intercensitário, a uma redução da população empregada no sector primário e secundário e a um crescimento do emprego terciário, na ordem dos 20%, acompanhando a tendência nacional e sub-regional de terciarização da economia.

Assim, verifica-se que a representatividade do emprego terciário a nível concelhio é bastante próxima ao peso do sector a nível sub-regional (74,1% face a 76,0%).

Quadro 9.5 | População empregada por sector de atividade, 2001 e 2011

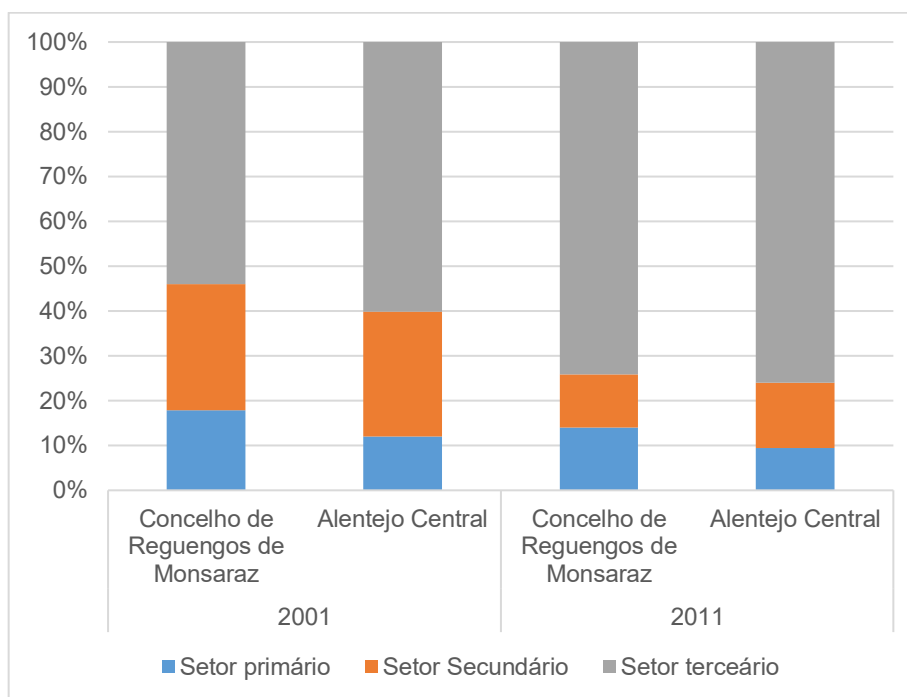
		População Empregada						Total
		Sector Primário (CAE 0)		Sector Secundário (CAE 1-4)		Sector Terciário (CAE 5-9)		
		Ind.	%	Ind.	%	Ind.	%	
2001								
Freguesias	Corval	137	22,2	219	35,6	260	42,2	616
	Monsaraz	62	17,5	112	31,5	181	51,0	355
	Reguengos de Monsaraz	366	12,2	793	26,4	1843	61,4	3002
	União de Freguesias de Campo e Campinho	272	38,7	192	27,3	239	34,0	703
Concelho de Reguengos de Monsaraz		837	17,9	1316	28,1	2523	54,0	4676
Alentejo Central		9 104	12	21 128	27,9	45 491	60,1	75 723
2011								
Freguesias	Corval	72	15,5	88	18,9	305	65,6	465
	Monsaraz	36	14,8	30	12,3	178	73,0	244
	Reguengos de Monsaraz	322	11,0	323	11,0	2288	78,0	2933
	União de Freguesias de Campo e Campinho	141	31,7	47	10,6	257	57,8	445
Concelho de Reguengos de Monsaraz		571	14,0	488	11,9	3028	74,1	4087
Alentejo Central		6451	9,5	9861	14,5	51684	76,0	67996

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

Analisando a nível intra-concelhio, em 2011, todas as freguesias apresentam predominância do emprego terciário, ainda que seja a União de Freguesias de Campo e Campinho, aquela que menos população tem a trabalhar neste setor (57,8%) e que tem maior predominância do setor primário (31,7%). Nas restantes freguesias assiste-se a um predomínio claro do sector terciário, seguido do sector secundário.

No período entre 2001 e 2011, como visto acima, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresentou alterações significativas na sua estrutura produtiva, aumentando a população empregada no setor terciário dos 54% para os 74% (3/4 do total) e reduzindo a população empregada nos restantes setores. Na evolução da estrutura económica do concelho de facto transparece a evolução verificada na sub-região do Alentejo Central, que apresenta neste mesmo período um aumento na ordem dos 16% da população empregada no sector terciário, com o consequente decréscimo dos sectores primário e secundário (Gráfico 9.5).

Gráfico 9.5 | População empregada por sector de atividade, 2001 e 2011



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

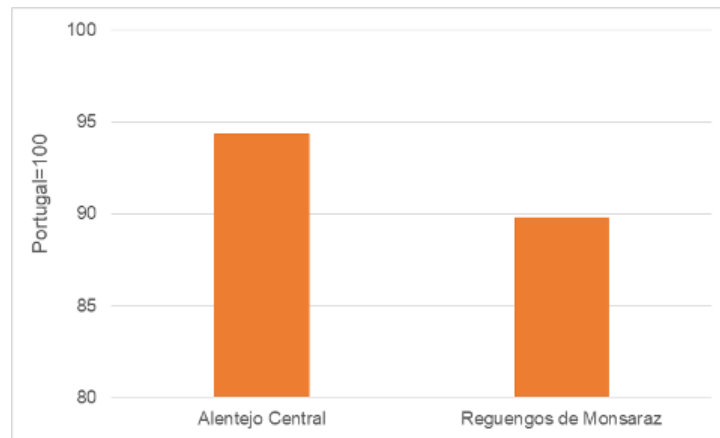
9.5. PODER DE COMPRA

Como referência à qualidade de vida da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, optou-se pela aferição do poder de compra *per capita*, indicador frequentemente utilizado neste âmbito.

Em 2017, valor mais recente, o índice do poder de compra no concelho corresponde a 89,4, situando-se, como representado no Gráfico 8.6, abaixo do poder de compra sub-regional (94,4), por sua vez já inferior à média nacional (definida numa base=100).



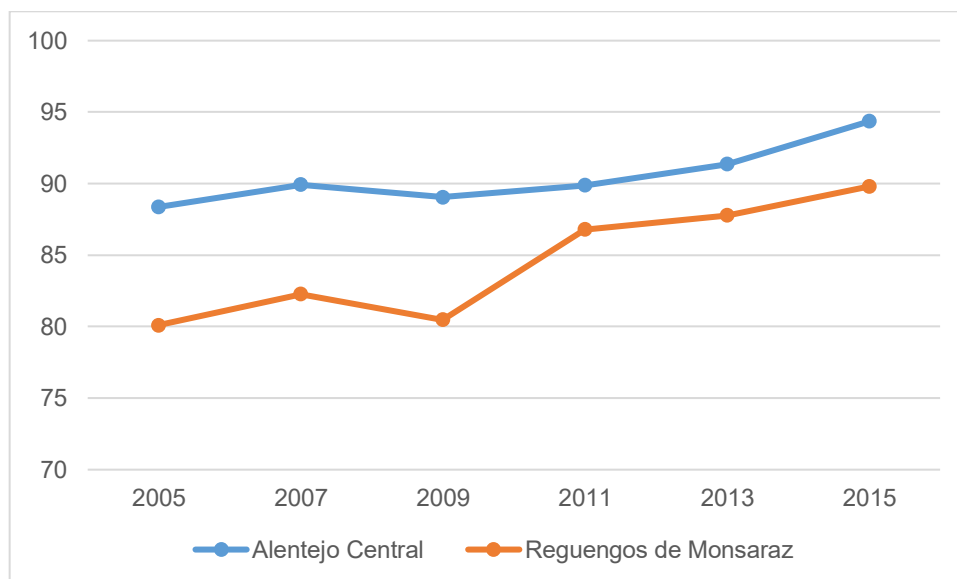
Gráfico 9.6 | Poder de Compra per Capita, 2015



Fonte: INE – Estudo sobre o poder de compra concelhio 2017. INE

O poder de compra no concelho de Reguengos de Monsaraz encontra-se, como referido acima, abaixo do poder de compra da sub-região do Alentejo Central, contudo verifica-se que tem apresentado uma evolução semelhante a esta pelo menos desde o ano de 2005, ainda que tenha apresentado uma quebra maior em 2009, ano de recessão económica (Gráfico 9.7).

Gráfico 9.7 | Evolução do poder de comprar per capita entre 2005 e 2015



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2005 a 2015

9.6. SÍNTESE

- Melhoria do nível educacional da população, representada pela redução da taxa de analfabetismo, da taxa de abandono escolar e ao nível da escolaridade obtida. Em 2011, cerca de 10% da população residente no concelho já tinha ensino superior.

- Assiste-se a uma diminuição da população ativa, resultado do envelhecimento e perda da população.
- A par da tendência nacional e regional, há uma afirmação do predomínio do setor terciário, mas é ainda importante o emprego no primário, em particular na União de Freguesias de Campo e Campinho.
- Aumento do poder de compra concelhio, mantendo-se ainda inferior à média do Alentejo Central, em 2017.



10. ATIVIDADES ECONÓMICAS

10.1. NOTA METODOLÓGICA

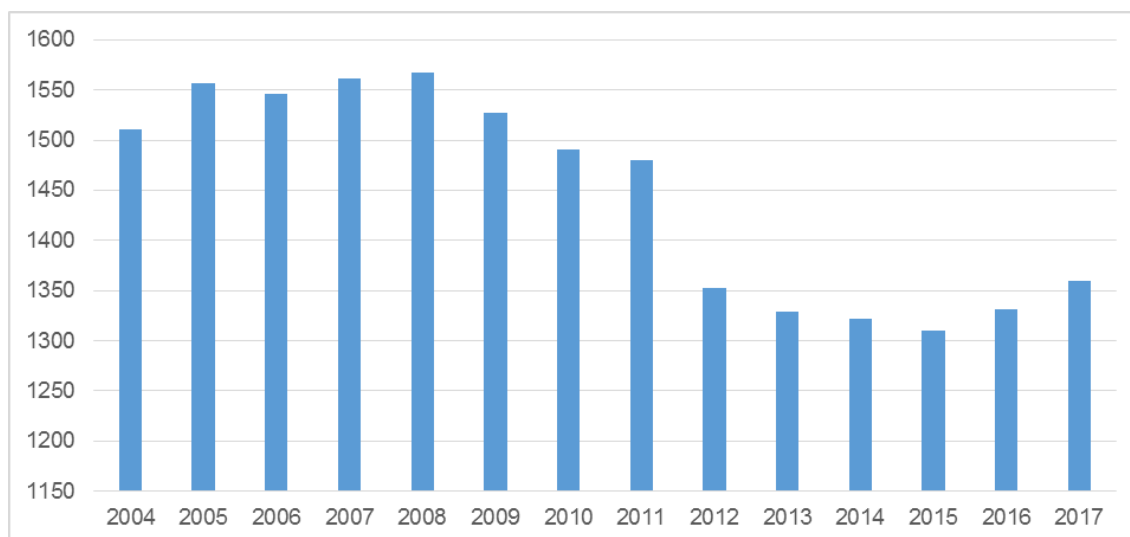
A análise das atividades económicas parte da apresentação da estrutura empresarial por atividades económicas (de acordo com a tipologia da CAE), com base nos Anuários Estatísticos do INE, procedendo-se depois à caracterização dos principais setores económicos, com base nos dados disponibilizados pelo INE (Anuários Estatísticos, Retratos Territoriais, Recenseamento Geral da Agricultura, etc.) e noutras estatísticas e estudos com incidência no concelho e sub-região.

Neste âmbito será dada especial atenção às atividades económicas atuais e potenciais no concelho de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente a agricultura vitivinícola, a olaria e o turismo.

10.2. ESTRUTURA EMPRESARIAL

Em 2017, encontram-se sedeadas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 1360 empresas, representando 6,9% das empresas sedeadas no Alentejo Central. Entre 2004 e 2008, o concelho exibe um ligeiro crescimento, não obstante a quebra registada em 2006. Contudo, a partir de 2008 até 2015, o concelho de Reguengos de Monsaraz regista uma perda contínua do número de empresas, vindo a registar um mínimo de 1310 empresas. Nos anos mais recentes, volta a registar-se uma tendência de crescimento.

Gráfico 10.1 | Evolução do número de empresas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2004-2017



Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas.

O ano de 2015 corresponde também à mais reduzida taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Reguengos de Monsaraz, entre 2010 e 2017. Nesse ano, a taxa de sobrevivência das empresas no concelho é mesmo inferior ao comportamento sub-regional, mas no ano seguinte é já maior e é a mais alta do período analisado.

Quadro 10.1 | Taxa de sobrevivência das empresas, 2011

	Alentejo Central	Reguengos de Monsaraz
2010	50,99	56,91
2011	50,67	57,05
2012	48,62	54,48
2013	47,24	51,83
2014	51,87	50,82
2015	55,72	48,70
2016	54,98	57,42
2017	55,94	53,85

Fonte: INE – Demografia das empresas.

Porém, a estrutura económica concelhia apresenta-se semelhante à estrutura sub-regional, com o predomínio dos sectores da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e do comércio por grosso e a retalho, sendo porém no concelho de Reguengos de Monsaraz, o peso mais acentuado no primeiro setor e menos acentuado no segundo, comparativamente ao Alentejo Central.

Ainda acima dos 10% assinala-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, o setor do alojamento e restauração (I), que tem um peso relevante também na sub-região. A indústria transformadora representa apenas cerca de 6% das empresas sedeadas no concelho, rondando essa importância os 5% na sub-região.



Quadro 10.2 | Estrutura empresarial, 2017

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Empresas			
	Alentejo Central		Reguengos de Monsaraz	
	N.º	%	N.º	%
Total	19686		1360	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4485	22,78	441	32,43
Indústrias extrativas	52	0,26	0	0,00
Indústrias transformadoras	1010	5,13	84	6,18
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	58	0,29	5	0,37
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	20	0,10	0	0,00
Construção	1026	5,21	67	4,93
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3350	17,02	198	14,56
Transportes e armazenagem	309	1,57	16	1,18
Alojamento, restauração e similares	1777	9,03	140	10,29
Atividades de informação e de comunicação	201	1,02	9	0,66
Atividades imobiliárias	349	1,77	18	1,32
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1452	7,38	67	4,93
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2199	11,17	101	7,43
Educação	753	3,83	57	4,19
Atividades de saúde humana e apoio social	1308	6,64	69	5,07
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	520	2,64	41	3,01
Outras atividades de serviços	817	4,15	47	3,46

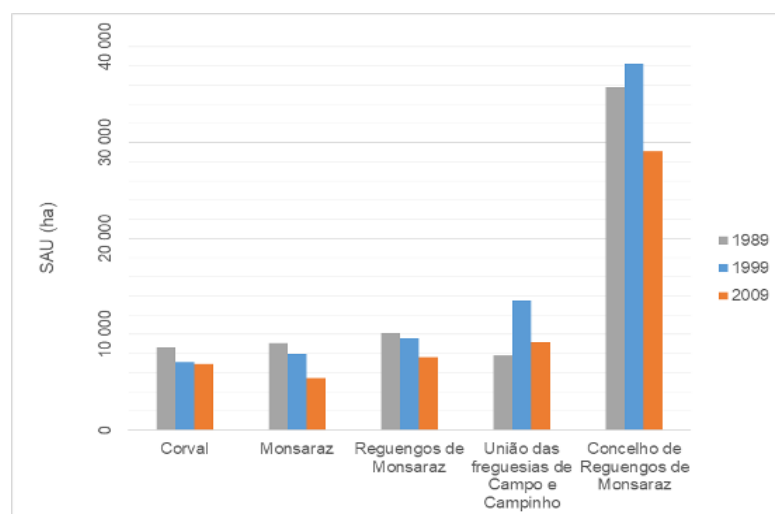
Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região do Alentejo, 2018

10.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

A atividade agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta uma importância significativa, sendo que em 2009, ano mais recente disponibilizado pelo INE para o Recenseamento Agrícola, cerca de 63% (29 073 ha em 46 399 ha totais) do território constitui superfície agrícola utilizada (SAU). Ainda assim, e como se verificou acima, o peso no emprego do concelho e na estrutura produtiva do mesmo é reduzido.

A SAU do concelho, em 2009, representa apenas cerca de 5,3% da SAU existente na sub-região do Alentejo Central. Verifica-se um aumento da importância da agricultura no total concelhio entre 1989 e 1999, ainda que na década seguinte, até 2009, se tenha perdido esse ganho e se tenha mais que duplicado a perda relativa (Gráfico 10.2). Ao nível da freguesia, todas apresentam perdas consecutivas entre 1989 e 2009, sem qualquer ganho, à exceção da União de Freguesias de Campo e Campinho que apresentou, à semelhança do total do concelho, um aumento na sua SAU entre 1989 e 1999, comprovando que o aumento concelhio se deveu a esta única freguesia, a mais rural.

Gráfico 10.2 | Superfície agrícola utilizada no concelho de Reguengos de Monsaraz



Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura 1989, 1999 e 2009.

Comparativamente à sub-região do Alentejo Central, o concelho de Reguengos de Monsaraz é contrário às tendências regionais, apresentando uma diminuição da SAU, apesar de ambos perderem explorações.

A atividade agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz (Quadro 10.3) caracteriza-se por ser dirigida por produtores singulares, ou seja, por membros de famílias que praticam agricultura tradicional, de subsistência. Tal modalidade é responsável por 94,7% das explorações agrícolas e 60% da SAU do concelho, traduzindo-se portanto, em pequenas explorações agrícolas, num todo.

As sociedades agrícolas são responsáveis por 5,3% das explorações e 40% da SAU do concelho, o que, comparando com o produtor singular, significa que as propriedades são de dimensões muito mais relevantes.

Estas bases são semelhantes às da sub-região do Alentejo Central que apresenta as mesmas variações de representatividade, apesar de aumentar a sua área de SAU.



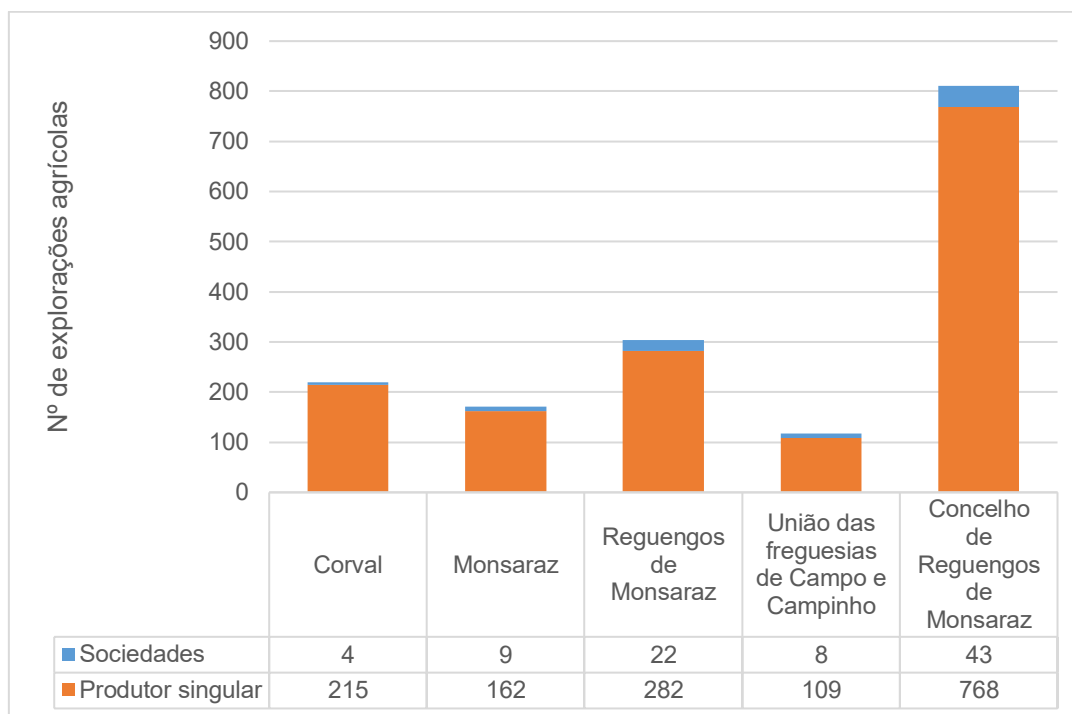
Quadro 10.3 | Natureza jurídica dos produtores agrícolas no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009

Natureza Jurídica do Produtor		Concelho de Reguengos de Monsaraz			Alentejo Central		
		2009	%	Variação 1999-2009	2009	%	Variação 1999-2009
Produtor Singular	Explorações (N.º)	768	94,7	-20,5	7 482	89,9	-13,3
	SAU (ha)	17 442	60	-40,6	291 056	50,6	-20,8
Sociedades	Explorações (N.º)	43	5,3	10,3	807	9,69	68,1
	SAU (ha)	11 632	40	48,7	270 362	47	47,5
Baldios	Explorações (N.º)	-	-	-	-	-	-
	SAU (ha)	-	-	-	-	-	-
Outras formas*	Explorações (N.º)	-	-	-	35	0,42	-20,5
	SAU (ha)	-	-	-	14 158	2,46	-6,2
Total	Explorações (N.º)	811	100	-19,5	8 324	100	-9,1
	SAU (ha)	29 074	100	-23,8	575 576	100	1,7

Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 e 2009.

Como referido anteriormente a atividade agrícola existente no concelho de Reguengos de Monsaraz caracteriza-se pelas explorações agrícolas familiares, representadas por um produtor singular, na ordem dos 94,7%. O Gráfico 10.3 demonstra que esta característica é transversal à totalidade das freguesias do concelho, não havendo grande disparidade entre elas, ainda que seja a freguesia de Reguengos de Monsaraz que mais sociedades existem.

Gráfico 10.3 | Natureza jurídica das explorações agrícolas presentes nas freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz, 2009

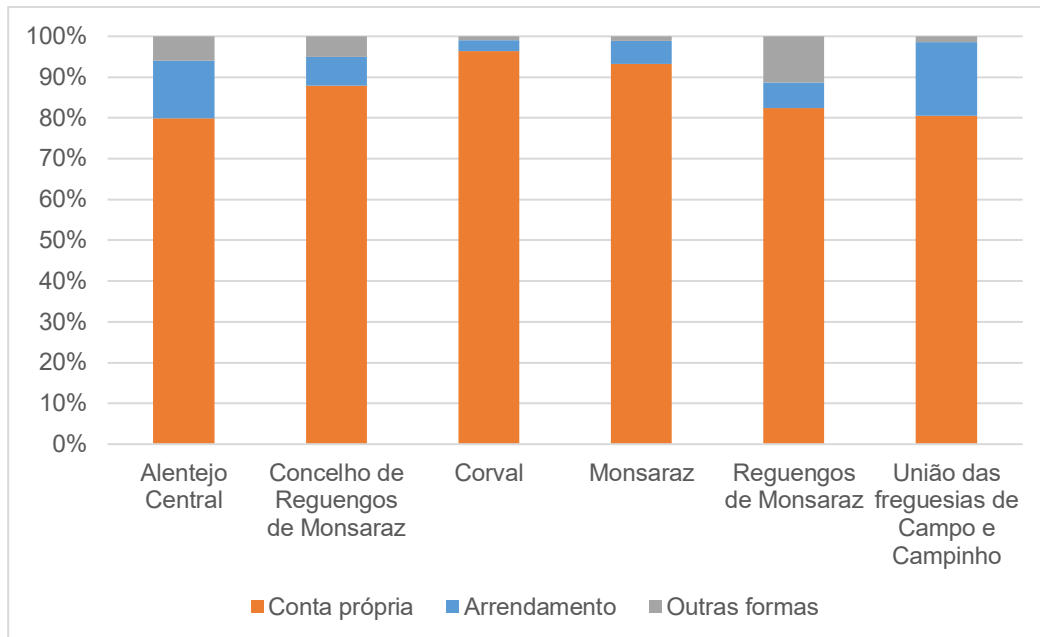


Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 e 2009.

A exploração agrícola no concelho, à semelhança do que sucede na maioria da sub-região do Alentejo Central, é efetuada através de conta própria (87% face a 80%). A freguesia de Corval apresenta a maior percentagem de explorações agrícolas em conta própria (96,4%), derivado principalmente da sua natureza familiar. É, no entanto, a União de Freguesias de Campo e Campinho a que mais arrenda, à semelhança do que ocorre na sub-região.



Gráfico 10.4 | Formas de exploração agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2009



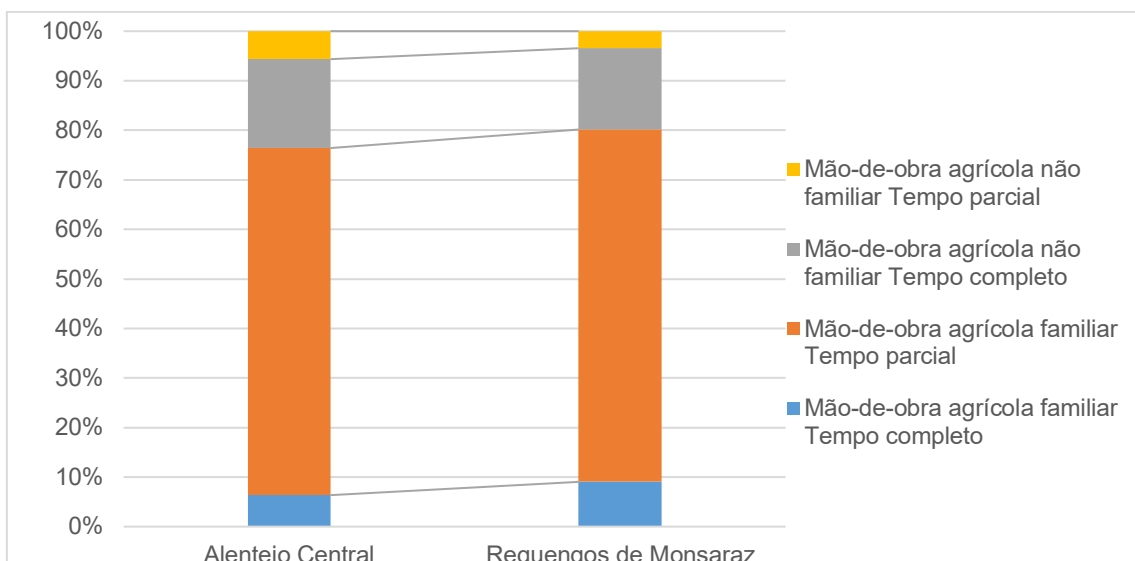
Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

No que se refere à mão-de-obra agrícola, o concelho de Reguengos de Monsaraz, em 2009, contém cerca de 25 % da população empregada a tempo inteiro na atividade, comparativamente à sub-região do Alentejo Central, onde o emprego a tempo inteiro apenas representa cerca de 10% da mão-de-obra agrícola.

Face às particularidades da atividade agrícola já referidas, o concelho caracteriza-se pela existência de um elevado número de trabalhadores agrícolas com algum grau de parentesco com o produtor, que representa aproximadamente, 80% dos trabalhadores agrícolas (Gráfico 10.5), sendo que na sua maioria trabalham apenas em alguns períodos de maior necessidade, portanto, temporariamente.

Analisando apenas os trabalhadores agrícolas que se encontram a tempo completo na exploração agrícola verifica-se a maioria não tem qualquer grau de parentesco com o produtor ou dono da exploração.

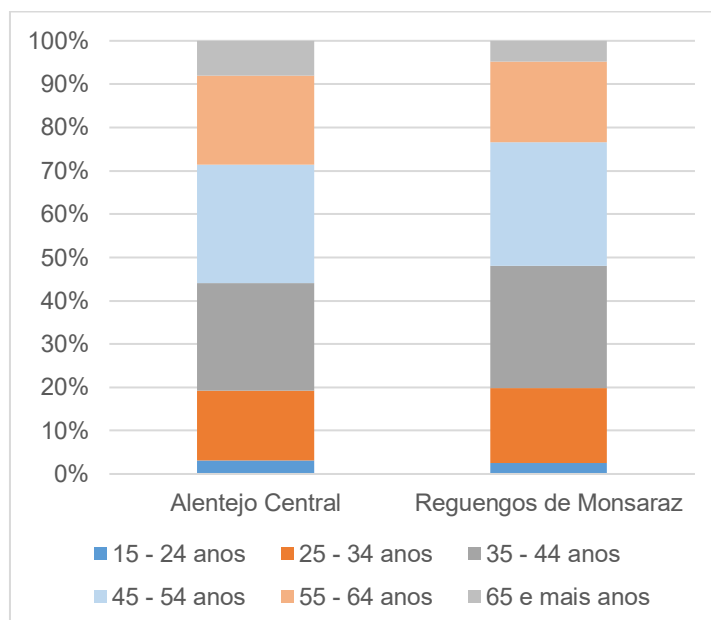
Gráfico 10.5 | Tipologia da mão-de-obra agrícola no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009



Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Relativamente a idade da mão-de-obra agrícola não familiar (Gráfico 9.6), verifica-se que mais de metade da totalidade dos trabalhadores agrícolas tem uma idade entre os 35 e os 55 anos, o que aparenta ser uma característica geral da sub-região do Alentejo Central.

Gráfico 10.6 | Classe de idades da mão-de-obra agrícola não familiar no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central



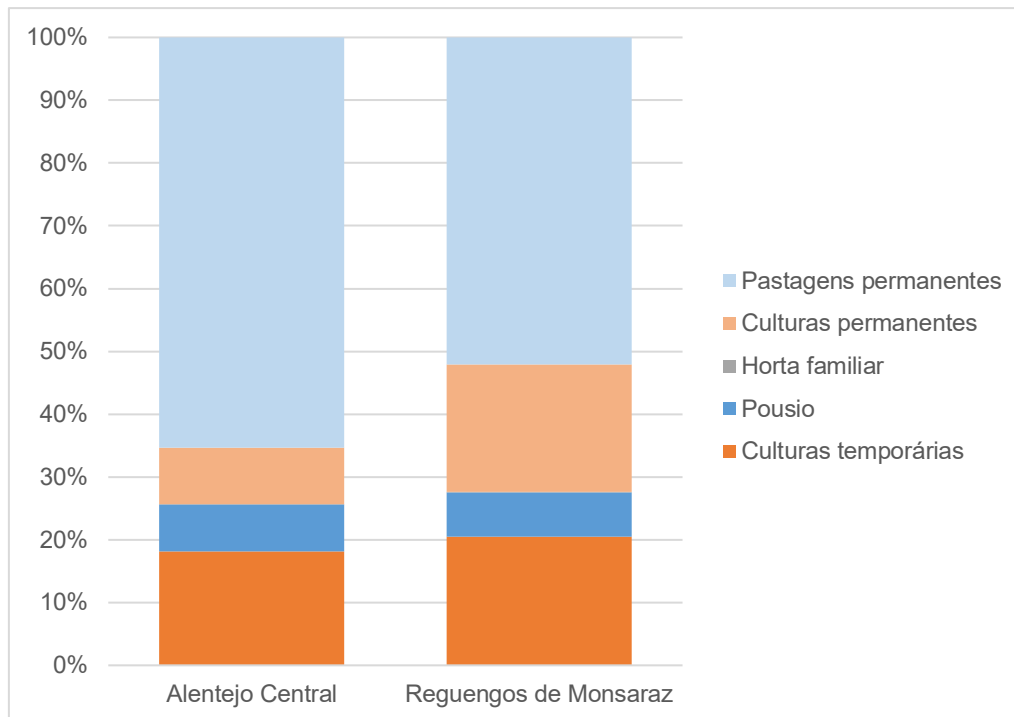
Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Como se observa no Gráfico 10.7, a superfície agrícola utilizada no concelho, apresenta uma composição muito semelhante à da sub-região do Alentejo Central, sendo as diferenças mais



visíveis as associadas às pastagens permanentes (cerca de 15% superior na sub-região relativamente ao concelho) e às culturas permanentes, que são mais relevantes ao nível concelhio.

Gráfico 10.7 | Composição da SAU no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central, 2009



Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Esta diferença entre as culturas permanentes e os pastos permanentes pode ser explicada pelo facto de que Reguengos de Monsaraz é o concelho que mais vinho produz na sub-região, o que requer vastas áreas disponíveis para a cultura permanente da vinha.

No concelho de Reguengos de Monsaraz, a produção de vinho tem especial relevância, comprovando-se este facto com a adoção dos títulos de capital dos vinhos de Portugal e Cidade Europeia do Vinho no ano de 2015. Será essencial referir que o concelho possui algumas das mais conhecidas herdades e quintas produtoras de vinhos nacionais, com destaque para a CARMIM - Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz que dá nome a produtos correntes e com fluxo de vendas relevante. Os vários produtores de vinho do concelho são os seguintes⁴⁹:

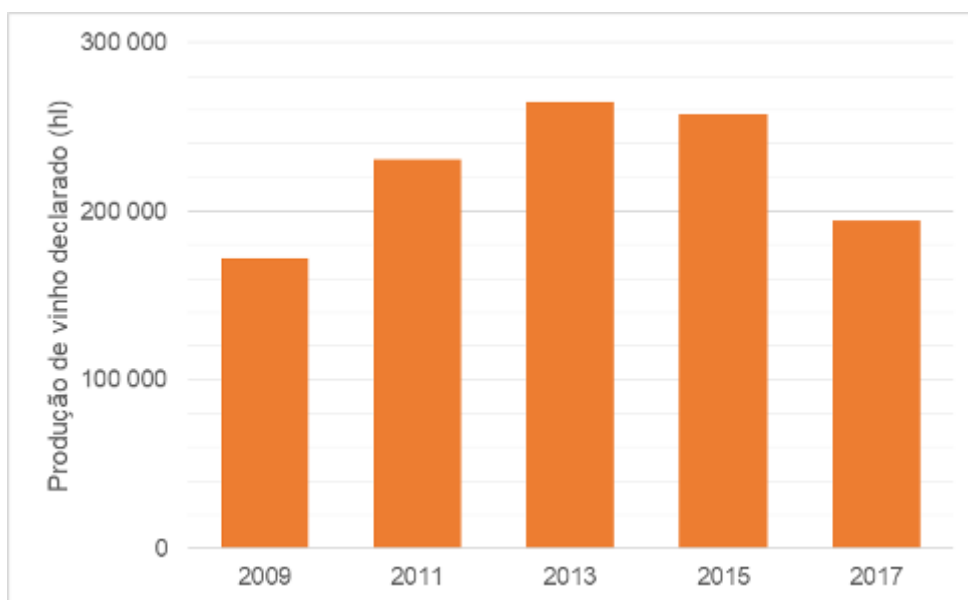
- Adega do Calisto
- CARMIM – Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz
- Casa de Sabicos Vinhos

⁴⁹ Fonte: Vinhos do Alentejo, in <https://www.vinhosdoalentejo.pt/pt/produtores/>

- Ervideira
- Esporão
- Luís Duarte Vinhos
- Monte das Serras
- Monte dos Perdigões
- São Lourenço do Barrocal

A produção vinícola do concelho apresenta-se em 2009 como relevante, face à produção verificada na sub-região do Alentejo Central, 27,6%. Não obstante da já verificada relevância, a produção vitivinícola aumentou constantemente até 2013, ano em que perfez 42,5% do total da produção sub-regional, sofrendo uma queda na produção e importância, em 2017, para níveis de 2009.

Gráfico 10.8 | Produção de vinho declarado (hl) no concelho de Reguengos de Monsaraz

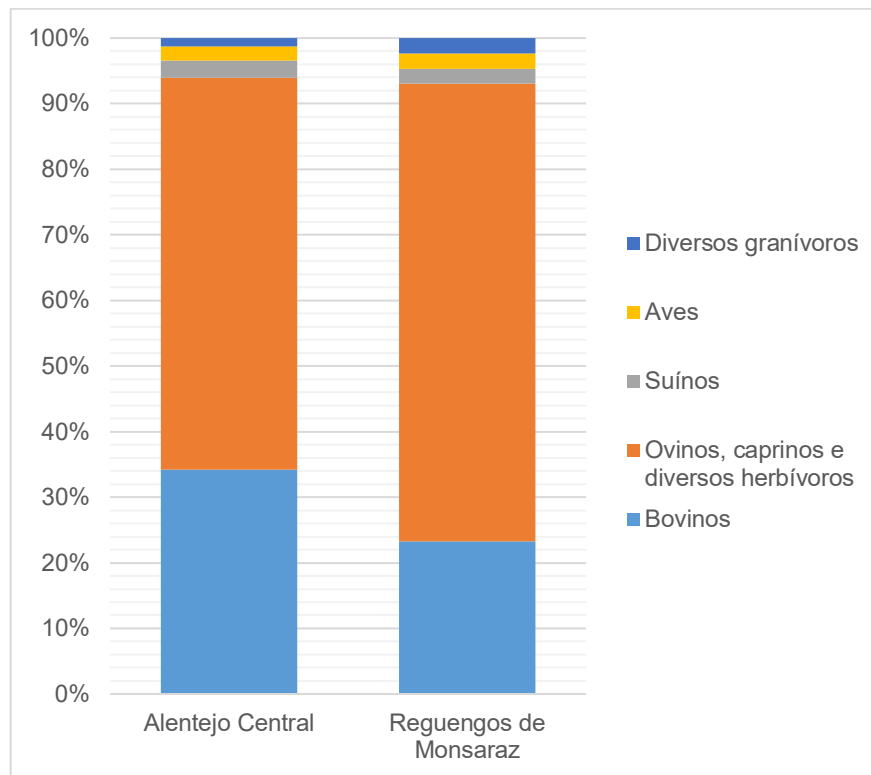


E associado a esta forte cultura vitivinícola surge a afirmação do enoturismo a nível concelhio.

No que se refere à atividade pecuária, em 2009, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta características um pouco diversas da sub-região do Alentejo Central, nomeadamente no que se refere à produção de bovinos e de ovinos, sendo que na sub-região, a produção de bovinos é bastante superior à do concelho (35% face a 25%). As produções de ovinos e de bovinos são responsáveis pela maior parte da produção da atividade pecuária no concelho, respetivamente 70% e 25%.



Gráfico 10.9 | Proporção de espécies produzidas no concelho de Reguengos de Monsaraz e na sub-região do Alentejo Central



Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 2009.

Na caracterização da atividade agrícola, importa referir o impacto positivo previsto no desenvolvimento agrícola do concelho, em particular para o olival e vinha, decorrente da construção do Circuito Hidráulico de Reguengos e respetivo Bloco de Rega. Este corresponde à 2.^a Fase do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EMFA), que abrange no concelho de Reguengos de Monsaraz as freguesias de Corval, Reguengos de Monsaraz e União das Freguesias de Campo e Campinho, num total de 3179 ha⁵⁰, tal como representado na Figura seguinte.

⁵⁰ Além destas, o projeto abrange Freguesia de Nossa Senhora de Machede e união das freguesias de São Maços e São Vicente do Pigeiro (concelho de Évora); freguesia de Monte do Trigo (concelho de Portel); freguesia de Montoito (concelho de Redondo).

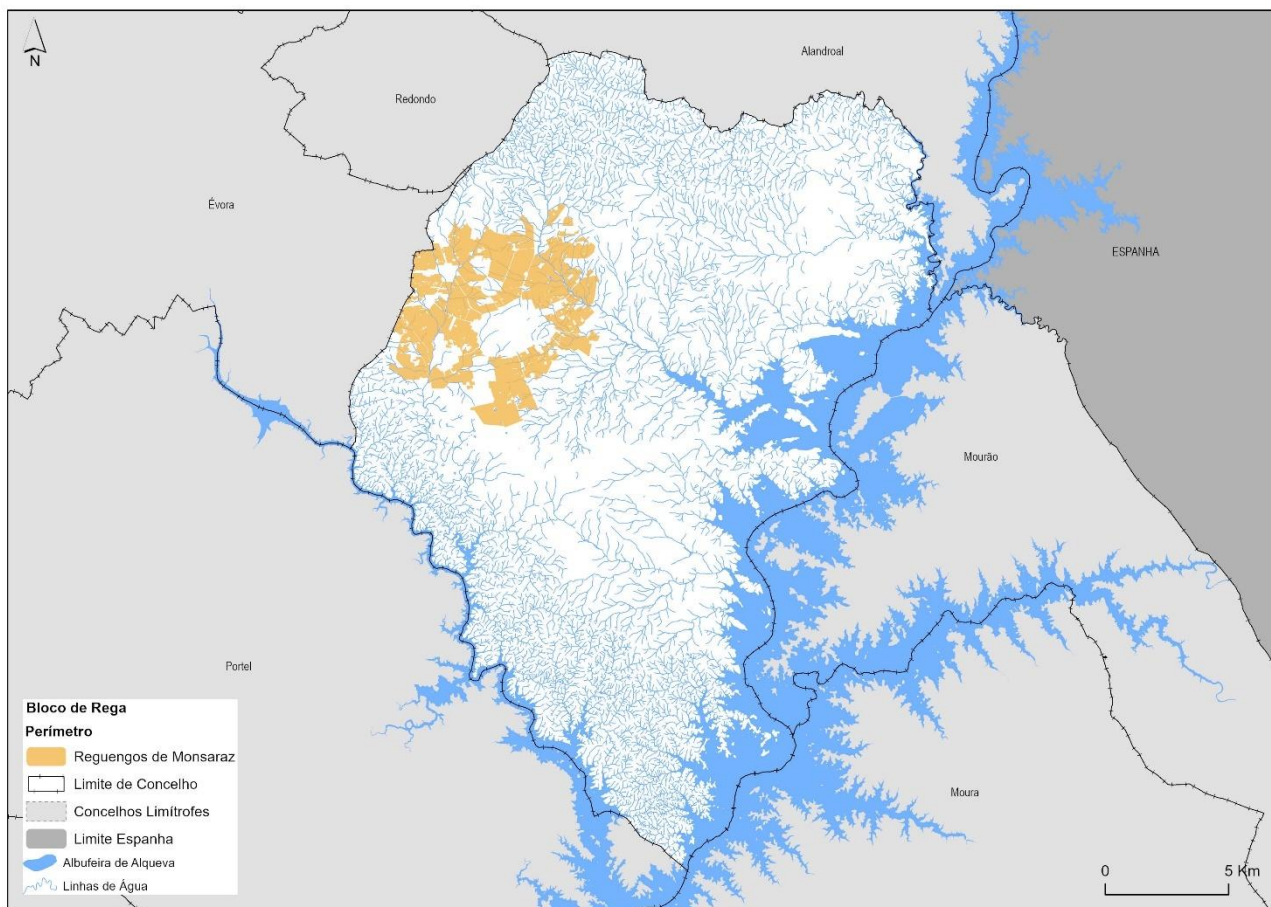


Figura 10.1 | Bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz (EMFA)

Fonte: EDIA

10.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL

O concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta, em 2011, um total de 96 empresas de indústria transformadora e 516 trabalhadores, representando, respetivamente, 8,6% e 5,9% do total da sub-região do Alentejo Central (Quadro 10.4).

Este sector de atividade industrial, quer no concelho de Reguengos de Monsaraz, quer na sub-região do Alentejo Central, apresenta uma tendência de decréscimo entre 2001/4 e 2011, que varia entre os 19,1% no Alentejo Central e os 25,6% no concelho. Verificando o período de crise já referido, comprova-se que esta tendência de variação globalmente negativa para o concelho é constante, mas agravou-se no ano de 2008, tendo em conta que em 2004, contava com 129 empresas e, a partir de 2011 já só contava com 96, tendo sido a maior parte dessa perda no segundo período referido.

Relativamente ao número de trabalhadores ao serviço nas empresas de indústria transformadora, o concelho de Reguengos de Monsaraz apresentou, entre 2001 e 2011, uma variação também negativa (-21,1%), encontrando-se com uma perda muito acima da variação registada para a sub-região do Alentejo Central.

Quadro 10.4 | Evolução das empresas de indústria transformadora e pessoal ao serviço, 2001 a 2011



	Empresas na indústria transformadora		Pessoal ao serviço nas empresas de indústria transformadora	
	2011	Variação 2004-2011	2011	Variação 2001-2011
Concelho de Reguengos de Monsaraz	96	-25,6%	516	-21,1%
Alentejo Central	1 116	-19,4%	8 717	-19,1%

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região do Alentejo, 2001 a 2011

A distribuição do número de empresas de indústria transformadora por tipologia em 2011, representada no **Quadro 10.5**, abaixo, revela a maior representatividade no concelho de Reguengos de Monsaraz das indústrias alimentares (24) e da Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (34). Estes tipos de indústria representam, respetivamente 24,2% e 34,1% do número total de empresas industriais do concelho, apresentando também uma participação elevada no tecido industrial da sub-região do Alentejo Central.

Quadro 10.5 | Empresas de Indústria Transformadora, 2011

CAE Rev. 3.1	Tipo de Indústria	Empresas de indústria transformadora			
		Concelho de Reguengos de Monsaraz		Alentejo Central	
		n.º	%	n.º	%
10	Indústrias alimentares	24	24,2	342	29,3
11	Indústria das bebidas	7	7,1	53	4,5
12	Indústria do tabaco	-	-	-	-
13	Fabricação de têxteis	1	1,0	29	2,5
14	Indústria do vestuário	-	-	31	2,7
15	Indústria do couro e dos produtos do couro	-	-	6	0,5
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto imobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	7	7,1	123	10,5
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	1	1,0	3	0,3
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	1	1,0	28	2,4
19	Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	-	-	-	-
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	1	1,0	14	1,2
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	-

CAE Rev. 3.1	Tipo de Indústria	Empresas de indústria transformadora			
		Concelho de Reguengos de Monsaraz		Alentejo Central	
		n.º	%	n.º	%
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	5	0,4
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	34	34,3	169	14,5
24	Indústrias metalúrgicas de base	2	2,0	7	0,6
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	9	9,1	211	18,1
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	-	-	2	0,2
27	Fabricação de equipamento elétrico	1	1,0	8	0,7
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	-	-	17	1,5
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	-	-	8	0,7
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	-	-	3	0,3
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	3	3,0	32	2,7
32	Outras indústrias transformadoras	1	1,0	23	2,0
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	7	7,1	54	4,6
Total		99	100	1168	100

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região do Alentejo, 2011

De referir a existência de um parque industrial a sudoeste do perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz que conta com 86 infraestruturas de implantação industrial e empresarial. Estas atividades dividem-se pelos seguintes tipos de atividade industrial:



Quadro 10.6 | Empresas de Indústria no parque industrial de Reguengos de Monsaraz, 2012

Tipo Atividade Industrial	Nº de Indústrias
Animais de Estimação	1
Aquecimento	1
Armazém	19
Armazém de Gás	1
Automóveis	1
Bate-Chapa e Pintura	1
Bebidas Alcoólicas	1
Bebidas Não Alcoólicas	1
Bombas de Injeção	1
Caixilharia	1
Columbofilia	1
Comércio de Combustíveis	2
Construção Civil	6
Eletricidade	3
Eletrodomésticos	2
Enchidos	1
Fábrica de Móveis	3
Frutas	1
Ginásio	1
Mármore	6
Materiais de Construção	1
Máquinas Agrícolas	1
Oficina Automóvel	11
Serralharia	1
Padaria	2
Peças para automóveis	1
Produtos Alimentares	3
Produtos e serviços	1
Queijaria	1
Reboques	3
Vulcanização	1
Sistemas de Rega	4
Stand Automóvel	1
Vidreira	1
Total	86

Fonte: PMEPC Reguengos de Monsaraz, 2012

Por último, Reguengos de Monsaraz possui, no seu território, o maior centro oleiro de Portugal, na localidade de São Pedro do Corval, com a implementação de 24 olarias familiares e/ou unifamiliares. Estas apresentam-se como sendo de elevado património cultural e um vetor fundamental da dinamização económica da freguesia em que se encontram, bem como da totalidade do concelho.

10.5. ATIVIDADE TURÍSTICA

10.5.1. Introdução

O enquadramento territorial das atividades de turismo no município de Reguengos de Monsaraz encontra-se explanado em dois documentos de especial importância: o PROT e no POAAP.

10.5.2. Orientações do PROT

No que se refere ao PROT, foi consultada a Ficha deste documento que claramente sintetiza as orientações do PROT para a atividade turística no Alentejo.

O Município de Reguengos de Monsaraz insere-se na Zona C – Alqueva que se caracteriza por constituir:

- Polo de desenvolvimento turístico previsto no PENT⁵¹– forte investimento em Conjuntos Turísticos associados ao golfe, que deverão necessariamente proporcionar uma oferta sustentável e de qualidade.
- Potencial de um conjunto de aldeias ribeirinhas, com significativo património cultural e ambiental, para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao plano de água, como o *touring*, a pesca desportiva e o turismo náutico e de recreio.
- Fortalecimento da oferta turística do Alentejo no mercado espanhol, através do estabelecimento de ligações fluviais.
- Presença de um património histórico-arqueológico significativo, que potencia a realização de percursos turísticos.

Ainda de acordo com o PROT, e recorrendo à ficha acima mencionada, descreem-se de seguida as normas específicas para o desenvolvimento turístico e para o Pólo Alqueva (normas 101 a 106):

- O Pólo turístico do Alqueva (já extinto) abrange os concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, visando a promoção turística da albufeira de Alqueva e envolvente, na sua dimensão paisagística e ambiental, o aproveitamento na perspetiva turística da proximidade de Évora, na sua dimensão patrimonial e cultural, e a exploração da natureza transfronteiriça da área de influência de Alqueva.
- Nesta área deverão ser promovidos:
 - Elevados padrões de qualidade, do ponto de vista ambiental, do património natural e cultural, em especial dos Conjuntos Turísticos, cuja concretização deve estar associada à manutenção e valorização dos espaços naturais, à racionalização da utilização dos recursos hídricos e

⁵¹ (1) A última versão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), cuja vigência terminou em 2015, tendo este documento sido substituído pela “Estratégia para o Turismo 2027” (ET 27), já não integrava os polos turísticos do Alqueva e do Litoral Alentejano (extintos pela Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, que estabelece o novo regime jurídico das áreas territoriais de turismo), contudo, esta opção não interfere com as orientações definidas no PROT-A para aquelas áreas.



energéticos, e à valorização das atividades rurais, acautelando os valores cénicos e a identidade da paisagem;

- Uma política urbanística e de qualificação funcional dos perímetros urbanos, numa perspetiva supramunicipal;
- Uma rede de produtos turísticos específicos do Baixo Alentejo, integrando, nomeadamente, as Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, a valorização ambiental das margens do Rio Guadiana, o PN do Vale do Guadiana e a sua articulação com rede de parques naturais, nacionais e transfronteiriços, o Geodiana e os sítios da RN2000, os centros históricos, os imóveis classificados, os núcleos arquitetónicos e arqueológicos

As competências para a concretização das orientações de desenvolvimento turístico que cabem aos municípios estão definidas nas normas 113 e 114 do PROT (também sintetizadas na ficha do PROT desenvolvida pelo TP) e são as seguintes:

- Desenvolver redes de circuitos para o aproveitamento das potencialidades associadas aos valores patrimoniais e ambientais, através da definição estratégica e promoção concertada de circuitos com diferentes extensões (temporal e quilométrica) para fidelizar a procura.
- Definir projetos de valorização e promoção das praias com classificação de qualidade (Bandeira azul) e, em articulação com a Administração Central, compatibilizar o uso para fins turísticos e a proteção ambiental através da promoção de concessão de mais zonas balneares assegurando a informação e vigilância das mesmas, a recuperação e proteção de dunas e falésias e o reforço das áreas de estacionamento e vias de acesso.
- Incentivar o TER e o TH, através do apoio ao aproveitamento das diversas atividades e infraestruturas relacionadas, assegurando uma adequada integração ambiental e paisagística.
- **Estabelecer, em PDM, as opções estratégicas e programas de desenvolvimento turístico de nível local, bem como o correspondente sistema territorial de desenvolvimento turístico, no respeito pelos regimes de salvaguarda dos PEOT aplicáveis, definindo, nomeadamente:**
 - A intensidade turística máxima concelhia efetiva, conforme limites estabelecidos pelo PROT, ou, quando existir, em conformidade com os limites estabelecidos no protocolo intermunicipal;
 - As tipologias de estabelecimentos turísticos a privilegiar, os critérios e orientações quanto à localização dos empreendimentos turísticos;
 - As áreas homogéneas de desenvolvimento turístico e respetivas orientações de desenvolvimento sectorial;
 - A articulação da estratégia local de desenvolvimento turístico com as estratégias sectoriais de nível regional e nacional.

De acordo com a norma **161 cabe aos municípios em PDM**: Desenvolver as regras de localização, as características tipológicas e os parâmetros urbanísticos da ocupação dos solos, no contexto das respetivas estratégias de desenvolvimento local e de ordenamento do território respeitando os critérios de ordenamento estabelecidos no PROT, sem prejuízo do disposto nos PEOT, cuja implementação não é posta em causa pelo PROT, salvo na zona costeira de 500 m, na qual é interdita a edificação, não prevista em POOC, fora dos perímetros urbanos.

A estruturação do processo de ocupação turística no litoral e na zona envolvente de Alqueva encontra-se definida nas normas 182 a 184 do PROT que se transcrevem:

- De forma estruturar o processo de ocupação turística na Zona Envolvente do Alqueva, o PROT-A identifica, no Município de Reguengos de Monsaraz, os seguintes NDT, antes denominados Áreas Turísticas:
 - Arraieiras-Pipas (Concelho de Reguengos de Monsaraz);
 - Campo - Campinho (Concelho de Reguengos de Monsaraz);
 - Corval - Monsaraz (Concelho de Reguengos de Monsaraz);
- Identifica, ainda, os seguintes NUTL:
 - São Marcos do Campo, Campinho e Telheiro – Deverão promover a instalação de equipamentos e de polos de atratividade.

O PROTA aponta ainda para o cálculo da intensidade turística por município que se traduz no número máximo de camas turísticas em empreendimentos por município de acordo com as orientações do PROTA.

O PROTA estabelece um nível máximo de Intensidade Turística para cada sub-região que resulta da ponderação entre o número de camas turísticas e o número de habitantes residentes, estabelecendo também o método de cálculo.

Para o cálculo do nível de Intensidade Máxima consideram-se 5 sub-regiões, entre elas os dois polos turísticos nacionais do Litoral Alentejano e do Alqueva. Para o Alqueva a Intensidade Turística máxima é de 1 cama turística por 1 habitante residente (1:1).

A distribuição da Intensidade Turística por concelho foi estabelecida de acordo com a seguinte fórmula constante do PROT (anexo 2).

$$ITMáxC = (0,5 \times \text{Pop SR}) \times [0,6 \times (\text{Pop Cc} / \text{Pop SR}) + 0,4 \times (\text{Área Cc} / \text{Área SR})]^{152}$$

Da aplicação da fórmula acima mencionada resulta uma capacidade turística de cerca de 9.130 camas.

10.5.3. Orientações do POAAP

Apresentadas as disposições estratégicas do PROT importa agora apresentar as disposições em termos turísticos do POAAP

De acordo com o relatório do POAAP a proposta apresentada foi enquadrada pelos seguintes aspetos considerados fundamentais:

“O âmbito, a natureza jurídica e os objetivos do POA ou seja, não cabe a um instrumento desta natureza definir uma estratégia de ordenamento e de desenvolvimento turístico, devendo, contudo, enquadrá-la, quando compatível, numa perspectiva de sustentabilidade territorial e de exigência em termos de valorização de recursos e qualidade ambiental;

A salvaguarda dos recursos dos valores naturais e culturais e das características biofísicas presentes e, num contexto mais amplo, das características e dinâmicas socio-económicas e do seu contexto de integração, ou seja, a procura da compatibilização entre a conservação da natureza e da biodiversidade e o desenvolvimento socio-económico, num quadro de qualidade de vida das

⁵² Em que Pop SR população na sub região, Pop Cc – População no concelho, área Sr área da Sub região e área cc área do concelho



populações actuais e vindouras, assegurando o equilíbrio social e territorial e uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades pelos diversos grupos sociais; em síntese, a afirmação dos princípios fundamentais definidos para a formulação do modelo global;

O enquadramento e a contextualização do modelo turístico nos instrumentos de gestão territorial com incidência na área de intervenção, isto é, a aposta de integrar as orientações do PROZEA, bem como analisar a interpretação do POA em vigor e o modelo de ocupação prevista para a margem espanhola³, de forma a compatibilizar instrumentos e expectativas existentes, sempre que possível.

O POAAP delimitou um conjunto de áreas com vocação turística que abrangem as áreas que reúnem condições potenciais para o desenvolvimento turístico, numa perspetiva de complementaridade com outras formas turísticas propostas e de compatibilização de funções e de aproveitamento das potencialidades únicas e inimitáveis dos recursos presentes, em especial do plano de água, foram delimitadas 11 unidades territoriais sendo que para o município de Reguengos de Monsaraz foram delimitadas as seguintes com a seguinte capacidade de carga

- UT1 - Arraieiras-Pipas com uma área de 672,0 ha - 2250 camas turísticas
- UT4 Campinho com uma área de 589,2 ha - 2250 camas turísticas
- UT5 Campo com uma área de 585,5 ha 2250 camas turísticas

De acordo com o POAAP, as áreas com vocação turística ficam sujeitas a plano de pormenor ou a plano de urbanização, nos termos da legislação aplicável, sendo que nas áreas inseridas no Município de Reguengos de Monsaraz admite-se que o plano não integre a totalidade da unidade territorial, sujeitas a um conjunto de condicionamentos.

Alem das áreas de recreio e lazer o POAAP definiu um conjunto de **áreas de utilização recreativa e de lazer que** são constituídas pelas zonas ribeirinhas com aptidão para a instalação de equipamentos e infraestruturas de suporte às atividades secundárias, ao recreio, ao lazer e à fruição das albufeiras, agregando 3 tipologias em função das suas características, vocações e níveis de utilização proposta

- Nível 1 - que correspondem a áreas ribeirinhas associadas às áreas edificadas e infraestruturadas, onde o recreio e o lazer têm uma procura elevada
- Nível 2 - que correspondem a áreas ribeirinhas localizadas na proximidade de áreas edificadas, de infraestruturas turísticas previstas ou ainda de fácil acessibilidade regional, onde o recreio e o lazer têm uma procura média;
- Nível 3- que correspondem a áreas ribeirinhas com vocação e potencialidades para a instalação de um conjunto de infraestruturas de apoio às atividades secundárias e à fruição de valores naturais e paisagísticos, onde o recreio e o lazer têm uma procura específica.

Foram definidas as seguintes áreas para o município de Reguengos de Monsaraz

- Nível 2 –
 - Campinho
 - Moinho do Gato
- Nível 3
 - Monsaraz

- Monte da Penhasca
- Pego do Lombo

10.5.4. A concretização das propostas do PROT e do POAAP no município de Reguengos de Monsaraz

As orientações do PROT e do POAAP têm vindo a ser desenvolvidas e concretizadas através de um conjunto significativo de planos e projetos de entre os quais se destacam alguns elementos de estratégia como seja o Plano de Ação da ATLA bem como IGT, como sejam os PMOT aprovados que preveem um vasto conjunto de camas turísticas:

- Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal, na modalidade de PIER, prevendo 1020 camas turísticas – Este plano foi concretizado e do qual resultou uma oferta de 114 camas.
- Plano de Pormenor Herdade de gagos e Xerez, publicado em 2009, que prevê 623 unidades de alojamento e 2368 cama, que não foram concretizadas.
- Plano de Pormenor do Parque Alqueva, publicado em 2007, que compreende três áreas Herdade das Areias, Herdade do Postoro e Herdade do Roncão, prevendo um total de 6688, 4521, e 5799 camas respetivamente, que não foram concretizadas.

Na totalidade do concelho, em 2019, segundo o Registo Nacional de Turismo, é possível encontrar 22 empreendimentos turísticos (o mesmo número que em 2018) e 104 estabelecimentos de alojamento local, correspondendo estes últimos a um grande acréscimo nos últimos anos (+23 desde 2018).

Os empreendimentos turísticos, na sua maioria Turismo em Espaço Rural (casas de campo), apresentam uma capacidade na ordem das 541.

A oferta do alojamento local é bastante superior, num total de 825 utentes, importância para o qual contribui principalmente as moradias (471 utentes) e os estabelecimentos de hospedagem (322 utentes).

No Quadro seguinte apresenta-se a situação atual no que se refere a PMOT aprovados no Município de Reguengos de Monsaraz.



Quadro 10.7 | PMOT aprovados, enquadramento do POAAP e no PROT, n.º de camas e situação

Tipo	POAAP / PROT	N.º camas	Ponto de Situação
PMOT aprovados			
Plano de Pormenor Herdade de gagos e Xerez - PIER	Abrange parcialmente a UTI do POAAP	Máx. de camas 2368	Não
Plano de Pormenor do Parque Alqueva, publicado em 2007	Herdade das Areias – Não abrangida pelo POAAP :Concretiza Área de Localização Preferencial de Empreendimentos Turísticos Estruturantes' designada 'T9 – Campo Campinho do PROZEA (revogado pelo PROT)	6688 (fora da área do POAAP=	Não
	Herdade do Roncão abrange parcialmente a UT4 do POAAP	Máx. de camas – 5799 (no POAAP 2250)	Não
	Herdade do Postoro abrange parcialmente a UT5 do POAAP	– 4521 (no POAAP 2250)	Não
Herdade do Barrocal PIER aprovado em 2008 (antes do PROT)	Integra de forma residual a UTI do POAAP: Concretiza Área de Localização Preferencial de Empreendimentos Turísticos Estruturantes designada 'T2 – Corval — Monsaraz do PROZEA (revogado pelo PROT)	Número máximo de camas turísticas 1020	Sim
Outros empreendimentos turísticos já concretizados			
PP Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz	Concretização das ARL Do Moinho do Gato Nível 2		

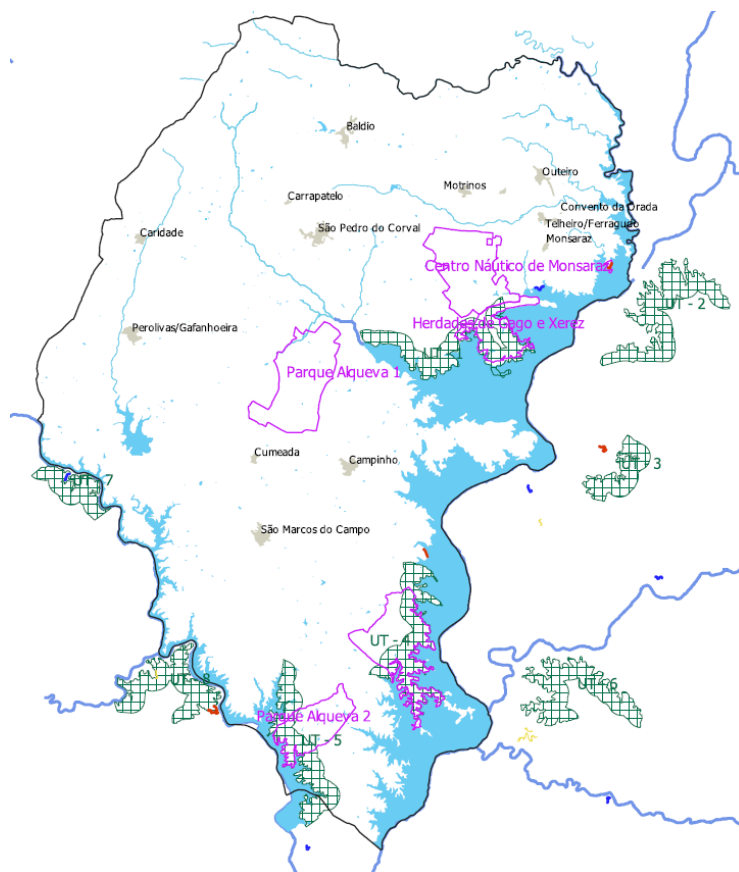


Figura 10.2 | PMOT aprovados (turísticos)

10.5.5. Oferta

Na totalidade do concelho, em 2019, segundo o Registo Nacional de Turismo, é possível encontrar 22 empreendimentos turísticos (o mesmo número que em 2018) e 104 estabelecimentos de alojamento local, correspondendo estes últimos a um grande acréscimo nos últimos anos (+23 desde 2018).

Os empreendimentos turísticos, na sua maioria Turismo em Espaço Rural (casas de campo), apresentam uma capacidade na ordem das 541. A oferta do alojamento local é bastante superior, num total de 825 utentes, importância para o qual contribui principalmente as moradias (471 utentes) e os estabelecimentos de hospedagem (322 utentes).



Quadro 10.8 | Oferta de alojamento turístico (2019)

Unidade Territorial		Ano	N.º de empreendimentos/estabelecimentos	
			Empreendimentos Turísticos	Alojamento local
NUTS III	Alentejo Central	2019	173	523
Município	Reguengos de Monsaraz	2019	22	104
		2018	22	81

* Corresponde à Área geográfica do Distrito de Évora.

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, <https://rnt.turismodeportugal.pt/rnt/consultaaregisto.aspx>, consultado em 19-09-2019, SIGTUR, consultado em 26-11-2018.

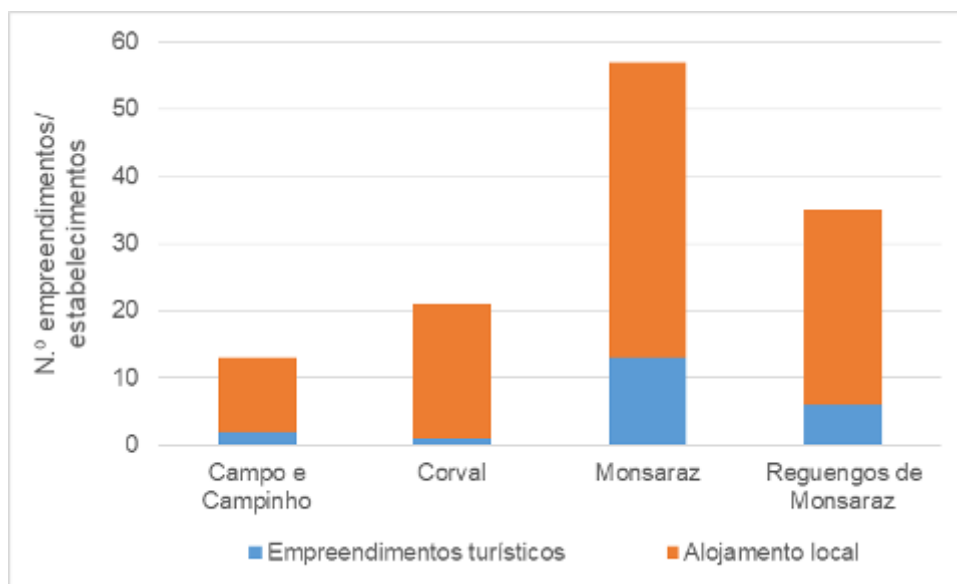
Quadro 10.1 | Oferta de alojamento turístico no Município de Reguengos de Monsaraz (2019)

Tipologia de Empreendimento Turístico	N.º de estabelecimentos	Capacidade	Número de Unidades de Alojamento	
Aldeamento Turístico	1	66	16	
Conjunto Turístico	1	0	0	
Empreendimento de Turismo de Habitação	2	35	18	
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	15	285	138	
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Hotel Rural	1	51	25	
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	1	48	24	
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel-apartamento	1	56	28	
Total	22	541	249	
Modalidade de alojamento local	N.º de estabelecimentos	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos
Apartamento	1	3	6	3
Estabelecimento de hospedagem	22	226	322	132
Estabelecimento de hospedagem-Hostel	1	21	26	6
Moradia	80	298	471	210
Total	104	548	825	351

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, <https://rnt.turismodeportugal.pt/rnt/consultaaregisto.aspx>, consultado em 19-09-2019

Como é possível verificar pelo Gráfico seguinte, grande parte da oferta de alojamento turístico do concelho localiza-se na freguesia de Monsaraz, vila medieval com interesse histórico e chamariz turístico municipal. De facto, verifica-se assim que centro turístico concelhio encontra-se, não na freguesia sede de concelho de Reguengos de Monsaraz, mas na freguesia de Monsaraz, histórica e medieval.

Gráfico 10.10 | Distribuição por freguesia do número de empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local do concelho de Reguengos de Monsaraz (2019)



Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, <https://rnt.turismodeportugal.pt/rnt/consultaaregisto.aspx>, consultado em 19-09-2019

Com a proximidade ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, o concelho de Reguengos de Monsaraz beneficia de características diversas comparativamente com outros concelhos do Alentejo, pelo que se tem verificado o aparecimento de outras tipologias de turismo como o turismo náutico ou de praia. Neste ponto, é de referir a existência da Praia Fluvial de Monsaraz que se situa no Centro Náutico de Monsaraz, sendo a primeira praia fluvial da albufeira do Alqueva. Esta praia detém bandeira azul, o que garante a qualidade da mesma, em termos ambientais e de segurança, potenciando também o turismo de pessoas com deficiência, sendo uma praia acessível.

Reguengos de Monsaraz integra também a primeira reserva mundial com o selo de qualidade “Starlight Tourism Destination” - DarkSky Alqueva, e alberga a sede deste projeto, o Observatório Dark Sky, localizado na Cumeada. Este tipo de atração diversifica a oferta turística e o potencial turístico do concelho.

Deve ainda ser destacado que o Município de Reguengos de Monsaraz e a Associação Transfronteiriça de Municípios Lago Alqueva (ATLA) aderiram em junho de 2018 à NEUlakes – Network of European Lakes.

A NEUlakes é uma rede que desenvolve e promove os lagos europeus nas áreas social, cultural, ambiental e económico e tem como parceiros municípios localizados próximo de lagos que pretendem valorizar seu património. A NEUlakes pretende também estabelecer uma cooperação duradoura entre os municípios de vários países europeus para a valorização dos lagos, em locais que tenham semelhantes características ambientais, sociais e económicas, desenvolvendo sinergias para aumentarem o conhecimento e a eficácia das iniciativas de desenvolvimento local.

Para além de Reguengos de Monsaraz e da ATLA, a rede integra Aiguebelette-le-Lac (França), Héviz (Hungria), Candia Canavese (Itália), Lindau (Alemanha), Sankt Gilgen (Áustria), Subotica (Sérvia), Ascona (Suíça), Manzanares el Real (Espanha), Carrick on Shannon (Irlanda), Ohrid (Macedónia), Bled (Eslovénia), Coniston (Inglaterra), Tamsweg (Áustria) e Iseo (Itália).



Nesta rede estão inseridos os 13 municípios portugueses e espanhóis abrangidos pelo maior lago artificial da Europa, o Grande Lago Alqueva, nomeadamente Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Viana do Alentejo, Vidigueira, Alconchel, Cheles, Olivença e Villanueva del Fresno.

O concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta vários fatores que podem potenciar o desenvolvimento da atividade turística nas suas diferentes formas, nomeadamente o património natural e cultural existente e a sua localização adjacente à albufeira da barragem do Alqueva. Esta atividade tem-se apresentado relevante e em crescimento nos últimos anos. Mais se refere que o turismo e a atividade a si associada têm vindo a beneficiar do interesse da parte da câmara municipal, tendo como prova disso o desenvolvimento de guias turísticos e roteiros, assim como de duas aplicações móveis totalmente dedicadas ao turismo: Monsaraz 360° e Inventrip, ambas disponíveis para descarregamento público.

10.6. SÍNTESE

- Em 2017, encontram-se sedeadas no concelho de Reguengos de Monsaraz, 1360 empresas, representando 6,9% das empresas sedeadas no Alentejo Central. Após um decréscimo do número de empresas, o concelho assiste, desde o início da década, nos anos mais recentes a uma recuperação do tecido empresarial.
- O concelho exibe uma grande importância da atividade agrícola, correspondendo a superfície agrícola utilizada a mais de 60% do território, independentemente de o concelho exibir no período entre recenseamentos agrícolas uma redução da SAU e do nº de explorações no concelho.
- O peso da agricultura está associado principalmente à cultura de vinha, sendo que o concelho se destaca na produção de vinho, adotando o título de capital dos vinhos de Portugal. E associado a esta forte cultura vitivinícola surge a afirmação do enoturismo a nível concelhio.
- Refere-se o impacto previsto pela expansão do EMFA ao concelho de Reguengos de Monsaraz, através dos blocos de rega de Reguengos de Monsaraz (que abrange as freguesias de Corval, Reguengos de Monsaraz e União das Freguesias de Campo e Campinho) e de Monsaraz.
- Importância do parque industrial a sudoeste do perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz que conta com 86 infraestruturas de implantação industrial e empresarial.
- Presença do maior centro oleiro de Portugal, na localidade de São Pedro do Corval, com a implementação de 24 olarias familiares e/ou unifamiliares. Estas apresentam-se como sendo de elevado património cultural e um vetor fundamental da dinamização económica da freguesia em que se encontram, bem como da totalidade do concelho.
- De acordo com o PROTA o concelho de Reguengos de Monsaraz insere-se num Pólo de desenvolvimento turístico de relevante importância nacional - o pólo turístico de Alqueva – à luz do qual foram aprovados 3 PMOT que preveem um vasto conjunto de camas turísticas:
 - Plano de Pormenor da Herdade do Barrocal, na modalidade de PIER, prevendo 1020 camas turísticas – Este plano foi concretizado e do qual resultou uma oferta de 114 camas.
 - Plano de Pormenor Herdade de gagos e Xerez, publicado em 2009, que prevê 623 unidades de alojamento e 2368 cama, que não foram concretizadas.

- Plano de Pormenor do Parque Alqueva, publicado em 2007, que compreende três áreas Herdade das Areias, Herdade do Postoro e Herdade do Roncão, prevendo um total de 6688, 4521, e 5799 camas respetivamente, que não foram concretizadas.
- Na oferta de alojamento turístico, assinala-se a importância do TER, e um forte crescimento recente da oferta alavancada pelo alojamento local. Grande parte da oferta de alojamento turístico do concelho localiza-se na freguesia de Monsaraz, vila medieval com interesse histórico e chamariz turístico municipal.
- Assinala-se ainda o potencial turístico associado à praia fluvial de Monsaraz (a primeira da albufeira do Alqueva) e a integração do concelho na primeira reserva mundial com o selo de qualidade “Starlight Tourism Destination” - DarkSky Alqueva, albergando a sede deste projeto, o Observatório Dark Sky, localizado na Cumeada. Este tipo de atração diversifica a oferta turística e o potencial turístico do concelho.



PARTE III – DOMÍNIO CULTURAL

Esta página foi deixada em branco propositadamente



11. PATRIMÓNIO CULTURAL

11.1. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia geral de caracterização do património histórico-arqueológico existente no concelho de Reguengos de Monsaraz consiste na sistematização da informação disponível, relativa a:

- Achados arqueológicos e potencial do subsolo (nomeadamente, o valor, o número e locais onde existem ou possam existir, de onde provêm notícias de ocorrência de vestígios) e elementos edificados (no que respeita a tipologias, estado de conservação, usos, cronologias, alterações, etc.);
- Desenvolvimentos da investigação histórico-arqueológica no território concelhio e os conhecimentos que permitiram alcançar sobre a evolução da ocupação humana.

Esta recolha de informação permite reconstituir a evolução histórica do povoamento do concelho, de forma coerente, fundamentada em bases científicas e devidamente atualizada.

Na implementação da metodologia de pesquisa foram considerados distintos elementos patrimoniais, nomeadamente, os materiais, as estruturas e os sítios incluídos nos seguintes âmbitos:

- Património abrangido por figuras de proteção, compreendendo os imóveis classificados e em vias de classificação ou outros monumentos, sítios e áreas protegidas por lei;
- Sítios e estruturas de reconhecido interesse patrimonial e/ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação creditados, em inventários nacionais e ainda aqueles cujo valor se encontra convencionado;
- Estruturas singulares, testemunhos de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e de exploração dos seus recursos naturais em moldes tradicionais, definidos como património vernáculo.

Assim, aborda um amplo espectro de realidades:

- Elementos arqueológicos em sentido restrito (achados isolados, manchas de dispersão de materiais, estruturas parcial ou totalmente cobertas por sedimentos, locais de informação paleo-ambiental);
- Vestígios de rede viária e caminhos antigos;
- Vestígios de mineração, pedreiras e outros indícios materiais de exploração de matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e delimitadoras de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

A pesquisa bibliográfica permite traçar um enquadramento histórico para a área em estudo. Com este enquadramento procura-se facultar uma leitura integrada das estações arqueológicas documentadas, no contexto mais amplo da diacronia de ocupação do território. O levantamento bibliográfico baseia-se nas seguintes fontes de informação:

- Inventários patrimoniais de organismos públicos (Portal do Arqueólogo; base de dados Ulysses - Sistema de Informação do Património Classificado e SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico da Direção-Geral do Património Cultural – DGPC; bases de dados da autarquia);
- Bibliografia especializada;
- Instituições públicas ou privadas com coleções de arqueologia e um papel interventivo ao nível do património local, com particular destaque para a Base de Dados da EDIA, S.A. e o Museu da Luz;
- Planos de ordenamento e gestão do território;
- Projetos de investigação e processos de avaliação de impactes existentes na região.

Para além da utilidade imediata do trabalho sistematização da informação histórico-arqueológica patente no processo de revisão do PDM, que permite a compilação de informação anteriormente mais dispersa, pretende-se que esta seja uma primeira etapa de criação de um corpo informativo que, de forma planeada e sistemática, possa ser revisto e atualizado, nomeadamente através de trabalho de campo complementar, que possa vir a resultar numa carta arqueológica do concelho de Reguengos de Monsaraz.

11.2. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

11.2.1. Considerações gerais

O território de Reguengos de Monsaraz conta com uma vasta e volumosa história de investigação arqueológica. Embora as primeiras referências bibliográficas a pesquisas datem de finais do século XIX, foi o trabalho em torno do megalitismo regional de George e Vera Leisner que despoletou definitivamente reconhecimento e interesse científico.

Apesar de alguma continuidade de pesquisas sobre o território, sítios e monumentos nas décadas subsequentes, é sobretudo a partir da década de 1990, com as investigações da UNIARQ, os trabalhos em torno do Complexo dos Perdigões e o vasto manancial de dados provenientes das intervenções arqueológicas de salvamento em torno do Empreendimento de Alqueva, que a investigação arqueológica no concelho adquire nova notoriedade e o panorama geral de entendimento do passado regional se altera drasticamente.

No âmbito dos presentes estudos de caracterização e diagnóstico não se pretende, nem seria cabível, uma síntese exaustiva sobre a componente teórica, interpretativa do estado atual da investigação. Antes pretende-se referir a bibliografia mais relevante, em função da diacronia de ocupação e abordar os sítios e monumentos conhecidos, em função do seu valor e papel no âmbito do ordenamento e desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Apesar de inúmeros dos sítios e contextos reportados já não existirem na atualidade, a referência aos mesmos é fundamental para a compreensão, enquadramento e definição de políticas de gestão e salvaguarda do património histórico-arqueológico existente. Não sendo recuperável a perda ocorrida nas últimas décadas, é certamente possível salvaguardar e mesmo potenciar os sítios e monumentos que continuam a povoar a paisagem de Reguengos de Monsaraz, dada a notável qualidade das arquiteturas, dos espaços e da sua contextualização cénica.



11.2.2. Geologia, geomorfologia e o rio Guadiana

A ocupação humana do território do atual concelho de Reguengos de Monsaraz é indissociável da história do grande rio, do Guadiana ou *Anas* da antiguidade clássica.

O rio atraiu para as suas margens um amplo conjunto de atividades essenciais e complementares, que constituíram regionalmente o ciclo tradicional de subsistência económica (Silva, 1998, p. 15).

A diversidade geomorfológica e geológica, inerente à vasta superfície poligénica, constituída pela peneplanície alentejana, contribui para uma multiplicidade de formas de ocupação e adaptação do ser humano ao meio.

A maior parte do território concelhio foi formada no Silúrico superior, e estende em grandes áreas, quer a norte quer a sul, sendo interrompidas no extremo sul por uma mancha do Pré-câmbrico e no centro por uma extensa mancha de rochas granitoides, que rodeiam a vila de Reguengos e outra similar a este, embora de menor dimensão, na zona da “Ponte Nova”, onde antes da construção da barragem de Alqueva a estrada para Mourão atravessava o rio.

Os antigos terraços fluviais são locais particularmente propícios para a identificação os vestígios mais arcaicos de estadas e atividades de seres humanos, remontando ao Paleolítico.

“Nas áreas graníticas o terreno é ligeiramente ondulado e das colinas disfruta-se de uma vista soberba sobre estas terras férteis, alvejando os “montes” espalhados entre olivais e azinhais (...) Em toda a região granítica afloram os penhascos, espalhados pelos campos em grandes blocos, às vezes de formas esquisitas. Como em todas as partes do Alentejo, esta é a zona das antas” (Leisner e Leisner, 1951, p. 14).

Aos xistos encontra-se associado um megalitismo com construções do tipo cistas e pequenas antelas neo-calcolíticas e outras necrópoles em cista de momentos posteriores, como a Idade do Bronze e o período romano.

11.2.3. Fronteiras e território

O concelho de Reguengos de Monsaraz situa-se no extremo sudeste do distrito de Évora e confina a oriente, em quase toda a sua extensão, com o rio Guadiana. A fronteira do concelho acompanha o curso fluvial ao longo de aproximadamente 70 quilómetros, até à sua confluência com o Degebe, que funciona também como fronteira natural a sudoeste, ao longo de cerca de 40 quilómetros, formando um triângulo invertido.

O grande rio reuniu as condições propiciatórias para fixar e congregar populações aos longos das suas margens e para os períodos mais remotos da ocupação humana é visto como um eixo de convergência de povos e culturas. Note-se a título de exemplo, que a Anta da Malhada dos Galhos teria claros paralelos arquitetónicos, topográficos e de intervisibilidade com o monumento megalítico da Fábrica da Celulose, situado na margem esquerda.

Mas em época histórica e ao longo de largos séculos, o Guadiana também constituiu um placo de fronteira instável e perigosa, resultando, em alguns períodos, uma inóspita “terra de ninguém”. A separação das gentes das margens opostas criou entraves e bloqueios para o desenvolvimento comum (Silva, 1998, p. 17).

“As Antas do Concelho Reguengos de Monsaraz” e o contributo de Georg e Vera Leisner

A riqueza em património megalítico da bacia do Guadiana era já reconhecida no século XIX, sendo mencionados monumentos em torno de Elvas por Emile Cartailhac na sua obra de referência editada em 1886, “Les Ages Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal”. No entanto, a leitura de textos de autores nacionais coevos, como Pinho Leal, Pereira da Costa ou Filipe Simões não revela qualquer referência a monumentos megalíticos nos territórios limítrofes do Guadiana (Leisner e Leisner, 1951, p. 7).

A primeira e única referência à cultura megalítica de Reguengos de Monsaraz consta no artigo “Antas do termo de Monsaraz (Alentejo)”, do primeiro volume do “Archeologo Português” (1895, p. 222-223 e apêndice p. 279), relatando que José Leite Vasconcelos recebeu informações relativas a muitas antas, dispersas por várias herdades em torno de Monsaraz. Revela ainda o artigo que, o Sr. Pereira da Nóbrega terá mandado realizar pesquisas em quatro destas antas (descritas como “escavação superficial”). Em dois dos monumentos não terá identificado quaisquer vestígios ou contextos preservados, mas nas duas antas situadas na Herdade do Duque (pertença da Casa de Bragança, a cerca de 6 quilómetros a noroeste de Monsaraz) o cenário foi distinto: numa foram observados ossos humanos e na outra, espólio descrito como um martelo arredondado, um machado sem vestígios de uso e um possível fragmento de outro machado. Este último monumento viria ainda a revelar uma goiva (Vasconcelos, 1895, p. 276; Leisner e Leisner, 1951, p. 12).

Foi necessário passar mais de meio século e não será de todo hipérbole considerar que Georg e Vera Leisner colocaram o território de Reguengos de Monsaraz num lugar de destaque no mapa do megalitismo europeu.

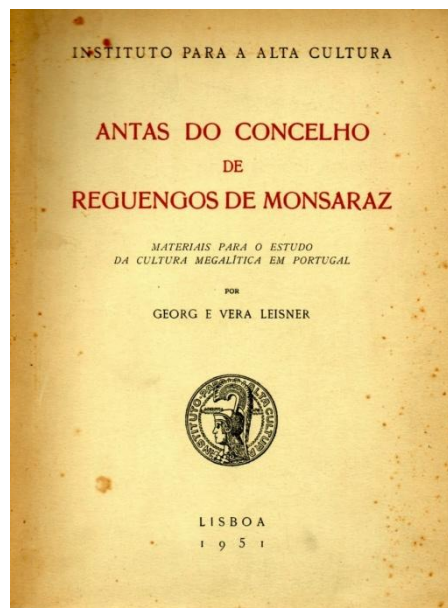


Figura 11.1 | Capa da obra “Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal” foi editada no ano de 1951, pelo Instituto de Alta Cultura

A obra “Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal” foi editada no ano de 1951, pelo Instituto de Alta Cultura.

Os trabalhos do casal alemão em território português decorreram entre os anos de 1943 e 1951. Ao longo dos primeiros anos de investigação identificaram um conjunto superior a cem monumentos em Reguengos de Monsaraz e em 1946 obtêm do governo a autorização para desenvolver escavações em algumas destas antas do concelho (Leisner e Leisner, 1951, p. 7).



Não terá sido apenas o número de monumentos existentes que inspirou a investigação, mas igualmente a implantação geográfica do concelho, entre os cursos do Guadiana e do Degebe, uma vez que “os cursos dos rios desempenharam papel predominante na vida dos povos primitivos” (Leisner e Leisner, 1951, p. 7).

Em função da arquitetura, as antas foram classificadas entre: antas sem corredor e cistas megalíticas; antas com corredor (categoria predominante na cultura megalítica do concelho) e *tholoi* com falsa cúpula construída em lajes de xisto (Leisner e Leisner, 1951, p. 19). Os autores investigaram igualmente as variações de planta e altura da câmara e do corredor dos monumentos, assim as estruturas tumulares ou *tumulus* e detalhes como átrios e portas.

No legado do casal Leisner permaneceu o reconhecimento de cento e trinta e quatro monumentos megalíticos, evidências de cerca de um milénio de história regional. O inventário foi de tal forma exaustivo, que nas décadas subsequentes apenas foi identificada mais uma anta ainda inédita, a do Monte Novo do Piornal e quatro *tholoi*.

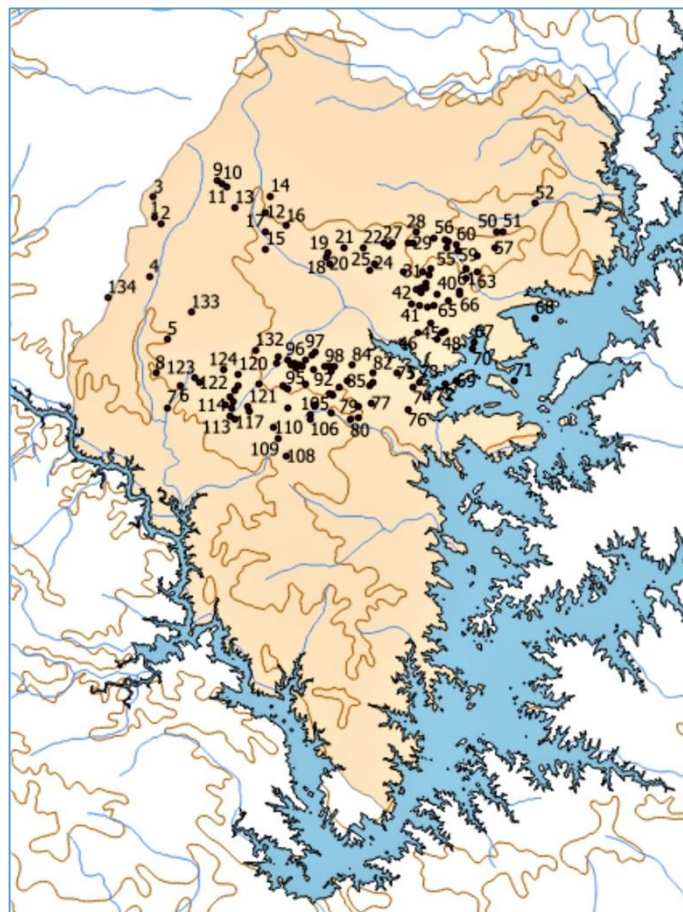


Figura 11.2 | As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz, numa adaptação dos dados provenientes de Leisner e Leisner, 1951

De todo o conjunto investigado pelo casal Leisner, a Anta 1 do Poço da Gateira, monumento com pequeno corredor, que aparentava corresponder ao momento mais antigo das construções deste

território. A notoriedade deste contexto consiste no facto de ter permanecido praticamente intacto até à sua escavação, que forneceu um notável conjunto de informações.

Contrariamente aos grandes sepulcros coletivos, esta anta seria destinada a inumações primárias (imediatamente após a morte) e preservou onze enterramentos na câmara e um décimo segundo já no corredor. Esta escavação revelou igualmente detalhes como o uso cerimonial do ocre.

Quanto ao espólio identificado, regista-se o típico pacote artefactual, que integrava pedra lascada (geométricos), pedra polida (machados, enxós e goivas) e cerâmicas lisas de formas fechadas (geralmente esferoidais), com engobe vermelho (almagre). Mas manifesta-se a total ausência de placas de xisto, o que pressupõe uma datação do monumento prévia à disseminação deste artefacto nos contextos funerários, que teoricamente terá ocorrido na primeira metade do VI milénio ou talvez um pouco antes.

A Anta 1 do Poço da Gateira poderá ser entendida como um elo entre a primeira fase de enterramentos neolíticos, provavelmente consubstanciados em pequenos monumentos contendo inumações diretas, de escasso número de indivíduos e os grandes monumentos coletivos, que a julgar pelo número de inumados documentado, obrigaria a que funcionassem como deposições secundárias, como ossários (Gonçalves, 1995, p. 18-19).

As pesquisas de Pires Gonçalves e Leonor Pina deram continuidade aos trabalhos no território do concelho (nomeadamente, com o reconhecimento de vários núcleos de menires, prováveis cromeleques, como o Xerêz e menires isolados, como Outeiro e Bulhoa) e na década de 1990 a investigação adquire novo folego, com os projetos de Victor Gonçalves, continuando a identificar novos monumentos e povoados dos seus construtores, que durante décadas permaneceram totalmente desconhecidos do registo arqueológico.

Victor Gonçalves (Gonçalves, 1992) revisita o vasto legado dos Leisner “Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz”.

Considera que os limites administrativos do atual concelho coincidem de facto e *grosso modo* com a área megalítica, devido a fatores oro-hidro-pedológicos, inerentes ao espaço físico que albergou o povoamento do Neolítico Final e do Calcolítico e das construções funerárias associadas.

Por contraponto aos pequenos monumentos, exemplares como as Antas 1 e 2 de Olival da Pega, a Anta 1 do Passo ou a Anta 1 de Cebolinhos representam os grandes sepulcros coletivos, nos quais é possível que as placas de xisto possam ser representativas de um número mínimo de inumações, ou seja, cento e trinta e quatro na Anta 1 do Olival da Pega, trinta e um na Anta 1 do Passo e na Anta 1 de Cebolinhos. As placas de xisto seriam assim um indicador da efetiva afirmação da coletivização da morte, numa fase na qual o número de mortos seria de facto proporcional a um aumento da população viva, reflexo da estabilização do povoamento inerente ao povoamento do Neolítico Final alentejano (Gonçalves, 1995, p. 19).





Figura 11.3 | Placa de xisto do III milénio BC. Fonte: Reguengos de Monsaraz e o Megalitismo

Neste grupo salienta-se a extensão do corredor (que atinge os excecionais e impressionantes 15,5 metros na Anta 2 do Olival da Pega), para além das grandes dimensões da câmara, em diâmetro e altura. Outros monumentos também teriam extensos corredores, como a Anta 10 do Barrocal, embora já muito destruída.

As escavações nos monumentos Anta 2 da Comenda e Anta 1 da Farisoa revelaram dados que revolucionaram o pensamento de Georg e Vera Leisner e permitiu desmontar a teoria orientalista, que até então propunha que as antas seriam meras imitações frustes e tardias construídas pelos povos indígenas, inspirados nos modelos da arquitetura funerária do Egeu.

Em ambos os monumentos, ocorreu a escavação de grande fossa ovalada (de dimensão superior à da respetiva câmara), revestida por lajes de xisto, com cobertura em falsa cúpula e corredor convergindo para o corredor da anta. Trata-se de típicos *tholoi*, com implantação sobreposta às estruturas tumulares das antas, às quais, pelo menos em ambos os casos, são efetivamente posteriores (Gonçalves, 1995, p. 22).

Posteriormente, também na Anta 2 do Olival da Pega foi identificado um monumento em falsa cúpula similar e outros monumentos da região apresentam vestígios de lajes de xistos dispersas, que sugerem que os *tholoi* de Reguengos de Monsaraz representam efetivamente um último momento do megalitismo da região. Este *tholos* permitiu obter datações absolutas (carbono 14), da primeira metade do III milénio (Gonçalves e Sousa, 2000, p. 13).

Já na Idade do Bronze, os contextos funerários conhecidos resultam sempre de inumações em complexos cistóides, com a exceção de duas deposições do Bronze antigo, que foram realizadas no topo do pequeno *tell* de Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-1989).

A relativa coerência entre o escasso espólio identificado nos *tholoi* e o recolhido nas antas sobre as quais foram edificados indicia uma certa continuidade cultural, por contraponto a uma hipotética rutura cultural.

A distribuição espacial dos menires, alinhamentos e cromeleques aparentemente não coincide com qualquer lógica dos monumentos megalíticos de cariz funerário, continuando, por isso, a questão da sua integração cronológica em aberto. A investigação de facto ainda não permitiu estabelecer comprovadamente qualquer conexão entre o talhe e a ereção de menires e as antas. Porquanto, os menires consistiriam elementos representantes materiais da demarcação territorial, da construção de espaços sacralizados ou mesmo de simbolismo astronómico (Gonçalves, 1995, p. 22; Gonçalves e Sousa, 2000, p. 14).

Os menires são monumentos com um acentuado polimorfismo e com tipologias tão diversas, que podem variar, desde as simples pedras levantadas até aos menires de morfologia fálica, como Penedo Comprido.

A decoração ou as covinhas (*fossettes*) que alguns menires apresentam poderia ou não ser coeva no momento da sua fundação. Tudo indica, por exemplo, que as gravuras do menir da Bulhoa possam ser de uma fase posterior (Gonçalves, 1995, p. 212).



Figura 11.4 | Menir da Bulhoa, pormenor da decoração

Os menires também surgem isolados, em conjuntos de alinhamentos ou formando círculos ou ovais simples ou duplas (cromeleques). A escavação junto a alguns menires do Complexo dos Perdigões indicia que, muito possivelmente, estes teriam feito parte de um grande cromeleque, mas integrando uma vasta área onde se instalou o povoado da fase do Neolítico Final (Gomes, 1994).

O número de monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz que atualmente persiste é muito inferior ao dumentado em 1951. O incremento da atividade agrícola mecanizada terá sido a grande causa da sua destruição generalizada.

O empreendimento de Alqueva e o registo histórico-arqueológico

É incontornável a abordagem do registo do património histórico-arqueológico do concelho de Reguengos de Monsaraz sem referir a história da investigação realizada em função do empreendimento de Alqueva.

Atualmente o concelho beneficia, do ponto de vista do conhecimento arqueológico, de um vasto manancial de informação decorrente do longo e complexo processo de reconhecimento do território abrangido pelo regolfo de Alqueva, o Plano Arqueológico de Alqueva (PPA) e decorrente Plano de



Minimização (que se consubstanciou num amplo conjunto de intervenções arqueológicas de diagnóstico e salvamento, de sondagens e escavações).

As obras da barragem de Alqueva tiveram início no ano de 1976 e duraram, numa primeira fase, até 1979. Dada a conjuntura legal e institucional da época, não foram tomadas quaisquer medidas preventivas de salvaguarda do património arqueológico. E, no entanto, era já reconhecido que se encontravam diretamente ameaçados monumentos relevantes, nomeadamente, o Cromeleque do Xerez e algumas antas do concelho de Reguengos de Monsaraz.

Esta consciência decorria do facto de, à época, já ser reconhecida relevância turística e cultural ao imóvel e outros similares, em conjugação com as preocupações inerentes ao surgimento daquele que viria a ser o maior lago artificial da Europa (Silva, 1998).

As primeiras diligências para realização de trabalhos de campo na área do regolfo de Alqueva decorrem de uma iniciativa independente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e do Grupo de Estudos do Paleolítico Português (GEPP), no ano de 1975. Este projeto visava o reconhecimento dos sítios paleolíticos, em particular em torno de antigos terraços elevados.

O primeiro plano de levantamento e salvamento de património arqueológico diretamente relacionado pelas entidades promotoras do projeto de Alqueva data de 1979, já com as obras plenamente em curso. Realiza-se então o Estudo de Impacto do Empreendimento do Alqueva no Domínio da Arqueologia (Silva, 1998, p. 33-34).

Este estudo reflete a escassez de informação arqueológica que então se encontrava disponível, não apenas para o território de Reguengos de Monsaraz, mas generalizada à parte portuguesa da bacia do Guadiana. Não existiam estudos regionais e os trabalhos em torno do megalitismo do concelho era até então uma exceção da investigação arqueológica (Silva, 1998, p. 34).

Entre os mais evidentes impactes do empreendimento o Estudo destacava a submersão do Cromeleque do Xerez e outros monumentos megalíticos (Monteiro, 1979).

Um relatório sumário de 1979 e uma informação de julho 1980 reportam os resultados dos contributos do arqueólogo Pinho Monteiro, que para além do Estudo, realizou ensaios de reconhecimento do terreno, que permitiram corroborar algumas informações bibliográficas e identificar várias estações arqueológicas inéditas.

As obras foram paradas em 1979, com avanços e recuos sobre as decisões relativas à construção.

Entre 1984 e 1986 é realizado o Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva, sendo a componente arqueológica desenvolvida pela equipa de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, com a colaboração de José Manuel Mascarenhas. É então criado o primeiro quadro de referência do património histórico-arqueológico e a carta arqueológica da área do regolfo e zona adjacente (Silva et ali, 1986).

Este estudo, embora não sendo sistemático, trouxe inúmeros e importantes dados, principalmente sobre o eixo Reguengos/Mourão. Amplia muito significativamente o número de estações arqueológicas conhecido até então, salienta sítios arqueológicos da Pré-história como o Outeiro das Carapinheiras, Pipas e Barrisqueira e teve o mérito de valorizar um importante conjunto de estruturas antrópicas tradicionalmente consideradas pouco revelantes em levantamentos arqueológicos, como moinhos, pisões, atalaias ou pontes.

Na sequência deste estudo, o Projeto Arqueológico de Alqueva (PAA) inicia-se em 1988 e arrancam também trabalhos de campo no ano seguinte (Silva, 1998, p. 45).

Este trabalho foi interrompido em 1991 devido a nova indefinição no rumo do projeto de Alqueva.

Data de 1992 um novo Estudo de Impacte Ambiental, sobretudo incidente sobre os problemas inerentes aos diversos cenários levantados pelo plano de rega. Releva-se novamente a insuficiência da informação disponível e a necessidade de prospeção sistemática.

Em 1994 realiza-se um novo EIA, envolvendo a globalidade do projeto de Alqueva, mas sem novos trabalhos de campo, sentia-se nesta fase, como grande dificuldade, a ausência de informação georreferenciada, mesmo para sítios conhecidos e reconhecidamente relevantes.

Continuava a ser fundamental um levantamento arqueológico detalhado e exaustivo e assim surge o “Levantamento Arqueológico do Património do Alqueva” (LAPA), realizado entre 1995 e 1996. Decorrendo desta fase o Quadro Geral de Referência.

Neste período foram realizadas prospeções direcionadas para as zonas consideradas prioritárias para o planeamento das obras.

Finda a fase de prospeção, inicia-se a implementação do Plano de Minimização dos Impactes sobre o Património Arqueológico, no qual se destacavam as intervenções incidiram inúmeros sítios dispersos por uma ampla diacronia.

O Cromeleque do Xerez foi descoberto em 1969 e sujeito a uma intervenção que visou a sua reconstituição original, realizada por José Pires Gonçalves.

O Plano de Minimização para este monumento determinou a sua deslocação da posição original (aproximadamente de 5 km a sul de Monsaraz, em frente ao monte do Xerez, no centro de um pequeno vale, limitado por duas linhas de água, muito próximo do rio Guadiana e a cerca de 300 m da Anta do Xerez de Baixo) para outra zona do concelho de Monsaraz, próximo do Convento da Orada. Previamente, em 1998, Mário Varela Gomes procedeu à escavação da área de implantação do cromeleque, tendo identificando um conjunto diversificado de materiais arqueológicos muito fragmentados nomeadamente artefactos líticos (trapézios, furadores, lamelas e lascas em sílex, xisto silicioso, quartzo e quartzito), percutores, moventes, dormentes e alguns fragmentos de recipientes cerâmicos como taças decoradas com impressões.

A planta deste recinto constitui um tema problemático para a investigação, uma vez que os menires, com exceção do central, foram identificados tombados e deslocados da sua posição original. Assim, a morfologia subquadrangular ou retangular com menir central de grandes dimensões (cerca de 3,60 m de altura) que o recinto atualmente apresenta resulta meramente de uma interpretação.

Os cinquenta e cinco menires que constituem este monumento encontram-se bastante fraturados e foram talhados em diferentes tipos de granitos de proveniência local, apresentando morfologias muito variadas (ovoides, ligeiramente achatados, cilíndricas, subquadrangulares, cónicas ou poliédricas) e comprimentos que variam entre 0,37 m e 2,10 m, com predomínio para os elementos de pequena dimensão (altura inferior a 1,20 m).

Sete menires deste conjunto, incluindo o elemento central, foram decorados com diferentes motivos, nomeadamente covinhas, báculos e formas geométricas circulares, com paralelismos com motivos identificados noutros monumentos do mesmo tipo na região.

A complexidade arquitetónica do recinto, as decorações dos menires e os materiais arqueológicos recolhidos indiciam uma diacronia com distintas fases, desde a fundação no Neolítico Antigo e



Médio, com remodelações no Neolítico final (colocação do grande menir central) e eventuais reutilizações ao longo do Calcolítico.

Entre os momnumetos megalíticos alvo do Plano de Minimização contam-se também as antas de Monte Novo do Piornal, Piornal 1, 2 e 3, a Anta da Herdade dos Gagos e a Anta 1 do Xerez. Estas antas situadas no limite oriental do território megalíticos, situavam-se em cotas atualmente inundadas.

11.2.4. O Paleolítico da margem direita do Guadiana

Os vestígios mais arcaicos identificados no território de Reguengos de Monsaraz correspondem a contextos de plataforma com cascalheiras, nas quais foram recolhidos lascas e núcleos de quartzito com talhe acheulense.

Anteriormente aos trabalhos no território afetado pelo regolfo de Alqueva, os registos consistiam essencialmente em achados pontuais e descontextualizados, com manifesta atipicidade.

Mas de facto, a investigação realizada permitiu constatar a relativa raridade dos testemunhos efetivamente conectáveis com indústrias líticas acheulenses do Paleolítico Inferior. O Registo arqueológico continua a assinalar fundamentalmente de achados de superfície, numericamente pouco significativos e aparentemente provenientes do desmantelamento de antigas formações sedimentares que os embalavam.

A investigação permitiu ainda verificar a presença de alguns contextos arqueológicos genericamente associáveis a indústrias mustierenses, do Paleolítico Médio, que até à data eram desconhecidas na região (Ribeiro e Cura, 2004).

A importância arqueológica deste território encontrava-se há muito reconhecida, devido à identificação de inúmeros vestígios, sendo de destacar a recolha de materiais líticos talhados junto da ponte de Mourão (Paço e Leal, 1962; Perdigão, 1980) e a descoberta, escavação e estudo da denominada estação languedocense do Xerez de Baixo (Raposo e Silva, 1980), que consistia num corte aberto na periferia da plataforma da estrada para Monsaraz.

Na Ponte de Mourão os achados realizados resumiam-se a um escasso número de objetos líticos talhados em quartzito que genericamente se atribuíam ao Paleolítico e no Xerez de Baixo havia-se exumado um significativo conjunto de vestígios, que incluíam macro-utensílios talhados de quartzito, diversos produtos e subprodutos de debitage e talhe, bem como alguns fragmentos de cerâmica. Xerez de Baixo situava-se apenas a escassas dezenas de metros de uma outra jazida, designada de Sapateiros 2 (Ribeiro e Cura, 2004).

A descoberta da jazida de Sapateiros 2 ocorreu em finais de 1999, no decurso dos trabalhos de Minimização de Impactes da Barragem de Alqueva desenvolvidos no âmbito da Pré-História Antiga, onde a realização de duas campanhas de escavação, cujos resultados permitiram associar os vestígios arqueológicos a dois distintos momentos da presença do homem paleolítico na região, em conexão com sistemas de produção de materiais líticos baseados na debitage de quartzito a partir do aproveitamento dos seixos rolados localmente disponíveis (Ribeiro e Cura, 2004).

Assim e no seu conjunto, os diversos achados compartilham a circunstância constituírem jazidas de ar livre, terem resultado de recolhas de superfície e se encontrarem associados a contextos geomorfológicos claramente secundários. Acresce que se trata de vestígios arqueológicos compostos apenas por indústrias líticas talhadas, resultantes do aproveitamento quase exclusivo do

quartzito sob a forma de calhaus rolados, através do aprovisionamento de matérias-primas aparentemente locais (Ribeiro e Cura, 2004, p.8).

Embora a passagem e/ou permanência de caçadores-recoletores do Paleolítico Superior tenha certamente ocorrido neste território, os posteriores processos pós-deposicionais terão reduzido significativamente a quantidade de testemunhos datáveis deste período (Almeida et alii, 2013, p. 93). Não se registou qualquer contexto em posição primária ou estrutura de combustão preservada, apesar de alguns sítios revelarem termoclastos e artefactos queimados.

As intervenções realizadas no regolfo de Alqueva não trouxeram dados relevantes, uma vez que, a maior parte das ocupações identificadas se concentrava nas plataformas aluvionares ou coluvionares do Guadiana e seus afluentes principais, em cotas superiores ao leito de cheia e não comportaram informações pertinentes sobre as estratégias de povoamento, apenas contendo conjuntos de artefactos em pedra lascada. A ausência de materiais orgânicos nos contextos documentados impediu a obtenção de datações absolutas, sendo a atribuição cronológica baseada estritamente no estudo do espólio lítico exumado (Almeida et alii, 2013, p. 246).

A datação com base do estudo tipológico e tecnológico indicia ocupações de cronologia paleolítica tardia: Magdalenense, Magdalenense Final e Epipaleolítico. Eventuais ocupações mais antigas, se preservadas, estariam associadas a contextos geomorfológicos diferentes ou, se idênticos aos dos sítios conhecidos, corresponderiam a cotas altimétricas inferiores.

O aprovisionamento e utilização de matéria-prima no Paleolítico Superior apontam para a clara preferência pelo quartzo, sendo o quartzito muito menos representado do que nas jazidas do Paleolítico Médio e do Epipaleolítico. O sílex, enquanto matéria alógena, surge associado genericamente à debitação de utensilagem lamelar, que também é produzida sobre matérias siliciosas locais e regionais e mesmo sobre alguns quartzos de boa qualidade (Almeida et alii, 2013).

O sítio objeto de prospeção e escavação de Monte do Roncanito 21 encontrava-se situado nas imediações da foz da ribeira do Zebro. A intensa lavra das terras, associada a uma curta espessura estratigráfica resultou na ausência de estratos preservados, mas contendo uma significativa concentração de vestígios. De facto, foram identificadas quase 3000 peças, embora com claro domínio dos termoclastos e restos de debitação, pelo que se registaram cerca de 1600 efetivos artefactos, entre núcleos e utensilagem retocada. As matérias primas são dominadas pelo quartzito, seguido do quartzo e, por contraponto, nota-se a escassa representatividade de rochas siliciosas. À falta de elementos que permitissem a obtenção de datações absolutas, os paralelos tipológicos foram encontrados nas imediações, na Barca do Xerez de Baixo, considerado um testemunho invulgar das últimas comunidades de caçadores-recoletores do Alentejo interior.

Uma nova leitura do Mesolítico e o Neolítico antigo

O Mesolítico e o Neolítico antigo do interior alentejano eram períodos virtualmente desconhecidos no registo arqueológico. A enorme visibilidade do megalitismo na região contrastava com os ténues indícios do povoamento mais antigo e Reguengos de Monsaraz, enquanto território com um extenso historial de pesquisas, era paradigmático neste aspeto.

As prospeções nas margens do Guadiana revelaram um enquadramento particularmente sensível, resultado da identificação de diversos contextos, nomeadamente, o conjunto designado como Baixa do Xerez. De todas as localizações apontadas como detendo espólio de superfície, foram escavados alguns contextos que relevaram dados muito representativos.



A escavação de Barca do Xerez de Baixo (Araújo e Almeida, 2013) revelou um sítio ocupado pelo menos em quatro momentos do período Mesolítico, claramente distintos (aferidos através da conjugação ente os resultados provenientes de datações absolutas e da interpretação da estratigrafia comparada).

A importância deste sítio resulta de conservar indicadores de comportamentos, atividades, características e modalidades de funcionamento do espaço de habitat.

O estudo integrado das várias componentes artefactuais documentadas indiciam a vocação do sítio para a exploração cinegética (nomeadamente auroque, mas também, veado, cavalo e coelho) e a identificação de diversas estruturas de combustão, de tipologias e conteúdos distintos, encontra-se justamente relacionada com o processamento dos produtos derivados desta atividade, que exigia a produção de artefactos lítico com gumes cortantes (lascas), derivadas de modalidades de gestão e de trabalho da pedra simples, expeditas e adaptadas à morfologia dos seixos de matéria-prima disponíveis localmente (Araújo e Almeida, 2013).

Na curva do rio Guadiana, a considerável distância da principal concentração de antas, foram escavados entre 1998 e 2002 outros quatro sítios integráveis na transição Mesolítico/ Neolítico: Carraça 1, Fonte dos Sapateiros, Xarez 4 e o emblemático Xarez 12.



Figura 11.5 | Povoado Xarez 12. Fonte: EDIA, Relatório da Campanha 4, 2001

Xarez 12, entre os quatro, corresponde ao sítio melhor conservado. A localização privilegiada sobre a margem direita do Guadiana terá atraído grupos humanos numa longa cronologia, balizada entre o Mesolítico e o Neolítico Final, como base de sucessivos acampamentos sazonais, com uma notável concentração de estruturas de combustão. Mas proximidades, o sítio Carraça 1 (pequeno sítio, aparentemente de ocupação temporal restrita, de exploração logística) também conservava estruturas muito semelhantes, indiciando uma certa identidade regional, a par de uma importante carga cultural mesolítica, inerente a um pacote artefactual eminentemente lítico (abundância de projéteis – armaduras geométricas), associado à economia de subsistência de base cinegética (com vestígios de fauna mamalógica e malacológica) e proporcionalmente escassa cerâmica (Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013, p. 521).

De facto, embora nem todas as tipologias estejam representadas em todos os locais alvo de intervenções arqueológicas e possam representar distintos momentos cronológicos, foram identificadas estruturas pétreas para combustão categorizadas como fornos, fogareiros e *couvettes* de argila em Xarez 12 e Carraça 1.

Os trabalhos realizados, apesar de não terem conseguido cobrir integralmente a extensão de Xarez 12, não indicaram a presença de efetivas estruturas habitacionais.

Em Xarez 4 foi identificada uma possível estrutura habitacional, de utilização aparentemente curta e em Fonte dos Sapateiros registaram-se apenas contextos frágeis (áreas de combustão não estruturadas e possíveis empedrados).

Face à importância científica e patrimonial dos fornos de Xarez 12, quando as águas da Barragem do Alqueva já quase atingiam a cota de 136 m (altitude média do sítio) foram removidas sete das trinta e três estruturas de argila e foram depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e foram exibidas ao público 13 anos depois.

11.2.5. As antigas sociedades camponesas de Reguengos de Monsaraz

Passaram cerca de setenta anos desde a publicação dos trabalhos de Georg e Vera Leisner e o panorama científico relativo ao estudo das sociedades construtoras de megálitos também mudou significativamente.

Foram sete décadas, com diferentes ritmos e fases de impulso da investigação arqueológica, mas que no cômputo geral resultaram num vasto conjunto de informação, que extravasa o universo das construções megalíticas (no âmbito do qual foram identificados neste hiato temporal diversos menires, estelas-menir, alinhamentos e recintos megalíticos) e que finalmente revela o mundo dos vivos, dos construtores de megálitos e os seus povoados (Gonçalves, 2000, p. 5).

Note-se que uma das raras referências dos Leisner a um eventual lugar de povoamento corresponde a uma situação que nunca foi passível de corroborar no terreno: o eventual povoado de Gorginos. Nesta herdade apenas foi localizado um menir, deslocado, como resultado de despedregas dos terrenos (Gonçalves, 2000, p. 5).

É inevitável considerar que a discrepância de dimensão/monumentalidade espaço-temporal entre os sítios de habitat e as construções funerárias terá sido fortemente condicionadora do rumo da investigação.

Genericamente, não é possível encontrar relações fundacionais diretas entre povoados e os monumentos funerários que lhes estariam associados originalmente. Uma ponderação redundante de proximidades pode ter alguma fiabilidade em alguns contextos concretos, como Areias 15 e 16 e as catorze antas que os rodeiam (sendo em alguns casos intervisíveis) ou Gorginos 6, em situação similar (Gonçalves e Sousa, 2000, p. 14).

No entanto, a lógica de implantação inerente aos povoados é distinta daquela que prevalece nas construções de cariz funerário, ainda que possa existir complementaridade, em pontos genericamente comuns, como em termos de orohidrografia, geologia e aptidão dos solos. Portanto, poderia dizer-se que povoados e monumentos partilham as mesmas zonas de implantação. Embora fatores como a disponibilidade de recursos, como a água, os solos, as matérias-primas, as condições de defensabilidade e de domínio visual ou as acessibilidades detenham um significado económico e territorial para os povoados, que não se aplica às necrópoles (Gonçalves e Sousa, 2000, p. 15).

Os distintos estados de conhecimentos diferem necessariamente entre sítios escavados, sítios com abundantes dados de superfície, provenientes de prospeção e sítios com escassos indícios, dificultam as leituras e a teorização em torno de redes de povoamento, cronologia e diacronias da ocupação do território, sempre em permanente construção, decorrentes da aquisição de novos resultados de intervenções arqueológicas.



Coincidiu com a reedição, em 1985 da obra monográfica dos Leisner, o início de trabalhos sistemáticos da UNIARQ, sob responsabilidade de Victor S. Gonçalves, neste território. Estes trabalhos foram direcionados não apenas para as antas, mas igualmente para a compreensão do que designou os “povoados megalíticos” e as formas de povoamento pré-históricas.

Em meados da década de 1990 já eram conhecidos cerca de duzentos sítios de habitat no território de Reguengos de Monsaraz, mas apenas existiam resultados de escavações dos sítios Monte Novo dos Albardeiro, Torre do Esporão 3, Marco dos Albardeiros e Areais 15 e 16.

Victor S. Gonçalves realizou escavações no povoado calcolítico do Monte Novo dos Albardeiros, cujas principais fases de ocupação terão decorrido no III milénio (Gonçalves, 1988-1989). Este foi o ponto de partida para um conjunto de novas descobertas sobre os espaços de vida das comunidades pré-históricas.

Na continuidade da investigação neste território, escavou o sítio 3 da Torre do Esporão, que complementou os dados relativos aos povoados com ocupação na transição do IV para o III milénio (Gonçalves, 1990-1991).

Atividades agrícolas foram responsáveis pela destruição de Torre do Esporão 3 e também tiveram impactes relevantes em Perdigões.

O Complexo Arqueológico dos Perdigões foi classificado em 2019, como Monumento Nacional (MN, Decreto n.º 2/2019, DR, 1.ª série, n.º 19, de 28-01-2019, que classificou como SIN com a designação de MN e Portaria n.º 183/2019, DR, 2.ª série, n.º 42, de 28-02-2019, que fixou as restrições), mas de facto, o sítio foi identificado devido à descoberta do cromeleque, ainda na década 1980, por Mário Varela Gomes, que realiza alguns trabalhos de escavação na área do povoado.

Cerca de dez anos mais tarde, trabalhos agrícolas para a plantação de vinha provocam a afectação do sítio, que foi objeto (e ainda o é atualmente) de diversas intervenções de salvaguarda arqueológica, que permitiram recolher uma grande quantidade de dados e confirmar o notável potencial arqueológico.



Figura 11.6 | Complexidade estrutural da área central dos Perdigões. Fonte: Valera, 2018, p. 28

Estas intervenções relevaram um grande complexo arqueológico, abrangendo uma área de cerca de 16 ha, composto por vários recintos, delimitados por grandes fossos, por estruturas negativas, escavadas na rocha, uma área de necrópole e um cromeleque ou recinto megalítico cerimonial definido por diversos menires, cuja fundação remonta ao Neolítico Médio, com continuidade de ocupação até ao início da Idade do Bronze.

O Programa Global de Investigação dos Perdigões, envolve diversas entidades (nomeadamente, a empresa ERA-Arqueologia, as universidades do Algarve, Coimbra e de Málaga, o Instituto Arqueológico Alemão, o Laboratório de Arqueociências da DGCP e o Instituto Tecnológico e Nuclear).

Ao longo do desenvolvimento deste vasto projeto de investigação, têm sido abrangidas por escavação áreas que incluem estruturas negativas como fossos ou fossas e múltiplos contextos funerários, de uma diversidade é notável, consistindo em sepulcros de inumações primárias, de inumações secundárias ou depósitos de restos de cremações humanas. Estas últimas práticas funerárias são consideradas pouco comuns na época e colocam à investigação importantes questões sobre as visões do mundo e do ser humano que estariam em transformação.

Em associação aos contextos de cremações humanas foi registado um notável conjunto de estatuetas antropomórficas em marfim, previamente conhecidas noutros contextos do sul peninsular, mas até então desconhecidas no panorama regional.

A bibliografia relativa ao complexo arqueológico dos Perdigões é já bastante extensa (Valera, 2017; Valera 2018), contando com inúmeros artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, teses de mestrado e de doutoramento e o trabalho monográfico relativo à fase neolítica, como resultado da intensa investigação desenvolvida.



Salienta-se a grande dimensão do Complexo dos Perdigões face à generalidade dos contextos da Pré-história recente conhecidos.

De facto, os resultados de intervenções arqueológicas são diversos, embora alguns sítios não tenham sido escavados e algumas das escavações realizadas não cubram integralmente as potenciais áreas de dispersão dos povoados.

Monte Novo dos Albardeiros seria outro grande povoado no Calcolítico, situado sobre plataforma alongada, com amplo domínio visual sobre a paisagem envolvente. Foi identificada uma primeira fase de ocupação, enquanto povoado aberto, com estruturas precárias, revestidas com argila, à qual sucedeu o povoado fortificado, que integrava uma torre oca com uso habitacional e uma muralha de grandes dimensões, da primeira metade do III milénio. No exterior da fortificação foi registado um local com grande concentração de materiais de difícil interpretação ou integração cronológica. Na segunda metade do III milénio sucede-se a construção de uma estrutura funerária em falsa cúpula, sobre a torre entulhada e na Idade do Bronze Inicial foram abertas duas depressões para deposições funerárias no *tell*.

Marco dos Albardeiros foi prospetado e alvo de uma pequena escavação de emergência, que revelou um povoamento disperso, que sofreu fortes perturbações devidas à intensidade dos trabalhos agrícolas. Em termos estruturais, apenas foi identificada uma pequena fossa ovóide escavada no substrato rochoso.

Em Torre do Esporão foi identificado um povoado aberto, com uma implantação paisagisticamente privilegiada, onde não foi ocasional a construção de uma torre defensiva, no século XIII. Da identificação de três núcleos distintos de ocupação resultou a intervenção junto à torre, que permitiu registar estruturas do que seria um povoado bastante amplo, com fundos de cabana e estruturas negativas do tipo fossa.

Registam-se sítios com abundância de espólio, mas desprovidos de estruturas habitacionais, como é o caso de Areias 15. Mesmo em áreas de particular concentração de espólio, junto a afloramentos, não foram registados indícios de estruturação. Este facto pode resultar de perturbações pós-deposicionais e/ou da preparação da ocupação (Gonçalves e Sousa, 2013, p. 81-82).

Castelo do Azinhalinho não foi alvo de escavações, mas as prospecções realizadas indiciam a existência de um troço de pano de muralha, que em complementaridade com os afloramentos rochosos definiria a defensabilidade do povoado. O espólio é bastante abundante à superfície do solo, particularmente junto aos penedos.

Em Monte Novo 1 apenas se assinala a abundância de espólio à superfície do solo, mas não foi alvo de escavação.

11.2.6. A arte rupestre do vale do Guadiana

Enquanto núcleos de arte rupestre, o Quadro Geral de Referência o Alqueva apenas reporta a existências dos sítios intervisíveis de arte esquemático-linear de Aqualta 6 (Reguengos de Monsaraz) e Aqualta 7 (Mourão), sendo as restantes manifestações inventariadas à data tipificadas como “cavinhas”, sem qualquer outra caracterização (Martins, 2018).

Só em 2001 se iniciaram trabalhos de fundo com vista à identificação e caracterização de arte rupestre do vale do Guadiana na área portuguesa a afetar pelo regolfo de Alqueva e encontram-se publicados em trabalho monográfico das Memórias d’Odiana (Batista e Santos, 2013).

A maior parte dos núcleos de gravuras rupestre documentados neste levantamento (Baptista e Santos, 2013; Martins 2018), situava-se em território espanhol (salientando-se o núcleo de Molino de Manzanares com quinhentos e sessenta e cinco painéis datados entre o Paleolítico e a Idade do Ferro), sendo menor o número de ocorrências no troço de vale integrado em território nacional (com destaque para a zona de Moinhola, com cento e dezoito painéis, entre outro, num total de duzentas e trinta e oito rochas com gravuras). As cronologias do ciclo artístico do Guadiana abarcam representações desde o período Paleolítico até à atualidade.

A análise espacial dos sítios inventariados, até ao momento, indica-nos uma notável concentração de arte rupestre, na área de Monsaraz, que, por enquanto, não, tem paralelos no resto da região das idedações de um grande povoado do Bronze Final/Ferro (Calado, Mataloto e Rocha, 2007).

As gravuras encontram-se ao ar livre, sobre afloramentos e blocos soltos, mas também em vários abrigos naturais de xisto, que foram utilizados em épocas proto-históricas e contemporâneas, como é exemplo de Serra de Motrinos 1, que apresenta uma grande diversidade de temas e estilos (Calado, et alii, 2008).

O núcleo de arte rupestre de Monsaraz caracteriza-se pela existência de grande número de painéis em afloramentos com covinhas, que por vezes, surgem associadas com motivos filiformes. Em Serra de Motrinos 1, registaram-se vários exemplares de antropomorfos. O painel de São Cristóvão 3 é o único que ostenta um círculo picotado e escaliformes. Em Monte do Oliveirinha 5 observaram-se com cinco pentagramas.

11.2.7. A Proto-história

Os conhecimentos disponíveis para a Proto-história são muito limitados e contrastavam com o número de sítios conhecidos de momentos precedentes.

O panorama não se alterou e os vestígios de povoamento anteriores ao Bronze Final permanecem invisíveis. Mesmo, as escassas cistas referidas na bibliografia não foram ser confirmadas e nenhum povoado dessas épocas foi identificado.

A ausência quase absoluta de vestígios do Bronze Pleno na região, parece relacionada com uma aparente desarticulação do povoamento calcolítico, (Gonçalves e Calado, 1990-91). A grandeza das fases precedentes aparenta ter sido suplantada por uma forte retração nos finais do III milénio a.C., com base no registo arqueológico dos sítios campaniformes estudados na área do Alqueva e nas imediações (Silva e Soares, 2002; Calado, 2002).

As exceções são o habitat Torre do Esporão 2 e a necrópole Cebolinhos 7, de cistas do Bronze do Sudoeste, descoberta aquando de uma lavoura profunda, onde foram recuperados vasos cerâmicos característicos deste tipo de monumentos funerários, nomeadamente uma taça tipo Atalaia.

Este hiato no registo arqueológico só viria a ser colmatado, em novos moldes, nos finais do II milénio a.C..

Sítios como Monte Novo 2 e o Castelo Velho do Degebe traduziam a diversidade dos módulos de ocupação do espaço próprios à Idade do Ferro. As relativamente pequenas dimensões de Monte Novo 2 contrapõem-se à ampla da área que seria ocupada pelo Castelo Velho do Degebe, cuja fortificação protegeria um significativo número de habitantes (Rocha, Calado e Gonçalves, 1992).

O Castelo Velho do Degebe num esporão rochoso, a cerca de 8 km de Reguengos de Monsaraz.

A carta de doação da Herdade do Esporão a D. João Aboim e sua mulher, datada de 1267, refere já a existência de uma fortificação designada como "Castelo Velho do Degebe".



No entanto, o primeiro relato com algumas informações concretas sobre o sítio resultou de uma visita efetuada em 1961 por Afonso do Paço e José Gonçalves (PAÇO, GONÇALVES, 1962), que identificaram um povoado fortificado onde ainda era visível um duplo fosso e três linhas de muralhas em pedra seca aproveitando, conjunto este que, na altura, tinha sido algo afetado pelos trabalhos agrícolas relacionados com a "Campanha do Trigo" de 1929. A estrutura defensiva construída era reforçada no setor sul, pela escarpa natural sobranceira ao rio Degebe.

Entre os materiais que afloravam à superfície foram identificadas mós manuais, fragmentos de peças em cerâmica datadas da Idade do Ferro, para além de abundante escória, levando os investigadores a associarem este povoado à prática da metalurgia. Foram igualmente identificadas bastantes tegulae, fragmentos de ânforas, pesos de tear e outros materiais de época romana apontando assim para um espaço que deveria ter assistido a pelo menos dois grandes períodos de ocupação humana.

Em 1972 José Pires Gonçalves, delegado do concelho de Reguengos de Monsaraz do Ministério da Educação, solicita autorização superior para efetuar no Castelo Velho do Degebe uma intervenção arqueológica com alguns dos seus alunos. Não tendo sido autorizada esta intervenção por parte do proprietário do terreno, perdeu-se uma oportunidade única de conhecer melhor este sítio arqueológico dado que, em 1989, quando a propriedade muda de mãos e o terreno foi fortemente afetado pela plantação de eucaliptos. As construções existentes que incluíam fossos, muralhas e estruturas habitacionais, foram arrasadas e terraplanadas.

A total destruição, devido a florestação, do Castelo Velho do Degebe impediu uma leitura minimamente significativa da sua duração cronológica e da sua caracterização cultural. Apenas resta o impressionante espólio recolhido pela equipa do IPPC que então procedia ao levantamento arqueológico da área de enchimento da Barragem do Alqueva.

Quanto aos grandes povoados de cumeada, característicos do Bronze Final do Sudoeste, regista-se S. Gens (Silva, 1996: 56), localizado sobre uma elevação destacada, relativamente próxima do Guadiana, com domínio sobre manchas de solos com maior potencial agrícola junto da povoação de Monsaraz.

Em S. Gens é visível um talude que indicia a existência de uma muralha circular, envolvendo o topo da elevação e delimitando uma área de cerca de 500m². O topo da área delimitada pela muralha encontra-se ocupado por uma torre medieval.

Também em São Cristóvão 2, no topo de uma elevação se encontram abundantes vestígios de cerâmica manual. Sítio associado ao conjunto de arte rupestre de São Cristóvão 1 e com claros paralelos artefactuais com S. Gens.

Os grandes povoados encontram-se preferencialmente em áreas de cumeada, dominando visualmente extensas paisagens em redor, e parecem ter funcionado como grandes centros políticos e económicos, que geriam redes de pequenos sítios e, com frequência, controlavam rotas de alcance inter-regional.

Neste pressuposto, fazia todo o sentido a existência de um grande centro urbano, neste troço do vale do Guadiana, dada a diversidade de sítios abertos pequenos e médios de habitat, atribuídos à primeira Idade do Ferro – sítios abertos, de vocação agro-pastoril (Calado, Mataloto e Rocha, 2007).

Em Rocha do Vigio 2 a intervenção permitiu identificar a presença de estruturas de planta ovalada, correspondentes a cabanas, e uma grande estrutura de planta quadrangular. O desenvolvimento

em altura destas cabanas deveria fazer uso de materiais perecíveis e terra, tendo sido registada a presença de barro de cabanas. Aparentemente no centro do espaço interior surgiram estruturas de combustão, com um solo de barro cozido sobre um leito de fragmentos cerâmicos. As estruturas de planta quadrangular corresponderiam a dois edifícios geminados, que poderão ser posteriores. Deste sítio provem um amplo conjunto de cerâmica proto-histórica de produção manual bem preservado, permitindo a reconstituição de um número elevado de recipientes. As únicas cerâmicas a torno datarão da ocupação medieval.

Regista-se a presença de uma extensa área edificada. O conjunto edificado integra diversas estruturas construídas em lajes de xisto e blocos de quartzito, de calibre diverso. Registaram-se de diversos compartimentos de planta retangular, de distinto tamanho, dispostos perpendicularmente ao declive e aparentemente com fases de construção distintas e uma possível escadaria na parte superior do conjunto. Do conjunto artefactual, composto essencialmente por cerâmica, destaca-se a percentagem de produções a torno, em detrimento da produção manual. A intervenção em Malhada do Gagos permitiu identificar um forno, aparentemente de cerâmica. Monte da Estrada e Musgos, revelaram restos de estruturas de planta ortogonal.

11.2.8. Reguengos no período romano e medieval

Na transição para os alvares da romanização registam-se fortins como Monte do Gato 2 corresponderá a um fortim ou Defesinha.

Uma profunda surriba nas encostas do cabeço do Moinho do Tojal, para plantio de eucaliptos, terá desruído parte significativa da área ocupada, inviabilizando a integração micro-espacial da estrutura que era visível.

Em comum estes sítios têm a presença de uma construção de planta quadrangular, situada na extremidade mais elevada do relevo no qual se implantam, em posição dominante indica a funcionalidade enquanto torre de vigilância, de controlo e defesa, tendo em conta a sua localização e a robustez dos muros visíveis ou indiciados em alguns locais. Pelo menos alguns destes edifícios desenvolver-se-iam em altura, com mais que um piso, conforme indicia a presença de enormes derrubes de pedra, particularmente evidente em alguns locais, tal como a robustez dos muros exteriores, por vezes com 1 metro de espessura, enquanto outros locais apresentariam estruturas mais modestas (Mataloto, 2002).

Os fortins instalam-se, genericamente, em esporões de grande defensabilidade natural, mas o domínio visual sobre a paisagem envolvente, sobre vias de comunicação ou zonas estratégicas do território difere entre os exemplares conhecidos.

A “torre” seria normalmente associada a outras construções de menor entidade visível, eventuais estruturas habitacionais e/ou de apoio às atividades desenvolvidas no local. A área ocupada seria necessariamente, muito condicionada pelas contingências da própria implantação topográfica.

Apesar de alguns autores concetualizarem a ideia de ocorrência de um abandono sistemático e generalizado em época romana dos anteriores povoados sidéricos de altura, como forma de pacificar as regiões e estimular o desenvolvimento da atividade agrícola (Alarcão, 1990, p. 411), as evidências arqueológicas do Castelo da Lousa (Mourão), como a epigrafia os artefactos, são prova de existência de uma continuidade de ocupação desde a Idade do Ferro.

De plena romanidade um conjunto relativamente numeroso de sítios revelou materiais que poderiam, genericamente atribuir-se ao período da ocupação romana ou à Idade Média.

Em comum, todos estes sítios são lugares pobres, traduzindo um povoamento rural disperso.



Para o período romano a ocupação de territórios com solos pobres, de baixa capacidade agrícola, seria desinteressante, salvo por razões militares. Já em período medieval a parca população que se instalava deveria praticar uma agricultura familiar de subsistência e, sobretudo, o pastoreio.

As prospecções revelaram assim vestígios de estruturas precárias, onde a presença de telha indicia locais de habitat.

Em Vargel, junto à barragem e sobre uma vasta extensão, encontra-se documentada à superfície do solo cerâmica de construção, pedra aparelhada e um peso de lagar, para além de vestígios de muros de pedra e argamassa, que teriam mais de 1 metros de altura conservada. Uma casa recente ali implantada reutiliza na construção materiais de cronologia romana.

Destaca-se n entanto, o Monte dos Mancebos, possível *uilla* na qual foi documentada grande abundância de vestígios. Os materiais encontram-se dispersos por um esporão com uma área de cerca de 2 ha. Segundo Jorge Alarcão foram encontrados fragmentos de cerâmica de construção, moedas e um "turibulum" de bronze.

Considerada uma das mais antigas vilas de Portugal, Monsaraz regista indícios de povoamento desde tempos pré-históricos, sendo inicialmente um castro fortificado. A partir de então foi sendo sucessivamente ocupada até ao período de formação da nacionalidade, sendo conquistada pela primeira vez aos Muçulmanos em 1157.

É tomada pelo domínio almôada depois da derrota de D. Afonso Henriques e é reconquistada por D. Sancho II em 1232, que a doou à Ordem do Templo.

No entanto, o repovoamento cristão de Monsaraz só ia efetivar-se no reinado de Afonso III, com a conceção do primeiro foral, que fixa os limites do concelho. Nos anos seguintes foi edificado o núcleo primitivo do castelo, incluindo a torre de menagem, a matriz e o tribunal gótico, cujo interior alberga o fresco de O Bom e o Mau Juiz. Ao longo do século XVI, e com a reforma manuelina do foral, a povoação foi crescendo, instituindo-se localmente uma Irmandade da Misericórdia.

A fortificação medieval, constituída pelo castelo e pela cintura de muralhas envolvente. Os panos de alvenaria são verticais e altos, construídos em alvenaria de pedra irregular de xisto, com exceção nos cunhais e bases, em aparelho regular de silharia de granito.

A vila medieval de Monsaraz surgiu no contexto de uma conjuntura de prosperidade, no qual a população aumentava e ultrapassava os próprios limites da zona intramuros. A sua posição estratégica permitia detetar o inimigo com antecedência, pois dava conta do perigo através da comunicação visual entre o conjunto fortificado e a rede de atalaias envolvente.

A fortificação seiscentista foi constituída essencialmente por baluartes do tipo Vauban (cuja autoria é atribuída a Nicolau de Langres) e coroada a norte por uma obra avançada. Os progressos de artilharia obrigaram os engenheiros militares à substituição das altas muralhas dos castelos por obras de defesa menos aparentes e vulneráveis. Os panos de muralha são de uma espessura bastante superior, em alvenaria de xisto um pouco mais aparelhado. A aterragem da plataforma era feita através de compactação do solo.

A estrutura defensiva do território contava ainda com um conjunto de torres de atalaia, erguidas em alvenaria.

Em S. Gens, sobre os vestígios de um povoado fortificado da Idade do Ferro foi implantada uma torre atalaia (Atalaia de S. Gens ou Torre de São Gens do Xarez) de base quadrangular, bem como

restos visíveis de muros de construções também de época medieval. Note-se que à superfície, na encosta virada a norte, observam-se abundantes vestígios de cerâmica de construção medieval, sobretudo telha fina e sul, cerca de 600m, em rechã, existe uma ocupação da mesma época, provavelmente uma necrópole.

João de Almeida (ALMEIDA, 1948) registava que estas atalaias teriam na raiz monumentos de grande antiguidade, porventura protohistóricos, embora as construções que persistem atualmente tenham sido todas edificadas no período pós-Restauração.

A Atalaia de S. Gens foi construída em 1646, enquanto parte do plano defensivo dos portos do Guadiana no período das Guerras de Restauração, que se distribuía pelas cumeadas sobranceiras ao rio, reforçando também a linha de defesa da fortaleza de Monsaraz. Este projeto foi elaborado pelos engenheiros militares Nicolau de Langres e Jean Gilot.

A pequena fortaleza de planta quadrada implanta-se num ponto central de uma plataforma natural. As fachadas não têm abertura de portadas ou fenestrações e a cobertura do espaço, que seria abobadado, ruiu nos primeiros anos do século XX.



Figura 11.7 | Atalaia de S. Gens. Fonte: Silva, 1998, p. 184

Outras atalaias do território são Cabeços da Rainha, Porto das Carretas, Xerêz de Baixo, Cabanas da Choupana, Monte do Gato ou Trafal.

Para o período medieval destaca-se ainda o Castelo do Esporão, situado naquela que é considerada "umas das mais antigas propriedades rigorosamente demarcadas do termo ancestral de Monsaraz" (ESPANCA, 1978).

A Herdade do Esporão encontrava-se já delimitada em 1267, pertencendo nesta época a Soeiro Rodrigues, juiz de Évora. No entanto, o morgadio do Esporão só seria instituído em 1427 por D. Teresa Anes da Fonseca, casada com Fernão Lopes Lobo.

A sua filha, D. Leonor Ribeiro da Fonseca casou com Álvaro Mendes de Vasconcelos, cavaleiro da casa do Duque de Bragança e regedor da cidade de Évora, que mandou edificar durante o seu morgadio, entre os anos de 1457 e 1490, a Torre do Esporão (GONÇALVES, 1975).

Este edifício é emblemático da arquitectura militar alentejana nos últimos momentos da tradição gótica. Não tendo qualquer utilidade ao nível de defesa territorial, a sua edificação prendeu-se sobretudo com questões de afirmação do estatuto social e da linhagem e teria funções efectivamente residenciais.



A torre de planta quadrangular divide-se em três registos, com fenestrações nos pisos superiores, dispostas de forma simétrica. Na fachada principal da torre foi implantada uma escadaria, de acesso ao segundo piso, construída sobre um arco.

Esta estrutura exterior não corresponde à edificação primitiva, alvo de sucessivas alterações ao longo dos tempos. Além das alterações, também a progressiva degradação do imóvel foi um factor preponderante para as alterações que sofreu no século XX. Em 2002, obras de reabilitação do edifício alteraram substancialmente as fachadas e sobretudo os espaços interiores da torre.

11.2.9. Os moinhos e outros patrimónios ligados à economia de subsistência

O rio Guadiana constituiu um importante palco de atividade moageira, considerando-se, pelo menos sete séculos de história de construção de grandes engenhos, permanentes ou temporários, movidos através do aproveitamento da força da água.

Os moinhos eram uma marca notável na paisagem fluvial. As construções caracterizavam-se essencialmente por abóbadas fortíssimas e grandes açudes, formados por lajes de xisto imbrincadas em cutelo, capazes de resistir a cheias muito vigorosas.

Para o processamento de cereis produzidos nas imediações ou mesmo para o pisoteio de lã, as infraestruturas foram implantadas em função da configuração das margens e da aptidão do substrato rochoso, para fundação e construção de açudes e levadas (Silva, 1998, p. 15).

O volume de Memórias d’Odiana “No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos” integra um vasto estudo dos moinhos de água da área afetada pelo regolfo de Alqueva e necessariamente hoje em dia submersos pelas águas.

O referido estudo relevou a fundação da maior parte dos imóveis dataria de há cerca de dois séculos, sendo a maior parte abandonada em meados do século XX.

Previamente à generalização da industrialização da produção de farináceos, os moinhos desempenhavam um papel fundamental na economia de subsistência da região.

A implantação dos engenhos hidráulicos encontrava-se condicionada pela irregularidade dos caudais. A arquitectura e tecnologia foram adaptadas em função da maximização do aproveitamento da força das águas.

Se comparados com os moinhos de rodizio, situados em barrancos e cursos de água de menor caudal, os moinhos do Guadiana eram de maior dimensão, sendo do tipo de submersão e rodete, por se situarem no leito de cheia.

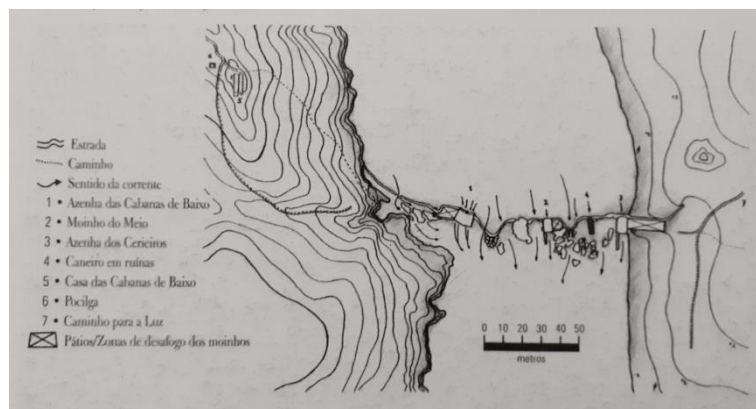


Figura 11.8 | Levantamento das Azenhas de Cerieiros, entre as duas azenhas existia um pesqueiro. Fonte: Silva, 1998, p. 214.

No território do concelho de Reguengos de Monsaraz, previamente à subida das águas de Alqueva, eram observáveis exemplares da arquitectura moageira tais como: Moinho do José Brás, Moinho das Cabanas da Choupana, Moinho da Curva, Moinho da Pêga, Moinho do Coronheiro, Moinho do Gato, Moinho das Piteiras, Moinho do Major, Moinho do ramalho, Azenha das Cabanas de Cima, Azenha dos Clérigos ou a Azenha dos Cerieiros.



Figura 11.9 | Moinho das Piteiras. Fonte: Silva, 1998, p. 197

A pesca terá funcionado muito em complemento com a atividade molinheira, com recurso aos designados “pesqueiros” (como o das Azenhas de Cerieiros, implantado entre as duas azenhas), adossados aos açudes ou com recurso a pequenas barcas de construção rudimentar, como a “chata”.





Figura 11.10 | Pesquiera no açude do Moinho do Gato. Fonte: Silva, 1998, p. 18.

Para além dos edifícios de moagem, refere-se ainda um conjunto de construções ribeirinhas, associadas ao aproveitamento hídrico, designadamente os pisões (dos quais não foi possível verificar a existência de nenhum exemplar no concelho) e os lagares.

Pelo menos desde que é possível conhecer relatos históricos, derivados dos escritos da antiguidade clássica, que a região é descrita como tendo verões longos, quentes e secos, que fizeram da água um dos bens mais preciosos, sendo o rio Guadiana a principal fonte de aprovisionamento (Silva, 1998, p. 17).

A criação, adaptação e desenvolvimento de técnicas e estruturas de captação, transporte e armazenamento de água, para fins domésticos e agrícolas, tiveram na região dois grandes momentos de apogeu: os períodos de dominação romana e islâmica. Os testemunhos materiais destes momentos históricos compreendem barragens, tanques, açudes, aquedutos, cisternas, tanques e poços (Quintela, et alii, 1986).

Entre as estruturas agropastoris mais singulares, destacam-se os chafurdos: amplas construções em de xisto e terra, de planta circular, com cobertura em falsa cúpula, que surgem isoladas ou em grupos, associadas a currais.



Figura 11.11 | Pesquiera no açude do Moinho do Gato. Fonte: Silva, 1998, p. 194.

A atividade mineira é testemunhada por vestígios que poderão remontar ao período moderno ou mesmo medieval. Em Minas Velhas persistem as ruínas de edifícios de apoio à mineração do cobre, numa extensa vala de extracção. Em Pego da Mina a mina de cobre desenvolvia-se por diversas galerias e poços.

11.3. SÍNTESE

O concelho de Reguengos de Monsaraz dispõe de uma história riquíssima, cimentada num vasto património arqueológico. O papel de relevo será sempre associado à imponência dos monumentos e constituem a paisagem megalítica.

Apesar de assimetrias de conhecimento, em função de determinados períodos cronológicos ou formas de ocupação do território, o amplo manancial de vestígios atesta uma ocupação antrópica intensa e diversificada, que ocorreu desde períodos muito remotos da pré-história antiga.

O presente texto pretendeu fazer uma síntese diacrónica dos dados disponíveis, sem pretender ser particularmente exaustivo, uma vez que, as diferentes temáticas já foram alvo de diversos artigos científicos e estudos monográficos.

O futuro reserva inúmeros desafios de conciliação entre o progresso e a preservação dos vestígios do passado. A sua salvaguarda é particularmente pertinente, face às inúmeras destruições de sítios e monumentos reportadas nas últimas décadas.

Ao nível do património edificado, o concelho também releva imóveis singulares e a salvaguardar, desde a arquitectura militar, até aos imóveis vernáculos, marcas e reflexo da vivência e economia da população agro-pastoril ao longo dos séculos.



**PARTE IV – DOMÍNIO EQUIPAMENTOS,
INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES**

Esta página foi deixada em branco propositadamente



12. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

12.1. NOTA METODOLÓGICA

Definição dos domínios e tipologias dos equipamentos de utilização coletiva

Os equipamentos de utilização coletiva encontram-se definidos pela Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro como “Áreas afetas às instalações (inclui as ocupadas pelas edificações e os terrenos envolventes afetos às instalações) destinadas à prestação de serviços às coletividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, proteção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de atividades culturais, de recreio e lazer e de desporto.”

Apesar da ex-Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano considerar haver um consenso entre os sectores onde se considera a existência de equipamentos coletivos: saúde, educação, ação social, desporto, recreio e lazer, cultura, segurança, proteção civil e defesa nacional, no âmbito da sua publicação “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos” procede à compilação de normas e critérios estabelecidos pelos organismos responsáveis pela programação de equipamentos apenas nas áreas da educação, saúde, solidariedade e segurança social, segurança pública e desporto.

No Portal do IGEO (Dados Abertos) é possível visualizar a Carta de equipamentos coletivos, à qual se encontra associado o Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, da Direcção-Geral do Território (Edição Digital de março de 2014)⁵³, onde são consideradas outras tipologias de equipamentos, e onde se procede à atualização de conceitos.

Tendo por base o referido Glossário, são considerados os seguintes domínios no levantamento dos equipamentos de utilização coletiva do concelho de Reguengos de Monsaraz:

- Educação⁵⁴
- Saúde
- Solidariedade e Segurança Social
- Segurança Pública
- Cultura e Lazer
- Desporto
- Administração⁵⁵
- Investigação e Desenvolvimento
- Religiosos
- Funerários

⁵³ Documento disponibilizado em http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Docs/Glossario_Equipamentos.pdf

⁵⁴ Inclui os equipamentos de formação profissional. Não é por isso apresentado o Domínio Emprego e Formação Profissional.

⁵⁵ Optou-se por agrupar os domínios apresentados no Glossário – Administração Pública, Finanças e Justiça – no domínio “Administração”.

- Comércio

Apesar das classificações do domínio e da tipologia terem sido adaptados do Glossário de Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva, as tipologias podem divergir bastante devido a atualizações legislativas e alterações organizativas de cada Setor (Domínio).

Ressalva-se ainda que não foram identificados no levantamento, os equipamentos ligados à Defesa (inexistentes), e ao Turismo⁵⁶. Os equipamentos de Emprego e Formação Profissional identificados no concelho encontram-se abrangidos no Domínio Educação.

Fontes de informação

O levantamento dos equipamentos aqui apresentado constitui um ponto de partida, que deverá ser validado e complementado através da consulta às Juntas de Freguesia e aos serviços municipais, e que considera desde já as seguintes fontes de informação:

- Pesquisa de todas as respostas sociais do concelho da Reguengos de Monsaraz na Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt;
- Carta Educativa do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Revisão I, Município de Reguengos de Monsaraz, maio de 2016;
- Pesquisa Serviço Nacional de Saúde - Prestadores Cuidados do Saúde, disponível em <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores>;
- Consulta do site da CMRM – Serviços, disponível em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/serviços>;
- Lista de Associações disponibilizada pela CMRM, via email em 08-08-2018;
- Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz (atualização da versão de 2014), agosto de 2018.

Cartografia de equipamentos

Na Planta de Equipamentos procede-se à implantação cartográfica de cada equipamento (através do Código criado para o PDM, e indicado no presente Relatório), de onde consta a localização da totalidade dos equipamentos, diferenciados por domínio.

Procede à implantação cartográfica pontual da localização dos equipamentos, remetendo-se para a análise dos perímetros urbanos, as situações em que se afigure ser necessário proceder à delimitação cartográfica dos polígonos para efeito da classificação e qualificação do solo.

12.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A atual oferta de equipamentos de educação é resultado das intervenções executadas de acordo com a Carta Educativa homologada em 2006, e da sua Revisão em maio de 2016.

A oferta educativa do concelho encontra-se identificada no Quadro 12.1 e na Planta 07, integrando na sua vertente pública um único agrupamento de escolas, o Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, com sede na Escola Secundária Conde de Monsaraz.

Este agrupamento é constituído pelos níveis de ensino do Pré-escolar ao Ensino Básico.

⁵⁶ O levantamento dos empreendimentos turísticos é efetuado na análise das Atividades Económicas.



No nível do Pré-escolar são identificados Jardins de Infância em todas as freguesias do concelho:

- Três Jardins de Infância na freguesia de Reguengos de Monsaraz, nas localidades de Caridade, Perolivas e Reguengos de Monsaraz;
- Dois Jardins de Infância na União de Freguesias de Campo e Campinho, nas localidades de São Marcos do Campo e Campinho;
- Um Jardim de Infância na freguesia do Corval, na localidade de São Pedro do Corval.
- Um Jardim de Infância na freguesia de Monsaraz, na localidade de Outeiro.

Todos estes correspondem a um equipamento conjunto de Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, com exceção dos jardins de Infância de Caridade, Reguengos de Monsaraz e São Marcos do Campo.

No nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, são também identificadas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico em todas as freguesias do concelho:

- Duas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico na freguesia de Reguengos de Monsaraz, nas localidades de Perolivas e Reguengos de Monsaraz (ambas com Jardim de Infância);
- Duas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico na União de Freguesias de Campo e Campinho, nas localidades de São Marcos do Campo e Campinho (esta conjunta com o Jardim de Infância);
- Uma escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico na freguesia do Corval, na localidade de São Pedro do Corval (conjunta com o Jardim de Infância).
- Uma escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico na freguesia de Monsaraz, na localidade de Outeiro (conjunta com o Jardim de Infância).

Os níveis de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem apenas na freguesia e localidade de Reguengos de Monsaraz, correspondendo à EB n.º1 de Reguengos de Monsaraz e à Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz. O Ensino Secundário é ministrado exclusivamente nesta última.

Além dos equipamentos abrangidos pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, encontram-se identificadas neste domínio, duas Instituições Particulares de Solidariedade Social, que disponibilizam o serviço de Pré-escolar (juntamente com creche), sendo o caso da “Creche e Aparece” e da “Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia”, ambos em Reguengos de Monsaraz.

Os restantes equipamentos de educação concentram-se na sede de concelho:

- PartnerHotel- Formação, Consultoria e Projetos para a Indústria Hoteleira, Lda.;
- Universidade Popular Túlio Espanca - Polo de Reguengos de Monsaraz;
- Universidade Aberta - Centro Local de Aprendizagem;
- Centro Regional de Formação de Artesãos – IEFP;
- Conservatório Regional do Alto Alentejo.

Quadro 12.1 | Equipamentos do Domínio Educação

Código	Designação do Equipamento	Freguesia	Tipologia
Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz			
E10	Jardim de Infância e Escola Básica de São Pedro do Corval	Corval	Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
E05	Jardim de Infância e Escola Básica de Outeiro	Monsaraz	Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
E04	Jardim de Infância de Caridade	Reguengos de Monsaraz	Pré-escolar
E08	Jardim de Infância e Escola Básica de Perolivas	Reguengos de Monsaraz	Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
E01	EB n.º1 de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
E13	EB n.º2 e Jardim de Infância de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-escolar
E14	Escola Secundária Conde de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário
E03	Escola Básica de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
E07	Jardim de Infância de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Pré-escolar
E18	Escola Básica de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	1º Ciclo do Ensino Básico
E09	Jardim de Infância de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Pré-escolar
IPSS			
E06	Cresce e Aparece (Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva)	Reguengos de Monsaraz	Creche e Pré-escolar
E02	Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia	Reguengos de Monsaraz	Creche e Pré-escolar
Rede Privada			
E11	Universidade Aberta - Centro Local de Aprendizagem	Reguengos de Monsaraz	Universidade
E12	PartnerHotel- Formação, Consultoria e Projetos para a Indústria Hoteleira, Lda.	Reguengos de Monsaraz	Escola Profissional
E15	Universidade Popular Túlio Espanca - Polo de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Universidade
E16	Centro Regional de Formação de Artesãos - IEFP	Reguengos de Monsaraz	Escola Profissional
E17	Conservatório Regional do Alto Alentejo	Reguengos de Monsaraz	Conservatório Regional do Alto Alentejo

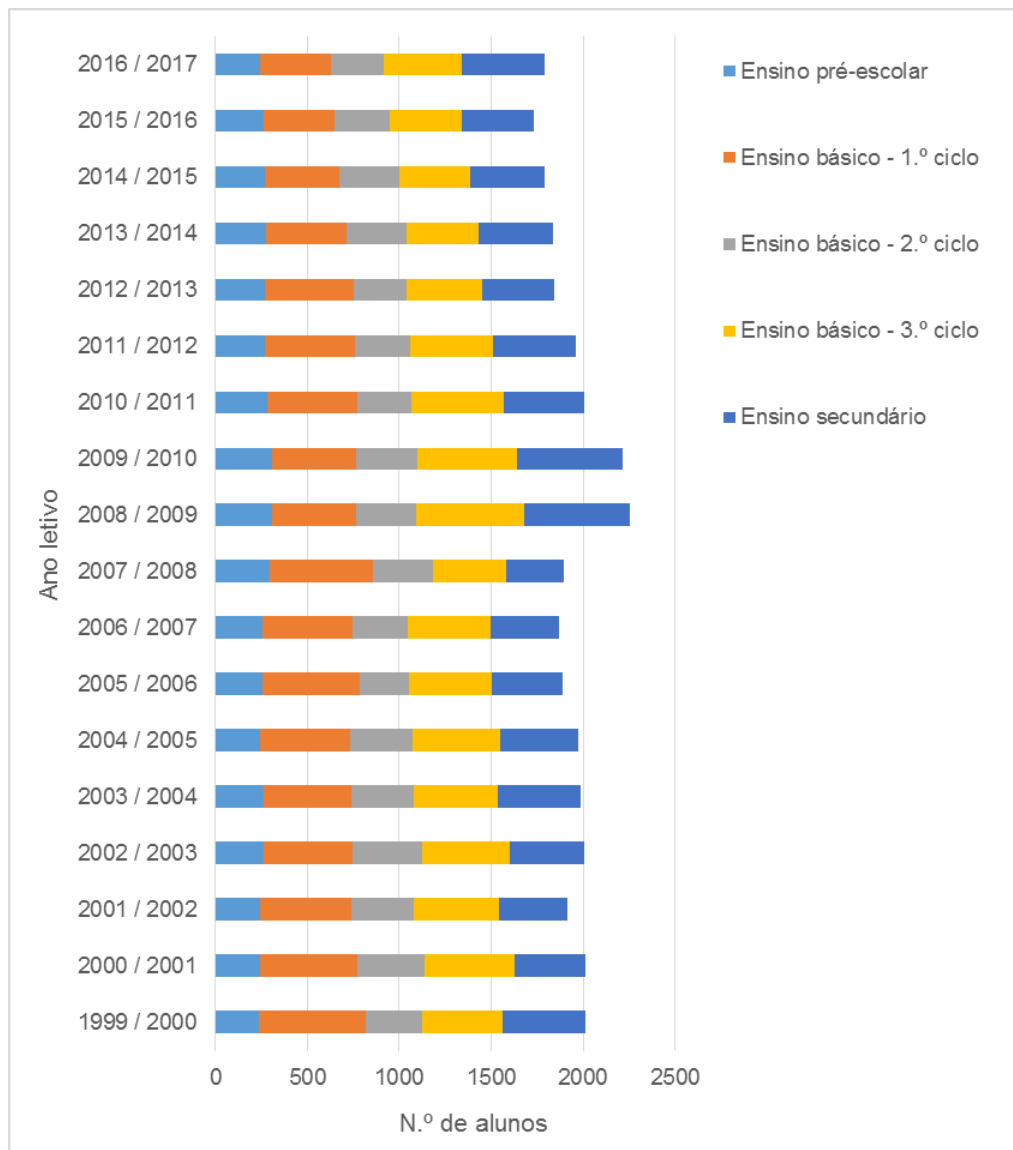
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Reguengos de Monsaraz, Revisão I, Município de Reguengos de Monsaraz, maio de 2016; Consulta do site da CMMR – Serviços, disponível em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/servicos>.

O número de alunos inscritos nas escolas do concelho de Reguengos de Monsaraz totaliza os 1789 alunos, correspondendo a 241 alunos no ensino pré-escolar, 385 alunos no ensino básico do 1.º ciclo, 289 alunos no 2.º ciclo, 424 alunos no 3.º ciclo e 450 alunos no ensino secundário.

Este número corresponde a uma redução comparativamente ao ano letivo de 1999/2000, ano em que totalizava os 2012 alunos, número que só foi ultrapassado 2008/2009 e 2009/2010. A tendência de redução regista-se em todo o ensino básico, enquanto a frequência do ensino secundário e do ensino pré-escolar apresentam-se estáveis.



Gráfico 12.1 | N.º de alunos inscritos nas escolas do concelho de Reguengos de Monsaraz, entre 1999/2000 e 2016/2017



Fonte: INE – Dados Estatísticos, Pesquisa online, em www.ine.pt

Neste sentido, não são identificadas necessidades de equipamentos de educação, nem se encontra prevista a criação de novos equipamentos. De facto, a Revisão da Carta Educativa refere que a “rede educativa concelhia se encontra bem estruturada e que a educação é uma prioridade para todos os agentes educativos do nosso concelho. As instituições de ensino encontram-se preparadas para receber os alunos que estão matriculados em cada uma das mesmas; os edifícios, espaços e materiais escolares são adequados para aqueles que os frequentam e respeitam as necessidades dos mesmos.”

12.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A rede pública de equipamentos de Saúde do concelho de Reguengos de Monsaraz insere-se no Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central e é constituída pelo Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz, que alberga a Unidade de Cuidados na Comunidade Almored e a Unidade de Saúde Familiar Remo (partilhada com o Centro de Saúde de Mourão).

Existem seis Extensões de Saúde, duas em cada uma das freguesias do concelho e cinco farmácias, das quais três na freguesia de Reguengos de Monsaraz, uma na União de Freguesias de Campo e Campinho e uma na freguesia de Corval.

Quadro 12.2 | Equipamentos do Domínio Saúde

Código	Designação do Equipamento	Freguesia	Tipologia
Serviço Nacional de Saúde			
S12	Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz/ Unidade de Saúde Familiar Remo/ Unidade de Cuidados na Comunidade Almored	Reguengos de Monsaraz	Centro de Saúde; Unidade de Saúde Familiar; Unidade de Cuidados na Comunidade
S01	Extensão de Saúde do Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Extensão de Saúde
S02	Extensão de Saúde de Monsaraz	Monsaraz	Extensão de Saúde
S03	Extensão de Saúde de Outeiro	Monsaraz	Extensão de Saúde
S04	Extensão de Saúde de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Extensão de Saúde
S05	Extensão de Saúde de São Pedro do Corval	Corval	Extensão de Saúde
S06	Extensão de Saúde de Santo António do Baldio	Corval	Extensão de Saúde
Farmácia			
S07	Farmácia Janes	Corval	Farmácia
S08	Farmácia Martins	Reguengos de Monsaraz	Farmácia
S09	Farmácia Moderna	Reguengos de Monsaraz	Farmácia
S10	Farmácia Paulitos	Reguengos de Monsaraz	Farmácia
S11	Farmácia Central	União de Freguesias de Campo e Campinho	Farmácia

Fonte: ARS Alentejo, Relatório de Atividade 2017. CM de Reguengos de Monsaraz, lista de infraestruturas de saúde por freguesia - <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-municipio/concelho/freguesias/Paginas/list.aspx>



12.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As tipologias dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social do concelho de Reguengos de Monsaraz abrangem as áreas de intervenção de Apoio a Crianças e Jovens, Apoio a Idosos, e Apoio a Pessoas com Deficiência, verificando-se, na maior parte das vezes, a coexistência de várias respostas sociais na mesma estrutura.

Quadro 12.3 | Equipamentos do Domínio Solidariedade e Segurança Social e respetiva capacidade/utentes

Código	Designação do Equipamento	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade	Utentes
Apoio a Crianças e Jovens				
SS03	Cresce e Aparece (Fundação Maria Inácio Vogado Perdigão Silva)	Creche	66	64
SS04	Creche da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	Creche	40	30
SS01	ATL da Santa Casa da Misericórdia	Centro de Ocupação de Tempos Livres	70	61
Total do Concelho		Creche	106	94
		Centro de Ocupação de Tempos Livres	70	61
Apoio aos Idosos				
SS09	Lar de Idosos Fundação Maria Inácio Vogado Perdigão Silva	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	20	20
		Centro de Convívio	18	18
		ERPI	86	88
SS05	Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Sto. António do Baldio	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	10	10
		Centro de Dia	30	25
		ERPI	14	14
SS08	Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Rosário	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	31	28
		Centro de Dia	20	20
		ERPI	20	17
SS11	Solar São Lucas*	Centro de Dia	7	4
		ERPI	7	7
SS10	Lar D. Josefa Valadas da Costa (SCMRM)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30	30
		Centro de Convívio	26	3
		ERPI	45	43
SS07	Centro Social Paroquial Sagrado Coração de Jesus	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	10	10
		Centro de Convívio	18	18
		ERPI	14	14
SS06	Associação de Solidariedade Social de São Marcos do Campo	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	25	15
		Centro de Convívio	25	16
		ERPI	7	7
Total do Concelho		Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	126	113
		Centro de Convívio	87	55
		Centro de Dia	57	49
		ERPI	193	190
Apoio a Jovens com Deficiência				

Código	Designação do Equipamento	Tipologia (Resposta Social)	Capacidade	Utentes
S02	Lar Residencial Dr. Luís Rojão	Lar Residencial	20	19
		Intervenção Precoce	100	66
Total do Concelho		Lar Residencial	20	19
		Intervenção Precoce	100	66

* Rede Privada. De acordo com a informação obtida na reunião com a Junta de Freguesia, este dispõe também de Unidade de Cuidados Continuados.

Fonte: Carta Social, pesquisa em www.cartasocial.pt, em 12-11-2018.

O levantamento dos equipamentos de Solidariedade e Segurança Social encontra-se organizado no Quadro 12.3, em três áreas de intervenção distintas: Apoio a Crianças e Jovens, Apoio a Idosos e Apoio a Jovens com Deficiência, identificando as respostas sociais de cada equipamento, a sua capacidade e número de utentes. É igualmente apresentado o total de capacidade e de utentes de cada resposta social para a totalidade dos equipamentos do concelho. Assinala-se ainda que a presença de apenas um equipamento da Rede Privada, o Solar São Lucas.

No Apoio a Crianças e Jovens, assinala-se a presença de Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres apenas na freguesia de Reguengos de Monsaraz – a creche Cresce e Aparece da Fundação Maria Inácio Vogado Perdigão Silva e a creche e o ATL da Santa Casa da Misericórdia, correspondendo a capacidade do conjunto de equipamentos do concelho, a 106 lugares de creche e a 70 lugares de Centro de Ocupação de Tempos Livres, sendo o número de utentes em ambos os casos inferior (94 e 61 utentes, respetivamente).

No Apoio a Idosos, com exceção do Solar São Lucas, todos os restantes 6 equipamentos, oferecem conjuntamente os serviços de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos) e Centro de Dia ou Centro de Convívio. Estes equipamentos localizam-se em todas as freguesias do concelho (2 em Corval e União de Freguesias de Campo e Campinho, 3 em Reguengos de Monsaraz), com exceção da freguesia de Monsaraz.

No conjunto do concelho, os equipamentos de apoio aos idosos apresentam uma capacidade de 126 lugares em Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos), 87 lugares em Centro de Convívio, 57 em Centro de Dia, e 93 em ERPI. Em qualquer uma das respostas sociais, a capacidade é superior ao número de utentes, contudo merece destaque o caso das ERPI onde este número é muito aproximado e que apresentam em vários equipamentos taxas de ocupação de 100%.

Para além destes, são ainda identificadas as respostas de Apoio a Jovens com Deficiência do Lar Residencial Dr. Luís Rojão, em particular Intervenção Precoce e Lar Residencial, com capacidade para 100 e 20 indivíduos, respetivamente, que neste último caso corresponde a uma taxa de ocupação muito elevada (19 utentes para 20 vagas).

12.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os equipamentos de Segurança Pública existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz correspondem a:

- um Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, situado na sede de concelho (Código SP02);
- os Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz (Código SP01);



- e o Serviço Municipal de Proteção Civil, da responsabilidade da Câmara Municipal e sediado também em Reguengos de Monsaraz (Código SP03).

12.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

A animação cultural do concelho conta com alguns equipamentos municipais de maior dimensão, todos concentrados na sede de freguesia, caso do Parque de Feiras e Exposições, o Auditório Municipal e a Biblioteca Municipal, que funciona no Palácio Rojão.

Também o Arquivo Municipal localiza-se na vila de Reguengos de Monsaraz, assim como duas unidades museológicas, a Exposição Permanente de Artes e Ofícios Tradicionais e o museu tauromáquico - Museu José Mestre Batista, ligado também à presença da Praça de touros José Mestre Batista.

No concelho existem outros pequenos núcleos museológicos, de natureza muito distinta, ligados a arqueologia, artesanato, história, tradições... contribuindo para a valorização do concelho como destino turístico.

Quadro 12.4 | Equipamentos do Domínio Cultura e Lazer

Código	Designação do Equipamento	Freguesia	Tipologia
CL03	Parque de Feiras e Exposições	Reguengos de Monsaraz	Parque de Feiras e Exposições
CL04	Auditório Municipal	Reguengos de Monsaraz	Auditório
CL02	Arquivo Municipal	Reguengos de Monsaraz	Arquivo
CL05	Biblioteca Municipal (Palácio Rojão)	Reguengos de Monsaraz	Biblioteca
CL08	Casa da Inquisição. Centro Interativo da História Judaica	Monsaraz	Museu
CL10	Casa do Barro	Corval	Museu
CL11	Museu José Mestre Batista	Reguengos de Monsaraz	Museu
CL13	Torre do Esporão Museu Arqueológico do Complexo dos Perdigões	Reguengos de Monsaraz	Museu
CL09	Museu do Azeite Sem-Fim	Monsaraz	Museu
CL12	Casa do Cante	Monsaraz	Museu
CL07	Museu do Fresco	Monsaraz	Museu
CL14	Exposição Permanente de Artes e Ofícios Tradicionais	Reguengos de Monsaraz	Museu
CL06	Casa Monsaraz	Monsaraz	Museu
CL01	Praça de touros José Mestre Batista	Reguengos de Monsaraz	Praça de touros

Fonte: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, informação sobre equipamentos (exportado do site CMRM), enviado em 27-09-2018

Na promoção cultural e de atividades de lazer no concelho têm um importante papel as Associações Culturais e Recreativas do concelho (algumas também com valência desportiva), podendo ser identificadas as apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 12.5 | Associações Culturais e Recreativas

Associações Culturais e Recreativas	Freguesia	Atividades
Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense	Reguengos de Monsaraz	Banda Filarmónica, Coro Polifónico, Escola de música
Sociedade Filarmónica Corvalense	Corval	Banda Filarmónica, Coro Polifónico, Escola de música
Grupo Coral da Casa do Povo de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Grupo Coral
Grupo Cultural e Desportivo da Freguesia de Monsaraz – Grupo Coral da Freguesia de Monsaraz	Monsaraz	Grupo Coral
Gente Nova - Associação do Desenvolvimento Económico e Cultural de Campinho - Grupo Coral Gente Nova de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Grupo Coral
Sociedade Recreativa Campinhense – Grupo Coral Bel'Aurora	União de Freguesias de Campo e Campinho	Grupo Coral
Centro Cultural Caridadense 1.º de Maio	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Associação Gerações do Telheiro	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Centro Cultural Cumeadense	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Sociedade União e Progresso Aldematense	Corval	Coletividade cultural e recreativa
Amijovem - Associação de Desenvolvimento Social	Corval	Coletividade cultural e recreativa
Associação de Festas N.º. Sra das Dores de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Coletividade cultural e recreativa
Centro de Convívio da Barrada	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Casa Convívio de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Centro de Convívio do Outeiro	Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Centro Recreativo Popular de Motrinos	Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Comissão Social de Santo António do Baldio	Corval	Coletividade cultural e recreativa
Sociedade Artística Reguenguense	Reguengos de Monsaraz	Coletividade cultural e recreativa
Rota da Água - Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Coletividade cultural e recreativa
Grupo Instrumental "Os Lírios do Campo"	União de Freguesias de Campo e Campinho	Coletividade cultural e recreativa
Sociedade Harmonia Sanmarquense	União de Freguesias de Campo e Campinho	Coletividade cultural e recreativa

Fonte: <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-municipio/concelho/associativismo/Paginas/Associativismo-Cultural.aspx>

12.7. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

O levantamento dos equipamentos do domínio Desporto considera as várias tipologias de equipamentos desportivos, incluindo ainda os equipamentos de recreio – Parque Infantil e Aparelhos Geriátricos, por estes se encontrarem em muitos casos associados à distribuição dos polidesportivos pelo concelho.

É esta a tipologia de equipamentos de desporto mais frequente no concelho, num total de 7 polidesportivos, que estão presentes em todas as freguesias. Existem também Parques Infantis em todas as freguesias do concelho.



A distribuição geográfica da totalidade dos equipamentos desportivos revela uma evidente concentração na freguesia de Reguengos de Monsaraz, onde se localiza a sede de concelho. Esta é servida por Piscinas Municipais, Pavilhão Gimnodesportivo e por uma Zona de Desporto e Recreio, onde existem campos de ténis, campo de futebol, circuito de manutenção, minicampo de jogos e um polidesportivo. Além deste, a freguesia tem outros 3 polidesportivos, no Bairro de São João, Perolivas e Caridade.

Quadro 12.6 | Equipamentos do Domínio Desporto

Código	Designação do Equipamento	Freguesia	Tipologia
D02	Piscinas Municipais Victor Martelo	Reguengos de Monsaraz	Piscina
D04	Zona de Desporto e Recreio de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Campos de Ténis, Campo de Futebol, Polidesportivo, Circuito de Manutenção, Minicampo de Jogos
D03	Pavilhão Gimnodesportivo Arquiteto Rosado Correia	Reguengos de Monsaraz	Pavilhão Gimnodesportivo
D01	Polidesportivo de São Pedro de Corval	Corval	Polidesportivo
D05	Parque no Bairro de São João	Reguengos de Monsaraz	Polidesportivo, Parque Infantil, Aparelhos Geriátricos
D06	Jardim Público de Perolivas	Reguengos de Monsaraz	Polidesportivo, Parque Infantil, Aparelhos Geriátricos
D07	Parque de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Polidesportivo, Parque Infantil
D08	Parque de Cumeada	União de Freguesias de Campo e Campinho	Polidesportivo, Parque Infantil
D09	Parque Caridade	Reguengos de Monsaraz	Polidesportivo, Parque Infantil, Aparelhos Geriátricos
D10	Outeiro XXI	Monsaraz	Parque Desportivo, Parque Infantil
D11	Parque Comunitário Oliveira da Arrefanha	Corval	Parque infantil, Aparelhos Geriátricos
D12	Parque da Junqueira	União de Freguesias de Campo e Campinho	Parque Infantil
D13	Parque infantil da Urb. Quinta Nova	Reguengos de Monsaraz	Parque infantil
D14	Parque infantil da Urb. João Paulo II	Reguengos de Monsaraz	Parque infantil
D15	Parque Infantil Quinta da Luz	Reguengos de Monsaraz	Parque Infantil
D16	Parque da Cidade	Reguengos de Monsaraz	Parque infantil

Fonte: Consulta do site da CMRM – Serviços, disponível em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/serviços>.

Para a utilização destes equipamentos e na promoção da prática desportiva no concelho, contribuem de modo importante as associações desportivas do concelho (algumas já identificadas no âmbito das Associações Culturais e Recreativas), podendo ser identificadas as seguintes associações com valência desportiva:

Quadro 12.7 | Associações Desportivas

Associações Desportivas	Freguesia	Atividades
Atlético Sport Clube	Reguengos de Monsaraz	Futebol, Cicloturismo, BTT
Casa de Benfica de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Atletismo
Núcleo Sporting Clube Portugal de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	
Atlético Sport Clube / Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Basquetebol
Sociedade União Perolivense	Reguengos de Monsaraz	Futebol; Futsal.
Associação Desportiva e Cultural de Santo António do Baldio	Corval	Futebol, Atletismo
Grupo Cultural e Desportivo da Freguesia de Monsaraz	Monsaraz	Futebol
Sociedade Artística Reguenguense	Reguengos de Monsaraz	Ginástica, Artes Marciais, Grupo de Danças, Motorismo
Casa de Cultura do Corval	Corval	Futebol; Grupo de Caminheiros; BTT
Grupo Desportivo BTT Piranhas do Alqueva	Reguengos de Monsaraz	BTT, Atletismo
Grupo Motard Terras d`el Rei	Reguengos de Monsaraz	
ADMOR – Associação Desportiva Monsaraz Off Road	Monsaraz	Passeios de Todo o Terreno
CORAL – Associação de Nadadores Salvadores de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Salvamento Aquático
Grupo Columbófilo Albino Fialho	Reguengos de Monsaraz	Columbofilia
Clube Cicloturismo Reguengos de Monsaraz Trepadores da Planície	Reguengos de Monsaraz	Cicloturismo
Centro Cultural Cumeadense	União de Freguesias de Campo e Campinho	BTT
TVR - Trial Voz de Reguengos Associação	Reguengos de Monsaraz	Trial , Eventos Desportivos e Recreativos

Fonte: <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/site-municipio/concelho/associativismo/Paginas/Associativismo-Desportivo.aspx>

12.8. OUTROS EQUIPAMENTOS

São ainda identificados no quadro seguinte, os equipamentos classificados nos restantes domínios:

- Administrativo – é identificada a Câmara Municipal e as várias Juntas de Freguesia, assim como os dois postos de turismo a funcional no concelho.
- Investigação e Desenvolvimento – é identificado o Observatório do Lago Alqueva, estrutura de importância regional.
- Religiosos – são identificados os vários equipamentos religiosos existentes no concelho, os quais constituem também um importante elemento patrimonial.
- Funerários – são identificados 7 cemitérios, servindo todas as freguesias.
- Comerciais – corresponde ao mercado municipal, localizado na sede de concelho.



Quadro 12.8 | Outros Equipamentos

Código	Domínio	Designação do Equipamento	Freguesias	Tipologia
A05	Administrativo	Novos Paços do Concelho - Câmara Municipal	Reguengos de Monsaraz	Câmara Municipal
A01	Administrativo	Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Junta de Freguesia
A02	Administrativo	Junta de Freguesia de Monsaraz	Monsaraz	Junta de Freguesia
A04	Administrativo	Junta de Freguesia de Corval	Corval	Junta de Freguesia
A03	Administrativo	União de Freguesias de Campo e Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Junta de Freguesia
A06	Administrativo	Posto de Turismo de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Posto de Turismo
A07	Administrativo	Posto de Turismo de Monsaraz	Monsaraz	Posto de Turismo
ID1	Investigação e Desenvolvimento	Observatório do Lago Alqueva (OLA)	Monsaraz	Observatório
R01	Religiosos	Ermida de Nossa Senhora da Caridade	Reguengos de Monsaraz	Ermida
R02	Religiosos	Igreja de Perolivas	Reguengos de Monsaraz	Igreja
R03	Religiosos	Capela da Barrada	Monsaraz	Capela
R04	Religiosos	Capela de Aldeia do Outeiro	Monsaraz	Capela
R05	Religiosos	Igreja de Motrinos	Monsaraz	Igreja
R06	Religiosos	Ermida de Santa Catarina	Monsaraz	Ermida
R07	Religiosos	Igreja e Convento de Nossa Senhora da Orada	Monsaraz	Igreja e Convento
R08	Religiosos	Igreja de São Sebastião	Monsaraz	Igreja
R09	Religiosos	Ermida de Nossa Senhora do Rosário ou Igreja de São Pedro	Corval	Ermida
R10	Religiosos	Igreja de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Igreja
R11	Religiosos	Igreja de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Igreja
R12	Religiosos	Igreja Monte Roncão	União de Freguesias de Campo e Campinho	Igreja
R13	Religiosos	Igreja de Nossa Senhora da Lagoa	Monsaraz	Igreja

Código	Domínio	Designação do Equipamento	Freguesias	Tipologia
R14	Religiosos	Igreja da Misericórdia	Monsaraz	Igreja
R15	Religiosos	Capela de São José	Monsaraz	Capela
R16	Religiosos	Igreja de Santiago	Monsaraz	Igreja
R17	Religiosos	Ermida de São Bento	Monsaraz	Ermida
R18	Religiosos	Capela de São João Batista	Monsaraz	Capela
R19	Religiosos	Igreja Matriz de São Pedro do Corval	Corval	Igreja
R20	Religiosos	Igreja Matriz de Santo António	Reguengos de Monsaraz	Igreja
R21	Religiosos	Ermida de Nossa Senhora dos Remédios	Reguengos de Monsaraz	Ermida
R22	Religiosos	Ermida de São Lázaro	Monsaraz	Ermida
R23	Religiosos	Igreja do Carrapelo	Corval	Igreja
R24	Religiosos	Igreja de Santo António do Baldio	Corval	Igreja
R25	Religiosos	Ermida de Santo Ildefonso	Corval	Ermida
F01	Funerários	Cemitério do Baldio	Corval	Cemitério
F02	Funerários	Cemitério de Barrada/ Aldeia do Outeiro	Monsaraz	Cemitério
F03	Funerários	Cemitério de Monsaraz	Monsaraz	Cemitério
F04	Funerários	Cemitério de São Pedro do Corval	Corval	Cemitério
F05	Funerários	Cemitério de Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Cemitério
F06	Funerários	Cemitério de Campinho	União de Freguesias de Campo e Campinho	Cemitério
F07	Funerários	Cemitério de São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	Cemitério
C01	Comerciais	Mercado Municipal	Reguengos de Monsaraz	Mercado

Fonte: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, informação sobre equipamentos (exportado do site CMRM), enviado em 27-09-2018

12.9. SÍNTESE

- O concelho de Reguengos de Monsaraz exhibe uma forte concentração de equipamentos na sede de concelho, coincidindo com a maior concentração de população, mas verifica-se uma preocupação em assegurar a dotação de equipamentos principais em todas as freguesias.
- Existe pré-escolar e 1º ciclo em todas as freguesias do concelho. Os níveis de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem apenas na freguesia e localidade de Reguengos de Monsaraz,



correspondendo à EB n.º1 de Reguengos de Monsaraz e à Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz. O Ensino Secundário é ministrado exclusivamente nesta última.

- Verifica-se uma tendência de redução em todo o ensino básico, enquanto a frequência do ensino secundário e do ensino pré-escolar apresentam-se estáveis. Não são identificadas necessidades de equipamentos de educação, nem se encontra prevista a criação de novos equipamentos.
- A rede pública de equipamentos de Saúde do concelho de Reguengos de Monsaraz insere-se no Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central e é constituída pelo Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz, e por seis Extensões de Saúde, duas em cada uma das freguesias do concelho, permitindo chegar próximo das populações.
- Apenas existe creche na sede do concelho, mas as duas instituições existentes apresentam uma capacidade ainda não totalmente preenchida. Cresce e Aparece (Fundação Maria Inácio Vogado Perdigão Silva).
- Também ao nível dos equipamentos de apoio aos idosos, a capacidade é superior ao número de utentes, contudo merece destaque o caso das ERPI onde este número é muito aproximado e que apresentam em vários equipamentos taxas de ocupação de 100%.
- O concelho dispõe de Apoio a Jovens com Deficiência, em particular Intervenção Precoce e Lar Residencial, com uma área de influência supramunicipal, mas apresentando uma taxa de ocupação muito elevada.
- A animação cultural do concelho conta com alguns equipamentos municipais de maior dimensão, todos concentrados na sede de freguesia, caso do Parque de Feiras e Exposições, o Auditório Municipal e a Biblioteca Municipal, que funciona no Palácio Rojão. Nas outras freguesias existem pequenos núcleos museológicos, de natureza muito distinta, ligados a arqueologia, artesanato, história, tradições... contribuindo para a valorização do concelho como destino turístico.
- Na promoção cultural, de recreio e lazer, e desportiva no concelho têm um importante papel as Associações Culturais e Recreativas do concelho.
- A sede de concelho é servida por Piscinas Municipais, Pavilhão Gimnodesportivo e por uma Zona de Desporto e Recreio, onde existem campos de ténis, campo de futebol, circuito de manutenção, minicampo de jogos e um polidesportivo. Todas as freguesias do concelho são servidas por polidesportivos e Parques Infantis.
- Localização no concelho do Observatório do Lago Alqueva, estrutura de importância regional.

13. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

13.1. NOTA METODOLÓGICA

A análise das Acessibilidades e Transportes é constituída pelos seguintes pontos:

- Rede Rodoviária – é efetuada a inventariação das infraestruturas rodoviárias a partir do levantamento cartográfico fornecido pela CMRM, procedendo à classificação da rede viária de acordo com o PRN 2000. São ainda identificados os eixos em falta e os constrangimentos de capacidade e circulação dos eixos existentes, de acordo com o Relatório de Avaliação do PDM em vigor, os quais deverão ser validados junto das autoridades locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia).
- Transporte Público de Passageiros – foi efetuado o levantamento dos serviços de transporte público rodoviário de passageiros que servem o concelho, incluindo as ligações intraconcelhias e regionais, identificando a sua frequência e os aglomerados populacionais servidos.
- Transporte escolar – é apresentado o Plano de Transportes Escolares mais recente, que não abrange contudo o transporte dos alunos do 1.º ciclo. Esta competência pertence às juntas de freguesia e será aferido nas reuniões de trabalho com as mesmas.
- Padrões de mobilidade – são analisados os dados dos Censos 2011 (os mais recentes) relativos aos movimentos pendulares de entrada e saída do concelho de Reguengos de Monsaraz

Não é tratada a rede ferroviária, uma vez que o ramal de Reguengos que ligava Évora a Reguengos se encontra desativado (é objeto de um projeto de ecopista).

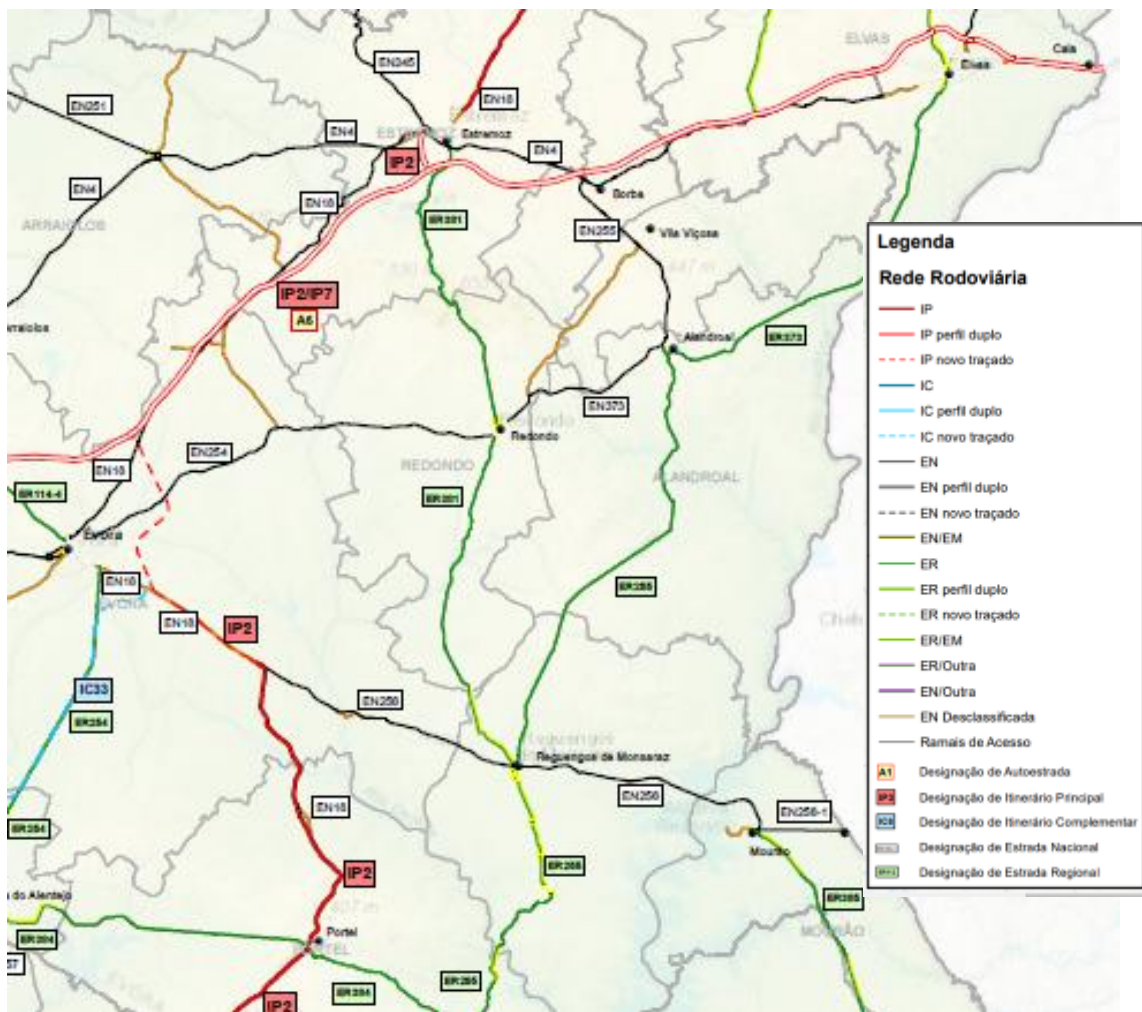
13.2. REDE RODOVIÁRIA

De acordo com o Plano Rodoviário Nacional⁵⁷, representado na Figura 13.1, o Concelho de Reguengos de Monsaraz, caracteriza-se pela sua centralidade na Região Alentejo bem como pela proximidade aos grandes eixos viários – IP2 [Faro – Bragança] e A6 [Lisboa – Espanha e resto da Europa] e futuramente ao IC 33 que liga a plataforma portuária de Sines – ponto de Charneira entre o Mediterrâneo e Mar do Norte.

O concelho de Reguengos de Monsaraz é atravessado por uma única estrada nacional, a EN256, que estabelece a ligação da sede de concelho a Évora e a Mourão, e daí à fronteira.

⁵⁷ Instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de agosto.





Extraído de: http://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/files/prn_rodoviario_final.pdf

Figura 13.1 | Extrato do Plano Rodoviário Nacional - pormenor do concelho de Reguengos de Monsaraz

Além desta, constituem também eixos estruturantes de ligação aos concelhos vizinhos: a ER 255, que assegura o atravessamento longitudinal do concelho, sendo responsabilidade da IP o troço entre o limite do Concelho do Alandroal e a zona urbana de Reguengos de Monsaraz e entre o km 62,200 (S. Marcos do Campo) e o km 68,721, e também sobre a responsabilidade do município o troço entre a zona urbana de Reguengos de Monsaraz e o km 62,200; e a ER381 que liga a cidade de Reguengos de Monsaraz ao concelho do Redondo. Tem também um pequeno troço, que é designado por EN256 (Antiga), que faz a ligação entre o entroncamento com a EN256 e o km 31,400 (Barragem do Alqueva).

As ligações às restantes sedes de freguesia são asseguradas por Estradas Municipais: a EM514, que liga Reguengos de Monsaraz a São Pedro do Corval e à vila de Monsaraz; e a EM532, que liga Campinho e Cumeada à ER255, enquanto as outras ligações intraconcelhias são efetuadas pelos Caminhos Municipais.

Apesar de a rede rodoviária ter vindo a ser objeto de importantes beneficiações, incluindo a construção da variante à EN256 (no atravessamento da cidade de Reguengos de Monsaraz),

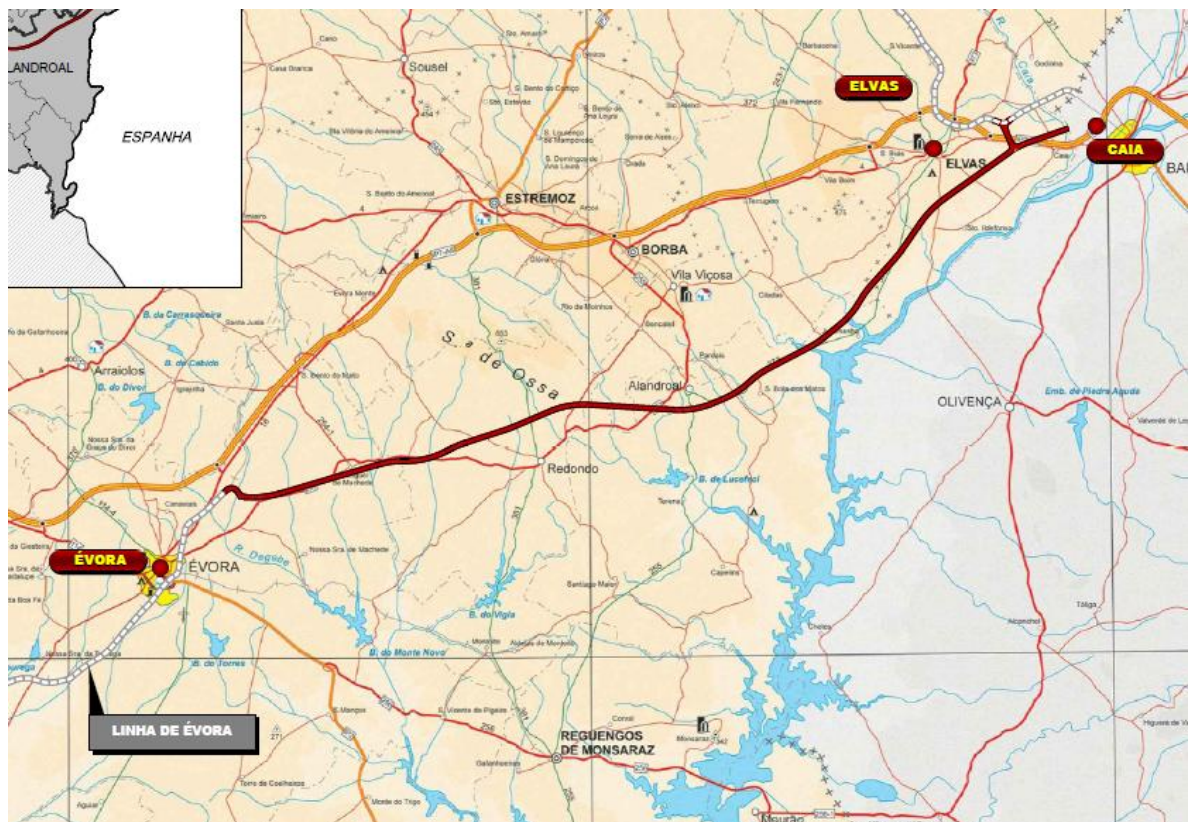
encontram-se ainda por concretizar algumas intervenções estruturantes, nomeadamente a construção de uma nova estrada (VNC) entre S. Marcos do Campo e Amieira (concelho de Portel), incluindo nova ponte sobre o Degebe (foi apenas realizada parcialmente a terraplanagem e a ponte também se encontra executada).

Além disso, várias estradas e caminhos municipais exibem necessidade de obras de beneficiações, com repavimentação e alargamento da plataforma. No âmbito das reuniões com as Juntas de Freguesia, foram destacadas como situações mais críticas: a falta de ligação entre Perolivas e Caridade, que é uma estrada em terra batida, e a falta de ligação Campinho–Mourão, onde já existe obra de arte e correspondendo a um percurso que a Junta de Freguesia tem de fazer para ir buscar crianças aos montes.

Por fim, e relacionado com a rede rodoviária, assinala-se a existência na cidade de Reguengos de Monsaraz de estacionamento de duração limitada, na Praça da Liberdade e no Largo Almeida Garrett.

13.3. REDE FERROVIÁRIA

O concelho de Reguengos de Monsaraz não se encontra servido por rede ferroviária, no entanto sobre esta matéria destaca-se a construção da ligação ferroviária Évora-Caia, que constitui uma das prioridades ao nível do transporte de mercadorias das infraestruturas de Portugal para o período 2014-2020. O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental decorreu em 2017, sendo a respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA), favorável condicionada, sido emitida em março de 2018.



Fonte: <http://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=2966>



Figura 13.2 | Extrato da Carta de Enquadramento do EIA da Ligação ferroviária Évora – Caia

Relativamente à DIA emitida destaque para a possibilidade de vir a ser criada uma estação de mercadorias numa localização próxima à estação técnica de Alandroal. Com efeito, independentemente de ser mencionado que a mesma estará associada à vertente do transporte de Rochas com fins Ornamentais e Industriais, esta possibilidade poderá ir ser explorada para outros produtos designadamente aqueles que decorrem das atividades desenvolvidas no concelho de Reguengos de Monsaraz.

13.4. TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

As ligações inter-regionais ao concelho de Reguengos de Monsaraz em transporte público rodoviário de passageiros são asseguradas pela Rede Nacional de Expressos, que assegura 2 ligações diárias diretas entre Reguengos de Monsaraz e Lisboa, com a duração de 2h30.

As ligações regionais e intra-concelhias são asseguradas pela Rodoviária do Alentejo, que opera 10 carreiras distintas no concelho, tal como se encontra sistematizado no Quadro 13.1., em termos de frequência e de aglomerados servidos. Esta análise permite verificar que todos os perímetros urbanos do PDM em vigor encontram-se servidos por transporte público, assim como alguns montes. O problema reside antes na frequência das ligações, especialmente em época não escolar, que em alguns casos se reduzem a uma ligação diária.

Quadro 13.1 | Síntese das carreiras de transporte público que servem o concelho de Reguengos de Monsaraz – Rodoviária do Alentejo

		Frequência em dias úteis*	Aglomerados servidos no concelho de Reguengos de Monsaraz
Linha 8102	Évora X Reguengos Monsaraz	Período escolar: 4 x dia (ida) 3 x dia (regresso)	Caridade Reguengos de Monsaraz
		Período não escolar: 3 x dia	
Linha 8174	Monsaraz X Reguengos Monsaraz	Período escolar: 3 x dia	Monsaraz Telheiro Barrada Motrinos São Pedro do Corval Revilheira Carrapatelo Reguengos de Monsaraz
		Período não escolar: 2 x dia	
Linha 8202	Redondo X Reguengos Monsaraz	Período escolar: 2 x dia	Caridade Reguengos de Monsaraz
Linha 8317	Perolivas X Reguengos Monsaraz	Período escolar: 4 x dia	Perolivas Reguengos de Monsaraz
		Período não escolar: 3 x dia	
Linha 8372	Reguengos Monsaraz X Monte Novo/Reguengos	Período escolar: 4 x dia (ida)	Reguengos de Monsaraz Monte Novo

		Frequência em dias úteis*	Aglomerados servidos no concelho de Reguengos de Monsaraz
	de Monsaraz (por São Marcos do Campo)	1 x dia (regresso) Período não escolar: 3 x dia (ida) 1 x dia (regresso)	Cumeada Monte Sequeira Campinho São Marcos do Campo Agro-pecuária São Marcos
Linha 8902	Amareleja X Évora	Período escolar: 3 ou 4 x dia (ida) 4 ou 5 x dia (regresso) Período não escolar: 1 x dia	Reguengos de Monsaraz
Linha 8902C	Setúbal X Reguengos de Monsaraz	Período escolar: 1 x dia Período escolar: 1 x dia	Reguengos de Monsaraz
Linha 8918	Évora X Montes Juntos	Período escolar: 1 x dia Período não escolar: 1 x dia	Reguengos de Monsaraz
Linha 8930	Monsaraz X Reguengos Monsaraz (por Baldio)	Período escolar: 1 x dia Período não escolar: 1 x dia	Monsaraz Telheiro Barrada Motrinos São Pedro do Corval Revilheira Carrapatelo Reguengos de Monsaraz
Linha 8931	Reguengos Monsaraz X Vila Viçosa (por Montes Juntos)	Período escolar: 3 x dia Período não escolar: 1 x dia	Reguengos de Monsaraz

* Considera a frequência das carreiras em horários que servem pelo menos uma localidade do concelho de Reguengos de Monsaraz

Fonte: Horários atualizados em 15-10-2018 (info consultada em www.rodalentejo.pt)

13.5. TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar do 2.º e 3.º ciclos e no secundário é assegurado pelo serviço da Rodoviária do Alentejo, que em época escolar apresenta uma frequência ajustada aos horários escolares. Este serviço abrange 256 alunos, tal como representado no Quadro 3.12 extraído do Plano de Transportes Escolares 2017-2018. Este Plano assinala o número de crianças a transportar por localidade, e as distâncias, tempo de transporte e custos associados.

Em termos de eficiência do serviço, destaca-se a existência de localidades que rondam o tempo de transporte de 1h, assim como muitas localidades em que o número de crianças transportadas é inferior a 10.



Por fim, refere-se que “O Plano de Transportes Escolares da Câmara Municipal não contempla os alunos do 1º ciclo do ensino básico, que por residirem em aglomerados isolados têm necessidade de transporte, uma vez que esta competência é delegada nas juntas de freguesia do concelho através de protocolo de cooperação.”

Quadro 13.2 | Plano de transportes escolares 2017-2018

DISTRITO: ÉVORA		CONCELHO: REGUENGOS DE MONSARAZ			ANO LECTIVO: 2017/2018					
Nº de Itinerário	Código	Localidades	Distancias em Km	Tempo de Transporte	Nº de alunos a transportar				Total	Custo Mensal
					2º Ciclo EB n.º1 < 12 anos- 5º	2º Ciclo EB n.º1 < 12 anos-6º	2º Ciclo Eb n.º1 7º, 8º, e 9º	Secundário 10º, 11º e 12º		
1	01	Perolivas	8	14m	7	8	11	2	28	€ 758,80
2	01	Candade	7	10m	4	4	9	5	22	€ 596,20
3	02	Camapatelo	34	56m	0	0	1	1	2	€ 77,30
	03/04	S.º António Baldio	24	40m	3	1	2	3	9	€ 433,00
	03/04	Herdade Revilheira	27	30m	0	0	0	0	0	€ -
4	02	S. Pedro Corval	10	20m	17	10	33	19	79	€ 3.053,35
	05	Motinos	28	44m	0	1	2	2	5	€ 293,70
	05	Barrada	32	50m	0	0	0	0	0	€ -
	05	Monte da Serra	35	55m	0	0	0	0	0	€ -
	06	Outeiro	36	56m	1	4	5	8	18	€ 1.211,85
	06	Teixeiro	40	1h 02m	1	2	2	0	5	€ 319,95
	07	Ferragudo	42	1h 04m	0	0	2	0	2	€ 160,70
4	07	Monsaraz	44	1h 08m	0	0	2	4	6	€ 482,10
5	03/04	S. Marcos do Campo	32	40m	3	9	17	8	37	€ 1.787,00
	03/04	Campinho	22	40m	8	6	17	14	45	€ 2.174,30
5	02	Cumcada	14	18m	2	1	1	3	7	€ 270,55
TOTAIS					46	46	104	69	265	€ 11.618,80

Extraído de: Plano de Transportes Escolares, Ano Letivo 2017/2018

13.6. PADRÕES DE MOBILIDADE

Movimentos de saída

Na análise dos movimentos pendulares, conjugando a população estudantil e a população trabalhadora residente no concelho - num total de 6037 habitantes em 2011 -, verifica-se que apenas 17,4% desse total corresponde a movimentos de saída do concelho (Quadro 13.3). Esta importância é ainda menos acentuada no caso da população que reside no concelho de Reguengos de Monsaraz, mas estuda noutro concelho, correspondendo a 13,1% da população estudantil, enquanto no caso da população que trabalha é já de 19,5%.

Quadro 13.3 | População residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda no concelho de residência e noutro concelho – total e principais destinos, 2011

		População residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda		
		Total	Estudantes	Empregados
Total população residente empregada/estudante no concelho de Reguengos de Monsaraz	hab.	6037	1950	4087
que trabalha ou estuda no concelho de residência	hab.	4945	1694	3251
	%	81,9	86,9	79,5
que trabalha ou estuda noutro concelho	hab.	1051	256	795
	%	17,4	13,1	19,5
Principais destinos		População residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda noutro concelho (hab)		
		Total	Estudantes	Empregados
Évora		548	118	430
Lisboa		83	40	43
Mourão		49	3	46
Beja		48	29	19
No estrangeiro		41	0	41
Redondo		38	3	35
Moura		26	1	25
Alandroal		24	1	23
Portel		20	0	20
Portalegre		17	10	7

* Foram selecionados os principais 10 destinos da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda noutro concelho.

Fonte: INE – Censos 2011.

A análise dos principais destinos da população residente no Concelho (Quadro 13.4) revela o domínio do concelho de Évora, que recebe mais de 50% desses fluxos pendulares, sendo o principal destino da população estudantil, bem como da população trabalhadora.

O segundo principal destino dos movimentos pendulares da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, é o concelho de Lisboa, cujo poder atrativo e as boas ligações de transporte superam a maior distância.

O terceiro principal destino é Mourão, mas devido quase exclusivamente ao fluxo de trabalhadores, na medida em que apenas 3 estudantes têm como destino esse concelho.

Em termos da população estudantil, depois de Évora e Lisboa, segue-se o concelho de Beja, também com oferta do nível de ensino superior.

A análise dos movimentos de saída das freguesias, representado no Quadro 13.4, revela que o peso da população residente que se desloca para fora do concelho por motivos de estudo ou trabalho, é aproximado entre freguesias, variando entre os 13,5% na União das Freguesias de Campo e Campinho e os 18,8% na freguesia de Monsaraz.



Quadro 13.4 | População residente nas freguesias do concelho de Reguengos de Monsaraz que trabalha ou estuda no concelho de residência e noutro concelho, e principais destinos*, 2011

Local de trabalho ou estudo	Total		Estudantes	Empregados
	Hab.	%	Hab.	Hab.
Corval	670		205	465
Total que reside e trabalha ou estuda no concelho de residência	565	84,3	178	387
Noutro concelho*	104	15,5	27	77
Évora	47		9	38
Beja	10		4	6
Lisboa	10		3	7
Monsaraz	341		97	244
Total que reside e trabalha ou estuda no concelho de residência	273	80,1	83	190
Noutro concelho*	64	18,8	14	50
Évora	33		9	24
Lisboa	4		0	4
No estrangeiro	4		0	4
Reguengos de Monsaraz	4368		1435	2933
Total que reside e trabalha ou estuda no concelho de residência	3541	81,1	1244	2297
Noutro concelho*	794	18,2	191	603
Évora	419		85	334
Lisboa	63		35	28
Mourão	42		2	40
União de Freguesias de Campo e Campinho**	658		213	445
Total que reside e trabalha ou estuda no concelho de residência	566	86,0	189	377
Noutro concelho*	89	13,5	24	65
Évora	49		15	34
Portel	6		0	6
Lisboa	6		2	4

* Foram selecionados os principais 3 destinos da população residente nas freguesias que trabalha ou estuda noutro concelho.

** Corresponde ao somatório das anteriores freguesias de Campo e Campinho.

Fonte: INE – Censos 2011

Verifica-se que, em todas as freguesias, Lisboa e Évora figuram entre os 3 principais destinos da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz que estuda ou trabalha fora do Concelho (Quadro 13.4).

As freguesias de Corval e de Reguengos têm entre os (3) principais destinos, os concelhos de Mourão e de Beja, respetivamente o segundo e quarto destinos principais do concelho. Na União de Freguesias de Campo e Campinho, o outro concelho que se assinala entre os três principais destinos é o de Portel, facilmente explicado pela proximidade geográfica. Ressalva-se contudo de

que se refere já a números absolutos bastante reduzidos, ou seja são 6 indivíduos que residem em Reguengos de Monsaraz e trabalham em Portel. Do mesmo modo, a inscrição do destino “estrangeiro” entre os três principais da freguesia de Monsaraz deve ser abordado, atendendo que respeita apenas 4 indivíduos.

Movimentos de entrada

No total, entram no concelho de Reguengos de Monsaraz, 727 indivíduos, dos quais 155 são estudantes, e os outros 572 trabalhadores (Quadro 13.5). A totalidade da população estudantil que tem como destino o concelho de Reguengos de Monsaraz reside na região Alentejo, e mesmo a população empregada é maioritariamente originária da mesma região, de modo que a origem Alentejo representa 90,1% e 660 indivíduos. Lisboa apenas representa 4,4% e 32 indivíduos.

A importância do emprego de população residente fora do concelho reparte-se entre as seguintes atividades, em qualquer dos casos responsáveis por empregar mais de 50 indivíduos residentes fora do concelho: Educação, responsável pela entrada de 106 indivíduos (18,5% do total); Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, responsável pela entrada de 86 indivíduos (15,0% do total); Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, responsável pela entrada de 79 indivíduos (13,8% do total); e Indústrias transformadoras, responsável pela entrada de 50 indivíduos (8,7% do total).

Quadro 13.5 | Origem da população residente em Portugal que trabalha ou estuda no concelho de Reguengos de Monsaraz, 2011

NUTS II/ NUTS III	População que trabalha ou estuda no concelho de Reguengos de Monsaraz			
	Total		Estudantes	Empregados
	Ind.	%	Ind.	Ind.
PT	727	100	155	572
NUTS II - Norte	9	1,2	0	9
NUTS II - Centro	21	2,9	0	21
NUTS II - Lisboa	32	4,4	0	32
NUTS II - Alentejo	660	90,8	155	505
NUTS II - Algarve	5	0,7	0	5
Açores	0	0,0	0	0
Madeira	0	0,0	0	0

Fonte: INE – Censos 2011.



Quadro 13.6 | População residente em Portugal que trabalha em Reguengos de Monsaraz por atividade económica, 2011

Seção da Atividade Económica	População que trabalha no concelho de Reguengos de Monsaraz	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	79	13,8
Indústrias extrativas	4	0,7
Indústrias transformadoras	50	8,7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5	0,9
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	0,3
Construção	70	12,2
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	86	15,0
Transportes e armazenagem	6	1,0
Alojamento, restauração e similares	29	5,1
Atividades de informação e de comunicação	1	0,2
Atividades financeiras e de seguros	13	2,3
Atividades imobiliárias	2	0,3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	17	3,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	21	3,7
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	47	8,2
Educação	106	18,5
Atividades de saúde humana e apoio social	26	4,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6	1,0
Outras atividades de serviços	1	0,2
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	1	0,2
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,0

Fonte: INE – Censos 2011.

13.7. SÍNTESE

- O concelho de Reguengos de Monsaraz é atravessado por uma única estrada nacional, a EN256, que estabelece a ligação da sede de concelho a Évora e a Mourão, e daí à fronteira.
- Apesar de a rede rodoviária ter vindo a ser objeto de importantes beneficiações, incluindo a construção da variante à EN256 (no atravessamento da cidade de Reguengos de Monsaraz), encontram-se ainda por concretizar algumas intervenções estruturantes e várias estradas e caminhos municipais exibem necessidade de obras de beneficiações, com repavimentação e alargamento da plataforma.
- O concelho de Reguengos de Monsaraz não se encontra servido por rede ferroviária, mas o projeto de construção da ligação ferroviária Évora-Caia e a possibilidade de vir a ser criada uma estação de mercadorias numa localização próxima à estação técnica de Alandroal, permite

considerar a hipótese da sua utilização por atividades desenvolvidas no concelho de Reguengos de Monsaraz.

- Todos os perímetros urbanos do PDM em vigor encontram-se servidos por transporte público, assim como alguns montes, sendo que o problema reside na frequência das ligações, especialmente em época não escolar, que em alguns casos se reduzem a uma ligação diária.



14. INFRAESTRUTURAS

14.1. NOTA METODOLÓGICA

No presente ponto é feita uma breve descrição das redes de infraestruturas existentes no município, designadamente:

- Redes de abastecimento e saneamento;
- Rede Elétrica;
- Rede de Telecomunicações.

14.2. ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

Redes de abastecimento

O sistema de abastecimento de água do Concelho tem como principal origem a captação na albufeira de Monte Novo, gerido pela Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo e em captações próprias da Câmara Municipal através de furos / poços localizados em pontos estratégicos ao longo do sistema adutor existente.

Este sistema de abastecimento de água permite garantir uma cobertura total do Concelho, revelando contudo, e apesar do conjunto de realizações executadas após a entrada em vigor do PDM, alguns problemas face às frequentes flutuações de pressão sentidas na rede em horas de ponta bem como em determinados períodos do ano. O levantamento das redes de abastecimento e de saneamento encontra-se representado nas plantas dos perímetros urbanos, tendo esse levantamento sido desenvolvido pela CIMAC.

No que respeita ao estado de conservação das redes que compõem o sistema de abastecimento de água aos diferentes aglomerados populacionais, deve ser mencionado que parte da rede do concelho de Monsaraz tem vindo a ser renovada face à sua antiguidade e ao desgaste do material que a constitui (fibrocimento) com frequentes roturas. Sobre esta matéria deve ser mencionado o recente Plano de Redução de Perdas que permitiu passar de uma percentagem de perdas na ordem dos 40% para uma percentagem na ordem dos 23% sendo que o objetivo será atingir os 10% de perdas. Estes resultados derivam de uma série de intervenções que têm vindo a ser realizadas com o objetivo do melhor desempenho da rede.

Destaque ainda para o facto dos perímetros de proteção dos furos/captações de águas subterrâneas utilizadas para o abastecimento público de água às populações, estarem em fase final de aprovação e validação pela APA/ARH Alentejo. Desta forma, na fase seguinte do PDM serão incluídos na Planta de Condicionantes do PDM os seguintes poços:

- Poço de Cebolinhos (União de Freguesias de Campo e Campinho);
- Poço de Sesmeirinhos (União de Freguesias de Campo e Campinho);
- Poço de Motrinos (Freguesia de Monsaraz);
- Poço da Revilheira (Freguesia de Corval);

- Poço de Perdigões (propriedade das Águas de Vale do Tejo) (freguesia de Reguengos de Monsaraz).

Com efeito, no concelho de Reguengos de Monsaraz, estes são os sistemas aquíferos de maior expressão, tendo em conta as condições hidrogeológicas inerentes aos sistemas aquíferos localizados no maciço Ibérico (ou Antigo), em termos de rendimento e exploração (na ótica dos recursos hídricos), e que devem ser protegidos.

Redes de Saneamento

De acordo com o PDM em vigor, a dispersão geográfica dos aglomerados, associada às tendências demográficas concelhias por um lado, e à reduzida expressão populacional por outro, desde logo colocam reservas a soluções que impliquem a execução de emissários de interceção extensos, o que, dito de outra forma, reforça a adoção de soluções de tratamento localizados e exclusivos para os aglomerados mais significativos em termos populacionais.

Atualmente estão servidos por rede de esgotos domésticos um conjunto de aglomerados urbanos que representam cerca de 95% da população residente no concelho.

No que respeita à Cidade de Reguengos de Monsaraz, a situação era caracterizada à data da entrada em vigor do PDM, por elevadas percentagens de população servida por coletores de drenagem de construção recente, que permitem garantir bons níveis de serviço, bem como pela inexistência de qualquer sistema de tratamento de efluentes residuais (tendo após entrada em vigor do PDM sido construída a ETAR de Reguengos de Monsaraz).

A cobertura do Concelho em termos globais, no que diz respeito ao tratamento de efluentes domésticos, era igualmente caracterizada à data da entrada em vigor do PDM, pela ausência de sistemas de tratamento de águas residuais.

O balanço – níveis de execução – do sistema de tratamento de águas residuais, no sistema da Cidade de Reguengos de Monsaraz / Perolivas-Gafanhoeiras é positivo e envolveu uma capacidade avultada de investimento público, destacando-se: a construção da ETAR de Reguengos e de Perolivas bem como redes de esgotos domésticos e de ainda emissários – interoceptores; e o tratamento em ETAR nos seguintes aglomerados: Caridade; S. Pedro do Corval; Baldio; Motrinos; Barrada; Outeiro; Telheiro / Ferragudo; Cumeada; Campinho e S. Marcos do Campo.

14.3. SÍNTESE

Os indicadores relativos à população servida por redes de abastecimento e de saneamento são satisfatórios. Todavia existem ainda um conjunto de problemas em fase de resolução que se prendem com a redução de perdas e com a sazonalidade das utilizações das redes que obriga a uma gestão controlado do sistemas principalmente nos períodos de verão.

Em termos de perspetivas para a extensão de novas redes, as mesmas deverão ser meticulosamente avaliadas tendo em consideração as cotas dos terrenos por forma a garantir a pressão mínima necessária.



PARTE V – DOMÍNIO URBANO

Esta página foi deixada em branco propositadamente



15. SISTEMA URBANO E POVOAMENTO

15.1. NOTA METODOLÓGICA

O sistema urbano e a sua atratividade e competitividade não é o único fator que pode contribuir para a inversão do saldo demográfico negativo do concelho, é, no entanto, um dos mais relevantes.

A aptidão agrícola, os recursos endógenos como seja o património cultural, a gastronomia e vinhos, o Lago Alqueva e a paisagem e natureza e a sua afirmação no território são fatores igualmente importantes, como também é a sua projeção direta, destes e indireta no sistema urbano ao nível da interação com os serviços, a atividade comercial e industrial, quer na relevância da competitividade ou não das redes (viárias, de comunicação, de equipamentos, etc.) quer ainda da oferta do parque habitacional.

Neste ponto é feita uma análise aos diferentes indicadores que permitem caracterizar primeiramente o Sistema Urbano e seguidamente o Parque Habitacional do Concelho, culminando com a análise da dinâmica urbanística e construtiva. Esta caracterização recorre aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística na sequência dos últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001 e 2011 e tendo como referência, os dados à escala municipal, regional e nacional.

A análise passa de igual modo pela caracterização dos perímetros urbanos existentes e pelos documentos que assumem grande preponderância para caracterização do tema em questão, como seja a Revisão do PU de Reguengos de Monsaraz bem como a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana. Acresce ainda no contexto das futuras propostas de ordenamento a análise e identificação dos núcleos urbanos antigos de Reguengos de Monsaraz, tendo como base a cartografia antiga disponível na Direção Geral do Território. Por fim, de referir que a análise deste descritor tem igualmente por base as reuniões realizadas com as juntas de freguesia em janeiro de 2019.

15.2. ANÁLISE DO SISTEMA URBANO

15.2.1. Enquadramento Teórico: Rede Urbana versus Sistema Urbano

O fenómeno urbano tem-se tornado mais complexo, o que dificulta a sua definição teórica e operativa, a aplicação de critérios e a realização de diversos estudos, incluindo a hierarquia urbana.

O território tem sido estruturado segundo diferentes lógicas: primeiro, considerou-se como estruturante do território a rede de cidades, sem se considerar a relação entre as mesmas; depois a lógica preponderante entendia que os transportes, isto é, os eixos de ligação entre as cidades é que definiam a estrutura de um território; esta perspetiva evoluiu e a lógica mais recente entende que os elementos estruturantes do território não são apenas as redes de cidades, mas também os eixos e as relações que estabelecem entre si, quer sejam verticais, quer sejam horizontais. O Pólo de importância reside então neste último ponto, designadamente nas relações que os aglomerados estabelecem entre si.

Neste tipo de estudos é necessário discernir dois conceitos essenciais que suportam duas abordagens distintas: a noção de rede urbana e de sistema urbano.

O conceito de rede urbana leva a considerar os aglomerados urbanos como nós, que são polarizados por um nó de nível superior, onde as relações são unívocas (verticais). Assim, nos estudos de rede urbana apenas se consideram os aglomerados urbanos (nós), sem se considerar as relações horizontais entre eles. Neste tipo de estudos a estrutura hierárquica assume uma importância central.

A noção de sistema urbano depreende uma perspectiva mais dinâmica. Estes estudos integram o estudo da rede, com o complemento da análise e interpretação das inter-relações entre os aglomerados urbanos.

Esta abordagem sistémica implica a identificação e análise dos diferentes componentes, que têm uma função específica no interior do sistema, com vista a alcançar o equilíbrio do sistema e dos seus componentes através do aumento da complexidade (que se identifica com a variedade). Ainda que baseados nos nós urbanos (enquanto concentrações espaciais de pessoas e atividades) estes são considerados como parte de uma malha complexa, onde são determinantes as relações que se estabelecem entre os nós (relações horizontais).

Esta visão sistémica do fenómeno urbano permite o estudo integrado de um sistema extremamente interdependente, com características adaptativas às alterações internas (nos nós e relações entre nós) e “externas” (do ambiente que o rodeia com o qual estabelece relações). Um sistema é sempre estudado considerando que integra um sistema de nível superior e que se pode decompor em sistemas de nível inferior.

15.2.2. Considerações gerais sobre o povoamento do concelho de Reguengos de Monsaraz

De acordo com os dados do recenseamento de 2011, os lugares censitários do concelho de Reguengos de Monsaraz correspondem aos perímetros urbanos como tal definidos no PDM em vigor.

O padrão de povoamento tem evoluído no sentido de uma concentração crescente da população residente em torno dos lugares de maior dimensão, designadamente na Cidade de Reguengos de Monsaraz. Cerca de 95% da população reside em lugares classificados como perímetros urbanos (com mais de 80 habitantes em 2011). A par disto, a população residual, ou seja, aquela que vive fora de aglomerados populacionais, manteve-se entre 2001 e 2011 nos 5% da população total (com cerca de 511 habitantes e 477, respetivamente).

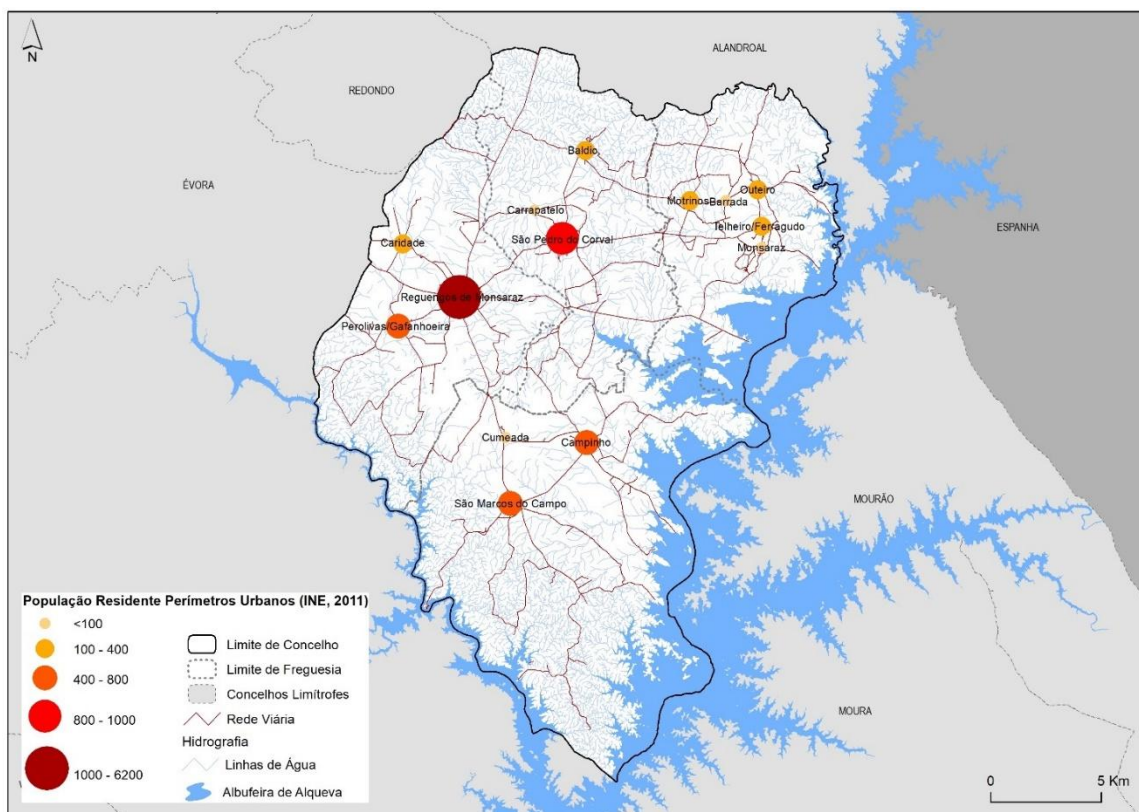
No Quadro seguinte apresenta-se o quantitativo populacional e na Figura 15.1 a sua distribuição territorial.



Quadro 15.1 | Lugares censitários no município de Reguengos (população em 2001 e 2011 e respetiva variação)

Lugar censitário	Freguesia	Classificação no PDM	População Residente (hab)		Varição (%)
			2001	2011	2001-2011
Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	PU	5900	6135	4
São Pedro do Corval	Corval	PU	1030	931	-10
Campinho	Monsaraz	PU	903	703	-22
São Marcos do Campo	União de Freguesias de Campo e Campinho	PU	684	576	-16
Perolivas/Gafanhoeiras*	União de Freguesias de Campo e Campinho	PU	592	542	-8
Caridade	Reguengos de Monsaraz	PU	362	317	-12
Outeiro	Reguengos de Monsaraz	PU	348	305	-12
Santo António do Baldio	Corval	PU	329	305	-7
Telheiro/Ferragudo	Monsaraz	PU	191	147	-23
Motrinos	Monsaraz	PU	141	107	-24
Monsaraz	Monsaraz	PU	126	95	-25
Cumeada	União de Freguesias de Campo e Campinho	PU	99	82	-17
Barrada	Monsaraz	PU	83	55	-34
Carrapatelo	Corval	PU	83	51	-39
Residual			511	477	
Total			11 382	10 828	

Fonte: INE



Fonte: Equipa do Plano com base nos dados do INE

Figura 15.1 | Distribuição dos lugares censitários (população)

15.2.3. Metodologia utilizada

Pretendeu-se analisar o sistema urbano do concelho de Reguengos de Monsaraz, imprimindo-lhe uma abordagem dinâmica, e privilegiando, para além da concentração de população e atividades, as relações horizontais que se estabelecem entre os diversos aglomerados urbanos em presença.

Para além da análise da estrutura vertical e horizontal do sistema urbano concelhio, atendeu-se também à integração do concelho de Reguengos de Monsaraz no sistema mais vasto a que pertence.

Como critério seletivo dos lugares considerou-se a sua identificação como lugar censitário. As variáveis utilizadas na hierarquização foram, designadamente, as seguintes (entre parêntesis é referida a respetiva ponderação):

- (1) População residente por lugar em 2011.
- (2) Ligações diretas com os restantes lugares (até uma mudança de estrada na rede rodoviária).
- (3) Grau de centralidade, inferido pela existência e frequência de:
 - Funções Muito Raras
 - Funções Raras
 - Funções banais



Para cada variável a prestação dos lugares foi hierarquizada, com números de ordem de 1 a 10, tendo este valor sido posteriormente ponderado. No final somou-se a prestação dos lugares em todas as variáveis consideradas, listagem que se ordena, sendo depois decomposta em níveis de hierarquia.

15.2.4. Análise do sistema urbano

Dimensão Demográfica

Em 2011, oito aglomerados urbanos do município de Reguengos de Monsaraz possuíam menos de 200 habitantes. Reguengos de Monsaraz é o aglomerado urbano com maior dimensão demográfica no Concelho, contando, em 2011, com 8.016 habitantes.

A estrutura urbana do município de Reguengos de Monsaraz assenta numa rede de aglomerados urbanos desequilibrada em termos demográficos, e demasiado concentrada no aglomerado urbano sede de Concelho

Quadro 15.2 | Proporção da população residente no concelho de Reguengos de Monsaraz, por perímetro urbano, em 2001 e 2011

Lugar censitário	Pop Residente (hab)		% da população do concelho	
	2001	2011	2001	2011
Reguengos de Monsaraz	5900	6135	51,84	56,66
São Pedro do Corval	1030	931	9,05	8,60
Campinho	903	703	7,93	6,49
São Marcos do Campo	684	576	6,01	5,32
Perolivas/Gafanhoeiras*	592	542	5,20	5,01
Caridade	362	317	3,18	2,93
Outeiro	348	305	3,06	2,82
Santo António do Baldio	329	305	2,89	2,82
Telheiro/Ferragudo	191	147	1,68	1,36
Motrilinos	141	107	1,24	0,99
Monsaraz	126	95	1,11	0,88
Cumeada	99	82	0,87	0,76
Barrada	83	55	0,73	0,51
Carrapatelo	83	51	0,73	0,47
Residual	511	477	4,49	4,41
Total	11382	10828		

Grau de Acessibilidade/Centralidade

Para medir o grau de acessibilidade no interior do município de Reguengos de Monsaraz foram contabilizadas as ligações diretas rodoviárias entre os aglomerados urbanos.

De acordo com o Figura 15.3, o aglomerado urbano que regista um maior número de ligações diretas com os restantes aglomerados urbanos do concelho, é Reguengos de Monsaraz, assumindo-se como o mais central segundo esta perspetiva. O aglomerado urbano de S. Pedro do Corval surge logo a seguir como o mais central, enquanto Perolivas e Monsaraz se apresentam como os aglomerados urbanos mais isolados.

Quadro 15.3 | Ligações diretas entre os aglomerados urbanos

	Reg.de Mons.	SP Corval	Campinho	SM Campo	Perolivas	Caridade	Outeiro	Baldio	Telheiro	Motrinos	Monsaraz	Cumeada	Barrada	Carrapatelo	exterior	Total ligações
Reg.de Mons.		Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim 3	8
SP Corval	Sim		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	4
Campinho	Não	Não		Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	2
SM Campo	Não	Não	Sim		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	2
Perolivas	Sim	Não	Não	Não		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1
Caridade	Sim	Não	Não	Não	Não		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim 1	2
Outeiro	Não	Não	Não	Não	Não	Não		Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	2
Baldio	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não		Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	2
Telheiro	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não		Não	Sim	Não	Não	Não	Não	2
Motrinos	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não		Não	Não	Sim	Não	Sim 1	2
Monsaraz	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não		Não	Não	Não	Não	1
Cumeada	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não		Não	Não	Não	2
Barrada	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não		Não	Não	2
Carrapatelo	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não		Não	3

Centralidade Funcional

Para a avaliação da centralidade funcional dos aglomerados urbanos foi consultada a informação recolhida em sede de levantamento de campo.

Na figura seguinte apresentam-se as funções centrais selecionadas e o número de aglomerados urbanos em que estas ocorrem.



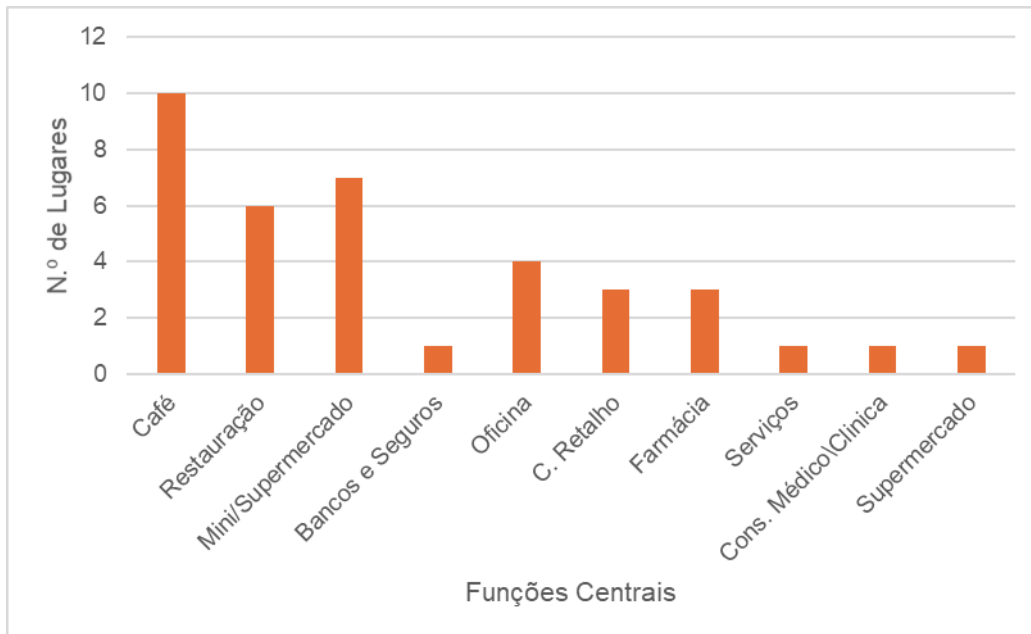


Figura 15.2 | Ocorrência das funções centrais no concelho

A análise da figura anterior permite concluir que existem atividades com níveis de centralidade diferenciados, função direta do seu grau de raridade. Assim, as 10 atividades selecionadas foram agrupadas em três classes, designadamente em:

- Funções Muito Raras: Serviços especializados; Consultório Médico\Clinica; Supermercado.
- Funções Raras: Agência Bancária; Agência de Seguros; Oficinas; Comércio a retalho especializado; Farmácia.
- Funções Banais: Café; Restaurante; Minimercado.

Na figura seguinte é representado o tipo de funções centrais (Muito Raras, Raras e Banais) presentes nos dez aglomerados urbanos do concelho de Reguengos de Monsaraz, verificando-se que apenas Reguengos de Monsaraz concentra funções muito raras (consultório médico privado serviços especializados e supermercado). Relativamente às funções raras, constata-se igualmente uma grande concentração deste tipo de funções na sede de concelho, apesar dos restantes aglomerados urbanos registarem a presença de algumas destas atividades, embora com pouco significado.

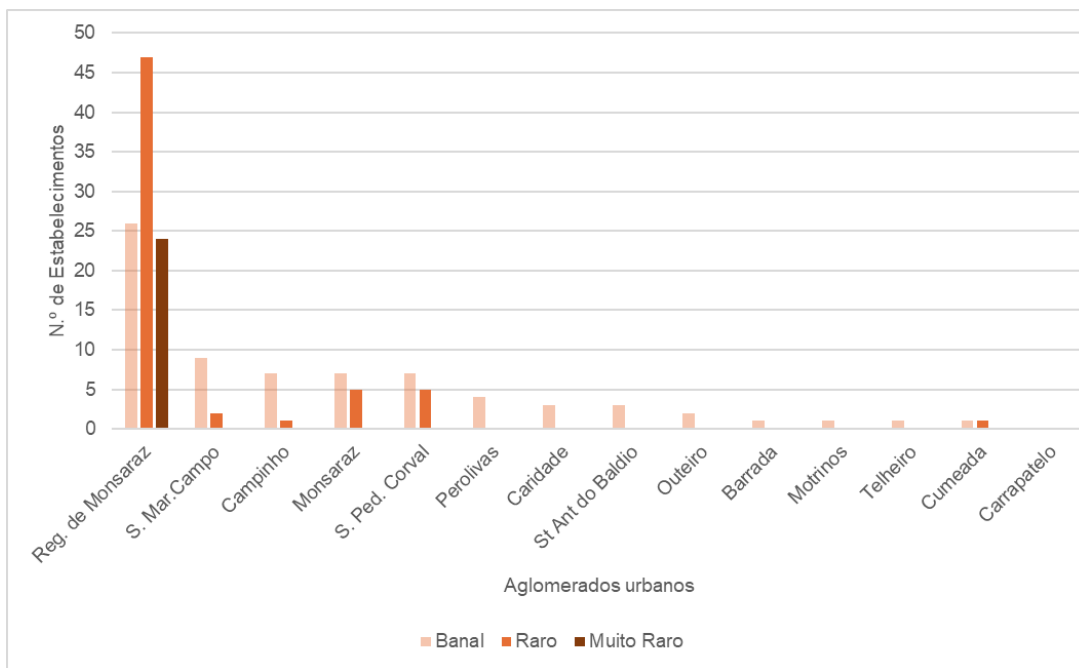


Figura 15.3 | Ocorrência das funções centrais por lugar censitário

Verifica-se que o município de Reguengos de Monsaraz apresenta uma estrutura urbana desequilibrada em termos funcionais. A cidade de Reguengos de Monsaraz destaca-se pelo seu maior grau de centralidade funcional. Todos os restantes lugares, que coincidem com as sedes de freguesia, evidenciam uma forte carência de serviços de nível superior, os quais lhes permitiriam reforçar o seu posicionamento relativo na estrutura urbana do Concelho.

Hierarquia urbana atual

Após terem sido efetuadas as análises parciais, posicionaram-se os aglomerados urbanos numa escala de 1 a 5 relativamente a cada uma das variáveis consideradas, obtendo-se um número de ordem (Quadro 15.4).



Quadro 15.4 | Prestação dos aglomerados urbanos

	População		Ligações diretas		Centralidade funcional	
	Nº ordem		Nº ordem		Nº ordem	
Reguengos de Monsaraz	5	1.º	5	1.º	5	1.º
São Pedro do Corval	1	2.º	3	2.º	1	2.º
Campinho	1	3.º	1	4.º	0	3.º
São Marcos do Campo	0	4.º	1	4.º	1	2.º
Perolivas/Gafanhoeiras*	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Caridade	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Outeiro	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Santo António do Baldio	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Telheiro/Ferragudo	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Motrinos	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Monsaraz	0	4.º	1	4.º	1	2.º
Cumeada	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Barrada	0	4.º	1	4.º	0	3.º
Carrapatelo	0	4.º	2	3.º	0	3.º

Da soma do número de ordem dos três fatores analisados chegou-se a um “ranking” do grau de centralidade dos aglomerados urbanos no município de Reguengos de Monsaraz.

Quadro 15.5 | Hierarquia urbana existente no concelho

	Valor Total	Nível Hierárquico
Reguengos de Monsaraz	15	1.º
São Pedro do Corval	4	2.º
Campinho	2	3.º
São Marcos do Campo	2	3.º
Caridade	2	3.º
Outeiro	2	3.º
Santo António do Baldio	2	3.º
Carrapatelo	2	3.º
Perolivas/Gafanhoeiras*	1	3.º
Telheiro/Ferragudo	1	3.º
Motrinos	1	3.º
Monsaraz	1	3.º
Cumeada	1	3.º
Barrada	1	3.º

Da análise do Quadro anterior destaca-se claramente a sede de concelho no primeiro nível da hierarquia urbana, e os restantes aglomerados, com características relativamente semelhantes. Ou seja, no “ranking” São Pedro do Corval coloca-se no 2.º nível essencialmente pela sua localização e peso populacional, mas muito próximo de São Marcos do Campo e Campinho.

No 3.º nível as realidades podem igualmente ser distintas, pois, por um lado estão incluídos os mais pequenos aglomerados em termos populacionais, como é o caso de Barrada e Carrapatelo com menos de 60 habitantes em 2011, e praticamente sem funções centrais, mas ao mesmo tempo inclui Monsaraz com mais de 10 funções centrais, penalizado por apenas apresentar uma ligação direta; e ainda Perolivas Gafanhoeiras por ser um aglomerado que, embora com um número significativo de habitantes, possui uma fraca acessibilidade, bem como um baixo número de funções centrais (face à proximidade a Reguengos de Monsaraz).

15.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE HABITACIONAL

15.3.1. Introdução

No presente subcapítulo caracteriza-se a situação atual do parque habitacional do concelho de Reguengos de Monsaraz, de forma a identificar as carências existentes no domínio da habitação e das condições de habitabilidade, com as inerentes limitações inerentes à desatualização dos dados estatísticos.

Esta análise baseia-se principalmente na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo por referência principal os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2001 e 2011, mas, com vista a uma maior atualização da análise, recorre também a dados complementares dos Anuários Estatísticos, bem como às informações recolhidas no âmbito de reuniões com as juntas de freguesia e câmara municipal.

Esta análise pretende enquadrar a situação concelhia e das freguesias face ao referencial geográfico mais próximo, neste caso a sub-região Alentejo Central, e identificar as principais questões inerentes à realidade habitacional, bem como a sua respetiva evolução temporal.

15.3.2. Evolução do edificado – número, estado de conservação e tipologia

Em 2011, o concelho de Reguengos de Monsaraz tinha 5.989 edifícios, cerca de 8% do total da sub-região Alentejo Central.

A evolução do edificado no concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta, no último período intercensitário (2001-2011), uma dinâmica positiva, na ordem dos 6,6%, posicionando-se ligeiramente abaixo da variação do Alentejo Central (Quadro 15.6).

Embora a variação tenha sido positiva ao nível concelhio, esta é distinta entre freguesias, sendo mais significativa nas freguesias de Corval e Reguengos de Monsaraz, onde ronda os 9%, detém-se nos 3% no caso de Monsaraz, e na União de freguesias de Campo e Campinho é mesmo ligeiramente negativa (-0,6%).

A freguesia de Reguengos de Monsaraz, sede de freguesia, alberga mais de metade dos edifícios do concelho (3225 edifícios), correspondendo o menor número à freguesia de Monsaraz (797).



Quadro 15.6 | Evolução do número de edifícios, 2001 e 2011

Unidade Territorial		N.º edifícios 2001	N.º edifícios 2011	Variação 2001-2011 (%)
Freguesias	Corval	916	1001	9,3
	Monsaraz	773	797	3,1
	Reguengos de Monsaraz	2959	3225	9,0
	União de Freguesias de Campo e Campinho	972	966	-0,6
Concelho	Reguengos de Monsaraz	5620	5989	6,6
NUTS III	Alentejo Central	73972	80100	8,3

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

O Quadro 15.7 representa a distribuição dos edifícios por época de construção, revelando as similaridades entre o concelho de Reguengos de Monsaraz e a sub-região em que se insere, e evidenciando que nos últimos 20 anos considerados, entre 1991 e 2011, foram construídos mais de 20% dos edifícios existentes, sem prejuízo da perda populacional registada no mesmo período.

Também os períodos de construção 1971-1991 e 1946-1991 representam (separadamente) mais de 20% dos edifícios, com destaque para este último, ao qual correspondem 27,7% dos edifícios do concelho. Os períodos anteriores são menos significativos, verificando-se que apenas 8,9% dos edifícios do concelho (517 edifícios) são anteriores a 1919. Estes distribuem-se essencialmente pelas freguesias de Reguengos de Monsaraz e União de Freguesias de Campo e Campinho. Nas freguesias de Monsaraz e de Corval, os edifícios anteriores a 1919 são reduzidos.

A União de freguesias de Campo e Campinho é aquela que apresenta um parque habitacional mais envelhecido, com um importante peso dos edifícios anteriores a 1919, assim como daqueles do período seguinte, até 1945. É também a freguesia que apresenta o mais reduzido peso dos edifícios construídos entre 1991 e 2011 (12,88%), permitindo concluir a fraca atratividade daquela freguesia e ausência de renovação do parque habitacional. Na freguesia de Corval o peso deste período também não ultrapassa os 16%, sendo maior em Monsaraz (23,1%) e em Reguengos de Monsaraz (25,6%).

Quadro 15.7 | Edifícios, segundo a época de construção, 2011

Unidade Territorial		Época de Construção										Total (n.º)
		Antes 1919		De 1919 a 1945		De 1946 a 1970		De 1971 a 1990		De 1991 a 2011		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Freguesias	Corval	37	3,7	269	26,9	345	34,5	191	19,1	159	15,9	1001
	Monsaraz	2	0,3	74	9,3	265	33,2	272	34,1	184	23,1	797
	Reguengos de Monsaraz	262	8,1	545	16,9	843	26,1	748	23,2	827	25,6	3225
	UF Campo Campinho	216	22,4	288	29,8	206	21,3	132	13,7	124	12,8	966
Concelho	Reguengos Monsaraz	517	8,6	1176	19,6	1659	27,7	1343	22,4	1294	21,6	5989
NUTS III	Alentejo Central	7955	9,9	12779	16,0	19583	24,4	19977	24,9	19806	24,7	80100

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011.

No Quadro 15.8, verifica-se que a utilização dos edifícios recenseados⁵⁸ é, na generalidade do concelho (e à semelhança da sub-região), exclusivamente para fins residenciais (cerca de 95%), sendo esta situação ainda mais expressiva nas freguesias de Corval e Monsaraz – 97% dos edifícios são exclusivamente residenciais. Porém, é também a freguesia de Monsaraz que tem um maior peso dos edifícios principalmente não residenciais (2,6%), enquanto a nível do concelho esses representam 1,1%.

Quadro 15.8 | Edifícios, segundo a utilização, 2011

Unidade Territorial		Utilização do edifício						Total (n.º)
		Exclusivamente residencial		Principalmente residencial		Principalmente não residencial		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Freguesias	Corval	971	97,0	26	2,6	4	0,4	1001
	Monsaraz	773	97,0	3	0,4	21	2,6	797
	Reguengos de Monsaraz	3049	94,5	137	4,2	39	1,2	3225
	UF Campo e Campinho	935	96,8	27	2,8	4	0,4	966
Concelho	Reguengos de Monsaraz	5728	95,6	193	3,2	68	1,1	5989
NUTS III	Alentejo Central	76740	95,8	2601	3,2	759	0,9	80100

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011.

15.3.3. Evolução dos alojamentos – número, tipologia e forma de ocupação

A par do aumento dos edifícios registado no último período intercensitário (apresentado acima), verifica-se que no concelho ocorreu também um crescimento positivo significativo da evolução dos alojamentos, à semelhança do registado para o nível sub-regional. De notar que a tendência de crescimento do parque habitacional no concelho foi contrária à tendência de evolução demográfica registada nos últimos anos, mas o mesmo se verifica a nível sub-regional (Quadro 15.9).

⁵⁸ Os edifícios recenseados têm sempre a função residencial, ainda que possam ser principalmente não residenciais.



Todavia, verifica-se que a diminuição do número de famílias clássicas no concelho (-1,9%) é menos significativo que a redução da população residente (-4,9%), e a nível sub-regional verifica-se até um aumento do número de famílias, o que é revelador da diminuição da dimensão familiar.

Por outro lado, verifica-se, a nível concelhio e sub-regional, que, em 2011, existem cerca de 1,5 alojamentos por família, traduzindo o valor excedentário do parque habitacional atualmente existente nestas unidades territoriais. O mesmo ocorre em todas as freguesias do concelho, sendo mais acentuado na freguesia de Monsaraz, onde existem, em 2011, 1,9 alojamentos/família. Esta freguesia é, a par da União de Freguesias de Campo e Campinho, aquela onde a perda de população residente foi mais significativa, superando claramente a redução dos alojamentos familiares. Efetivamente nestas freguesias, ao contrário do verificado nas freguesias do Corval e Reguengos de Monsaraz, existiu uma redução (caso da União de Freguesias de Campo e Campinho) ou um aumento muito ligeiro (caso de Monsaraz, 0,3%) do número de alojamentos familiares.

Quadro 15.9 | Número de alojamentos, residentes e famílias, e variação, 2001 e 2011

Unidade Territorial		Alojamentos familiares		Residentes		Famílias Clássicas	
		N.º					
		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Freguesias	Corval	934	1023	1 578	1 389	622	575
	Monsaraz	781	783	977	782	403	342
	Reguengos de Monsaraz	3209	3614	7 070	7 261	2 553	2 678
	União de Freguesias de Campo e Campinho	979	973	1 757	1 396	660	562
Concelho	Reguengos de Monsaraz	5903	6393	11 382	10 828	4 238	4 157
NUTS III	Alentejo Central	89497	98068	173 646	166 822	65 449	66 749

Unidade Territorial		Alojamentos familiares		Residentes		Famílias Clássicas	
		Variação 2001-2011 (%)					
Freguesias	Corval	9,5		-12,0		-7,6	
	Monsaraz	0,3		-20,0		-15,1	
	Reguengos de Monsaraz	12,6		2,7		4,9	
	União de Freguesias de Campo e Campinho	-0,6		-20,5		-14,8	
Concelho	Reguengos de Monsaraz	8,3		-4,9		-1,9	
NUTS III	Alentejo Central	9,6		-3,9		2,0	

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

A análise da relação entre edifícios e alojamentos familiares (Quadro 15.10) permite constatar que o parque habitacional existente no município corresponde, genericamente, a um edifício por alojamento familiar, refletindo o predomínio da habitação com características unifamiliares.

Quadro 15.10 | Relação entre alojamentos familiares e edifícios, 2001 e 2011

Unidade Territorial		Relação Alojamentos Familiares / Edifícios
		2011
Freguesias	Corval	1,0
	Monsaraz	1,0
	Reguengos de Monsaraz	1,1
	União de Freguesias de Campo e Campinho	1,0
Concelho	Reguengos de Monsaraz	1,1
NUTS III	Alentejo Central	1,2

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação 2001 e 2011.

A análise do Quadro 15.11 permite verificar que cerca de 82% do parque habitacional do concelho é da propriedade do seu residente, valor que é superior ao referencial sub-regional. Na freguesia de Monsaraz (86,3%) e ainda mais na União de Freguesias de Campo e Campinho (91,6%) o peso dos alojamentos como regime de proprietário ou coproprietário é ainda maior.

Quadro 15.11 | Regime de propriedade dos alojamentos de residência habitual, 2011

Unidade Territorial		Alojamentos de residência habitual						Total (N.º)
		Regime de propriedade						
		Proprietário ou coproprietário		Arrendamento ou subarrendamento		Outros		
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Freguesias	Corval	466	81,3	49	8,6	58	10,1	573
	Monsaraz	295	86,3	22	6,4	25	7,3	342
	Reguengos de Monsaraz	2110	79,6	360	13,6	181	6,8	2651
	União de Freguesias de Campo e Campinho	510	91,6	15	2,7	32	5,7	557
Concelho	Reguengos de Monsaraz	3391	82,0	446	10,8	296	7,2	4133
NUTS III	Alentejo Central	47657	72,0	12978	19,6	5528	8,4	66163

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011

No último ano censitário, 1813 fogos são alojamentos de residência secundária representando cerca de 28,4% do total de alojamentos familiares, peso superior ao apresentado na sub-região em quase 10 pontos percentuais. A evolução deste tipo de alojamento no último período intercensitário apresenta-se marcada por um crescimento no concelho, e em todas as freguesias.

Na freguesia de Monsaraz, à data dos últimos censos, os alojamentos familiares de residência secundária representavam já mais de metade do parque habitacional, ultrapassando o peso da residência habitual, e considera-se que este peso só se deve ter vindo a agravar. Nas outras freguesias, os alojamentos de residência habitual permanecem em maior número que a residência secundária, ainda que mereça destaque que também nas freguesias de Corval e de União de Freguesias de Campo e Campinho a residência secundária ultrapassa os 30%.

O número de alojamentos vagos diminuiu entre 2001 e 2011, totalizando neste último ano 437 alojamentos, e representando 6,8% do total concelhio. Este peso é bastante inferior ao apresentado para a sub-região, e verifica-se que é ainda inferior em todas as freguesias, com exceção do Corval,



onde os alojamentos vagos representam 11,5% do total de alojamentos. Esta é a única freguesia onde o número e peso dos alojamentos vagos aumentou.

Quadro 15.12 | Formas de ocupação dos alojamentos, 2001 e 2011

Unidade Territorial		Forma de ocupação dos alojamentos familiares						
		Residência habitual		Residência secundária		Vago		Total
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
		2001						
Freguesias	Corval	619	66,5	237	25,5	75	8,1	931
	Monsaraz	399	51,1	303	38,8	79	10,1	781
	Reguengos de Monsaraz	2423	76,1	478	15,0	282	8,9	3183
	União de Freguesias de Campo e Campinho	649	66,6	202	20,7	124	12,7	975
Concelho	Reguengos de Monsaraz	4090	69,7	1220	20,8	560	9,5	5870
NUTS III	Alentejo Central	63973	71,7	14633	16,4	10594	11,9	89200

Unidade Territorial		Forma de ocupação dos alojamentos familiares						
		Residência habitual		Residência secundária		Vago		Total
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
		2011						
Freguesias	Corval	575	56,2	330	32,3	118	11,5	1023
	Monsaraz	342	43,7	407	52,0	34	4,3	783
	Reguengos de Monsaraz	2659	73,7	716	19,9	231	6,4	3606
	União de Freguesias de Campo e Campinho	557	57,4	360	37,1	54	5,6	971
Concelho	Reguengos de Monsaraz	4133	64,8	1813	28,4	437	6,8	6383
NUTS III	Alentejo Central	66163	67,6	18362	18,8	13382	13,7	97907

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001 e 2011

15.3.4. Carências quantitativas e condições de habitabilidade dos alojamentos

O Quadro 15.13 reflete a relação entre os alojamentos ocupados e o número de famílias, o que permite identificar as situações de subocupação ou de sobreocupação habitacional. Verifica-se, assim, que o concelho apresenta, à data dos Censos, um défice de apenas de 24 alojamentos. Para esta situação concorre principalmente a freguesia de Reguengos de Monsaraz, apresentando-se como a freguesia de maior atratividade populacional, onde se assinala, por parte da Junta de Freguesia, a necessidade de oferta de habitação a custos controlados.

Quadro 15.13 | Carências quantitativas de habitação, 2011

Unidade Territorial		Nº Famílias Clássicas	Nº Alojamentos residência habitual	Carência em nº alojamentos
Freguesias	Corval	575	575	0
	Monsaraz	342	342	0
	Reguengos de Monsaraz	2678	2659	-19
	União de Freguesias de Campo e Campinho	562	557	-5
Concelho	Reguengos de Monsaraz	4157	4133	-24
NUTS III	Alentejo Central	66749	66163	-586

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011

Por outro lado, colocam-se também, em particular na freguesia de Reguengos de Monsaraz, necessidades ao nível do realojamento, tendo sido identificado no âmbito do “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (IHRU, 2018) a existência de 5 núcleos, num total de 40 famílias a realojar no concelho de Reguengos de Monsaraz.

De acordo com os dados do INE (Quadro 15.14), existem, em 2015, 39 fogos de habitação social no concelho, apenas mais um em relação a 2009. No conjunto da sub-região assiste-se a um aumento da oferta de habitação social em 160 fogos, sendo ainda evidente a presença a nível sub-regional de edifícios multifamiliares, enquanto a nível concelhio, a oferta de habitação social ocorre em edifícios unifamiliares.

Quadro 15.14 | Evolução recente da oferta de habitação social, 2009-2015

Unidade Territorial		2009		2015	
		Edifícios	Fogos	Edifícios	Fogos
Concelho	Reguengos de Monsaraz	38	38	39	39
NUTS III	Alentejo Central	659	1170	716	1330

Fonte: INE – Inquérito à caracterização da habitação social.

Durante a década de 90 assistiu-se por parte dos municípios a um esforço de infraestruturização muito significativo dos alojamentos familiares. Foi fundamentalmente no abastecimento público de água e no saneamento onde se registaram as principais melhorias. Assim, no que se refere ao nível de infraestruturização (Quadro 15.15), no ano de 2011, constata-se que o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta níveis de infraestruturização superiores a 99%, relativamente à existência de água e drenagem de águas residuais nos alojamentos. Contudo, em termos de instalação de banho ou duche apresenta valores de 97%, o que também se verifica a nível sub-regional.

O comportamento das freguesias não é muito distinto, cabendo o menor nível de infraestruturização à freguesia de Monsaraz no que respeita as instalações de banho/duche.

No Quadro 15.10 sistematizam-se as carências de infraestruturização, indicando o número de alojamento que sem água canalizada no alojamento (total de 26 no concelho), sem sistema de drenagem de águas residuais (total de 16) ou sem instalações de banho/duche, neste último caso atingindo já os 109 alojamentos do concelho.



Todavia, há que ter presente que estes dados reportam a 2011, e que ao longo desta década, estes valores devem ter sofrido uma redução significativa, restando como principais preocupações: as situações de alojamentos vagos ou devolutos, em melhores ou piores condições de habitabilidade (a análise do nível de infraestruturização aqui apresentada restringe-se aos alojamentos familiares de residência habitual); a necessidade de oferta de habitação a custos controlados para os casais jovens que procuram vir residir para o concelho ou que já residem e procuram a emancipação familiar; e por fim as necessidades de realojamento em habitação social.

Quadro 15.15 | Nível de infraestruturização dos alojamentos familiares de residência habitual, 2001 e 2011

Unidade Territorial		Alojamentos familiares de residência habitual (%)					
		Com água canalizada		Com sistemas de drenagem de águas residuais		Com instalações de banho/duche	
		2001	2011	2001*	2011	2001	2011
Freguesias	Corval	96,8	99,0	97,4	99,5	86,5	96,9
	Monsaraz	94,5	99,4	96,2	99,4	79,9	92,7
	Reguengos de Monsaraz	98,6	99,4	98,9	99,6	93,4	98,1
	União de Freguesias de Campo e Campinho	96,6	99,5	97,1	99,8	85,9	97,3
Concelho	Reguengos de Monsaraz	97,6	99,4	98,2	99,6	89,9	97,4
NUTS III	Alentejo Central	97,2	99,3	97,6	99,4	90,2	97,2

* inclui sistema de esgotos ligado à rede pública, sistema de esgotos particular (fossa séptica, etc.) e outras situações.

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001 e 2011

Quadro 15.16 | Necessidades de infraestruturização dos alojamentos, 2011

Unidade Territorial		N.º de Alojamentos		
		Sem água canalizada no alojamento	Sem sistema de drenagem de águas residuais	Sem instalações de banho/duche
Freguesias	Corval	6	3	18
	Monsaraz	2	2	25
	Reguengos de Monsaraz	15	10	51
	União de Freguesias de Campo e Campinho	3	1	15
Concelho	Reguengos de Monsaraz	26	16	109
NUTS III	Alentejo Central	488	409	1848

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011

15.4. CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA URBANÍSTICA E CONSTRUTIVA

15.4.1. Dinâmica urbanística

De acordo com dados da Câmara Municipal da Reguengos de Monsaraz, constata-se que de 1995 até à data foram emitidos 40 alvarás de loteamento (Quadro 15.17).

Quadro 15.17 | Alvarás de loteamento emitidos entre 1995 e 2019*

ID	Freguesia	Ano	Uso	Área (m2)	N.º de Fogos
1	Reguengos de Monsaraz	2000	Industrial, Comércio e Serviços	77000	
2	Reguengos de Monsaraz				
3	Reguengos de Monsaraz	2001	Habitação	5292,50	9
4	Reguengos de Monsaraz				
5	Reguengos de Monsaraz				
6	Reguengos de Monsaraz				
7	Reguengos de Monsaraz	2003	Habitação e Comércio	42463,00	143
8	Reguengos de Monsaraz				
9	Reguengos de Monsaraz				
10	Reguengos de Monsaraz				
11	Reguengos de Monsaraz	1997	Habitação	1201,00	2
12	Reguengos de Monsaraz	1995	Habitação	2587,00	4
13	Reguengos de Monsaraz	1995	Habitação	26814,00	43
14	Reguengos de Monsaraz	2001	Habitação	3714,00	10
15	Reguengos de Monsaraz	2001	Habitação	1108,50	6
16	Reguengos de Monsaraz	1995	Habitação	6788,00	7
17	Reguengos de Monsaraz	1997	Habitação	2178,00	8
18	Reguengos de Monsaraz	1999	Habitação	34334,31	103
19	Reguengos de Monsaraz	1996	Habitação	21000,00	68
20	Reguengos de Monsaraz	2001	Habitação	568,00	3
21	Reguengos de Monsaraz				
22	Reguengos de Monsaraz				
23	Reguengos de Monsaraz				
24	Reguengos de Monsaraz				
25	Reguengos de Monsaraz				
26	Reguengos de Monsaraz				
27	Reguengos de Monsaraz	2009	Habitação	18324,60	33
28	Reguengos de Monsaraz	2007	Habitação	11274,42	50
29	Reguengos de Monsaraz	2007	Habitação e Comércio	25915,69	82
30	Reguengos de Monsaraz	2008	Habitação	330	3
31	Reguengos de Monsaraz	2005	Habitação	2700,00	2



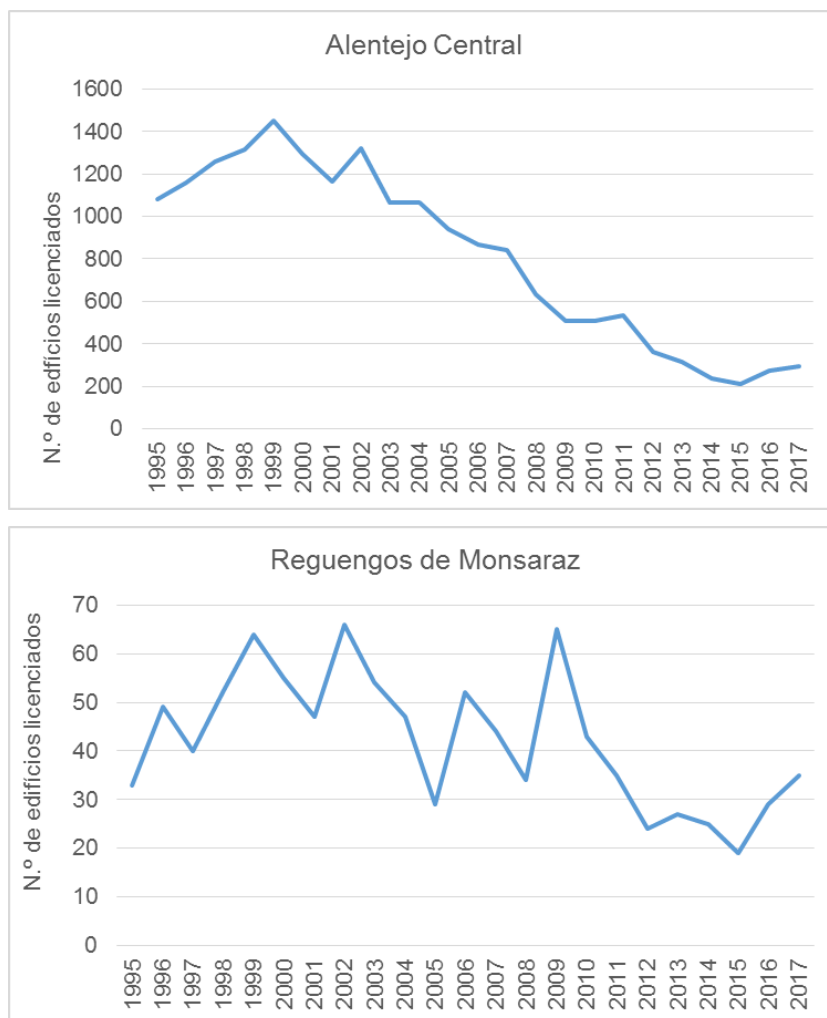
ID	Freguesia	Ano	Uso	Área (m2)	N.º de Fogos
32	Reguengos de Monsaraz	2007	Habitação	367,00	5
33	Reguengos de Monsaraz	2002	Habitação, Comércio e Serviços	34872,00	56
34	Reguengos de Monsaraz	2009	Habitação	685	5
35	Reguengos de Monsaraz	2002	Habitação	19826,00	29
36	Corval	2008	Habitação e Comércio	19403,00	46
37	Reguengos de Monsaraz				
38	Monsaraz				
39	União de Freguesias de Campo e Campinho	2000	Habitação	1250,00	4
40	Reguengos de Monsaraz	2001	Habitação	851,00	3

**Aguarda-se informação para completar a caracterização dos loteamentos.*

15.4.2. Dinâmica construtiva

A dinâmica construtiva do concelho foi aferida com base na consulta dos dados publicados pelo INE relativamente ao número de edifícios licenciados em obras de edificação, desde a entrada em vigor do PDM, recorrendo por isso à série temporal de 1995-2017.

Gráfico 15.1 | Evolução do total de edifícios licenciados em obras de edificação, 1995-2017



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

A dinâmica construtiva do concelho de Reguengos de Monsaraz, no período 1995-2017, é representada por um total de 968 edifícios licenciados, dos quais 778 correspondem a construções novas, e 190 a ampliações, alterações e reconstruções. Apesar do predomínio das construções novas, as ampliações, alterações e reconstruções representam já perto de 20%, peso que é ainda inferior ao da média sub-regional (27%).

A evolução dos licenciamentos no concelho no período referido distingue – se também da dinâmica da sub-região. O Alentejo Central apresenta até 1999 uma tendência crescente, mas a partir desse ano caracteriza-se por uma evolução tendencialmente decrescente, pontuada por picos anuais de crescimento, incluindo um aumento desde 2015. Por seu turno, o concelho de Reguengos de Monsaraz, apesar de apresentar um comportamento ao nível do licenciamento bastante semelhante entre os pontos de partida e destino do período analisado (1995 e 2017), é também marcado por oscilações significativas, registando um máximo de 66 edifícios licenciados em 2002 e o mínimo de 19 em 2015.



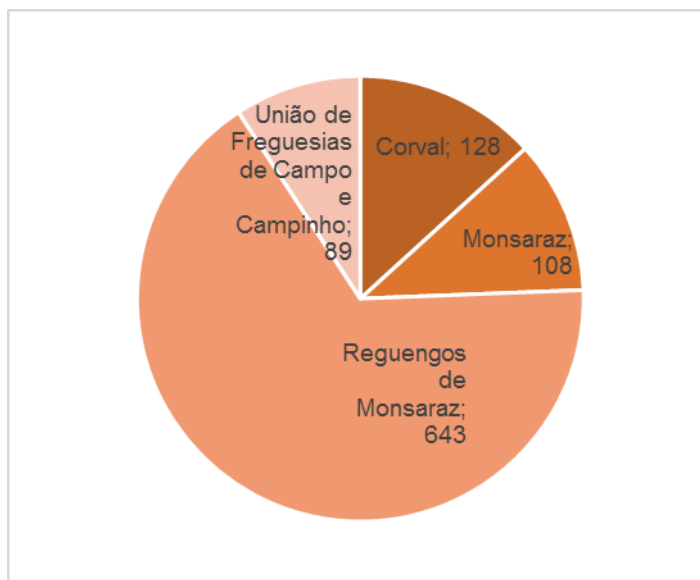
Quadro 15.18 | N.º de edifícios licenciados, por tipo de obra, entre 1995-2017

Unidade Territorial		N.º Edifícios licenciados 1995-2017*		
		Total de obras de edificação	Construções novas	Ampliações, alterações e reconstruções
Freguesias	Corval	128	112	16
	Monsaraz	108	73	35
	Reguengos de Monsaraz	643	534	109
	União de Freguesias de Campo e Campinho	89	59	30
Concelho	Reguengos de Monsaraz	968	778	190
NUTS III	Alentejo Central	18685	13722	4963

Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

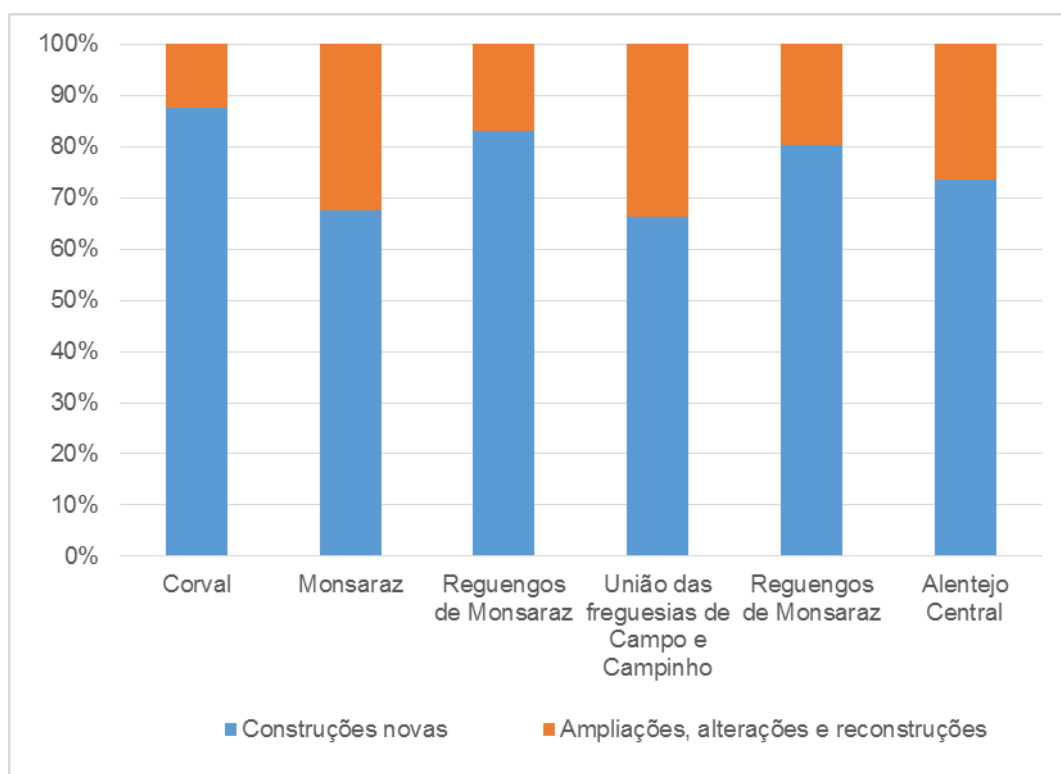
Ainda no Quadro 15.18, apresenta-se a distribuição por freguesia, para o total do período 1995-2017, verificando-se uma forte concentração das licenças de edificação na freguesia de Reguengos de Monsaraz (Gráfico 15.2). As freguesias de Monsaraz e União de Freguesias de Campo e Campinho são aquelas onde o peso das licenças para ampliações, alterações e reconstruções é maior, não ultrapassando contudo os 35% (Gráfico 15.3). Contudo, em anos mais recentes, a tendência nestas duas freguesias é de o número de licenças para ampliações, alterações e reconstruções ultrapassar o número de licenças para construções novas.

Gráfico 15.2 | Distribuição dos edifícios licenciados por freguesia (N.º), 1995-2017



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Gráfico 15.3 | Distribuição por tipo de obra dos edifícios licenciados entre 1995 e 2017



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Através do Gráfico 15.4 é possível verificar a evolução dos fogos licenciados em construções novas com vista à habitação familiar, no período em análise (1995-2017), no concelho e sub-região.

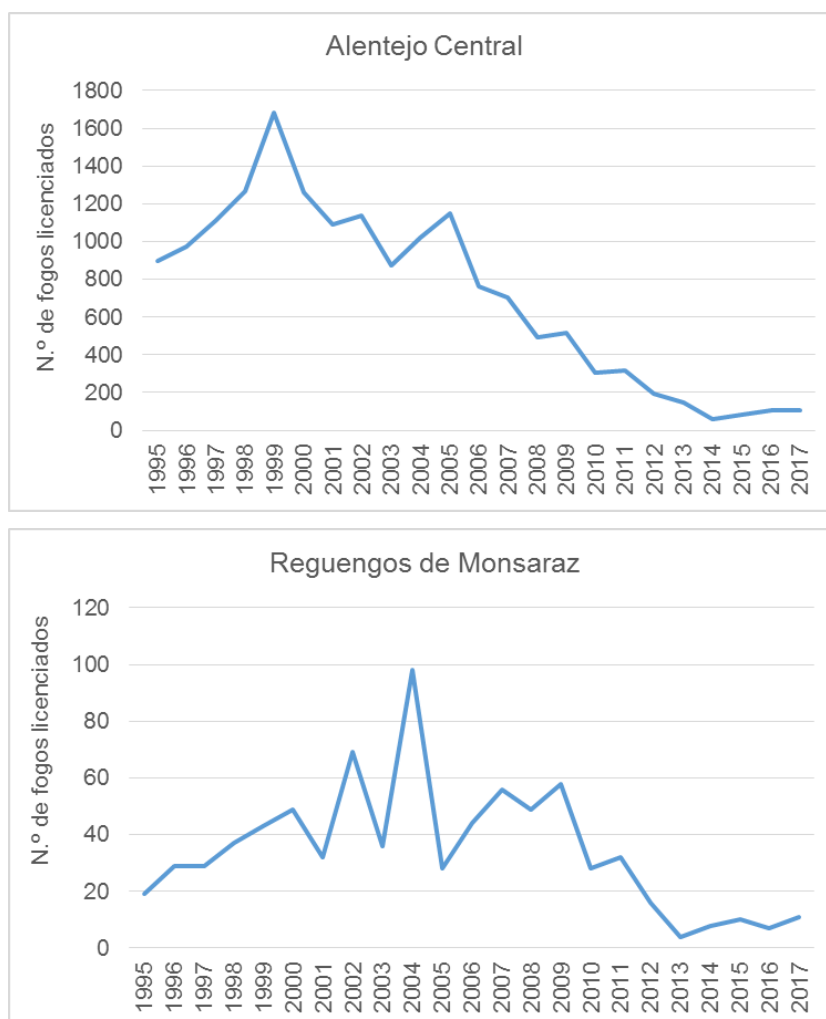
Nesse período, foram licenciados 792 fogos em construções novas no concelho de Reguengos de Monsaraz, e 16257 na sub-região.

Tal como se verifica no total de edifícios licenciados, também na evolução dos fogos em construção nova, se assiste a uma tendência geral decrescente a nível do Alentejo Central, que também se identifica ao nível concelhio, de modo mais consistente, desde 2009.

No caso do concelho, assinalam-se dois picos de crescimento mais significativos em 2002 e 2004, correspondendo a este último o valor anual máximo de fogos licenciados (98). O valor mínimo corresponde a 2013 (4), mas no último ano (2017) foram já registados 11 fogos licenciados em construções novas.



Gráfico 15.4 | Evolução dos fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, 1995-2017



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

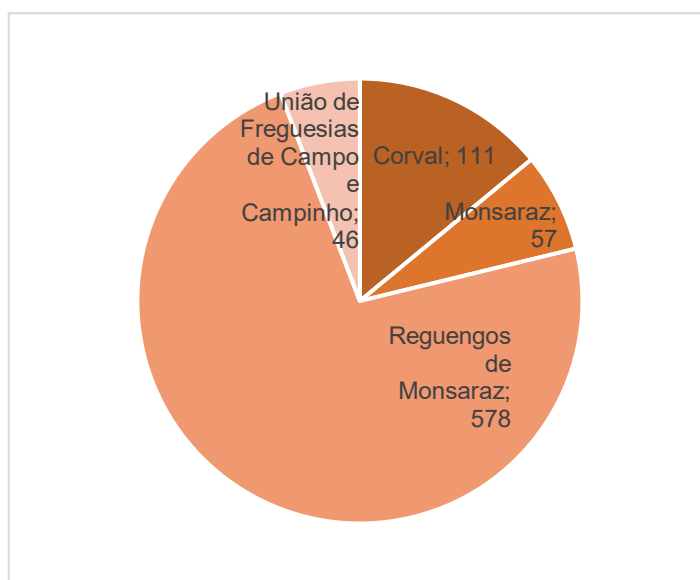
Analisando a distribuição desses licenciamentos por freguesia, verifica-se um acentuado predomínio dos fogos licenciados na freguesia de Reguengos de Monsaraz, num total de 578 fogos. Na freguesia do Corval foram licenciados 111, mas nas freguesias de Monsaraz e União de Freguesias não foram ultrapassados os 60 fogos em construção nova, o que é consistente com o número de licenças de construção nova de edifícios (também menor nestas freguesias).

Gráfico 15.5 | Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar no concelho, entre 1995-2017

Unidade Territorial		N.º fogos licenciados
		1995-2017
Freguesias	Corval	111
	Monsaraz	57
	Reguengos de Monsaraz	578
	UniãoF Campo e Campinho	46
Concelho	Reguengos de Monsaraz	792
NUTS III	Alentejo Central	16257

Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Gráfico 15.6 | Distribuição dos fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesia, 1995-2017



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

15.5. IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS ANTIGOS DE REGUENGOS

Sem prejuízo da análise da situação atual da ocupação urbana, importa considerar a existência de um conjunto de antigos núcleos urbanos, que foram apontados pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e que é possível identificar a partir da Carta Corográfica do Reino 1:100 000, do ano de 1875.

Estes núcleos não se encontram identificados como perímetro urbano, nem como aglomerado rural no PDM em vigor, nem sequer são identificados como lugares censitários, interessando, contudo, considerar o seu papel histórico, identitário e estruturante do território rural.

Com recurso à Carta Militar, procedeu-se a sua localização, conforme consta das figuras seguintes, com extratos dos ortofotomapas de 2015 que revelam a sua ocupação atual.



Alvargides (Álvaro Gil)



Carta Corográfica do Reino de 1875



Ortofotomapas 2015



Parreira, França, Barrocal e Santa Margarida



Carta Corográfica do Reino de 1875



Ortofotomapas 2015

Ronção, Canada e Matineiros



Carta Corográfica do Reino de 1875



Ortofotomapas 2015

Fonte: Carta Corográfica do Reino 1:100 000, Folha 29, Ano de edição: 1875, consultada em:
http://www.dgterritorio.pt/museuVirtual/Carl_100K.asp



15.6. NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM EM VIGOR

O Solo Urbano consagrado pelos perímetros urbanos do PDM e PU, em vigor, envolve uma área total de 765 hectares, dos quais cerca de metade (53 %) correspondem à área do perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz – 406,91 hectares.

Todos os perímetros urbanos encontram-se classificados em Espaço Urbano e Espaço Urbanizável. No caso do perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz, o Espaço Urbanizável é diferenciado em Alta, Média e Baixa Densidade, Área Industrial e Zona Verde – *Non Aedificandi*.

Quadro 15.19 | Perímetros urbanos e categorias de espaço

Aglomerados Populacionais	Perímetro Urbano	Categorias de Espaço	
	(ha)	Espaço Urbano	Espaço Urbanizável
Baldio	36,03	✓	✓
Barrada	8,63	✓	✓
Campinho	40,12	✓	✓
Caridade	19,82	✓	✓
Carrapatelo	7,23	✓	✓
Cumeada	11,19	✓	✓
Monsaraz	6,29	✓	✓
Motrinos	19,71	✓	✓
Outeiro	31,83	✓	✓
Perolivas/Gafanhoeira	37,51	✓	✓
Reguengos de Monsaraz	406,91	Área Urbana Consolidada	H1 (Alta Densidade) H2 (Média Densidade) H3 (Baixa Densidade) Área Industrial Zona Verde – <i>Non Aedificandi</i>
São Marcos do Campo	42,9	✓	✓
São Pedro do Corval	77,71	✓	✓
Telheiro/Ferragudo	19,77	✓	✓
Total	765,65	-	-

Fonte: PDM em Vigor e PU de RM

De notar, contudo, que a delimitação dos perímetros urbanos no PDM, em vigor, assentou em bases muito grosseiras (cartografia inadequada, inexistência de referências ao cadastro, e à rede hidrográfica fundamental – nomeadamente nos aglomerados de menor dimensão) pelo que o manancial de reserva de solo disponível perde muito significado. No âmbito da Revisão do PDM e tendo em conta o novo enquadramento legal que aponta para a inexistência de espaços urbanizáveis haverá que avaliar, com detalhe estas áreas por forma identificar o seu grau de ocupação e de infraestruturação, determinantes para a sua inclusão no solo urbano.

No que respeita ao perímetro urbano da Cidade de Reguengos de Monsaraz, tendo em conta o cenário relativo à ocupação do solo existente no atual Plano de Urbanização, bem como, o crescimento de efetivos populacionais (de 7070 indivíduos, em 2001 para 7261 indivíduos, em 2011) derivado dos elevados investimentos em curso no Concelho e na própria cidade, para além da carência espacial sentida na zona industrial, é notória a carência de expansão sustentável e/ou alteração de tipologias.

No Quadro seguinte poder-se-ão verificar as alterações em termos de área e número de fogos previsionais, tendo em conta o previsto no PU de Reguengos de Monsaraz

Quadro 15.20 | Cidade de Reguengos de Monsaraz - Solos afetos ao uso habitacional

Categorias	Área Total (m ²)	Área Construída (m ²)	Área Disponível (m ²)	Coefficiente de afetação Máxima do solo	Afetação Máxima do solo disponível (m ²)	N.º de fogos disponíveis (1)	Crescimento demográfico possível (hab.)
Urbanizado	1.315.312	482.193	490.473	1.00	490.473	3270	8.829
Alta densidade (Cas 0.6)	378.652	1.580	151.461	0.60	135.367	451	1.218
Média Densidade (Cas 0.35)	510.711	6.399	300.028	0.35	105.010	350	945
Baixa Densidade (Cas 0.25)	272.626	4.155	159.421	0.25	39.855	133	359
Total	2.477.301	494.327	1.101.383		770.705	4.204	11.351

Fonte: Relatório do PU de Reguengos de Monsaraz

1- Considerando 150 m² por fogo para solo urbanizado e 300 m² para as áreas de expansão.

No Quadro 15.21 consta uma síntese do nível de concretização dos perímetros urbanos, atendendo à área ocupada (aferida através da análise da Carta de Ocupação do Solo, complementada com ortofotomapas) e à área comprometida (definida em função da área abrangida por loteamento).

A maior parte da área comprometida corresponde ao perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz – num total de 47,44 ha, face os 52,63 ha do conjunto do concelho. Tal como já mencionado no capítulo 15.3.2, a dinâmica urbanística observada nos restantes perímetros urbanos do Concelho é de reduzida dimensão, sendo mesmo, em alguns casos (nomeadamente, nos aglomerados populacionais de menor dimensão), nula no que se relaciona com a ocorrência de loteamentos urbanos.

Considerando a sobreposição da área ocupada e comprometida, verifica-se que o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta um nível de concretização na ordem dos 55%, sendo esse valor na ordem dos 59% no caso da sede de concelho. O nível de concretização é ainda superior, acima dos 60%, nos perímetros urbano de Campinho e São Marcos do Campo, e tem o seu máximo (84%) no caso de Monsaraz.

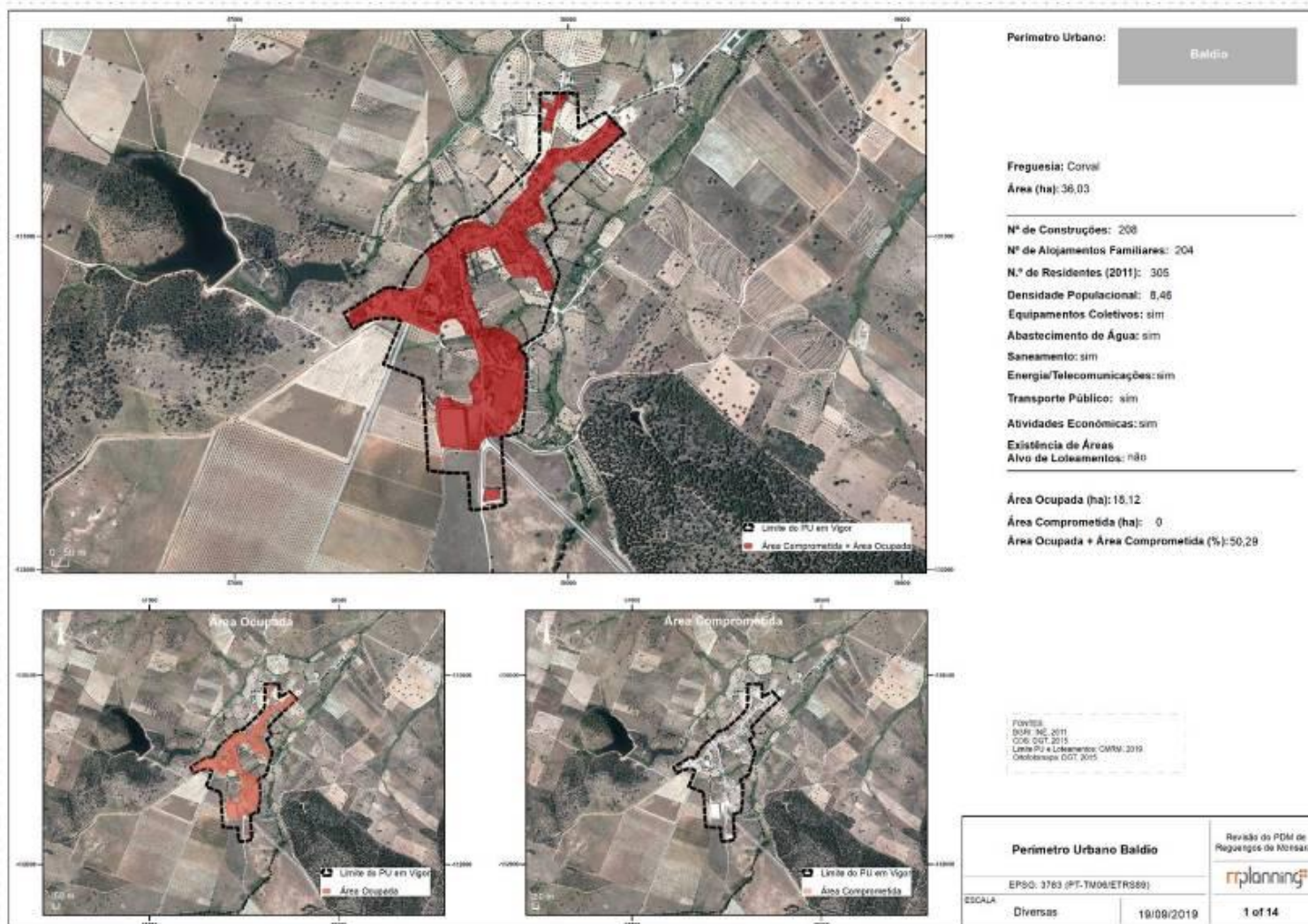


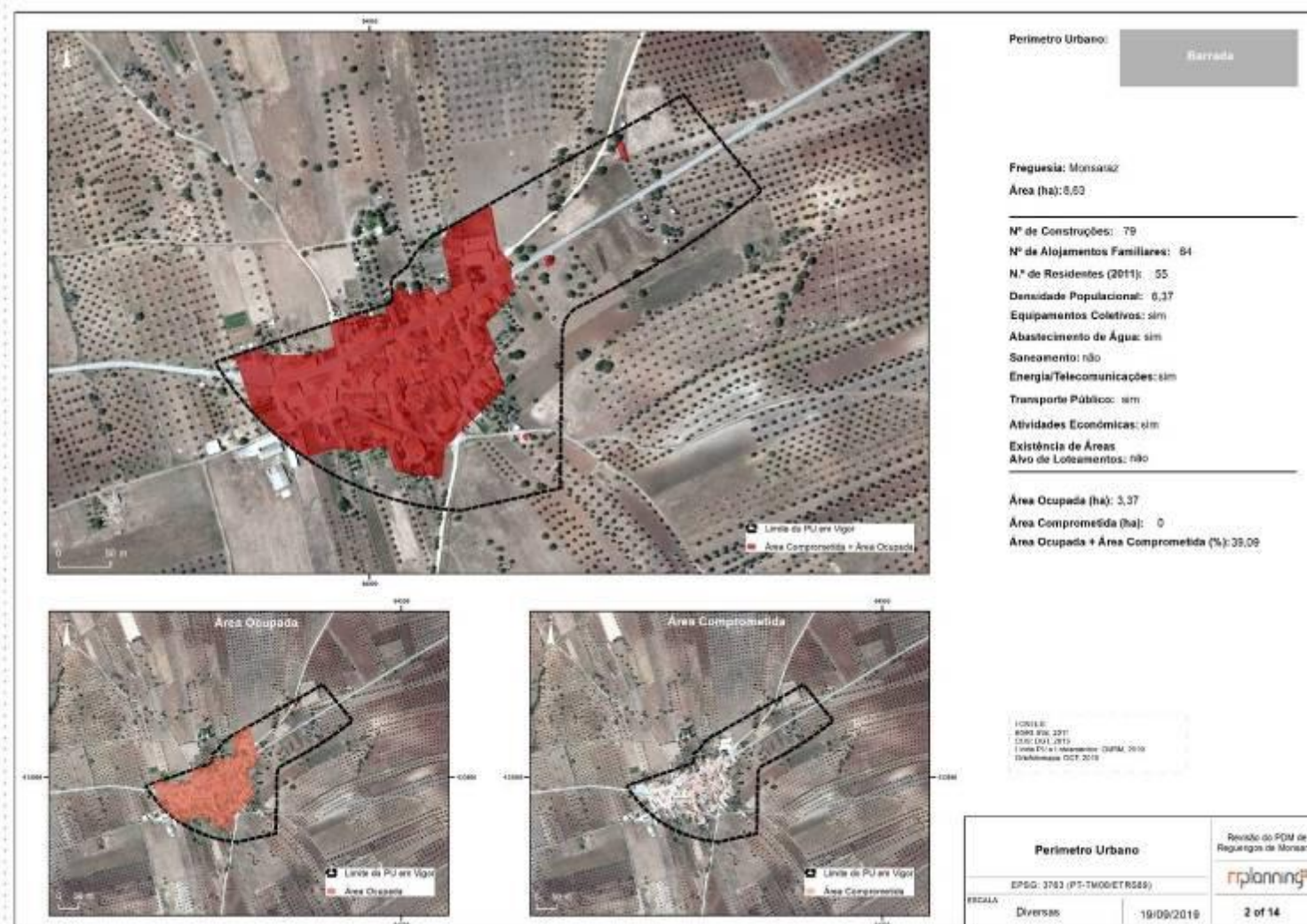
Quadro 15.21 | Nível de concretização dos perímetros urbanos em vigor

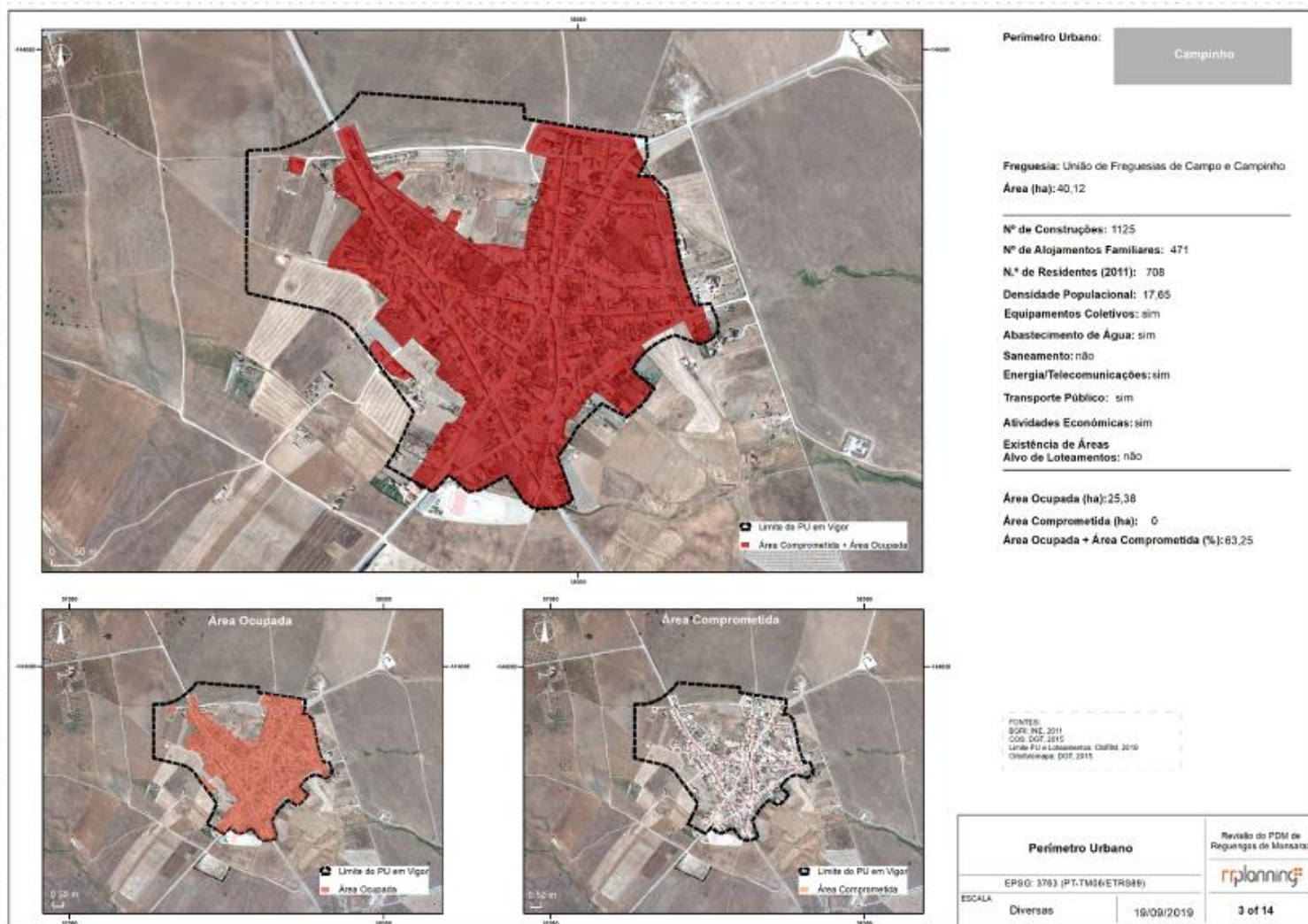
Aglomerados Populacionais	Perímetro Urbano	Área Ocupada	Área Comprometida	Área Ocupada e Comprometida	
	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	% do PU
Baldio	36,03	18,12	0	18,12	50,29
Barrada	8,63	3,37	0	3,37	39,09
Campinho	40,12	25,38	0	25,38	63,25
Caridade	19,82	10,95	0,25	10,95	55,23
Carrapatelo	7,23	2,59	0	2,59	35,87
Cumeada	11,19	6,32	0	6,32	56,47
Monsaraz	6,29	5,3	0	5,3	84,28
Motrinos	19,71	10,56	0	10,56	53,57
Outeiro	31,83	13,16	1,72	13,69	43
Perolivas/Gafanhoeira	37,51	18,73	1,98	18,75	49,98
Reguengos de Monsaraz	406,91	235,9	47,44	240,35	59,07
São Marcos do Campo	42,9	25,77	0,23	25,77	60,07
São Pedro do Corval	77,71	36,95	1,01	36,98	47,59
Telheiro/Ferragudo	19,77	8,97	0	8,97	45,35
Total	765,65	422,07	52,63	427,1	55,78

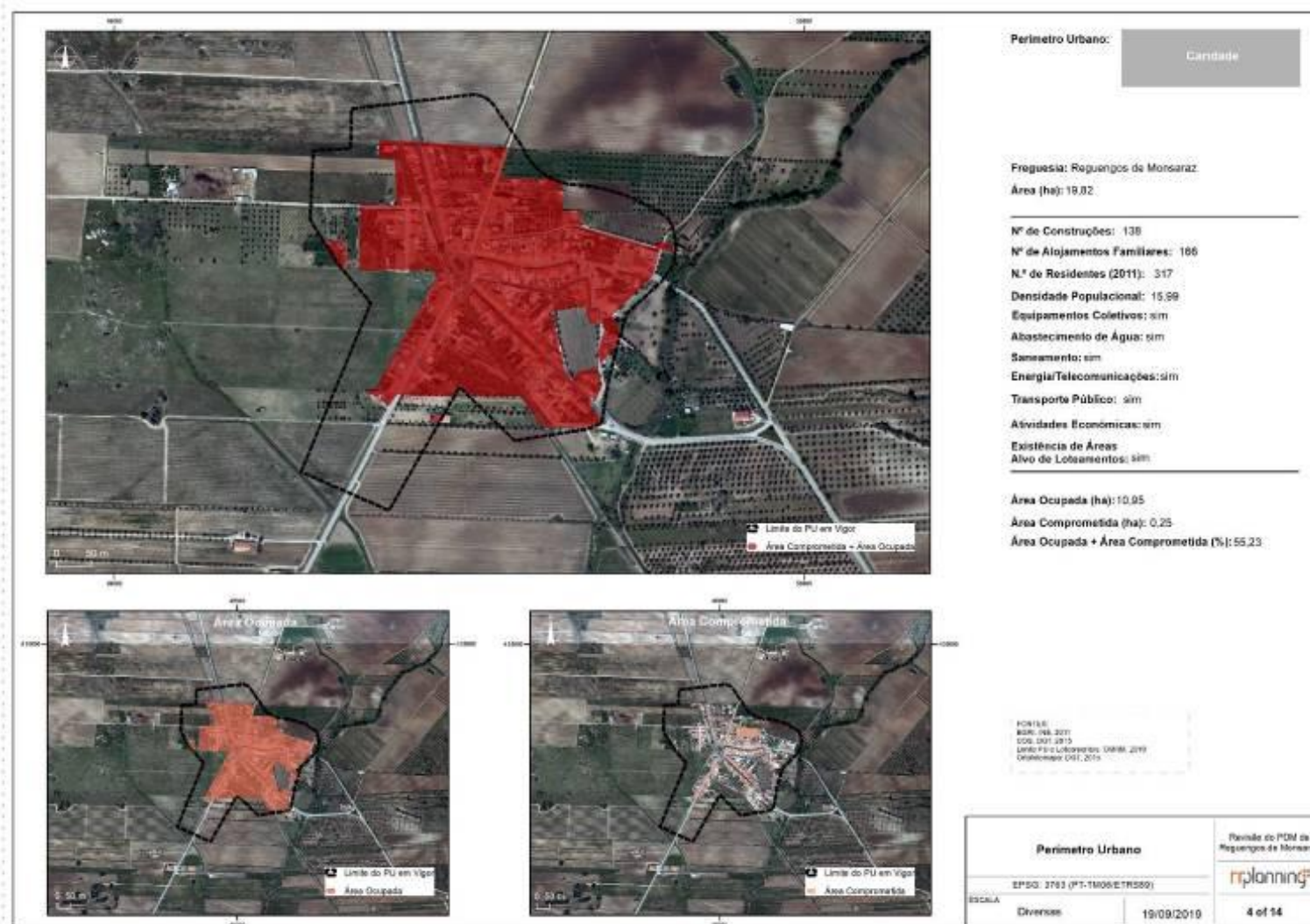
De seguida são apresentadas fichas de caracterização dos perímetros urbanos em vigor, com os elementos do quadro anterior (área ocupada e comprometida), a sua representação cartográfica e uma análise prévia dos critérios para a classificação do solo urbano definidos no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, designadamente através da indicação dos seguintes elementos:

- N.º de Construções
- N.º de Alojamentos Familiares
- N.º de Residentes (2011)
- Densidade Populacional
- Equipamentos Coletivos
- Abastecimento de Água
- Saneamento
- Energia/Telecomunicações
- Transporte Público
- Atividades Económicas
- Existência de Áreas Alvo de Loteamento











Perímetro Urbano:

Carrapateira

Freguesia: Corval

Área (ha): 7,23

N.º de Construções: 62

N.º de Alojamentos Familiares: 49

N.º de Residentes (2011): 51

Densidade Populacional: 7,05

Equipamentos Coletivos: não

Abastecimento de Água: sim

Saneamento: sim

Energia/Telecomunicações: não

Transporte Público: sim

Atividades Económicas: sim

Existência de Áreas

Alvo de Lotamentos: não

Área Ocupada (ha): 2,59

Área Comprometida (ha): 0

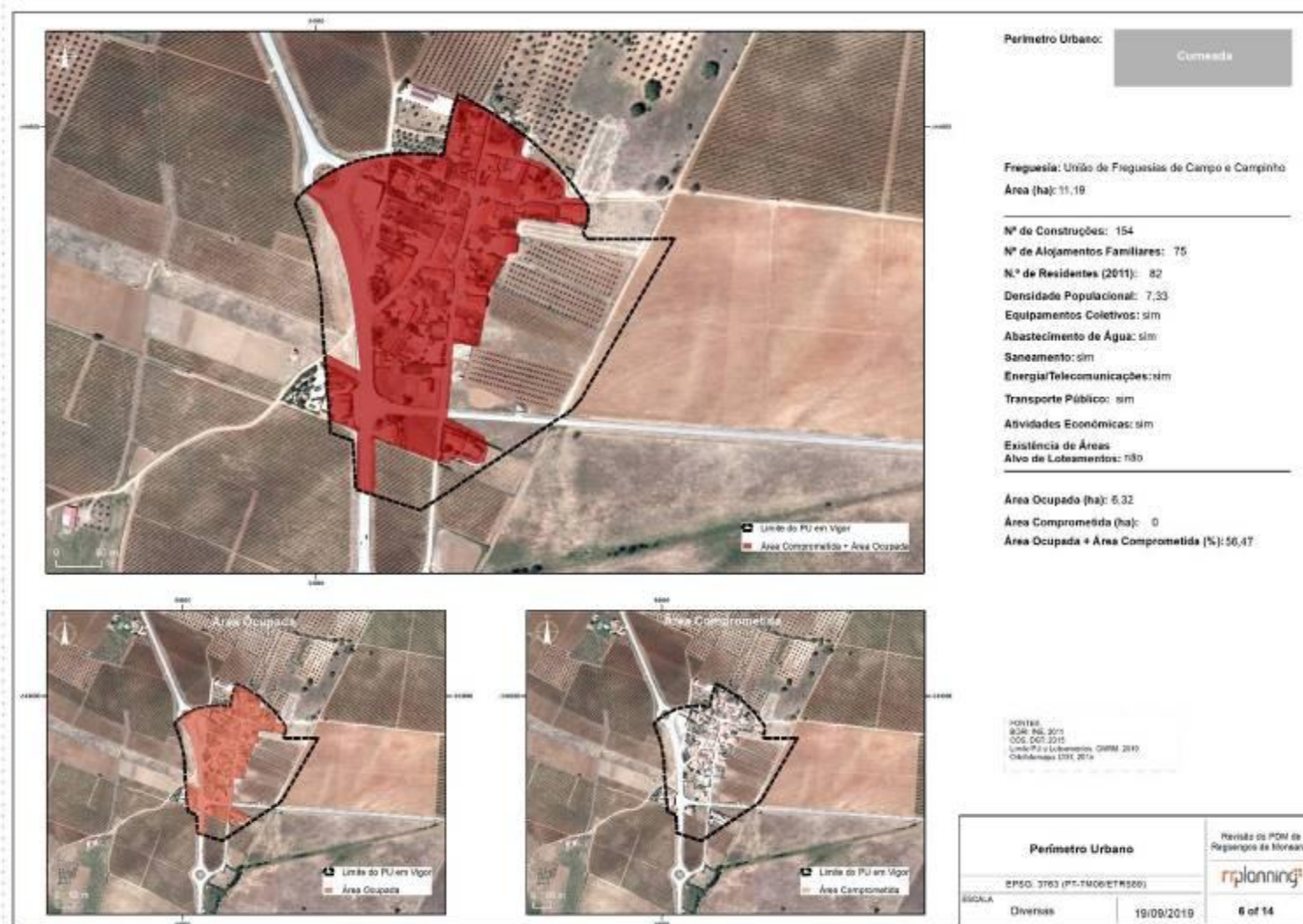
Área Ocupada + Área Comprometida (%): 35,87

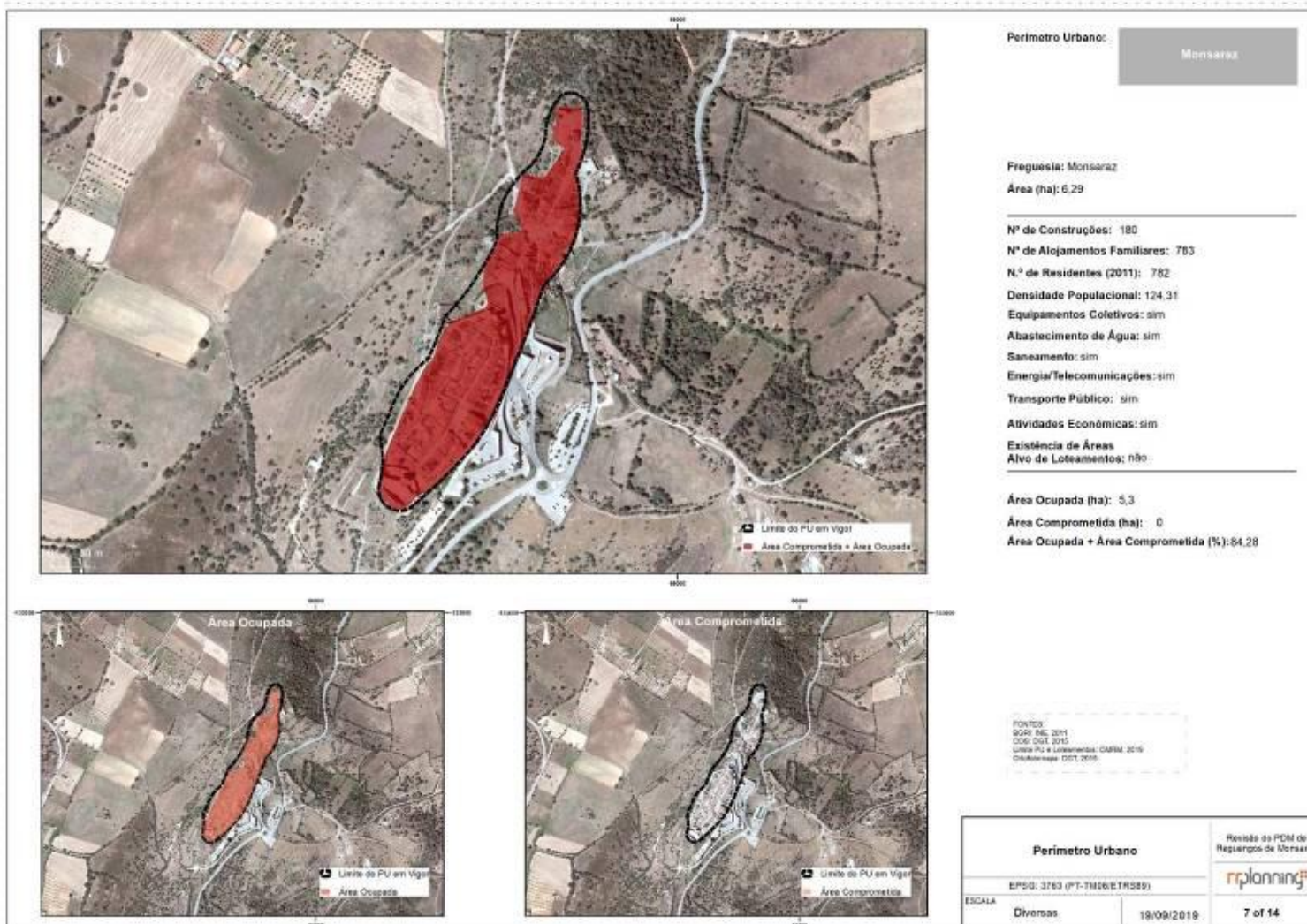


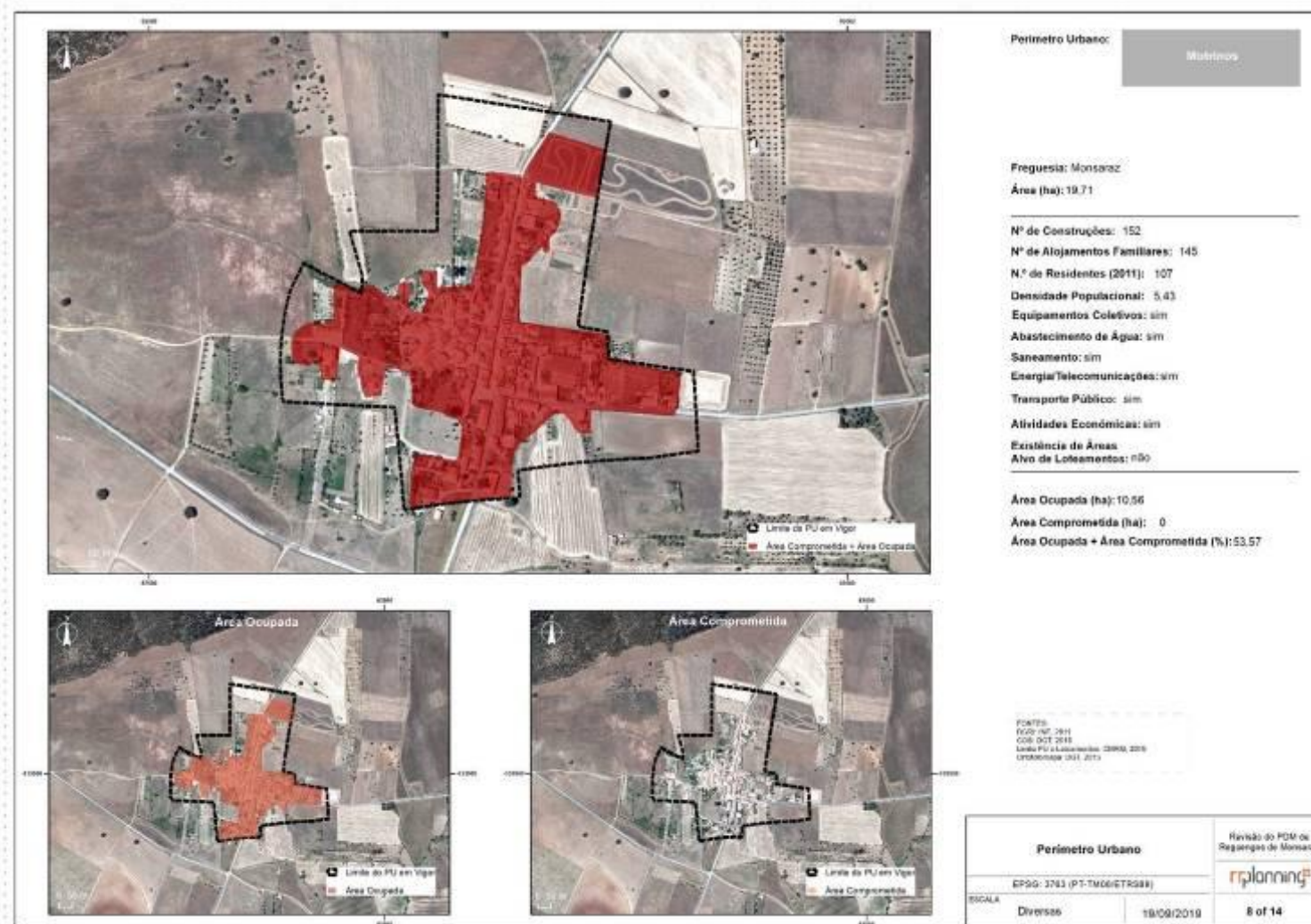
PMURB
 SUP: RE, 2011
 COG: DGT, 2016
 Limite PU e Lotamentos: CMRM, 2018
 Ordenamento DGT, 2015

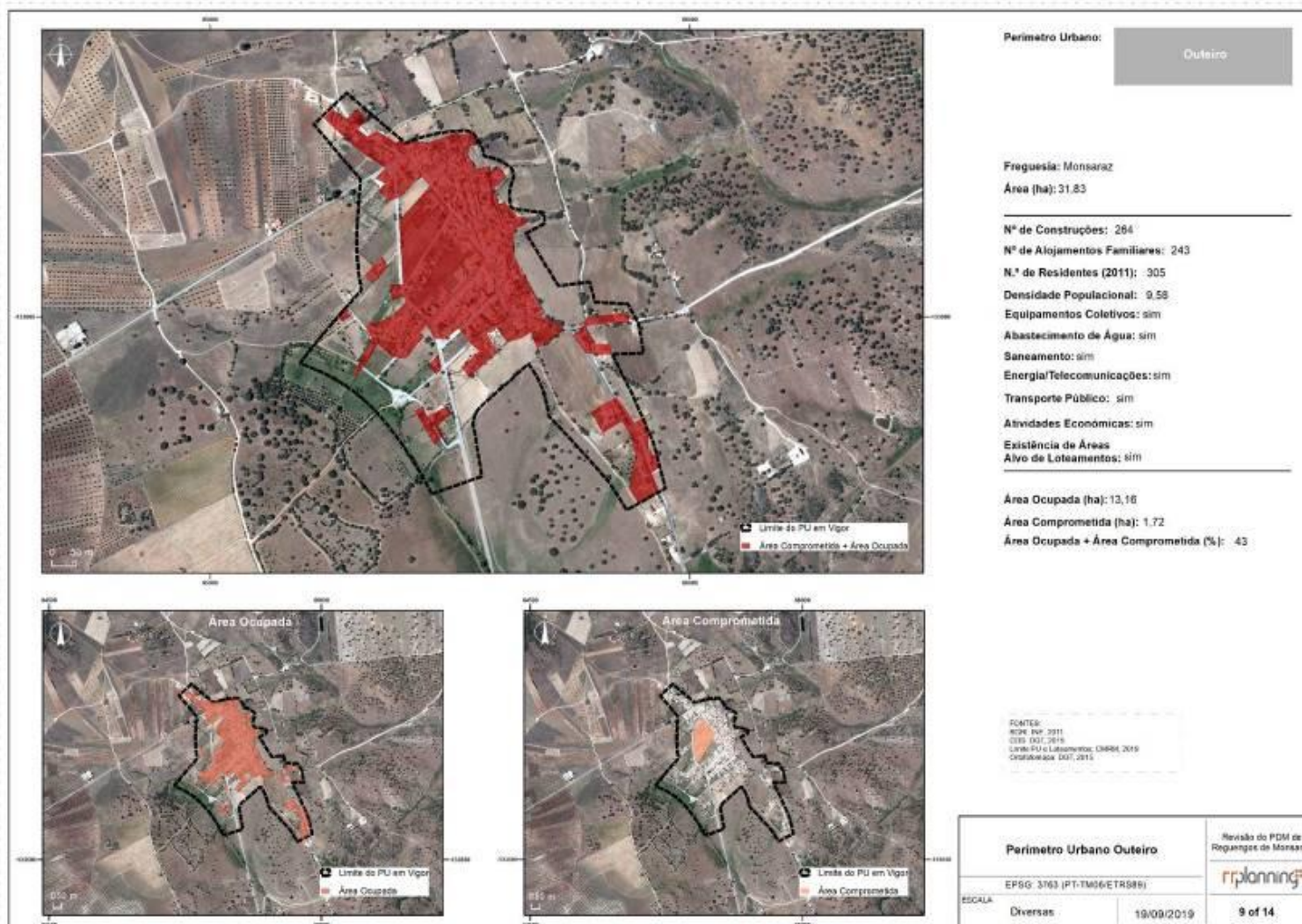
Perímetro Urbano		Revisão do PDM de Reguengo de Morsanz	
EPSG: 3763 (PT-TM081ETRS89)		rplanning	
ESCALA	Diversas	19/09/2019	5 of 14

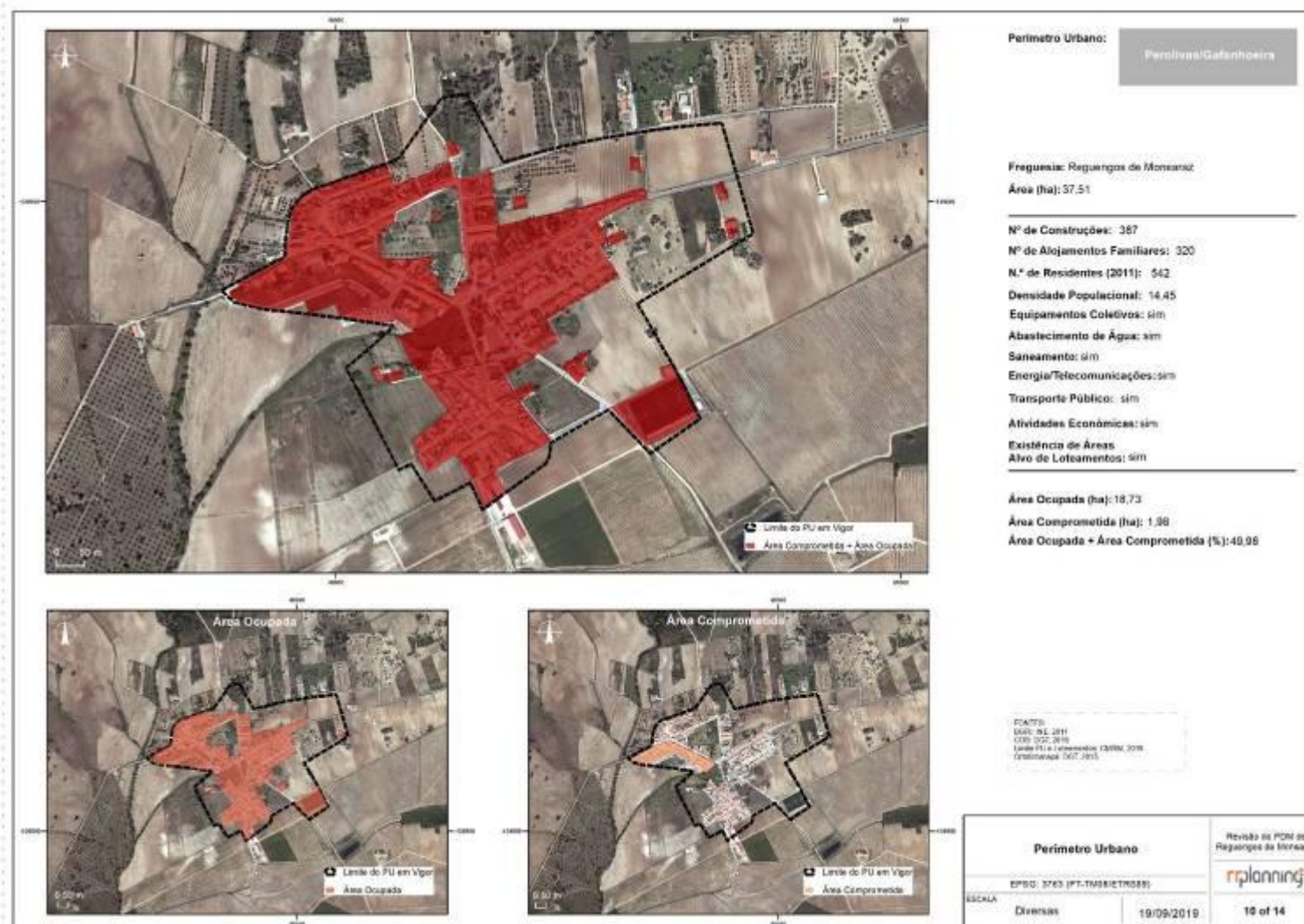


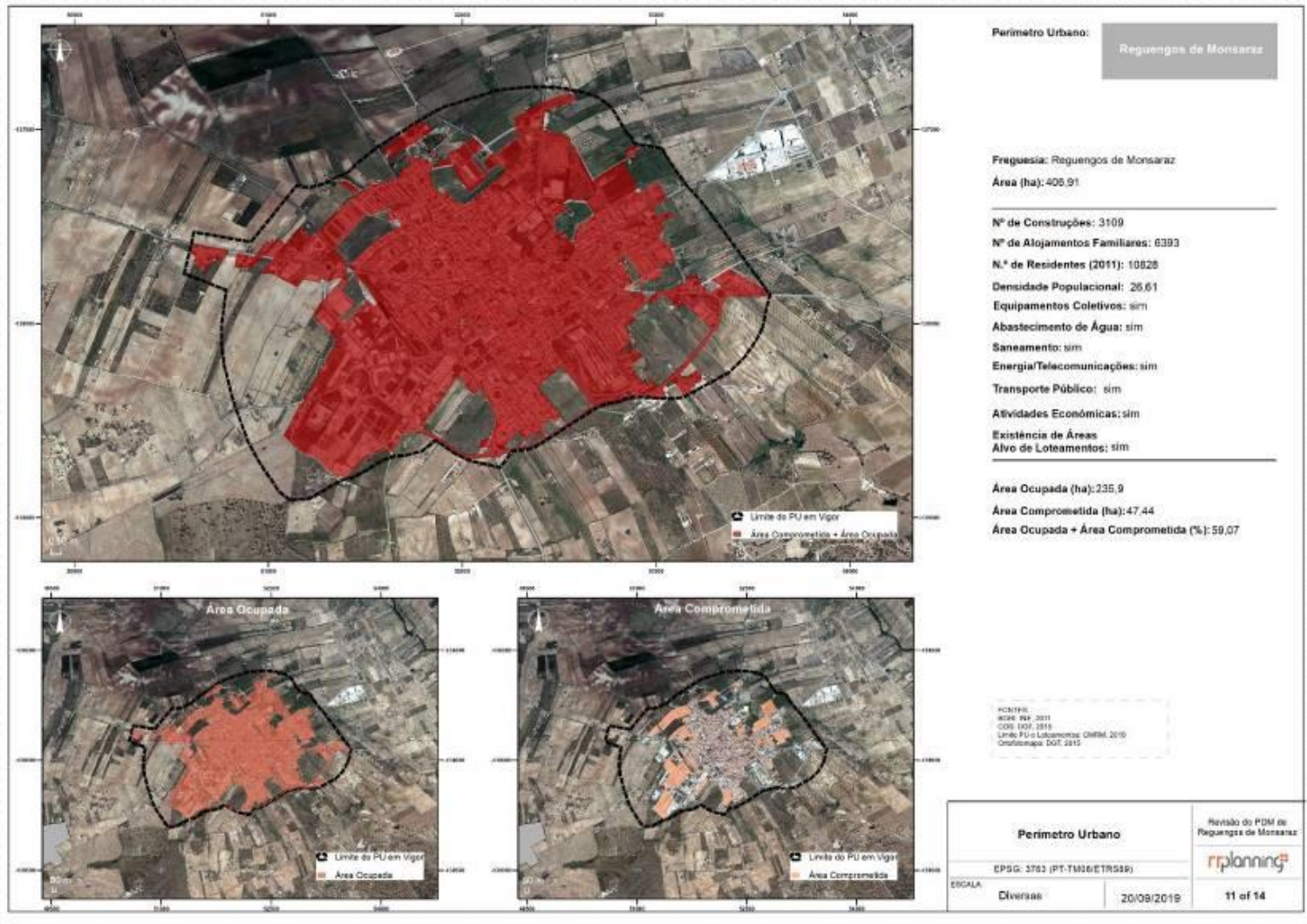


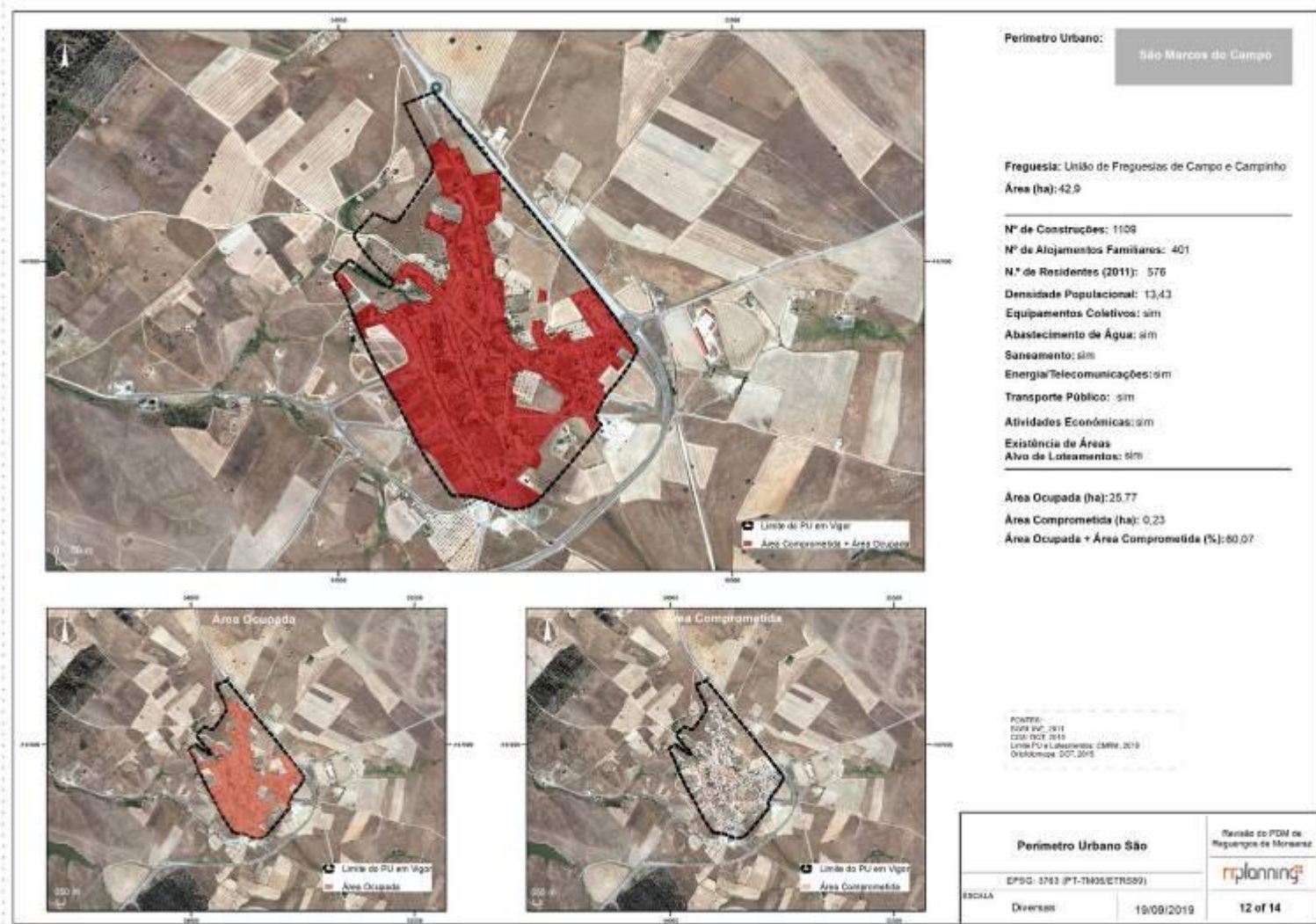


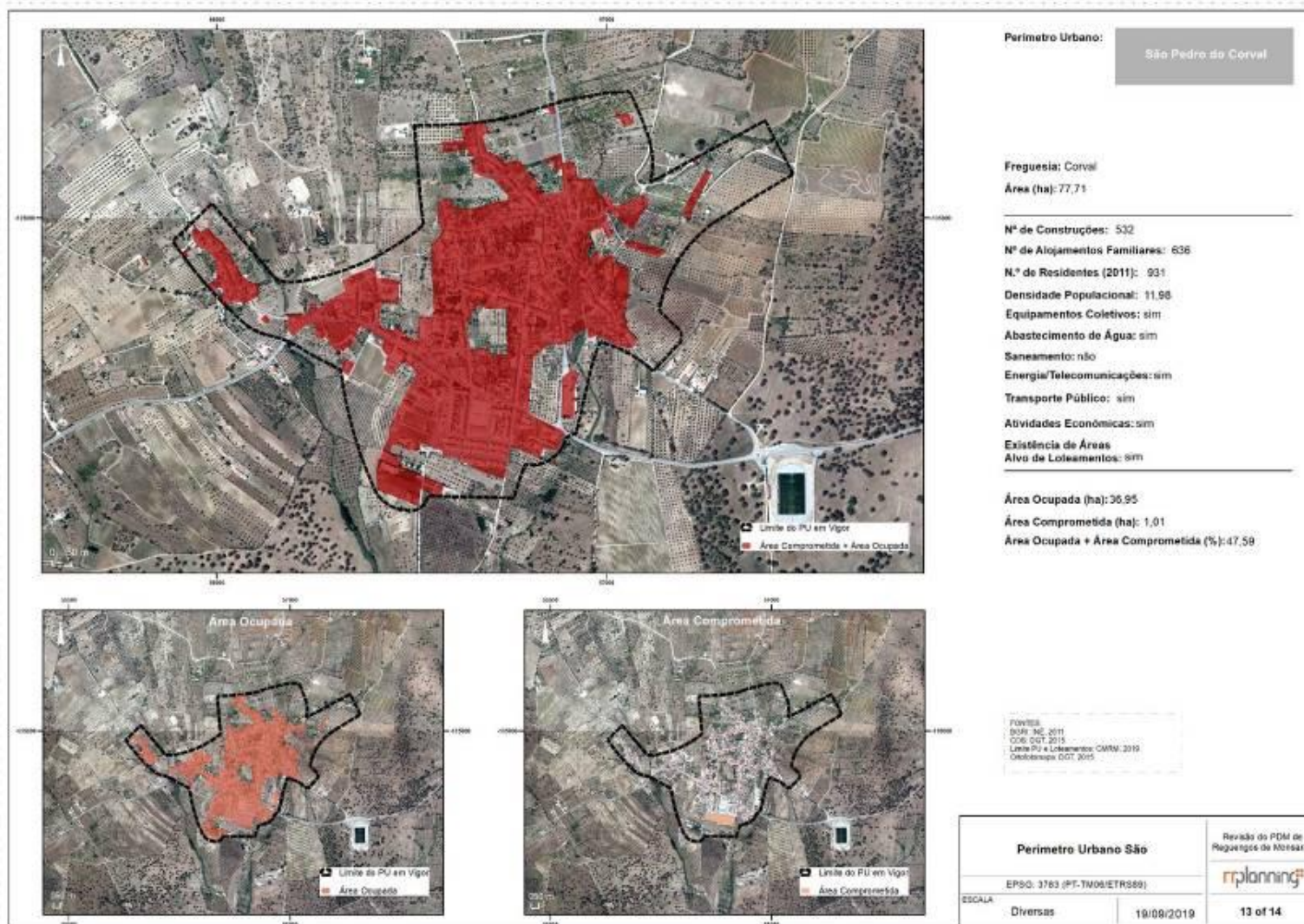


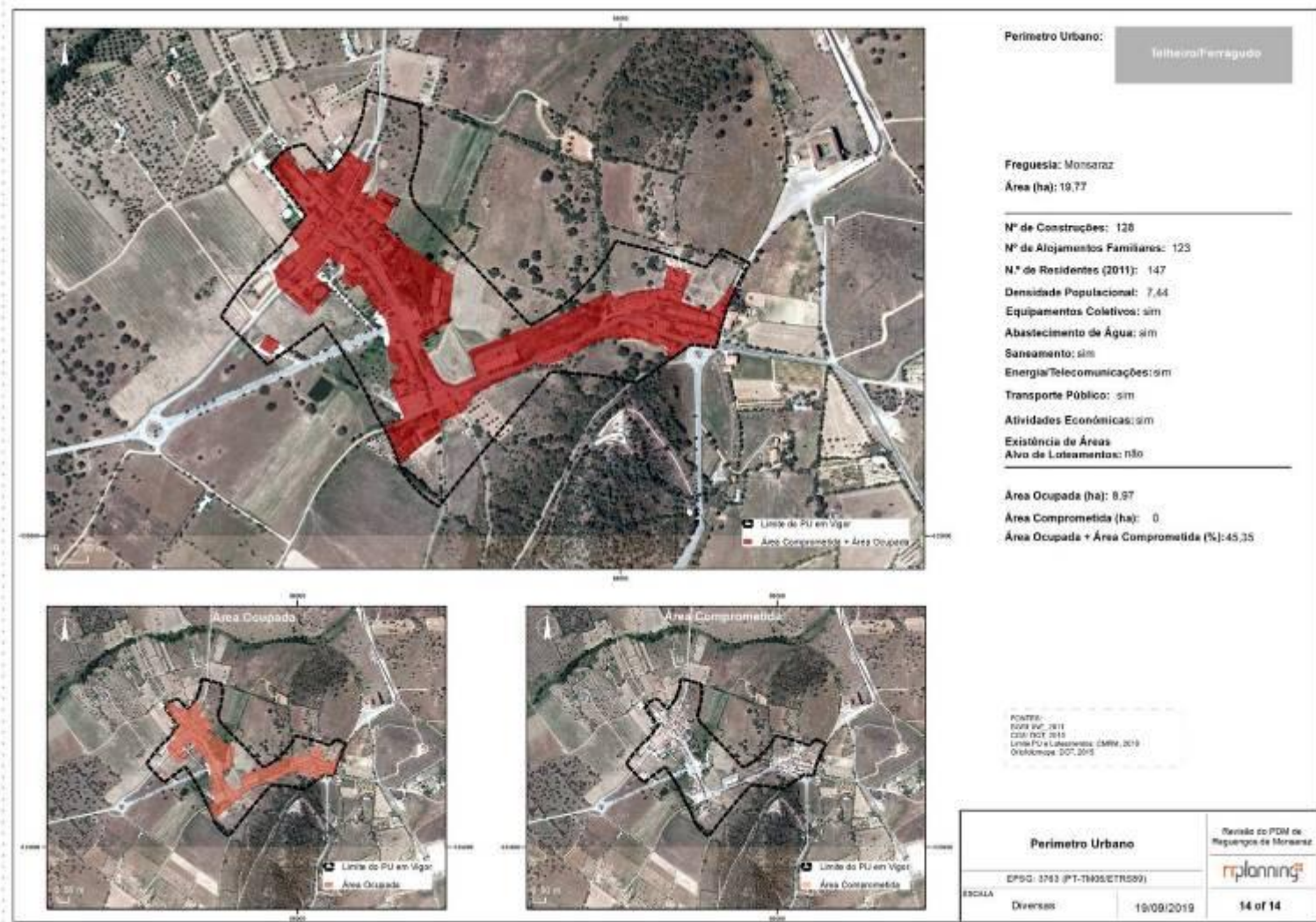












15.7. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

A cidade de Reguengos de Monsaraz foi alvo de um primeiro plano de urbanização em 1995 que foi revisto em 2008.

Face à importância deste PU de seguida é feita a descrição do mesmo abordando os seguintes pontos:

- Objetivos específicos do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz;
- Propostas concretas de alteração do perímetro urbano decorrentes da Revisão do PU

Objetivos específicos do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz

Os objetivos específicos da Revisão do PU de Reguengos de Monsaraz consistem num conjunto de orientações, nem todas com carácter territorializável que ainda se consideram atuais pelo que se transcrevem de seguida.

- **“1 – Inovação e Desenvolvimento Empresarial**
 - *Programar a **expansão da zona industrial tendo em vista a implantação de actividades industriais, de logística e de armazenagem.** – actividades de valor acrescentado (de acabamento industrial e auxiliares do processo industrial, de montagem de peças e componentes, de enchimento e embalagem, bem como actividades de etiquetagem, rotulagem, etc.); actividades associadas ao transporte, armazenagem e distribuição de mercadorias (transporte internacional, armazéns de empresas produtoras, empresas de distribuição urbana; serviços de apoio ao veículo, etc.) –, sem prejuízo de outras actividades compatíveis e que contribuam para a sua valorização e multifuncionalidade, nomeadamente, comércio e serviços de apoio.*
 - ***Melhorar a acessibilidade a partir da entrada de Évora, a capacidade de estacionamento e o arranjo de espaços exteriores.***
 - *Definir um **perfil de especialização do Parque de Feiras e Exposições**, e o respectivo quadro de actividades, assente numa estratégia de atracção de novas empresas e instituições para a Cidade.*
 - ***Promover junto das empresas do Concelho e da Zona Envolvente de Alqueva o conceito do Parque de Feiras e Exposições** como centro de prestação de serviços para a modernização e inovação tecnológica do tecido produtivo.*
 - ***Realizar um “Fórum Anual de Inovação”** e de diálogo entre empresas e instituições de formação, investigação e ensino superior para configurar acções de formação em estreita articulação com o tecido produtivo.*
 - *Promover uma rede de apoio aos jovens empresários formada por empresas relacionadas com a inovação tecnológica e a organização e gestão empresarial, que disponibilize bens e serviços orientados para as empresas recém criadas.*
 - *Ampliar a oferta de espaços comerciais e de serviços e definir perfis de especialização das actividades económicas, preparando uma oferta à escala de mercado da Zona Envolvente de Alqueva.*



- *Atrair novos investidores através da dinamização do marketing da Cidade junto de potenciais investidores e aumentar a capacidade de resposta dos serviços da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz para a orientação eficaz de intenções de investimento.*
- *Incentivar e apoiar os comerciantes do centro tradicional de comércio e serviços para as candidaturas aos financiamentos disponíveis, tendo em vista a promoção global do comércio existente e a renovação / implantação do comércio especializado.*
- *Premiar e certificar a qualidade do comércio local criando prémios anuais e “certificados de qualidade / estabelecimento recomendado”.*
- *Incentivar a aquisição de produtos locais por parte das empresas instaladas.*
- *Incentivar a especialização funcional e apostar na restauração.*
- *Promover a produção de solo urbanizado – através de operações urbanísticas – com tipologias de ocupação adequadas ao acolhimento dos segmentos da procura exigentes, quer à proximidade de prestação de serviços (comércio diário, bancos, seguros, etc.), quer às possibilidades de fruição do “espaço” e da “natureza”, quer às condições de segurança e acesso à prestação de serviços de saúde.*
- *Promover, complementarmente, actividades de animação, tirando partido: dos equipamentos (o Complexo Desportivo, o Museu do Vinho e da Vinha, a Praça de Touros ...), da oferta para a aquisição de bens de consumo (superfícies comerciais e comércio tradicional), dos espaços de encontro e de estadia (o espaço público - as praças, as ruas, e os espaços verdes, equipados com cafés, restaurantes, esplanadas ...) da envolvente próxima, nomeadamente, as possibilidades oferecidas pela envolvente rural (as aldeias, o património, o artesanato, a gastronomia ...) e a albufeira de Alqueva (passeios de barco, desportos náuticos, pesca desportiva ...).*
- **Reguengos de Monsaraz – Cidade Porta do Grande Lago – Alqueva**
 - *Conter a dispersão urbana, procurando o crescimento prioritário a partir dos eixos de expansão do Solo Urbanizado, criando uma dinâmica axial propiciadora de relações horizontais que acautelem, a médio prazo, o congestionamento do centro.*
 - *Consolidar o quadrante de expansão sul-poente, promovendo a ampliação e a requalificação da zona industrial existente e o reforço das funções de comércio e serviços de apoio.*
 - *Consolidar o quadrante de expansão norte-poente, promovendo o enquadramento das intenções de desenvolvimento urbanístico, e melhorando a articulação viária com as zonas consolidadas ou em processo de consolidação e expansão, tais como: a implementação na sua globalidade do projecto da 2ª fase da cooperativa de habitação HABIJOVEM; a ampliação do Hotel Província, entre outros*
 - *Promover a multifuncionalidade propiciadora de vivência urbana intensa, e de segurança, admitindo dentro dos espaços definidos em cada categoria de uso do solo dominante a coexistência de outros usos, desde que compatíveis. O critério de compatibilidade de usos deverá decorrer da aplicação da legislação aplicável, nomeadamente, nos domínios ambientais – em relação ao ruído e outras formas de poluição –, e de licenciamento da instalação de actividades económicas.*

- Promover a valorização das “entradas” na Cidade – associadas aos nós de ligação à Variante à EN 256 – dando especial ênfase à entrada principal – entrada de Évora.
- Promover Planos de Pormenor, ou Projectos de Loteamento, de iniciativa municipal ou privada, na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão no Eixo da EN 256, e Área Envolvente, na Entrada de Évora, a Poente:
- Promover a construção da Variante à EN 256, junto da IP.
- Melhorar a estruturação urbana e a circulação viária nas áreas de expansão norte, criando um espaço canal - “circular norte” – que permita completar a médio / longo prazo a circular urbana já construída a sul (“semicircular sul”).
- Melhorar a acessibilidade à zona industrial existente e prevista, através da criação de uma nova estrutura viária no quadrante sul-poente. Com a criação desta estrutura viária estruturante – constituída por duas vias circulares e três radiais – tem-se, ainda, como objectivo assegurar a estruturação da zona de expansão industrial e o descongestionamento da EN 256, e da rotunda actualmente existente, na entrada de Évora.
- Promover a beneficiação da actual EN 256 (radial de nível I – via principal), e o alargamento do seu perfil transversal, no troço compreendido entre a rotunda de ligação à Variante, prevista no projecto da IP, e a actual rotunda na entrada de Évora, assumindo o seu carácter urbano.
- Promover a beneficiação, e o alargamento do perfil transversal, da radial (de nível I - via principal) de ligação a S. Pedro do Corval e Monsaraz, assumindo o seu carácter urbano.
- Beneficiar a estrutura de caminhos radiais existente tendo em vista a melhoria da acessibilidade ao espaço rural envolvente e a estruturação das áreas de expansão periférica de baixa densidade.
- Implementar medidas de protecção dos conjuntos arquitectónicos com interesse patrimonial, nomeadamente através do estímulo à recuperação dos imóveis introduzindo: mecanismos de comparticipação da autarquia no seu restauro, apoio técnico e incentivos de natureza tributária pela redução, por exemplo, das taxas municipais.
- Qualificar o espaço público nos solos urbanizados, nomeadamente, na zona central e nos núcleos mais antigos, envolvendo sempre que justificável, a supressão ou o condicionamento da circulação rodoviária e o estacionamento automóvel.
- Elaborar um Plano de Intervenção nos Espaços Públicos e definir um programa de realizações – tipificando as intervenções e o esforço financeiro envolvido em função da inserção urbana e da centralidade das áreas intervencionadas – e formas de gestão e manutenção.
- Promover a Imagem da Cidade, da arquitectura às artes urbanas, do mobiliário urbano à sinalética através do desenvolvimento de um programa de promoção da imagem da Cidade que inclua a identificação de sítios estratégicos de intervenção, como os espaços públicos e as entradas principais – dando especial ênfase à entrada de Évora.
- Premiar a qualidade das soluções urbanísticas de iniciativa privada, nas suas vertentes de estruturação urbana e qualidade ambiental – instituindo, por exemplo o Prémio Anual de Urbanismo.
- Premiar a qualidade das soluções de arquitectura de iniciativa privada, nas suas vertentes de inovação – para além do valor formal, introdução de novas tecnologias energéticas e de construção – constituindo, por exemplo o Prémio Anual de Arquitectura.



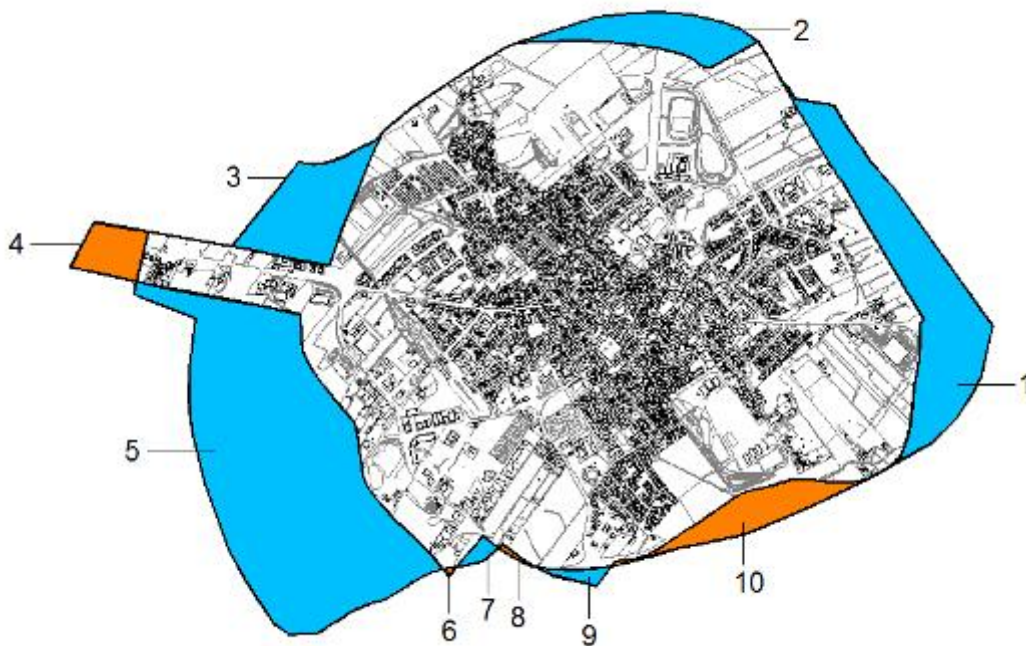
- **Requalificação de Reguengos enquanto Parque Urbano Regional**
 - Definir a Estrutura Ecológica Principal – Sistema de Protecção e Valorização Ambiental – a partir dos valores naturais em presença – designadamente, ribeira de Monreal e ribeira do Álamo – e dos espaços canais constituídos pela estrutura viária de nível I – circular e radiais urbanas, em articulação com os espaços rural envolvente.
 - Definir a Estrutura Ecológica Secundária – Sistemas de Recreio e Enquadramento, Sistema de Equipamento e Sistema Produção, existentes e propostos, – completando a rede de espaços verdes de estadia e recreio já existentes.
 - Elaborar um Plano de Arborização da Cidade, dando prioridade, na concretização dos projectos, aos espaços públicos de maior centralidade e às zonas verdes de utilização colectiva – sem esquecer pequenos largos, praças, estacionamento, arruamentos, vias pedonais, passeios, circuitos de manutenção, parques de merendas etc. – tendo em vista promover um maior conforto urbano (zonas de sombra que contribuam para amenizar as temperaturas elevadas do Verão) e o aumento da biomassa.
 - Completar a rede estruturante de equipamentos desportivos e de lazer reforçando a vocação da Cidade para provas e estágios desportivos.
 - Proteger os sistemas de drenagem natural, preservando a rede hidrográfica, nomeadamente a ribeira do Álamo, a ribeira de Monreal e a ribeira da Sardinha.
 - Proteger os recursos hídricos através da racionalização da utilização da água – estabelecendo critérios selectivos para a implementação dos sistemas de rega associados à manutenção dos espaços verdes e minimizando as perdas de água na rede de abastecimento de água.
 - Racionalizar os sistemas de infra-estruturas básicas e impedir a poluição do meio receptor natural, através:
 - da programação de substituição gradual da rede de distribuição de água antiga (em fibrocimento);
 - da remodelação e ampliação da ETAR de Perolivas;
 - da implantação de um emissário de reforço para a Zona Industrial com ligação à ETAR de Perolivas.
 - Redução do impacte ambiental dos resíduos sólidos, ampliando os meios de recolha selectiva de RSU's, tirando partido da construção do EcoCentro.
 - Criar percursos pedonais e “ecovias” na Cidade e na sua envolvente mais imediata, aproveitando a estrutura verde e a estrutura viária principal.
 - Valorizar os espaços verdes de utilização colectiva existentes, e promover a criação dos previstos, criando atractivos para a sua fruição por parte da população residente e visitante, nomeadamente, os jovens e os idosos.
- **4 – Promoção de uma Comunidade Participativa e solidária**
 - Promover a modernização dos serviços da Câmara Municipal e criar novos pontos de contacto entre a Câmara e os cidadãos, através de:

- *Utilização das novas tecnologias e equipamentos (Internet, emissões regionais de televisão, rádios locais, etc.) como meio privilegiado de divulgação da vida social e cultural da Cidade e do Concelho.*
- *Utilização das escolas como “ponto de partida” para o contacto com os problemas existentes e a discussão das suas formas de resolução, tornando a participação cívica como um “acto natural” e frequente.*
- *Criação de “um posto de informação municipal” onde sejam distribuídos os materiais de divulgação disponíveis.*
- *Promover a desconcentração de serviços da administração central instalando novos serviços na Cidade, nomeadamente na área da cultura e do ambiente.*
- *Criar a nova Biblioteca Municipal no Palácio Rojão – espaço onde funcionava a Escola Preparatória de Reguengos de Monsaraz.*
- *Completar a rede de espaços e equipamentos culturais da Cidade criando atractivos para a sua fruição por parte da população residente e visitante, nomeadamente, os jovens e os idosos.*
- *Ampliar a dinâmica de produção dos mais diversos eventos culturais, apoiados na cultura local, no património do Concelho e na temática de Alqueva.*
- *Lançamento de um Programa: Cultura Jovem – disponibilizando espaços e suporte logístico à produção de acontecimentos culturais da iniciativa de grupos de jovens (música, teatro, escultura, pintura, etc.).*
- *Promover parcerias com a iniciativa privada para a implementação, gestão e manutenção dos projectos associados às actividades de recreio, lazer, desporto e turismo, tirando partido dos equipamentos existentes – nomeadamente, Complexo Desportivo, Centro Hípico, Praça de Touros.*
- *Criação, no Desporto XXI, de um Pólo de Estágio que envolva a execução de um campo de futebol e pista de atletismo e um centro de estágio.*
- *Fomentar a iniciativa privada no domínio dos projectos de alta qualidade centrados na componente desportiva (mini-golfe, hipismo, ténis, etc.).*
- *Incentivar o investimento em unidades de divertimento inovadoras – cidade virtual – e tirar partido dos espaços disponíveis com capacidade para a produção de grandes espectáculos.*
- *Equipar os espaços verdes orientando-os para a prática desportiva informal: “jogos de rua”, percursos para ciclismo, recintos e percursos para patinagem e skate, etc..*
- *Incentivo à implementação de programas de animação desportiva orientados para grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente idosos e deficientes.”*



Propostas concretas de alteração do perímetro urbano decorrentes da Revisão do PU

A Revisão do Plano de Urbanização enquadrado um conjunto de alterações à delimitação do perímetro então em vigor, enquadrando vários acertos no sentido do aumento que se apresentam nas figuras seguintes (extraídas do relatório da revisão do PU).



Fonte: Relatório do PU de Reguengos de Monsaraz

Figura 15.5 | Relação Expansão/Diminuição do Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz

As justificações das alterações são apresentadas no Quadro seguinte.

Pontos de Referência	Áreas (ha)	Denominação
1	22,100	Passível de Urbanização Programada
2	7,400	Passível de Urbanização Programada
3	10,500	Estrutura Ecológica/Equipamento/Passível de Urbanização Programada
4	-3,700	Urbanizável
5	59,000	Zona Industrial/Equipamento/Estrutura Ecológica/UOPG
6	-0,068	Zona Industrial
7	0,630	Estrutura Ecológica
8	-0,161	Zona Verde
9	0,815	Passível de Urbanização Programada
10	-6,221	Zona Verde/Urbanizável

Fonte: Relatório do PU de Reguengos de Monsaraz

Figura 15.6 Quadro de apoio à figura anterior

Associado à alteração da delimitação do PU foi apresentado o seguinte plano de intervenções, cuja concretização será avaliada na fase seguinte de elaboração do PDM:

- Equipamento Proposto
 - EP1 Museu do Vinho e da Vinha
 - EP2 Centro de Logística
 - EP3 Centro de investigação e desenvolvimento
 - EP4 Creche e jardim-de-infância
 - EP5 Biblioteca Municipal
 - EP6 Parque de Apoio ao Transporte rodoviário
- Estrutura Viária Proposta
 - Circular Z. Industrial
 - Ligação EN 256/Rua de Timor
 - Ligação
 - EN256/EM514
- Estrutura Ecológica Secundária Proposta
- Infra-estruturas da Zona Industrial Proposta

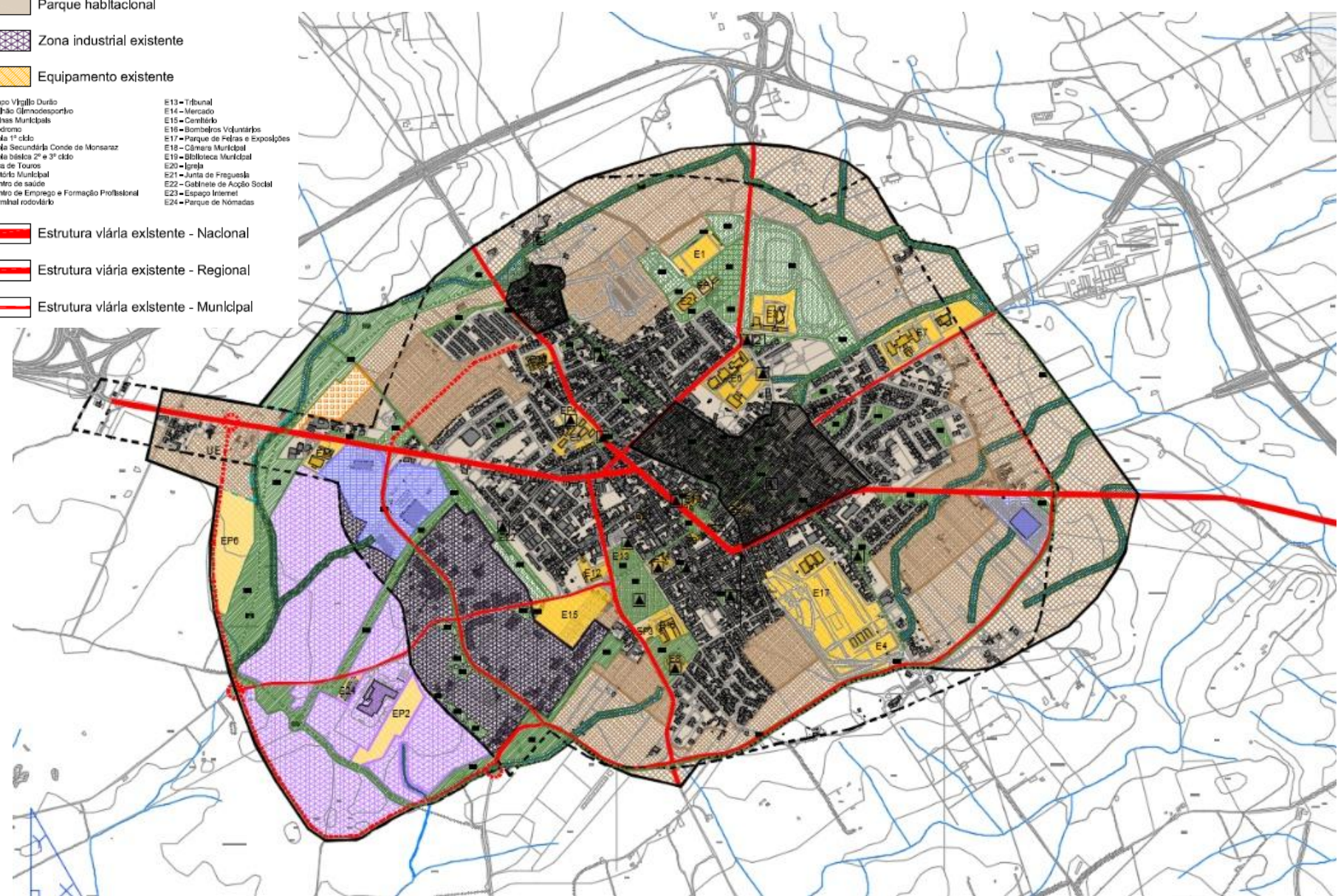


SOLO URBANO











Urbanizado

-  Percursos histórico-patrimoniais
-  Conjuntos de interesse patrimonial
-  1 Bairro residencial - Necrópole - Idade do Bronze
-  2 Reguengos de Monsaraz - Ruínas - Romano
-  3 Reguengos de Cima - Casa - Moderno
-  4 Santo António - Templo - Moderno
-  Outros elementos patrimoniais a estudar
-  Parque habitacional
-  Zona industrial existente
-  Equipamento existente
-  Estrutura viária existente - Nacional
-  Estrutura viária existente - Regional
-  Estrutura viária existente - Municipal

- | | |
|---|-------------------------------------|
| E1 - Campo Virgílio Durão | E13 - Tribunal |
| E2 - Pavilhão Gimnodesportivo | E14 - Mercado |
| E3 - Piscinas Municipais | E15 - Cemitério |
| E4 - Hipódromo | E16 - Bombeiros Voluntários |
| E5 - Escola 1º ciclo | E17 - Parque de Felras e Exposições |
| E6 - Escola Secundária Conde de Monsaraz | E18 - Câmara Municipal |
| E7 - Escola básica 2º e 3º ciclo | E19 - Biblioteca Municipal |
| E8 - Praça de Touros | E20 - Igreja |
| E9 - Auditório Municipal | E21 - Junta de Freguesia |
| E10 - Centro de saúde | E22 - Gabinete de Ação Social |
| E11 - Centro de Emprego e Formação Profissional | E23 - Espaço Internet |
| E12 - Terminal rodoviário | E24 - Parque de Nómadas |




Passível de urbanização programada

-  Parque habitacional
-  Alta densidade
-  Média densidade
-  Baixa densidade
-  Zona urbano - turística
-  Zona Industrial proposta
-  Zona terciária
-  Equipamento proposto
-  Estrutura viária proposta
-  UE - Unidade de execução da entrada poente


- | | |
|--|--|
| EP1 - Museu do Vinho e da Vinha | EP4 - Creche e Jardim de Infância |
| EP2 - Centro de Logística | EP5 - Biblioteca Municipal |
| EP3 - Centro de Investigação e Desenvolvimento | EP6 - Parque de Apoio ao Transporte Rodoviário |

Estrutura ecológica

Estrutura ecológica principal

-  Sistema de proteção e valorização ambiental

Estrutura ecológica secundária existente

-  Sistema de recreio e enquadramento

- | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| Ee1 - Largos, praças e estacionamento | Ee3 - Espaços públicos de bairro |
| Ee2 - Jardins | Ee4 - Espaços de enquadramento |


Sistema de equipamentos

- | | |
|--------------------|---------------------------------------|
| Ee5 - Desporto XXI | Ee6 - Polidesportivo Quinta de Tapada |
|--------------------|---------------------------------------|

Sistema de produção

- | | |
|----------------------|------------------------|
| Ee7 - Hortas urbanas | Ee8 - Vinha da Cartuxa |
|----------------------|------------------------|

Estrutura ecológica secundária proposta

-  Sistema de recreio e enquadramento

- | | |
|------------------------|--------------------------------|
| Ep1 - Parque da Cidade | Ep2 - Espaços de enquadramento |
|------------------------|--------------------------------|

Sistema de equipamentos

- | | |
|--|----------------|
| Ep3 - Desporto XXI | Ep5 - EcoVia |
| Ep4 - Parque Desportivo Virgílio Durão | Ep6 - EcoPista |

Figura 15.7 | Plano de Urbanização de Reguengos de Monsaraz

Esta página foi deixada em branco propositadamente



15.8. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU - Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro) define que a reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana é promovida pelos municípios, resultando da aprovação da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a concretizar através da apresentação de uma estratégia de reabilitação urbana ou de um programa estratégico de reabilitação urbana a aprovar através de instrumento próprio ou de plano de pormenor de reabilitação urbana.

Neste enquadramento o Município de Reguengos de Monsaraz definiu quatro ARU:

- ARU de Reguengos de Monsaraz, cuja delimitação foi aprovada pelo Aviso n.º 4475/2014. D.R. n.º 64, Série II de 2014-04-012007, de 2 de novembro, e posteriormente pelo Aviso n.º 3853/2018, de 22 de março. A delimitação desta ARU, num total de 24,94 ha, respeita os seguintes objetivos:
 - “1. *Reter e captar população;*
 - 2. *Revitalizar o tecido económico;*
 - 3. *Valorizar o património construído, cultural, religioso;*
 - 4. *Dignificar o espaço urbano;*
 - 5. *Potenciar a imagem de Reguengos de Monsaraz;*
 - 6. *Qualificar o ambiente e espaço urbano;*
 - 7. *Dinamizar o comércio e serviços locais, bem como a hotelaria e restauração em particular;*
 - 8. *Potenciar o desenvolvimento de um espaço inclusivo;*
 - 9. *Promover o território físico e histórico-cultural e patrimonial da cidade;*
 - 10. *Fomentar o desenvolvimento turístico;*
 - 11. *Aumentar a área de influência e centro gravítico de Reguengos de Monsaraz no contexto regional, especialmente em relação a Évora;*
 - 12. *Consolidar a centralidade de Reguengos de Monsaraz como sede administrativa, centro de serviços e espaço cultural e residencial de elevada qualidade e atratividade.”*
- ARU de Campinho (24,94 ha), São Marcos do Campo (19,22 ha) e São Pedro do Corval (30,69 ha), cuja delimitação foi aprovada em simultâneo pelo Aviso n.º 851/2017. D.R. n.º 14/2017, Série II de 2017-01-19, obedecendo aos seguintes objetivos:
 - “1. *Reter e captar população;*
 - 2. *Valorizar o património construído, cultural, religioso;*
 - 3. *Potenciar a imagem do concelho de Reguengos de Monsaraz;*
 - 4. *Dignificar e qualificar o ambiente e espaço urbano;*
 - 5. *Dinamizar o comércio e serviços locais, bem como a hotelaria e restauração em particular;*

- 6. *Potenciar o desenvolvimento de um espaço inclusivo;*
- 7. *Promover o território físico e histórico-cultural e patrimonial destes aglomerados;*
- 8. *Fomentar o desenvolvimento turístico;*
- 9. *Aumentar a área de influência e centro gravítico do concelho de Reguengos de Monsaraz no contexto regional, especialmente em relação a Évora.”*

Com a delimitação destas ARU, é definido um quadro de apoios e incentivos às operações de reabilitação urbana. É ainda possível indicar as ações previstas para a ARU de Reguengos de Monsaraz:

- 1. Património Edificado (Ordenamento e Promoção de Acessibilidades. Reabilitação do Edificado)
 - 1.1. Bairro residencial – Necrópole
 - 1.2. Ruínas – Romano
 - 1.3. Reguengos de Cima – Casa – Moderno
 - 1.4. Santo António – Templo – Moderno
 - 1.5. Outros Elementos patrimoniais
- 2. Equipamentos Públicos (Reabilitação de Espaço, Reabilitação de Espaço para Novo Uso, Recuperação do espaço)
 - 2.1. Museu do Vinho e da Vinha
 - 2.2. Centro de Logística
 - 2.3. Centro de Investigação e Desenvolvimento
 - 2.4. Creche e Jardim de Infância
 - 2.5. Biblioteca Municipal
 - 2.6. Parque de Apoio ao Transporte Rodoviário
 - 2.7. Desporto XXI Reabilitação de espaço
 - 2.8. Parque Desportivo Virgílio Durão
 - 2.9. Polidesportivo Quinta da Tapada
- 4. Espaços Públicos (Reabilitação de Espaços, Regeneração de espaços degradados)
 - 4.1. Largos, Praças e estacionamento
 - 4.2. Jardins
 - 4.3. Espaços Públicos de Bairro
 - 4.4. Espaços de Enquadramento
 - 4.5. Parque da Cidade

A delimitação das referidas ARU é apresentada nas figuras seguintes, permitindo a sua comparação com o perímetro urbano em vigor. Nestas figuras consta também a delimitação dos equipamentos existentes e dos espaços verdes e de enquadramento de cada ARU.



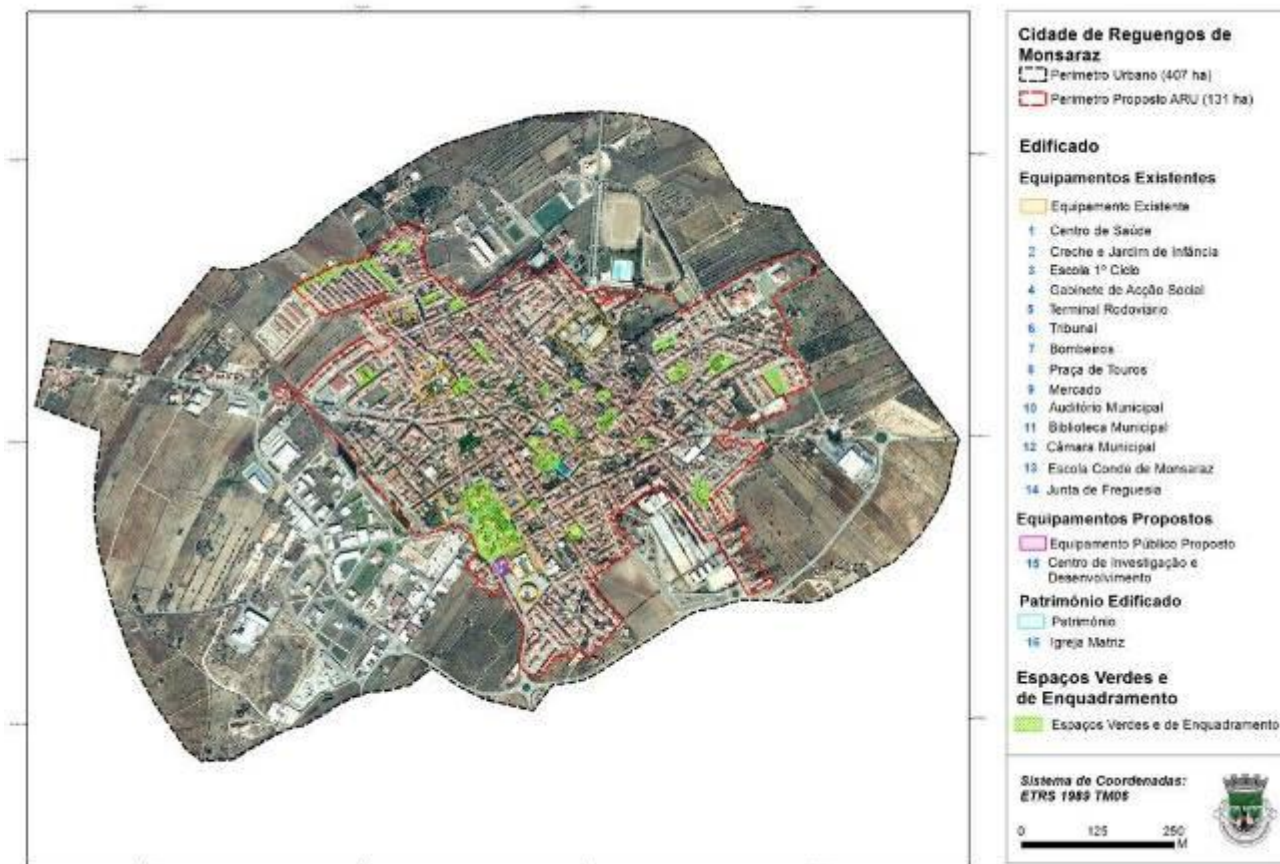
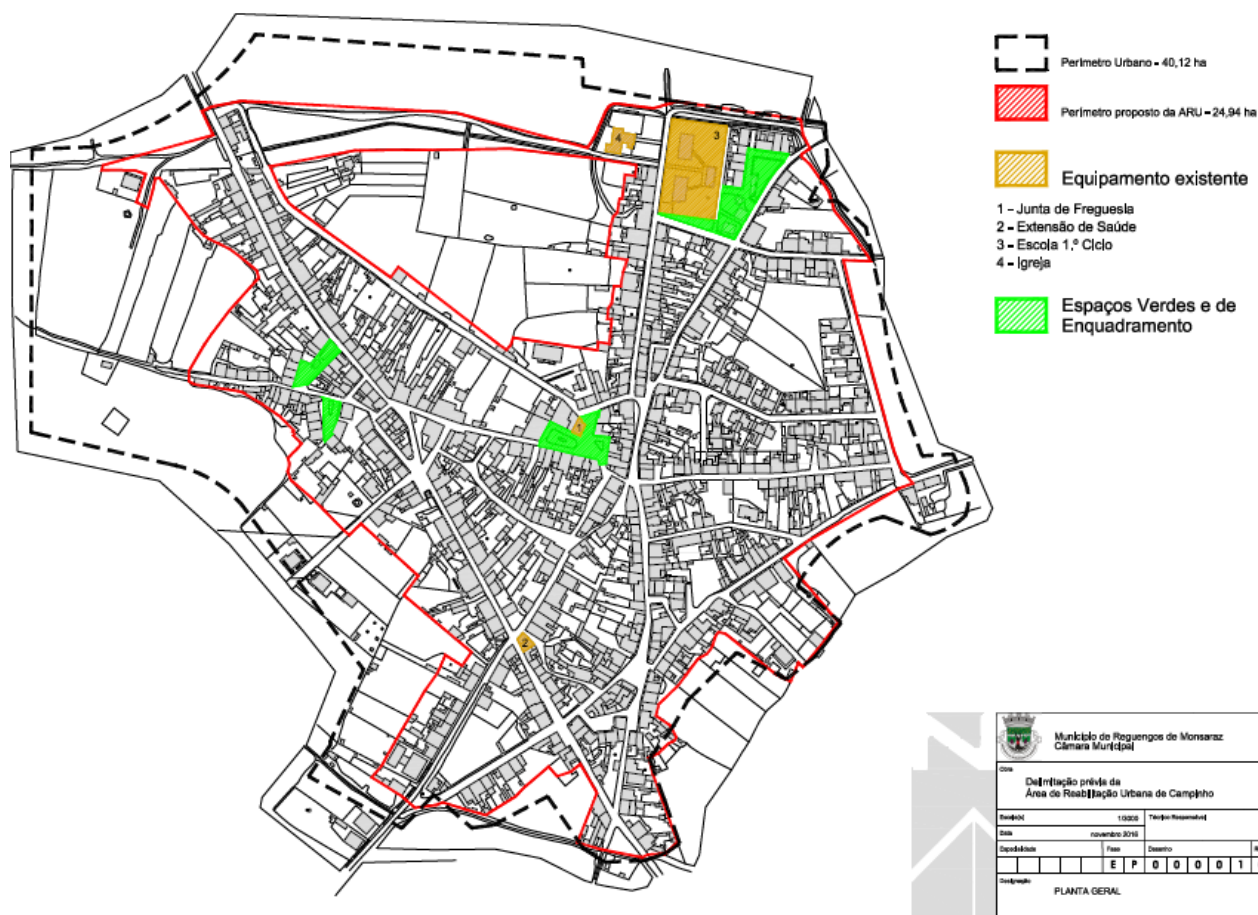


Figura 15.8 | Delimitação da ARU de Reguengos de Monsaraz



Município de Reguengos de Monsaraz Câmara Municipal			
Título: Delimitação provisória da Área de Reabilitação Urbana de Campinho			
Projeto:	15020	Título Resumido	
Data:	novembro 2016		
Capacidade:	Fase	Quantidade	Reserva
	E	P	0 0 0 0 1 0 0
Designação: PLANTA GERAL			

Figura 15.10 | Delimitação da ARU de Campinho

Quadro 15.22 | Outros elementos relevantes na caracterização dos perímetros urbanos

Perímetro urbano	Outros elementos de caracterização
Campinho	No período de verão triplica o número de habitantes (muitos deles pessoas que emigraram para a Suíça). (Em comum na União de Freguesias de Campo e Campinho, surge) Procura de casas novas mas não há disponibilidade de terrenos para construir porque os proprietários de terrenos urbanizáveis não vendem os seus terrenos. Importância da procura para 2.ª habitação. Pouca importância das casas devolutas. Inexistência de casas para arrendamento.
Caridade	Necessidade de zona de festas. Necessidade de reabilitação da Estrada da Caridade
Monsaraz	Apenas possui cerca de 60 habitantes, pois perdeu cerca de 50% dos alojamentos para segundas habitações, processo que se considera irreversível. Falta de estabelecimentos de restauração. É objetivo inverter a tendência para tornar atrativo para viver. Não existe ARU pelo facto de existir um Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação em curso, ou seja não está apenas sujeita a reabilitação. Como ligações em falta assinala-se a ligação a Campinho- Monsaraz – já existe obra de arte e é atualmente utilizada mas é em terra batida.
Motrinos	Inexistência de loteamentos recentes. Verifica-se a recuperação de casas para pessoas que querem regressar.
Outeiro	No bairro do FFH, existem várias construções fora do perímetro urbano (rua Dourada) com dificuldade em infraestruturar porque REN. Há uma pretensão para o Outeiro.
Reguengos de Monsaraz	Falta de habitação a custos controlados para as pessoas que não têm possibilidade de entrar no mercado. Grande número de casas devolutas, e bairros que não foram ainda ocupados. Houve uma proposta inicial de variante a EN256 que se desenvolvia mais a norte, entretanto há uma outra proposta que se desenvolve mais perto de Reguengos de Monsaraz.
S. Marcos do Campo	Loteamento mais recente – Habijovem
São Pedro do Corval	O Bairro vermelho corresponde a casas de custos controlados e encontra-se 50% ocupado. Nos últimos anos verifica-se uma redução das casas abandonadas, resultando da procura no sentido da recuperação de casas antigas. Algumas das casas ainda abandonadas resultam de problemas associados a casas com vários herdeiros.
Telheiro/Ferragudo	Existência de loteamento com cerca de 10 casas (5 ou 6 construídas).

15.10. SÍNTESE

- A tendência de crescimento do parque habitacional no concelho foi contrária à tendência de evolução demográfica. Entre 1991 e 2011, foram construídos mais de 20% dos edifícios existentes, sem prejuízo da perda populacional registada no mesmo período.
- Predomínio da habitação com características unifamiliares.
- Crescimento da residência secundária no concelho, e em todas as freguesias, a par de uma redução dos alojamentos vagos.

- Foi identificada no âmbito do “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (IHRU, 2018) a existência de 5 núcleos, num total de 40 famílias a realojar no concelho de Reguengos de Monsaraz.
- Durante a década de 90 assistiu-se por parte dos municípios a um esforço de infraestruturização muito significativo dos alojamentos familiares, com grandes investimentos no abastecimento público de água e no saneamento, verificando-se que o concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta, neste âmbito, níveis de infraestruturização superiores a 99%.
- Apesar do predomínio das construções novas, as ampliações, alterações e reconstruções representam já perto de 20% dos licenciamentos.
- Existência de um conjunto de antigos núcleos urbanos, que foram apontados pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e que é possível identificar a partir da Carta Corográfica do Reino 1:100 000, de 1875. Estes núcleos não se encontram identificados como perímetro urbano, nem aglomerado rural no PDM em vigor, nem são identificados como lugares censitários, interessando, contudo, considerar o seu papel histórico, identitário e estruturante do território rural.
- O Solo Urbano consagrado pelos perímetros urbanos do PDM e PU em vigor envolve uma área total de 765 hectares, dos quais cerca de metade (53 %) correspondem à área do perímetro urbano de Reguengos de Monsaraz – 406,91 hectares. Todos os perímetros urbanos encontram-se classificados em Espaço Urbano e Espaço Urbanizável.
- A dinâmica urbanística observada nos restantes perímetros urbanos do Concelho é de reduzida dimensão, sendo mesmo, em alguns casos (nomeadamente, nos aglomerados populacionais de menor dimensão), nula no que se relaciona com a ocorrência de loteamentos urbanos.
- O concelho de Reguengos de Monsaraz apresenta um nível de concretização na ordem dos 55%, sendo esse valor na ordem dos 59% no caso da sede de concelho. O nível de concretização é ainda superior, acima dos 60%, nos perímetros urbano de Campinho e São Marcos do Campo, e tem o seu máximo (84%) no caso de Monsaraz.
- A cidade de Reguengos de Monsaraz foi alvo de um primeiro plano de urbanização em 1995 que foi revisto em 2008.
- O Município de Reguengos de Monsaraz definiu quatro ARU: Reguengos de Monsaraz, Campinho, São Marcos do Campo e São Pedro do Corval.



16. DIAGNÓSTICO

16.1. NOTA METODOLÓGICA

No final da Fase 1 da Revisão do PDM de Reguengos de Monsaraz, e em particular no âmbito do diagnóstico, pretende-se identificar os principais elementos da estratégia, representados em última análise pelo Modelo Territorial.

O novo Plano Diretor Municipal requer a definição de um modelo de organização e gestão territorial sustentado que esteja em conformidade quer com a atual situação sociodemográfica e urbanística, quer com as perspetivas de evolução.

Exige-se assim o desenvolvimento de uma proposta de Plano equilibrada, que responda às necessidades atuais e de desenvolvimento do município, e que não crie situações nem de excessivo condicionamento, nem de desnecessário esforço de infraestruturização.

O atual quadro sociodemográfico e económico de Reguengos de Monsaraz traduz-se na necessidade de definir um modelo de desenvolvimento sustentado no aproveitamento das valias internas e das oportunidades do posicionamento no contexto regional, enquanto fatores de afirmação do município.

Um Plano equilibrado não é fácil de conceber, dada a variedade de interesses e necessidades em causa.

O esquema metodológico representado na Figura 16.1 sintetiza a metodologia da definição do Modelo Territorial, estruturada nos seguintes subcapítulos:

- Diagnóstico Setorial (capítulo 16.2) – que consiste na sistematização dos principais elementos de caracterização e da evolução no período de vigência do PDM, através da elaboração de uma análise SWOT por Domínio – identificação dos pontos fortes e fracos, as potencialidades e as ameaças.
- Quadro Estratégico Global de Intervenção (capítulo 16.3) – Análise das principais orientações estratégicas para o Município de Reguengos de Monsaraz – que considera o Enquadramento da Revisão do PDM (definido no relatório de Avaliação do PDM em vigor), o Quadro de Referência Estratégico (elaborado pela Equipa no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica), e em particular as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território Alentejo (PROT Alentejo).
- Apresentação do Modelo Territorial (capítulo 16.4), que traduz no território os principais elementos do diagnóstico.

A definição do Modelo Territorial para a Revisão do PDM foi ainda apoiada na realização de um *Workshop* Participativo, em 27 de setembro de 2019, onde foi apresentado e discutido o conteúdo do presente Relatório com os atores locais.

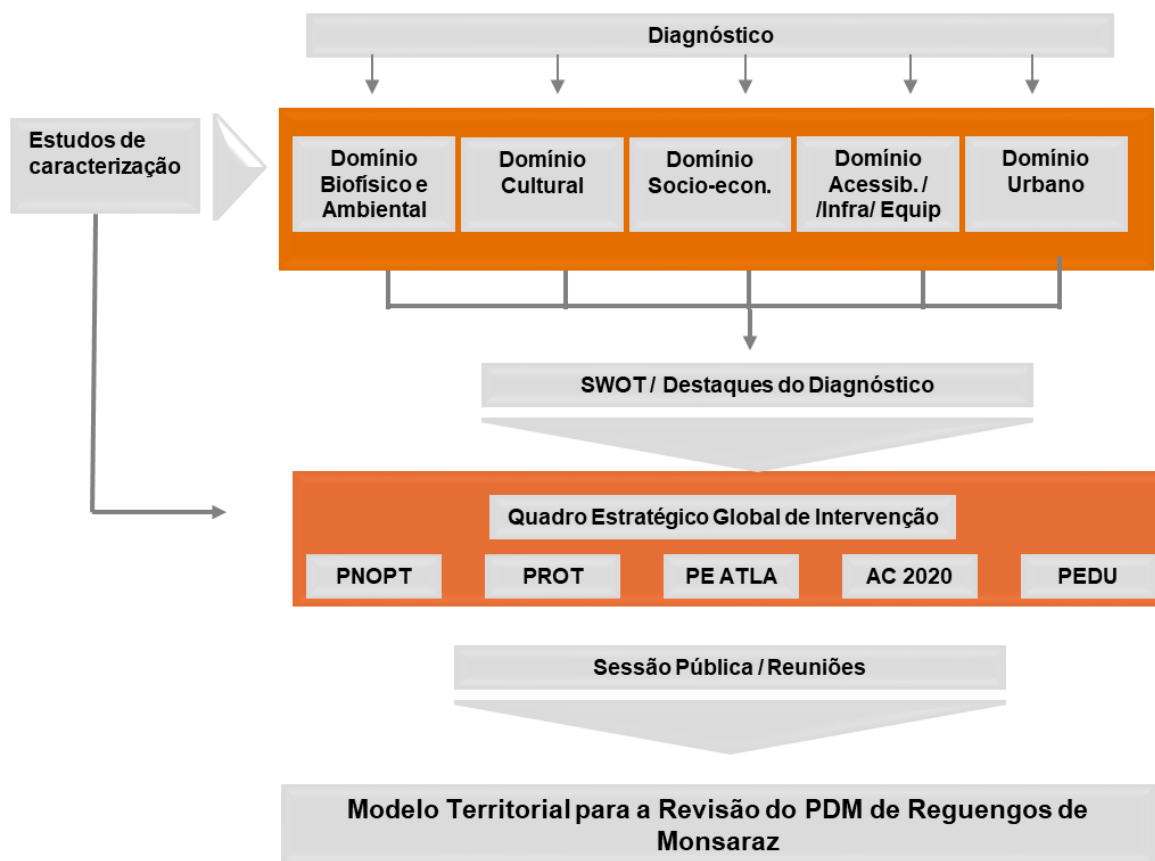


Figura 16.1 | Esquema Global do Diagnóstico Integrado

16.2. DIAGNÓSTICO SETORIAL (ANÁLISE SWOT)

Apresenta-se de seguida a análise SWOT, que procede à identificação dos pontos fortes e fracos, as potencialidades e as ameaças, sistematizando as diferentes temáticas abordadas na caracterização por domínios:

- Domínio Biofísico e Ambiental: geologia, hidrogeologia, clima e recursos hídricos; análise fisiográfica, uso do solo, paisagem e estrutura ecológica; Conservação da Natureza; qualidade ambiental e riscos;
- Domínio Socioeconómico: análise da dinâmica demográfica e socioeconómica da população, projeções demográficas e atividades económica;
- Domínio Cultural: Património Arqueológico, património Imóvel Classificado, Património Etnográfico;
- Domínio Equipamentos, Infraestruturas e Acessibilidades: caracterização dos Equipamentos Coletivos, das Acessibilidades e Transportes e das Infraestruturas;
- Domínio Urbano: sistema urbano e povoamento.



Do diagnóstico resultam um conjunto de destaques que se sintetizam de seguida e que se encontram esquematizados na figura seguinte, entendidos como as características do município de Reguengos de Monsaraz que sobressaem no âmbito do diagnóstico sectorial, apresentando uma potencial interferência na definição de uma estratégia de desenvolvimento e do respetivo modelo territorial para o município.

Quadro 16.1 | Análise SWOT - Domínio Biofísico e Ambiental

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Relevo pouco acentuado. - Existência de alguns pontos elevados que configuram um interessante sistema de vistas, caso de Monsaraz. - Relevância do património paisagístico (Monsaraz, Alqueva, olival da Pega). - Presença da albufeira do Alqueva. - Importância da área ocupada pela vinha, mas também presença do montado e do sequeiro - Concelho parcialmente abrangido por Rede Natura 2000 – ZPE Reguengos destinada à conservação de aves estepárias. - Identificação de população de Dedaleira: <i>Digitalis mariana subsp. Heywoodii</i> (raro taxone endémico da Península Ibérica, única em Portugal). - Confirmada a presença de várias espécies de fauna com estatuto de conservação. - Na análise dos riscos, são identificadas principalmente situações de risco moderado. - Boa qualidade do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquíferos de fraca produtividade, dada a combinação de características do relevo e composição geológica. - Elevadas amplitudes térmicas, sendo frequente a ocorrência de ondas de calor. - Águas superficiais exibem qualidade inferior a Boa (2º ciclo do PGRH). - Recolha seletiva não generalizada (concentrada nos maiores núcleos urbanos e nos espaços de recreio e lazer, como a praia fluvial de Monsaraz).
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do património natural, designadamente através da classificação da ZPE. - Reconhecimento da importância da Paisagem, designadamente através do desenvolvimento da Biografia da Paisagem. - Interesse na criação de Área Protegida Local para a manutenção de áreas de habitat favorável à ocorrência de <i>Digitalis mariana subsp. heywoodii</i>. - Adesão à Rede de Cidades Europeias com Lago NEULakes – Network of European Lakes 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada probabilidade de ocorrência de ondas de calor. - Expetativa face à área a abranger pelo perímetro de rega.

Quadro 16.2 | Análise SWOT - Domínio Socioeconómico

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Importância da atividade agrícola. - Crescimento da produção da área de vinha e da produção de vinho. - Forte cultura vitivinícola, com reconhecimento nacional das marcas de vinho produzidas no concelho, CAERMIM – maior adega cooperativa do País. - Forte ocupação do parque industrial de Reguengos de Monsaraz. - Dimensão de São Pedro do Corval, como maior centro oleiro do País. - Afirmação de Monsaraz como centro turístico concelho, divergindo do centro administrativo do concelho. - Criação da praia fluvial do Alqueva, outro importante atrativo turístico. - Crescimento do turismo sustentado em TER. - Visibilidade e dimensão da herdade de São Lourenço do Barrocal. - Diminuição do número de desempregados que passou de 782 em janeiro de 2014 para 393 em janeiro de 2019 valor mais baixo registado desde 2004. - Melhoria do nível educacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - População em perda e envelhecida (taxa de natalidade baixa). - Tendência generalizada de redução da dimensão média das famílias. - Nível educacional baixo, incluindo a subsistência de taxas de analfabetismo mais elevadas devido à população envelhecida. - Reduzida taxa de atividade - Índice de poder de compra inferior à média regional e nacional). - Falta de suporte técnico nas olarias de São Pedro do Corval. - Constrangimento ao desenvolvimento turístico associado às camas turísticas do PROT – atribuídas aos projetos de PIER, aprovado mas não concretizados. Apenas Herdade do Barrocal foi concretizado.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da marca Reguengos de Monsaraz, Capital do vinho e afirmação do enoturismo. - Importância do património cultural para o desenvolvimento turístico. - Desenvolvimento de guias turísticos e roteiros. - Visibilidade do Observatório Dark Sky. - Inversão da perda do tecido empresarial nos últimos anos. - Proximidade ao Alqueva e projeto de implementação de regadio. - Adesão à Rede de Cidades Europeias com Lago NEUlakes – Network of European Lakes - Crescimento da atividade turística - Potencialidades geradas (EFMA) envolvem um leque muito diversificado de sectores: <ul style="list-style-type: none"> • Turismo – Património, Albufeira, Aldeias de Água • Agricultura – Agroindústria, Regadio, Investigação e Experimentação, Novas Culturas • Indústria – Criação de Empresas e Apoio às Empresas • Formação – Empresarial, Agrícola • Gestão – Monitorização Integrada 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção regional num contexto de desertificação demográfica. - Crescimento descontrolado do turismo. - Existência de Planos de Pormenor aprovados e não implementados que “esgotam” as camas turísticas previstas - Carência de mão-de-obra especializada - Falta de capacidade associativa, e o cariz familiar das olarias.



Quadro 16.3 | Análise SWOT - Domínio Cultural

Pontos Fortes / Oportunidades	Pontos Fracos / Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - O concelho de Reguengos de Monsaraz dispõe de uma história riquíssima, cimentada num vasto património arqueológico. O papel de relevo será sempre associado à imponência dos monumentos e constituem a paisagem megalítica - Apesar de assimetrias de conhecimento, em função de determinados períodos cronológicos ou formas de ocupação do território, o amplo manancial de vestígios atesta uma ocupação antrópica intensa e diversificada, que ocorreu desde períodos muito remotos da pré-história antiga. - Ao nível do património edificado, o concelho também releva imóveis singulares e a salvaguardar, desde a arquitectura militar, até aos imóveis vernáculos, marcas e reflexo da vivência e economia da população agro-pastoril ao longo dos séculos. 	<ul style="list-style-type: none"> - O futuro reserva inúmeros desafios de conciliação entre o progresso e a preservação dos vestígios do passado. A sua salvaguarda é particularmente pertinente, face às inúmeras destruições de sítios e monumentos reportadas nas últimas décadas.

Quadro 16.4 | Análise SWOT - Domínio Equipamentos, Infraestruturas e Acessibilidades

Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Rede educativa concelhia bem estruturada face a procura existente. - Existência de ensino secundário: receção de população escolar dos concelhos vizinhos. - Centro de Saúde com valências supramunicipais (que partilha com Mourão) e apoiado por extensões de saúde em todas as freguesias. - Importância das IPSS no Apoio a Crianças e Jovens, Apoio a Idosos, e Apoio a Pessoas com Deficiência - Capacidade de resposta das IPSS ainda superior ao número de utentes. - Existência de equipamentos municipais de dimensão ou natureza variadas vocacionados para a animação cultural e desportiva. - Polidesportivos e parques infantis em todas as freguesias do concelho, muitas vezes acompanhados de Aparelhos Geriátricos - Esforço de infraestruturização muito significativo dos alojamentos familiares – os alojamentos de residência habitual apresentam níveis próximos dos 100%. - Centralidade na Região Alentejo: proximidade aos grandes eixos viários – IP2 e A6 e futuramente ao IC 33. - Oportunidade face à criação de uma estação na linha Évora Caia. - Todos os aglomerados servidos por TP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da população escolar. - Falta de eficiência do serviço de transporte escolar, ao nível do tempo de transporte (existência de localidades que rondam o tempo de transporte de 1h) e do número de crianças transportadas (inferior a 10). - Taxas de ocupação elevadas, em alguns casos de 100%, dos ERPI. - Reduzida frequência das ligações de transporte público, especialmente em época não escolar.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Importância das Associações desportivas na utilização dos equipamentos desportivos e promoção da prática desportiva. - Importantes beneficiações da rede rodoviária, incluindo a construção da variante à EN256 (no atravessamento da cidade de Reguengos de Monsaraz), - Possibilidade de vir a ser criada na linha ferroviária Évora – Caia uma estação de mercadorias numa localização próxima à estação técnica de Alandroal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de ecopista para o ramal de Reguengos desativado - Necessidade de concretização de algumas intervenções viárias estruturantes: Campinho-Monsaraz; Perolivas - Caridade; Circular norte a RM. - Necessidade de obras de beneficiação, com repavimentação e alargamento da plataforma de várias estradas e caminhos municipais. - Necessidade de controlar as perdas. - O envelhecimento e perda populacional podem comprometer a criação/manutenção de equipamentos.



Quadro 16.5 | Análise SWOT - Domínio Urbano

Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Concentração do povoamento, permitindo uma maior eficácia da dotação de equipamentos. - Identidade e património marca todos os aglomerados. - Aumento do número de edifícios (destaque para Corval e RM) - Licenciamento de edifícios a registar aumentos após queda até 2014 - Concelho com menor % de alojamentos vagos no Alentejo central (10,5%) - Diminuição do número de casas abandonadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida população residente em Monsaraz – peso da residência secundária - Necessidade de realojamento em habitação social para vários núcleos e famílias residentes no concelho. - Peso dos alojamentos vagos ou devolutos, muitos em más condições de habitabilidade. - Estrutura urbana desequilibrada em termos demográficos, porque concentrada na sede de concelho, enquanto todos os restantes lugares têm menos de 1000 habitantes - Desaparecimento dos núcleos urbanos históricos. - Fraco grau de concretização do solo urbano.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da importância das obras de ampliação, alteração e reconstrução face às construções novas. - Atratividade populacional do núcleo urbano de Reguengos de Monsaraz. - Definição de quatro ARU (RM, Campinho, São Marcos do Campo e São Pedro do Corval). 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de crescimento do parque habitacional contrária à evolução populacional – excedente do parque habitacional. - Peso da segunda residência ameaça a vivência dos aglomerados. - Falta de oferta de habitação na freguesia de Reguengos de Monsaraz. - Necessidade de oferta de habitação a custos controlados para os casais jovens que procuram vir residir para o concelho ou que já residem e procuram a emancipação familiar.

16.3. QUADRO ESTRATÉGICO GLOBAL DE INTERVENÇÃO

Apresentado o diagnóstico setorial pretende-se de seguida fazer o enquadramento estratégico e global, salientando as principais orientações estratégicas e de intervenção que recaem sobre o Alentejo Central e sobre o município de Reguengos de Monsaraz em particular. Para este enquadramento regional e nacional, foram desde já selecionados:

- Os Desafios Territoriais do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - PNPOT;
- Os Eixos Estratégicos de base territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo - PROTA;
- Os desígnios da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020;
- As Prioridades de Intervenção / Iniciativas âncora do Alentejo 2020, Plano de Ação Regional;
- Os Objetivos Gerais Programa de Ação da ATLA 2014-2020;
- Os fatores críticos de sucesso do PEDU Reguengos de Monsaraz.

A leitura integrada dos elementos acima mencionados, representada no Quadro 15.1, permite verificar a coerência dos elementos estratégicos atestada através da correspondência

(representada através da atribuição de diferentes cores) das várias orientações de carácter estratégico definidos nos documentos consultados.

Esta análise revela uma forte concordância entre os vários documentos, o que desde já faz antever o enquadramento das Premissas de trabalho para a Revisão do PDM de Reguengos de Monsaraz, que serão apresentadas no final do presente volume.



PNPOT Objetivos Estratégicos	PROT Alentejo Opções Estratégicas de base territorial
<p>D1 Gerir os recursos naturais de forma sustentável: 1.1. Valorizar o capital natural 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano 1.3. Aumentar a resiliência socio ecológica</p> <p>D2 Promover um sistema urbano policêntrico: 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna 2.3. Promover a qualidade urbana</p> <p>D3 Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial: 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização 3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço</p> <p>D4 Reforçar a conectividade interna e externa: 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica 4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade 4.3. Dinamizar as redes digitais</p> <p>D5 Promover a governança territorial: 5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível 5.2. Promover redes colaborativas de base territorial 5.3. Aumentar a Cultura Territorial</p>	<p>III.1 Integração Territorial e Abertura ao Exterior 1 Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infraestruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial (...) 2. Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa (...) 3. Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem (...)</p> <p>III.2 Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural 1. Cumprir as metas ambientais, (...) através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais (...), e as oportunidades que se oferecem às atividades produtivas 2. Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais 3. Prevenir os fatores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização (...) 4. Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo a proteção da rede hidrográfica e dos aquíferos e uma política de uso eficiente da água 5. Valorizar e ordenar o Litoral potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e Nacional 6. Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos (...)</p> <p>III.3 Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional 1. Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes (...) 2. Desenvolver o modelo de produção agroflorestal e agroindustrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis, promovendo a diversificação e valorização das produções (...) 3. Aumentar a atratividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida 4. Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região. 5. Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional (...)</p> <p>III.4 Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural 1. Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, (...) 2. Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada 3. Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes 4. Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial 5. Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial...</p>
<p>Alentejo 2020, Plano de Ação Regional - Prioridades de Intervenção / Iniciativas âncora</p> <p>1 - Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências: Sistema Regional de Inovação</p> <p>2. Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território: Acessibilidades, Conetividades e Infraestruturas económicas: Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico</p> <p>3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Agricultura de Regadio; Plataforma Logística Agroalimentar; Turismo Alentejo; Património e Cultura; Economia Verde; Patrimonial da Região</p> <p>4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade; Sistema Urbano Policêntrico</p> <p>5. Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social: Pacto Regional para a Qualificação, o emprego e a inclusão social; economia social</p>	
<p>Programa de Ação da ATLA 2014-2020 – Objetivos Gerais</p> <p>1 Desenvolver uma estratégia integradora e equilibrada para o território abrangido pela ATLA e que respeite e potencie a sua diversidade e vocação/especialização; 2. Fortalecer a cooperação transfronteiriça; 3. Potenciar as capacidades logísticas das aldeias ribeirinhas por forma a poderem desenvolver atividades turísticas; 4. Potenciar a articulação da água com o território através da criação de infraestruturas e de atividades náuticas; 5. Recuperar e valorizar os recursos endógenos da região (património material e imaterial, natural, água, clima,...); 6. Valorizar e divulgar os ativos da região; 7. Criar um território mais sustentável e amigo do ambiente; 8. Criar e implementar um modelo de desenvolvimento turístico conducentes à criação de um destino turístico de excelência; 9. Requalificar os recursos humanos do território; 10. Fortalecer a identidade das comunidades locais; 11. Combater o desemprego; 12. Apoiar e reforçar as PME's locais; 13. Apoio à Internacionalização das empresas; 14. Criar novos empregos; 15. Eliminar fontes de exclusão social.</p>	<p>Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020 - Desígnios</p> <p>1. A projeção do Alentejo Central como plataforma territorial fundamental ao desenvolvimento e competitividade económica da região do Alentejo 2. O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspectiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região 3. A preservação das características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região 4. A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar social e a criação de um quadro de respostas aos fenómenos de exclusão social 5. O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial assente no alargamento e reforço das plataformas de colaboração e parceria institucional</p> <p>PEDU Reguengos de Monsaraz - Fatores críticos de Sucesso</p> <p>Regeneração urbana do edificado e espaço urbano Aproximação das zonas periféricas ao aglomerado urbano Aproximação das freguesias locais à cidade Aumento do tamanho das vias pedonais, proporcionando uma redução do tráfego local Regeneração urbana do comércio central e tradicional em crise Apoio ao desenvolvimento de micro empresas locais, proporcionando o desenvolvimento regional e cultural do concelho de Reguengos de Monsaraz Promoção de equidade e igualdade de oportunidades às várias comunidades locais</p>

Esta página foi deixada em branco propositadamente



16.4. MODELO TERRITORIAL

O Modelo Territorial é um produto resultante do diagnóstico realizado, abrangendo todos os sistemas e componentes dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, que, com maior ou menor relevância, vão interferir, no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal, para a definição da estratégia de desenvolvimento para o concelho.

No Modelo Territorial são representados os elementos de caracterização, entendidos como as características do município de Reguengos de Monsaraz que sobressaem no âmbito do diagnóstico setorial, e que apresentam uma potencial interferência na definição de uma estratégia de desenvolvimento; e os elementos de estratégia, que configuram objetivos de desenvolvimento para um conjunto de elementos presentes no território com reconhecido potencial estratégico.

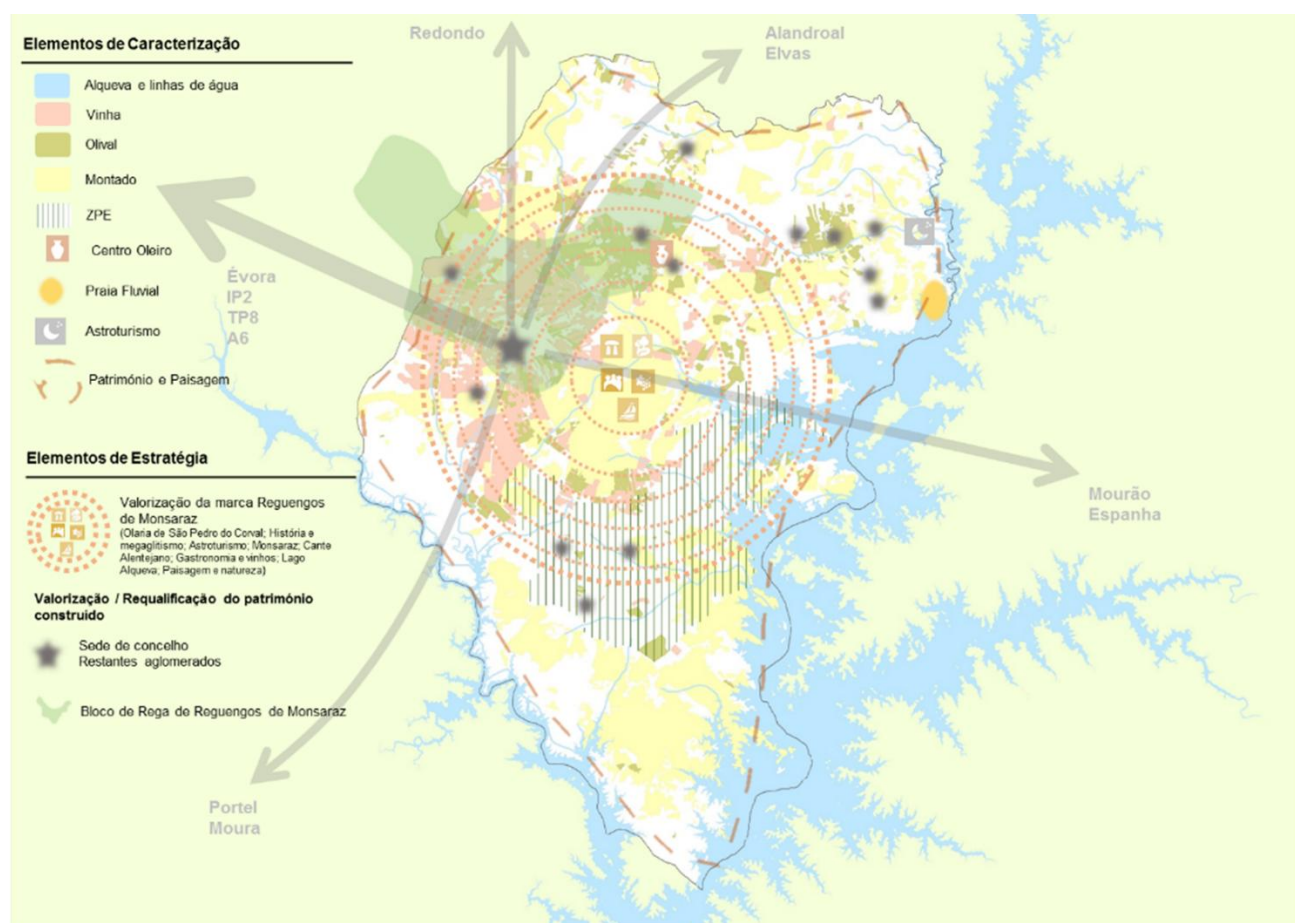


Figura 16.2 | Modelo Territorial

Como ponto de partida para os trabalhos de concretização do Modelo Territorial a desenvolver na fase seguinte apresentam-se os seguintes objetivos estratégicos:

1 - Equacionar uma política de ordenamento do território, integrada, contemplando a convergência entre outras, da política urbana, do ordenamento do concelho no âmbito florestal e do ordenamento agrícola;

2 - Atender e responder de forma duradoira e prospetiva aos grandes desafios de âmbito ambiental, em particular a salvaguarda da biodiversidade e dos contextos naturais com particular relevância para a sua relação direta com as novas abordagens turísticas (praia fluvial e equipamentos instalados em conjuntura rural), a paisagem e os fatores de permanência da população neste contexto;

3 - Atender a um quadro reformista equacionando as novas grandes infraestruturas e as suas consequências sobre o território, quer de âmbito da importante atividade agrícola do concelho (por exemplo o novo bloco de rega), quer quanto às infraestruturas rodoviárias, com relevância para a finalização do IP2, e ferroviárias com destaque para a ligação Sines – Caia e as plataformas logísticas associadas;

4 - Afirmar a Cidade de Reguengos de Monsaraz, como o grande catalisador de investimentos e mobilizador de uma centralidade regional. Para o efeito será determinante assegurar um conceito de cidade – capital sub-regional, polarizando infraestruturas com esta ambição de carácter cultural, de engrandecimento do Parque Habitacional, de políticas de Equipamentos, e de uma efetiva requalificação urbana (quer dos tecidos urbanos do séc. XX quer do resgate de áreas particularmente relevantes do séc. XVIII e XIX como o largo de Santo António e envolvente próxima) quer ainda das infraestruturas viárias – em particular a circular norte, quer ainda, por exemplo, uma política sinalizadora e proativa sobre a redefinição do perímetro urbano versus o povoamento disperso periurbano;

5 - Estabelecer como ativo, quer ao nível do ordenamento geral do concelho quer de per si enquanto valor específico – uma política de desenvolvimento dos núcleos rurais dispersos, invertendo o seu definhamento no sentido de protagonizarem uma resposta concreta a uma procura diferenciada quer como destino de novos habitantes (em modalidades diferenciadas) quer de atividade económicas de inspiração local;

6 - Garantir um abordagem holística face ao património, tendo particular relevância a presença e escala do megalitismo, da paisagem e da genuinidade e carácter dos aglomerados rurais com destaque para Monsaraz que forçosamente requiere e constituirá de per si um posicionamento estratégico para o concelho face aos desafios da crescente mobilização turística com efeito redutor, quer quanto à sua relevância única de escala supramunicipal e valor sociocultural para o concelho.



17. BIBLIOGRAFIA

Conservação da Natureza

- ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia (2004). Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Fichas de caracterização dos Habitats Naturais. http://www.icn.pt/psrn2000/caract_habitat.htm
- Cabral MJ, Almeida J, Catry P, Encarnação V, Franco C, Granadeiro JP, Lopes R, Moreira F, Oliveira P, Onofre N, Pacheco C, Pinto M, Pitta MJ, Ramos J & Silva L. 2005. Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. ICNB, Lisboa.
- Capelo J., Mesquita S., Costa J.C., Ribeiro S., Arsénio P., Neto C., Monteiro T., Aguiar C., Honrado J., Espírito-Santo M.D. & Lousã M. (2007). A methodological approach to potential vegetation modeling using GIS techniques and phytosociological expert-knowledge: application to mainland Portugal. *Phytocoenologia* 37(3-4): 399-415.
- Carvalhosa, A. & C. Zbyszewski (1991). Carta Geológica de Portugal na escala de 1:50 000. Notícia explicativa da folha 40-B Reguengos de Monsaraz. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- Castroviejo, S. (coord.) (1986-2008). Flora Iberica. Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares. Real Jardín Botánico, C.S.I.C., Madrid.
- Costa, J. C., C. Aguiar, J. H. Capelo, M. Lousã & C. Neto (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea* 0: 5-56.
- Costa, L.T., Nunes, M., Geraldés, P. & Costa, H. 2003. Zonas Importantes para as Aves em Portugal. SPEA, Lisboa.
- CSIC - Real Jardín Botánico (2012). Anthos Sistema de información sobre las plantas de España. <http://www.anthos.es/>
- Encarnação, V. 2014. Monitorização das espécies de aves aquáticas coloniais. Relatório de 2014. ICNF/CEMPA.
- Franco, J. A. & M. L. Rocha Afonso (1994, 1998, 2003). Nova Flora de Portugal (Continente e Açores) vol. III. Escolar Editora. Lisboa.
- Franco, J. A. (1971, 1984) Nova Flora de Portugal (Continente e Açores), vol. I-II. Escolar Editora. Lisboa.
- LNEG (s.d.). Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 não harmonizada, folhas 40-B, 40-D, 41-A, 41-C. <http://geoportal.lneg.pt>.
- Loureiro, A., Ferrand de Almeida, N., Carretero, M.A. & Paulo, O.S. (eds.) (2008): Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal. ICNB, Lisboa. IGME (1995). Mapa Geológico de la Península Ibérica, Baleares y Canarias a escala 1:1.000.000. [http://info.igme.es/cartografiadigital/geologica/Geologicos1MMapa.aspx?Id=Geologico1000_\(1994\)](http://info.igme.es/cartografiadigital/geologica/Geologicos1MMapa.aspx?Id=Geologico1000_(1994))

- Loidi, J. (1994). Phytosociology applied to Nature Conservation and Land Management. In Song, Y., Dierschke, H. & Wang, X. (Eds.) Applied vegetation ecology: 17-30. East China Normal University Press. Shanghai.
- Lousã, M, Costa, J.C., Espírito-Santo, M.D., Mesquita, S. & Rego, T. (2007). Interpretação Ecológica da Paisagem: Flora e Vegetação (Cap. V A.4). In Raposo Magalhães, M (coord.). Estrutura Ecológica da Paisagem Conceitos e Delimitação – escalas regional e municipal. ISA Press. Lisboa: 182-212.
- Mathias, M.L. (1999). Guia dos mamíferos terrestres de Portugal Continental, Açores e Madeira. Instituto da Conservação da Natureza e Centro de Biologia Ambiental da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mesquita S. & Sousa A.J. (2009). Bioclimatic mapping using geostatistical approaches: application to mainland Portugal. *International Journal of Climatology*. 29 (14): 2156-2170.
- Rainho, A., Alves, P., Amorim, F. & Marques, J.T. (Coord.). Atlas dos morcegos de Portugal Continental. ICNF, Lisboa.
- Rivas-Martínez, S. (1996). Geobotánica y bioclimatología. Discursos pronunciados en el acto de investidura de doctor “honoris causa” de excelentísima señor S. Salvador Rivas-Martínez. Universidad de Granada.
- Rivas-Martínez, S., Díaz, T.E., Fernández-González, F., Izco, J., Lousã, M. & Penas (2002). Vascular Plant Communities of Spain and Portugal. Addenda to the Syntaxonomical checklist of 2001. *Itinera Geobotanica* 15(1): 5-432.
- Rosselló-Graell A., D. Draper, I. Marques, A. I. D. Correia, R. Martins, P. Madureira, J. Filipe, L. Cristo, V. Pinheiro, A. Valente, N. Martins & H. Pisco (2002). Translação de *Narcissus cavanillesii* A. Barra & G. López como medida de minimização do impacto da barragem do Alqueva (Portugal). *Proceedings CGE/UE Dams: Impacts and Hazards*.
- Sequeira M. Sequeira, D. Espírito-Santo, C. Aguiar, J. Capelo & J. Honrado (coord.) (2011). Checklist da Flora de Portugal. http://www3.uma.pt/alfa/checklist_flora_pt.html.
- Silva, J. & Pinto, M. 2006. Relatório final da Acção 2 do Projecto Life Natureza – Conservação do sisão no Alentejo (LIFE02NAT/P/8476): inventariação dos núcleos do Alentejo. ICNB, Relatório não publicado.
- Silva, P.J., Correia, R., Alonso, H., Martins, R.C., D’Amico, M., Delgado, A., Sampaio, H. Godinho, C. & Moreira, F. 2018. EU protected area network did not prevent a country wide population decline in a threatened grassland bird. *Peer J*. DOI 10.7717/peerj4284.

Estrutura Demográfica (Projeções demográficas)

- Carrilho, Maria José (2002). A situação demográfica recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 32, INE, Lisboa.
- Carrilho, Maria José; Patrício, Lurdes (2004). Tábuas de Mortalidade em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos* nº36. Artigo 3, pp. 41-69. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- Carrilho, Maria José (2005). Metodologia de Cálculo das Projeções Demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 37. Artigo 1, pp. 5-24. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- Fernandes, Edite (1999). *Estatística*. Universidade do Minho. Braga.

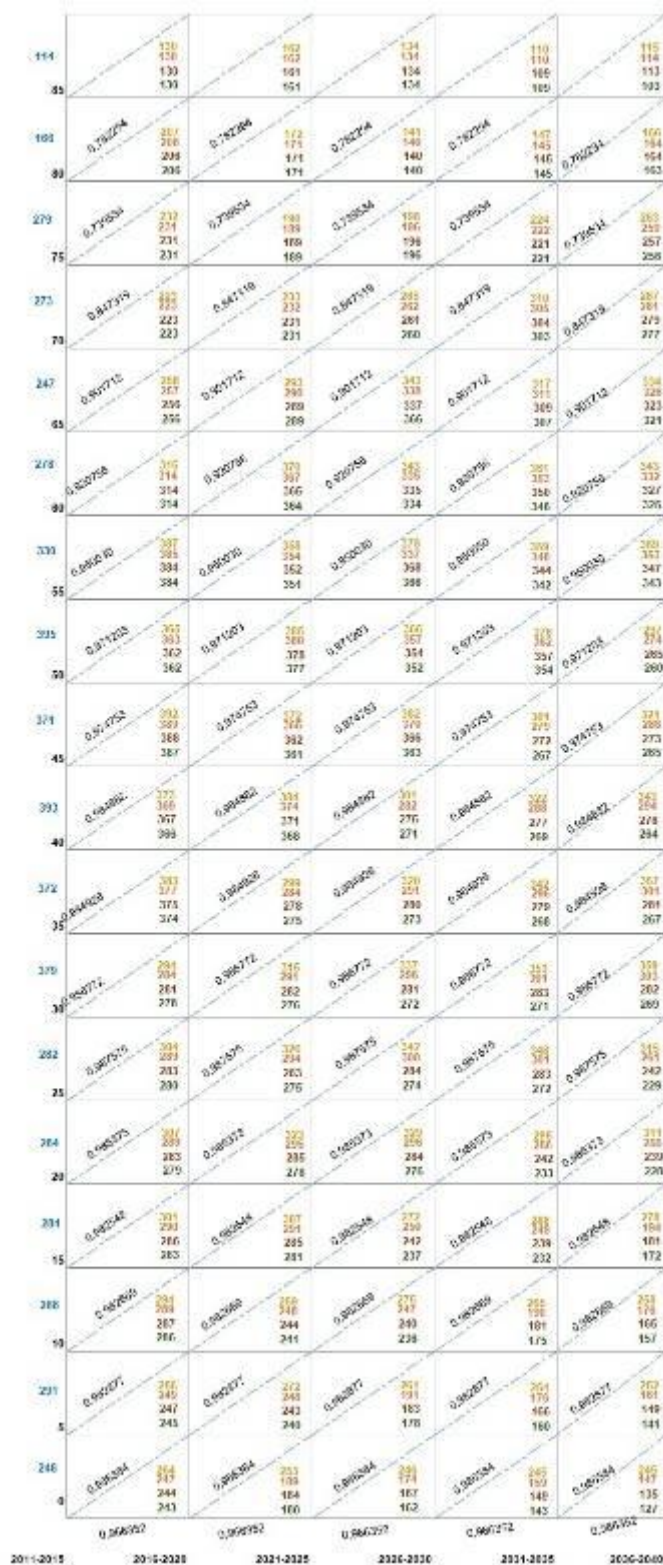


- Godet, Michel (1993). Manual de Prospectiva Estratégica: da Antecipação à Ação. Publicações Dom Quichote. Lisboa.
- INE (2008). Projecções da População Residente em Portugal 2008-2060. Metodologia. Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais. Lisboa.
- ___ (2011). XV Recenseamento Geral da População. Censos 2011. Quadros de apuramento da população residente. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019a). Projecções da População Residente – Documento Metodológico, versão 2.0. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019b). Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019c). Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019d). Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019e). Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência (NUTS -2013); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019f). Saldo migratório por Local de residência (NUTS - 2002); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- ___ (2019g). Saldo migratório por Local de residência (NUTS - 2013); Anual. Indicadores Demográficos. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- Machado, José M.S. Cunha (2009). Dinâmica Demográfica no Ave. Um Estudo Prospectivo. Tese de Doutoramento em Sociologia. Área do Conhecimento de Matemática e Estatística para as Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga.
- Mendes, Maria Filomena; Rosa, Maria J. V. (2012). Projecções 2030 e o Futuro. Encontro Presente no Futuro. Fundação Manuel dos Santos. Lisboa
- Nazareth, J. Manuel (1988). Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa. Edições Presença. Lisboa.
- Nazareth, J. M. (1996). Introdução à Demografia – Teoria e Prática. Editorial Presença. Lisboa
- Torres, Adelino (1996). Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos. Gradiva. Lisboa.

Esta página foi deixada em branco propositadamente



ANEXO I – DIAGRAMA DE LEXIS (HOMENS)



Legenda
 Cenário de Atração Constante
 Cenário de Atração Moderada
 Cenário de Baixa Atração
 Cenário Natural

ANEXO II – DIAGRAMA DE LEXIS (MULHERES)

224						
85						
205	1,218048					
80		1,218048				
360	0,880714					
76		0,880714				
364	0,811353					
70		0,811353				
312	0,898265					
66		0,898265				
305	0,874289					
60		0,874289				
318	0,877272					
55		0,877272				
373	0,892341					
50		0,892341				
384	0,888714					
46		0,888714				
339	0,882296					
40		0,882296				
411	0,898340					
36		0,898340				
350	0,898340					
30		0,898340				
263	0,894137					
25		0,894137				
260	0,892383					
20		0,892383				
281	0,881857					
16		0,881857				
270	0,881341					
10		0,881341				
237	0,880374					
6		0,880374				
268	0,880307					
0		0,880307				
2011-2015	2016-2020	2021-2025	2025-2030	2031-2035	2036-2040	

Legenda

- Cenário de Atração Constante
- Cenário de Atração Moderada
- Cenário de Baixa Atração
- Cenário Natural

